



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

BRUNA OLIVEIRA SOBRAL

O PÊNDULO DE BOURDIEU:
variações na operacionalização da noção de *habitus*

Recife
2017

BRUNA OLIVEIRA SOBRAL

O PÊNDULO DE BOURDIEU:
variações na operacionalização da noção de *habitus*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Sociologia da Universidade
Federal de Pernambuco para obtenção do grau de
doutora em Sociologia.

Linha de pesquisa: Teoria e Pensamento Social

Orientador: Prof. Dr. Artur Fragoso de
Albuquerque Perrusi

Recife
2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

S677p Sobral, Bruna Oliveira.
O pêndulo de Bourdieu : variações na operacionalização da noção de *habitus* / Bruna Oliveira Sobral. – 2017.
200 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Artur Fragoso de Albuquerque Perrusi.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2017.
Inclui Referências e anexos.

1. Sociologia. 2. Ciências sociais – Filosofia. 3. Bourdieu, Pierre, 1930-2002. 4. Classes sociais. 5. Classe média. 6. Conflito social. 7. Teoria social.
I. Perrusi, Artur Fragoso de Albuquerque (Orientador). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-167)

BRUNA OLIVEIRA SOBRAL

O PÊNDULO DE BOURDIEU: variações na operacionalização da noção de *habitus*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Sociologia da Universidade
Federal de Pernambuco para obtenção do grau de
doutora em Sociologia.

Aprovada em: 01/ 09/ 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Artur Fragoso de Albuquerque Perrusi (Orientador)
Departamento de Sociologia (PPGS-UFPE)

Prof^a. Dra. Maria Eduarda da Mota Rocha
Departamento de Sociologia (PPGS-UFPE)

Prof^a. Dra. Cynthia de Carvalho Lins Hamlin
Departamento de Sociologia (PPGS-UFPE)

Prof. Dr. Gabriel Moura Peters
Departamento de Sociologia (UFPE)

Prof^a. Dra. Nicole Louise Macedo Teles de Pontes
Departamento de Sociologia (UFRPE-UAST)

A meu pai

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao professor Artur Perrusi, orientador e amigo, pela ajuda fundamental na reestruturação do meu trabalho nos últimos anos do doutorado. Seu estilo prático e sua sensibilidade me ajudaram na realização desse pequeno milagre. Seu respeito à diferença de ideias e incentivo à autonomia intelectual foram uma inspiração ímpar em minha trajetória.

À professora Cynthia Hamlin, pelas essenciais contribuições ao meu trabalho, o qual jamais seria o mesmo sem as suas indicações, interlocução e crítica.

À professora Maria Eduarda Rocha, pela condução da leitura do livro “A distinção”, na disciplina Sociologia da Cultura, com um comprometimento cativante. Meu entendimento sobre o trabalho de Pierre Bourdieu foi profundamente marcado por essa experiência.

Ao professor Gabriel Peters e à professora Nicole Pontes, membros da Comissão julgadora, pela disponibilidade de avaliar a minha tese e pelas preciosas sugestões ao meu trabalho feitas num tom especialmente cordial. Aproveito para agradecer, também, aos demais membros da Comissão, Artur Perrusi, Cynthia Hamlin e Maria Eduarda Rocha pelo investimento crítico na leitura desta tese e pelo retorno enriquecedor que me deram.

Ao professor Gustavo Gomes e aos alunos da disciplina Teoria Sociológica II, na qual realizei meu estágio docência, pela confiança e generosidade durante minha primeira experiência de ensino.

À Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – pela bolsa de estudos que possibilitou a realização desse doutorado.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos meus colegas de turma do doutorado, em especial à Rany Cauás, pela amizade e companheirismo.

Às bibliotecas da Universidade Católica de Pernambuco, da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA e à Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco.

À minha família, em especial à Angélica Hermínia e a Lucas Serôa, que sempre chegam junto, apoiando-me.

À Paula Sobral, *meu azul*, pelas ligações telefônicas mais imprescindíveis para a conclusão do meu doutorado.

Ao meu tio Manoel e à Carlinha, meus endocrinologistas, por cuidarem de mim quando precisei.

À Fabya Reis, pela bibliografia emprestada e, mais ainda, pelas discussões afiadas e provocativas sobre a obra de Pierre Bourdieu.

A Manoel Ferreira, pela parceria e presença constantes.

A todos com quem compartilhei espaços, afetos e sonhos nesses cinco anos, especialmente à Vivi, Nati, Marcela, Cris, Felipe e Gustavo.

Ademais, o grau com que podemos nos entregar aos automatismos do senso prático varia conforme as situações e os domínios de atividade, mas também segundo a posição ocupada no espaço social: é provável que os que se encontram “em seu lugar” no mundo social possam mais e mais completamente se entregar ou confiar em suas disposições (é o desembaraço das pessoas bem nascidas) do que os que ocupam posições em falso, tais como os arrivistas ou os desclassificados; no entanto, esses últimos têm mais chances de tomarem consciência do que para os outros lhes parece evidente, pelo fato de se verem obrigados a se vigiar e a corrigir conscientemente os “primeiros movimentos” de um *habitus* gerador de condutas pouco adaptadas ou deslocadas.

Pierre Bourdieu

É particularmente difícil, do mesmo modo, falar de combinações mais complexas de características culturais, de casos menos categóricos, de casos “médios” ou ambivalentes ou ainda de casos estatisticamente atípicos. A sociologia em geral, a sociologia da cultura em particular, deveria questionar-se sobre as figuras ideal-típicas que utiliza e que podem contribuir para limitar sua pesquisa, perguntando-se se estas não são figuras já explicitadas, difundidas pela literatura, pelos ensaios ou pelos discursos políticos. (...). Mas as maiores vítimas desse procedimento são todas as combinações culturais complexas, todas as situações intermediárias, médias ou contraditórias, todos os casos mais atípicos (levando em conta as tipificações utilizadas), para os quais nem sempre dispomos de palavras para nomear, de imagens para evocar ou de exemplos célebres para ilustrar.

Bernard Lahire

RESUMO

Este trabalho é uma análise teórica da operacionalização da noção de *habitus*, de Pierre Bourdieu, com foco no livro *A distinção* (2007a). Nosso intento foi o de investigar variações da relação do *habitus* com o passado (e dos pressupostos aí implicados, como a questão da inconsciência, das classes sociais, da reprodução do poder e da dominação), buscando perceber se elas implicavam uma abertura maior para o presente e o futuro, ou seja, para as dimensões prático-avaliativa e projetiva da ação, e, por isso, com possibilidade de apontar para uma articulação mais dialética entre as dimensões da agência humana. As maiores heterogeneidades, em relação à observação dos pressupostos desse instrumento heurístico, apareceram na caracterização bourdieusiana do *habitus* pequeno-burguês. A especificidade da pequena burguesia francesa relaciona-se à indeterminação estrutural da sua localização no espaço social e à presença de “propriedades diacrônicas” relativas ao incremento da experiência dos deslocamentos sociais. É para essa classe de agentes que a dimensão projetiva da agência parece se insinuar de forma mais significativa. Isso se revelaria por alusões à projetividade ou à presença do “futuro” como orientador da ação, pela necessidade recorrente da escolha consciente, pelo distanciamento autocrítico em relação às próprias disposições e pela ação de uma representação subjetiva, em parte, desencaixada da posição social possuída.

Palavras-chave: Pierre Bourdieu. *Habitus*. Passado. Agência. Teoria Social. Classe média.

ABSTRACT

This work is a theoretical analysis of the operationalization of Pierre Bourdieu's notion of *habitus*, focusing on the book « A distinção » (2007a). Our intention was to investigate variations of the relation of the habitus to the past (and the presuppositions implied on it, such as the question of unconsciousness, social classes, reproduction of power and domination), seeking to see if they implied a greater openness for the present and future, it means, to the practical-evaluative and projective dimensions of action, and therefore with the possibility of pointing to a more dialectical articulation between the dimensions of human agency. The greater heterogeneities, in relation to the observation of the assumptions of this heuristic instrument, appeared in the Bourdieusian characterization of the petty-bourgeois habitus. The specificity of the French petty bourgeoisie is related to the structural indetermination of its location in the social space and to the presence of "diachronic properties" related to the increased experience of social displacements. It is for this class of agents that the projective dimension of the agency seems to hint more significantly. This would be revealed by allusions to the projectability or the presence of the "future" as the guiding principle of action, by the recurrent necessity of conscious choice, by self-critical detachment from its own dispositions, and by the action of a subjective representation, in part, disembedded from the social position possessed.

Keywords: Pierre Bourdieu. Habitus. Past. Agency. Social theory. Medium class.

RÉSUMÉ

Ce travail est une analyse théorique de la mise en œuvre de la notion d'*habitus*, de Pierre Bourdieu, d'après l'ouvrage « A distinção » (2007a). Notre intention a été d'étudier les variations du rapport d'*habitus* avec le passé (et des hypothèses mises en cause, telles que la question de l'inconscience, des classes sociales, de la reproduction du pouvoir et de la domination), cherchant à se rendre compte si elles impliquaient une plus grande ouverture pour le présent et pour l'avenir, en d'autres termes, pour les dimensions pratique-évaluatives et projectives de l'action. Donc, avec la possibilité d'envisager une relation plus dialectique entre les dimensions de l'agence humaine. Les plus grandes hétérogénéités, par rapport à l'observation des hypothèses de cet instrument heuristique, sont apparues dans la caractérisation de Bourdieu concernant l'*habitus* petit-bourgeois. La spécificité de la petite bourgeoisie française est liée à l'indétermination structurelle de sa localisation dans l'espace social et à la présence de "propriétés diachroniques" en ce qui concerne l'expérience accrue des déplacements sociaux. C'est pour cette classe d'agents que la dimension projective de l'agence semble s'impliquer de manière plus significative. Cela serait perçu par des allusions à l'action projective ou à la présence de "l'avenir" comme directeur de l'action, par le besoin récurrent du choix conscient, par l'éloignement auto-critique en rapport aux propres dispositions et par l'action d'une représentation subjective qui, en partie, est détachée de la position sociale possédée.

Mots-clés: Pierre Bourdieu. *Habitus*. Passé. Agence. Théorie sociale. Classe moyenne.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Espaço das posições sociais.....	123
Gráfico 2 – Espaço dos estilos de vida.....	123
Gráfico 3 – Variantes do gosto pequeno-burguês.....	126
Gráfico 4 – Espaço dos indivíduos das diferentes frações	126

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	HETEROGENEIDADES DO <i>HABITUS</i> PEQUENO-BURGUÊS.....	22
2.1	EIXOS TEMÁTICOS OU PRESSUPOSTOS DO <i>HABITUS</i>	31
2.1.1	Passado	32
2.1.2	Inconsciente.....	34
2.1.3	Classe	35
2.1.4	Poder	38
2.2	VARIAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS NO <i>HABITUS</i> PEQUENO-BURGUÊS.....	38
2.3	O PÊNDULO DE BOURDIEU E O PROJETO TEÓRICO DE SUPERAÇÃO DA DICOTOMIA OBJETIVISMO-SUBJETIVISMO	53
3	A DIMENSÃO TEMPORAL DO <i>HABITUS</i>.....	58
3.1	O PASSADO E A ORIGEM SOCIAL.....	59
3.1.1	Linhagem paterna e linhagem materna	66
3.2	O NÍVEL DE INSTRUÇÃO E A ORIGEM SOCIAL	70
3.3	A TRAJETÓRIA E A ORIGEM SOCIAL.....	77
4	<i>HABITUS</i>, RAZÃO PRÁTICA E O PRINCÍPIO DA NÃO CONSCIÊNCIA.....	82
4.1	O NÍVEL DE CONSCIÊNCIA DO <i>HABITUS</i>	83
4.1.1	Inconsciente sem conflito?	87
4.1.2	Ator-sistema: adequação das estruturas mentais às estruturas sociais.....	89
4.2	DO “AUTOMATISMO” INCONSCIENTE DA PRÁTICA À CONSCIÊNCIA RELATIVA DAS DISPOSIÇÕES	92
4.2.1	Localização relativamente indeterminada, <i>habitus</i> desajustado: o caso da pequena burguesia	94
4.3	A DIALÉTICA <i>HABITUS</i> -CAMPO.....	98
4.4	<i>HABITUS</i> E REFLEXIVIDADE	103
5	FRONTEIRAS DE CLASSE, MECANISMOS DE DIFERENCIAÇÃO E DISPERSÃO DE TRAJETÓRIAS	115
5.1	A CONDIÇÃO COLETIVA DO <i>HABITUS</i>	115

5.2	TEORIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO BOURDIEUSIANA DA CATEGORIA DE CLASSE SOCIAL	118
5.2.1	Recursos explicativos complementares.....	130
5.3	PROPRIEDADES DE CLASSE E CARACTERÍSTICAS SECUNDÁRIAS	138
5.4	CLASSE E CAMPO	142
5.5	TRAJETÓRIA MODAL E DISPERSÃO DE TRAJETÓRIAS	144
6	REPRODUÇÃO SOCIAL, MOBILIDADE E A POSSIBILIDADE DA RUPTURA DÓXICA.....	152
6.1	HABITUS E REPRODUÇÃO SOCIAL.....	153
6.1.1	Deslocamento no espaço social e a translação das estruturas	156
6.1.2	Conservar ou modificar a posição social: compreensões diferenciais do tempo e da ação reveladas pelas estratégias de reprodução e de mobilidade.....	157
6.2	CAMPO ESCOLAR E A LUTA PELAS CLASSIFICAÇÕES	163
6.2.1	Inflação dos diplomas e as transformações morfológicas das classes	164
6.2.2	Campos abertos e campos burocratizados: diferentes visões do futuro e a fuga do efeito de marcação social.....	167
6.3	LUTAS ENTRE AS CLASSES	169
6.3.1	Lutas simbólicas pequeno-burguesas	170
6.3.2	Monopólio do poder simbólico	174
6.4	A RUPTURA DÓXICA.....	176
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	188
	ANEXOS	192

1 INTRODUÇÃO

Um conjunto de importantes críticas¹ recentes feitas ao trabalho de Pierre Bourdieu está ligado à questão temporal e se relaciona, mais especificamente, à historicidade da economia prática do *habitus*. A argumentação passa pela constatação da diminuição da validade da noção de *habitus* para explicar a agência humana devido a mudanças sociais pelas quais passam as sociedades contemporâneas.

Nesse sentido, a crítica parece se concentrar na questão da socialização, dada a importância central que ela possui para a formação do *habitus*, concebido como um conjunto de disposições resultantes de condicionamentos duráveis assimilados durante a socialização (especialmente a primária).

Embora seja bastante plausível argumentar que o projeto teórico de Pierre Bourdieu tenha supervalorizado a dimensão do passado, a partir da primazia explicativa dada à socialização primária, é importante pensar em que medida é possível falar da homogeneidade de uma noção como a de *habitus*, especialmente tendo em vista as diferentes ocasiões de sua operacionalização.

Nesse sentido, nossa proposta de tese endossa o ponto de vista de Philippe Corcuff (1999; 2003; 2009) de que os críticos de Bourdieu frequentemente têm suposto demasiada coerência de sua “obra” e de seus construtos teórico-metodológicos e que, ao contrário, é necessário lê-lo de forma diversa² (e no detalhe), prestando atenção, justamente, às heterogeneidades e às variações desses construtos, pois são indicativas de possibilidades de aberturas a novas “inteligibilidades”.

Isso explica nossa opção de não ficar somente numa análise dos pressupostos teóricos da noção de *habitus* e partir para observá-la “em funcionamento”, dando-nos a oportunidade de perceber a diferença entre o que está proposto de forma mais teórica nos escritos de Pierre Bourdieu sobre tal noção e o que está “realizado” na operacionalização, inclusive pela leitura

¹ Lahire (2002; 1999), Martuccelli (2010), Kaufmann (2003) e Archer (2011). As críticas serão apresentadas no 1º Capítulo da tese.

² Especialmente em: “Pierre Bourdieu (1930-2002) leído de otra manera. Crítica social post-marxista y el problema de la singularidad individual” (2009) e “Bourdieu autrement. Fragilités d’un sociologue de combat” (2003).

comparativa de suas diferentes “aplicações” numa mesma obra ou na mesma pesquisa empírica para as diferentes classes de agentes.

A obra a que nos referimos é o livro *A distinção* (2007a). Embora nosso trabalho tenha demandado a leitura da produção bibliográfica de Bourdieu de uma maneira mais ampla, incluindo textos de caráter teórico e filosófico, demos o privilégio à leitura à lupa desse livro.

Essa escolha teórico-metodológica se justifica, pois alguns críticos de Bourdieu sinalizam que essa obra guarda uma especificidade em relação à abordagem da noção de *habitus* e que toca justamente no argumento das críticas aludidas acima, que é a utilização de um aparato conceitual forjado no contexto de uma sociedade pré-capitalista (Cabília) e sua adaptação para sociedades contemporâneas.

Se Lahire (1999; 2002) lerá essa transposição conceitual como uma “generalização abusiva”, especialmente devido a mudanças históricas das matrizes de socialização, Kaufmann (2003) argumentará que isso fez surgir no livro *A distinção* (2007a) uma segunda teoria do *habitus*, possibilitada por uma leitura mais dinâmica do espaço social, a qual se distanciaria da simples suposição da comutatividade *habitus*-campo. Dubar (2005), também, sugere que nessa obra a noção de trajetória adquire importância ao complexificar a relação entre *habitus* e origem social. Por último, Wacquant (2015) dirá que, nesse livro, Bourdieu se afastou de um modo sincrônico e dedutivo de investigação do *habitus* apresentando uma abordagem diacrônica e dedutiva e por isso mais atenta ao desenho das trajetórias sociais no espaço social e a seus efeitos sobre as disposições dos agentes.

Em outro sentido, também não podemos deixar de ignorar que a própria concepção bourdieusiana do *habitus* como instrumento heurístico, e não como conceito construído de forma meramente teórica, e sua defesa da indissociabilidade entre teoria e pesquisa (Bourdieu; Wacquant, 1992; Bourdieu, 2007a) seriam um reforço e um convite para debruçar-nos sobre uma abordagem propriamente empírica da noção de *habitus*.

Antes de adentrar, porém, na nossa proposta de leitura sobre *A distinção* (2007a), apresentaremos brevemente o percurso que culminou na nossa interpretação do livro e na proposição desta tese.

Percurso

O esforço interpretativo que elaborei ao longo deste trabalho foi possibilitado por minha trajetória acadêmica no mestrado e, especialmente, no doutorado. Durante o mestrado, me familiarizei com o quadro teórico-metodológico bourdieusiano quando tive a ocasião de utilizá-lo no desenvolvimento da pesquisa, que deu origem à minha dissertação³, para a construção do campo da cerâmica/artes plásticas em João Pessoa e esclarecimento das disputas identitárias e políticas entre os agentes envolvidos munidos de diferentes *habitus*.

Em relação ao percurso do doutorado, a proposição inicial do meu projeto de pesquisa, com a qual ingressei no programa, era a de pensar uma articulação entre as noções de *habitus* (disposições incorporadas) e reflexividade (deliberação reflexiva). Ao longo do curso, tive a oportunidade de aprimorar minha compreensão a respeito da praxiologia social bourdieusiana graças às críticas em relação ao meu projeto e às leituras realizadas, as quais afastaram-me do objetivo proposto inicialmente.

A releitura do livro *A distinção* (2007a), a partir de um olhar previamente preocupado com a “fatalidade” do *habitus*, com a supervalorização da eficácia causal do poder das estruturas e a falta da atribuição de um controle relativo do ator sobre suas disposições no quadro teórico bourdieusiano, foi suficiente para fazer saltar ao meu olhar a presença de um conjunto de termos e conceitos que poderiam ser reportados às questões da agência, da ação social e da reflexividade, tais como *consciência, estratégia, ascetismo, futuro, pretensão, intencionalidade, mobilidade social*, etc.

Foi a partir disso e da percepção de que tal conjunto de palavras vinha, normalmente, associado ao *habitus* da classe média, embora de forma esparsa e não sistematizada, que corroborou para a escrita do meu artigo *Indícios de autocrítica e autoconsciência na relação da pequena burguesia francesa com a cultura*⁴, cujo objetivo, obviamente, era explicitar e desenvolver o que estava entendendo por esses “indícios”, coisa que só consegui fazer de forma extremamente preambular.

Só que, aí, me vi diante do que considerei um grande problema: como considerar o *habitus* da pequena burguesia, um *habitus* reflexivo, se a noção de reflexividade em Bourdieu estava claramente associada à ideia de crítica e ruptura dóxica, e o “retorno reflexivo” da classe média era um efeito da violência simbólica, estando ligado à intenção de ascensão social via

³ “Disputas identitárias e hibridações culturais na cerâmica pessoense” (SOBRAL, 2010).

⁴ Artigo apresentado como trabalho final da disciplina “Sociologia da Cultura”, ministrada pela profª. Maria Eduarda da Mota Rocha, no segundo semestre de 2013. (Não publicado).

estratégias de reprodução (ou mobilidade) engajadas nas lutas de concorrência entre as classes, e assim marcada pela aceitação dos valores dominantes transmutados em metas a serem alcançadas?

A solução que se delineou foi a de deslocar a preocupação com a reflexividade no sentido de crítica para a reflexividade pensada num sentido mais estrito e para observação da projetividade, enquanto capacidade de projetar-se no futuro.

Esse deslocamento foi vislumbrado a partir da concepção de agência de Emirbayer e Mische (1998) na qual a questão da temporalidade era central. Os autores decompõem analiticamente a agência humana em elementos ligados a três dimensões temporais. As componentes iteracional, projetiva e prático-avaliativa da agência estariam permeadas pelas temporalidades do passado, futuro e presente, respectivamente. A noção bourdieusiana de *habitus* estaria justamente marcada pelo privilégio explicativo da dimensão do passado e pela desconsideração da projetividade na agência.

Questões relativas ao método

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa foi operacionalizada por meio da revisão de literatura, que consistiu numa revisão bibliográfica acerca dos principais conceitos, questões e teorias relacionados ao nosso problema de pesquisa. A condução da pesquisa exigiu leitura sistemática da produção bibliográfica de Pierre Bourdieu, com foco no livro *A distinção* (2007a).

A construção desta tese enfrentou alguns desafios teórico-metodológicos que explicitaremos a seguir. Ao aceitarmos que a concepção de agência em Bourdieu está fortemente pautada pela temporalidade do passado, restou-nos a tarefa de evidenciar como isso se manifestava, pensando os pressupostos da noção de *habitus* que estariam ligados à questão temporal da agência.

Estabelecemos, então, quatro eixos temáticos (Passado, Inconsciente, Classe e Poder), que entendemos fundamentais ao esclarecimento da questão temporal da noção de *habitus* e que se transformaram no substrato dos capítulos da tese. A estrutura, nem sempre linear, que tentamos construir ao longo dos capítulos foi a seguinte:

- 1) Explicitação da relação da noção de *habitus* com o eixo proposto, de forma mais “teórica”.

2) Observação do “comportamento” dos pressupostos em relação à noção de campo, na medida em que ela interferisse na relação do *habitus* com o pressuposto em questão.

3) Problemática das variações e heterogeneidades desses eixos ou pressupostos.

Outro desafio importante foi como observar os eixos temáticos propostos que estamos considerando pressupostos da noção de *habitus* na operacionalização do conceito. Sob quais relações ou transformados em quais variáveis e indicadores eles se apresentariam? Como observar a presença e a variação dos pressupostos teóricos da noção de *habitus* do ponto de vista empírico, isto é, da forma que foram operacionalizados, ou a partir de quais aspectos esses se insinuavam, na pesquisa empírica?

De forma sintética, podemos dizer que em relação ao eixo do *passado*, observamos o indicador da origem social, mais especificamente a força explicativa desse sobre as práticas e disposições sociais. O pressuposto do *inconsciente* foi discutido a partir do senso prático como guia da ação e da suposição da unidade de estilo das práticas e disposições. O eixo temático da *classe* foi problematizado a partir da relação entre trajetória modal e dispersão das trajetórias. E por último, o pressuposto do *poder* foi abordado pelas estratégias de reprodução social das diferentes classes e das lutas de classificação social.

Como os eixos estão imbricados na noção de *habitus* e fizemos tal distinção analítica para poder observarmos suas variações, isso acabou gerando um problema de estilo na escrita e apresentação dos capítulos que não conseguimos resolver, que foi o da repetição.

O fato de abordarmos a caracterização bourdieusiana do *habitus* pequeno-burguês em todos os capítulos deve-se porque aí se encontram as maiores heterogeneidades dos pressupostos apontados e, mais ainda, porque tal inadequação relativa estaria ligada à presença, nessa classe, de “propriedades diacrônicas” fundamentais para o entendimento de suas disposições sociais. Foi preciso, então, pensar e mostrar como tais propriedades se manifestavam em cada eixo da noção de *habitus* no sentido da variação dos pressupostos.

A repetição de algumas passagens e citações ou temas ocorreu, também, porque nosso esforço interpretativo deu-se não sobre o que constituía a argumentação central de Bourdieu, a parte mais sistematizada de seu pensamento, mas foi um trabalho em cima de alusões, comentários breves, notas de rodapé, parágrafos curtos, passagens sem grande desenvolvimento, enfim, tudo que soasse como indícios que sinalizavam a presença da dimensão projetiva da agência, mas que não foram desenvolvidos de forma sistemática ou mais demorada, por Bourdieu, no livro *A distinção* (2007a).

Ainda, há uma última questão relativa ao método. Como esse trabalho se trata de uma análise teórica da operacionalização do conceito de *habitus*, muitas vezes torna-se difícil na interpretação e compreensão separar o empírico do teórico, por isso queremos deixar claro que a caracterização que Bourdieu faz do *habitus* pequeno-burguês, bem como sua representação dessa classe, veiculadas no livro *A distinção* (2007a), são os materiais sobre os quais nos debruçamos; tal caracterização está mesclada de elementos teóricos, empíricos, históricos, estruturais e conjunturais intimamente imbricados às questões político-identitárias da pequena burguesia no contexto da sociedade francesa.

Objetivos e estrutura da tese

Tendo em vista tudo o que foi dito, nosso intento é o de explicitar algumas variações da relação do *habitus* com o passado (e dos pressupostos implicados nessa relação, como a questão da inconsciência, das classes sociais, da reprodução do poder e da dominação), buscando perceber se elas implicam uma abertura maior para o presente e o futuro, isto é, para as dimensões prático-avaliativa e projetiva da ação, e por isso com possibilidade de apontar para uma articulação mais dialética entre as três dimensões da agência humana, ainda que o movimento bourdieusiano, nesse sentido, tenha sido pendular.

De forma mais direta, o objetivo da nossa tese é investigar em que medida as variações apresentadas na operacionalização da noção de *habitus* são indicativas de aberturas para uma concepção de agência mais complexa que relacione de forma dialética a dimensão iteracional (relativa ao passado) à prático-avaliativa (presente) e à projetiva (futuro).

Os objetivos específicos e os procedimentos metodológicos correspondentes foram:

- 1) Explicitar os pressupostos da noção de *habitus* relacionados à questão temporal: passado, inconsciência, classe e poder (pela leitura das obras de cunho teórico).
- 2) Apontar as variações de tais pressupostos (a partir da leitura de obras analíticas, especialmente o livro *A distinção*, 2007a).
- 3) Pensar em que medida tais variações indicam aberturas para as dimensões do presente e do futuro.

A tese foi composta por cinco capítulos. O primeiro capítulo, *Heterogeneidades do *habitus* pequeno-burguês*, contém a problematização da tese, concentrando as principais discussões teóricas, as quais contemplam aspectos mais gerais da teoria social, como a

discussão sobre a conceitualização da agência humana até tópicos mais específicos dos desenvolvimentos da teoria social pós-bourdiesiana. Essencialmente, buscamos demonstrar o desenho argumentativo desenvolvido ao longo do trabalho, apresentando a nossa interpretação da operacionalização, e obviamente das variações, da noção de *habitus* no livro *A distinção* (2007a).

No segundo capítulo, *A dimensão temporal do habitus*, explicitamos o peso explicativo da dimensão do passado para a constituição do *habitus*. Do ponto de vista da pesquisa, isso foi apontado pela forte correlação entre o indicador da origem social e as disposições sociais dos agentes. Ao longo do capítulo, buscamos refletir sobre alguns fatores que pudessem intervir, no sentido de provocar uma variação, na relação entre origem social e práticas/disposições. Esses fatores seriam: 1) a consideração da linhagem materna na construção da variável da origem social, e não somente da paterna, abrindo espaço para pensar a heterogeneidade das disposições adquiridas na socialização primária; 2) a importância da socialização escolar e do nível de instrução no engendramento de disposições nem sempre congruentes com aquelas herdadas e; 3) a importância da noção de trajetória para dar inteligibilidade à diacronia das posições sociais e seu efeito sobre as disposições resultantes.

No terceiro capítulo, *Habitus, razão prática e o princípio da não consciência*, apresentamos as propriedades do *habitus* geradoras do efeito da inconsciência, e a centralidade do corpo e do senso prático na concepção bourdieusiana da agência. Em seguida, discutiremos variações no nível de ajustamento das disposições (logo, sua maior ou menor inconsciência), especialmente em função da localização dos agentes no espaço social e das singularidades dos campos de ação e situações nas quais devem atuar.

No quarto capítulo, *Fronteiras de classe, mecanismos de diferenciação e dispersão de trajetórias*, discutimos a abordagem relacional do conceito de classe em Bourdieu e sua caracterização por uma estrutura de relações entre as demais formas de classificação. Na sequência, problematizamos e indagamos sobre os fatores responsáveis pela refração ou individualização do *habitus* de classe, tais como o efeito das características secundárias, o incremento da dispersão das trajetórias de agentes da mesma classe, e a heterogeneidade disposicional.

No quinto capítulo, *Reprodução social, mobilidade e a possibilidade da ruptura dóxica*, abordaremos a relação do *habitus* com a transmissão de recursos e a manutenção dos privilégios, possibilitadas pelas estratégias de reprodução das diferentes classes sociais, as quais

são definidas em função do volume e da estrutura patrimonial de capitais possuída pelos agentes das diferentes classes sociais, bem como, relacionalmente, em contraste com as demais estratégias concorrentes e os mecanismos garantidores de suas eficácias. Discutimos como a questão da reprodução social e da mobilidade social podem ser diferenciadas entre si e relacionadas a compreensões temporais e agênticas distintas; a primeira, entendida a partir da experiência temporal como recondução do passado associada a uma concepção cíclica do tempo, e a segunda, marcada pela ideia de linearidade e de um futuro construído a partir de uma intencionalidade. Por último, apresentaremos os efeitos da democratização do acesso ao ensino na França nas lutas de classificação e as particularidades das diferentes lutas entre as classes, na perspectiva bourdieusiana, aquelas que contribuem para a reprodução da ordem social e as “verdadeiras” lutas simbólicas no seio das classes dominantes em torno da definição do princípio legítimo de dominação.

2 HETEROGENEIDADES DO *HABITUS* PEQUENO-BURGUESES

A abordagem da questão da agência na teoria social foi grandemente polarizada, sendo o agente humano visto como fruto de determinações sociais ou como um ser autônomo e totalmente racional, ou seja, o agente como causa ou efeito das estruturas sociais. O que está implícito nessas duas visões é a discussão a respeito da capacidade agêntica humana em gerar (ou não) transformações na ordem social e no próprio agente. Reckwitz (2002) estabelece a diferença entre teoria da prática e teoria da ação, para dar conta de uma distinção analítica que diz respeito à valorização, por certo conjunto de teorias, dos aspectos conscientes e explícitos ou inconscientes e tácitos da agência humana. As teorias da ação tenderam a valorizar o sentido dado pelo sujeito à sua ação como causa dessa ação. Já as teorias das práticas sociais estiveram voltadas à inscrição e aos efeitos da ordem simbólica nos corpos dos agentes sociais, gerando padrões recorrentes de compreensão e ação no mundo (HAMLIN, 2014; RECKWITZ, 2002).

O tratamento polarizado da agência humana acabou gerando versões monolíticas do conceito, que deixaram de lado sua complexidade, negligenciando alguns dos seus aspectos formadores em detrimento de outros. O problema de tomar a agência por apenas um de seus possíveis aspectos é que se perderia de vista a interação dinâmica entre suas distintas dimensões e como essa interação se modifica na relação com os contextos estruturais nos quais a ação está inserida. Emirbayer e Mische (1998) vão conceber a agência como sendo o

[...] processo de engajamento social temporalmente incorporado, informado pelo passado (nos seus aspectos iteracionais ou habituais) mas também orientado em direção ao futuro (como capacidade projetiva de imaginar possibilidades alternativas) e para o presente (como capacidade prático-avaliativa de contextualizar hábitos passados e futuros projetos dentro das contingências do momento) (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998, p. 962) (Tradução nossa)⁵.

Nessa acepção do conceito, a questão da temporalidade se torna central, pois é tida como organizadora dos contextos de ação e da própria agência. As orientações agênticas podem estar relacionadas com as temporalidades (passado, presente e futuro) de forma diferente. Uma situação específica convoca no ator uma (re) composição dessas orientações temporais que são organizadoras de sua ação, e isso modifica sua relação com a estrutura. Os autores acham que

⁵ “[...] temporally embedded process of social engagement, informed by the past (in its “iterational” or habitual aspect) but also oriented toward the future (as a “projective” capacity to imagine alternative possibilities) and toward the present (as a “practical-evaluative” capacity to contextualize past habits and future projects within the contingencies of the moment)” (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998, p. 962).

prestar atenção nessas variações de orientação agêntica pode possibilitar um exame mais preciso da relação dos agentes com os contextos de ação, pela apreciação das diferentes margens de manobra e de escolhas reflexivas do ator em relação a contextos que são potencializadores ou inibidores dessas capacidades inventivas.

O intuito de decompor a agência em distintos elementos é o de mostrar que cada situação propicia uma reorganização específica dos seus três elementos formadores, frequentemente um sobressaindo-se em detrimento dos outros. A agência varia historicamente em função da forma de os agentes conceberem o tempo e a ação. Emirbayer e Mische (1998) querem se distanciar de uma concepção universalista da agência que daria igual importância aos seus três elementos constitutivos em diferentes formações espaço-temporais:

As maneiras pelas quais as pessoas compreendem sua própria relação com o passado, o presente e o futuro *fazem a diferença* nas suas ações; concepções mutáveis de possibilidade agêntica em relação aos contextos estruturais influenciam profundamente como os atores em diferentes períodos e lugares veem seu mundo como mais ou menos receptivo à imaginação, à intenção e ao esforço humanos (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998, p. 973. Grifo dos autores) (Tradução nossa)⁶

Os autores distinguem analiticamente três componentes da agência: o iteracional, o projetivo e o prático-avaliativo. O elemento prático-avaliativo está ligado à dimensão do presente. As contingências e especificidades de uma dada situação convocam o ator a fazer julgamentos práticos entre alternativas possíveis de ação. É aqui que a experiência do ator é problematizada, a partir de um esforço interpretativo e reflexivo.

O elemento projetivo está ligado ao futuro. A projetividade é uma capacidade de imaginar-se no futuro, de pensar sobre trajetórias possíveis, envolvendo uma transação entre esperanças e possibilidades. O aspecto instrumental ou voluntarista não deve ser exagerado, já que os projetos são gerados por percepções construídas em processos sociais interativos, impulsionados por situações problemáticas (ou ambíguas), portadoras de graus distintos de novidade e conflito, que possibilitam a construção (exploratória e difusa) de hipóteses sobre a experiência futura via reconstrução de esquemas de ação herdados do passado.

O passado é o elemento preponderante na dimensão iteracional da agência, que foi especialmente privilegiada pelas teorias da prática. Essa dimensão refere-se à influência do

⁶ “The ways in which people understand their own relationship to the past, future and presente *make a difference* to their actions; changing conceptions of agentic possibility in relation to structural contexts profoundly influence how actors in different periods and places see their worlds as more or less responsive to human imagination, purpose, and effort” (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998, p. 973).

passado na geração de esquemas cognitivos, corporais e afetivos que são organizados e implementados pelos atores em suas ações, contribuindo para a sustentação de identidades sociais e instituições. Esses padrões habituais da conduta, incorporados na vida cotidiana, não são reproduzidos mecanicamente, exigindo um nível de engajamento e seletividade respeitantes à variabilidade da situação de seu uso, ainda que essa dimensão da agência não seja marcada por uma reflexão consciente explícita. A importância desse elemento da agência se dá porque as outras duas dimensões (projetiva e prático-avaliativa) estão fundadas sob esses esquemas de ação, rotineiros e tácitos.

O trabalho de Pierre Bourdieu, a partir da noção de *habitus*, privilegiou a dimensão iteracional da agência, menosprezando o elemento projetivo da ação (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998).

Bourdieu (2007a) concebe a noção de *habitus* como sendo:

Necessidade incorporada, convertida em disposição geradora de práticas sensatas e de percepções capazes de fornecer sentido às práticas engendradas dessa forma, o *habitus*, enquanto disposição geral e transponível, realiza uma aplicação sistemática e universal, estendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido, da necessidade inerente às condições de aprendizagem: é o que faz com que o conjunto das práticas de um agente – ou do conjunto dos agentes que são o produto de condições semelhantes – sejam sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos – ou mutuamente convertíveis – e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das práticas constitutivas de um outro estilo de vida (BOURDIEU, 2007a, p. 163).

A dimensão do passado possui grande peso explicativo no esquema teórico bourdieusiano, já que o *habitus* é um sistema de disposições corporais e cognitivas constituído sob certas condições de vida, às quais tende a aderir, reproduzindo seus condicionamentos que são incorporados como uma segunda natureza (BOURDIEU, 1980).

Essa adesão do *habitus* às condições de sua gênese, logo, ao seu passado (socialização primária), seria reforçada pelo que Bourdieu (1980) identifica como o princípio de suas escolhas, qual seja, a homogamia reveladora de um engajamento dos agentes em proteger seu mundo e suas experiências, à medida em que se defende da mudança e de todo “ruído” que possa se contrapor ao seu ser, suas experiências e suas informações. Funcionando como um mecanismo de defesa contra a necessidade, o *habitus* a transforma em virtude, aderindo a essa e conformando uma constância que servirá de filtro ao acúmulo de novas informações advindas das experiências subsequentes.

Dada a importância central que a socialização possui no esquema bourdieusiano, ele passou a ser visto como um dos principais representantes de um modelo de análise que pretendia

compreender a ação dos indivíduos a partir do sistema de relações sociais, derivando a explicação sobre a ação da posição ocupada pelos indivíduos no espaço social. Assim, associando posição social ao tipo de ator que a ocupava, a teoria da socialização acabou, praticamente, fundindo sistema e ator (MARTUCCELLI, 2010).

Para Martuccelli (2010), o modelo analítico, estritamente baseado na teoria da socialização, que gozou de amplo prestígio no campo porque esteve durante muito tempo identificado à própria sociologia, entrou em crise devido à mudanças sociais que colocaram em xeque a própria ideia de integração da sociedade.

Argumentação análoga à de Margaret Archer (2011), quando ela diz que a validade da noção de *habitus* para o entendimento das ações sociais diminui no contexto morfogênético atual, marcado pela incongruidade contextual. Os sintomas dos contextos atuais de ação que invalidam a prevalência do *habitus* seriam referentes à perda de importância das práticas primárias de socialização como diretrizes seguras de orientação para a ação que pretende assegurar a continuidade das posições sociais.

Tal estado de coisas se daria em consequência de transformações que intensificaram a descontinuidade contextual atingindo a incongruência contextual contemporânea. A velocidade adaptativa exigida por tais transformações ampliaria a exigência da reflexividade para lidar com situações novas e não decodificadas. Nesse contexto, a tradição perde seu caráter normativo, modificando a dinâmica posicional, o que iria de encontro à natureza do *habitus* – marcada pela capacidade de reproduzir seus contextos de gênese (ARCHER, 2011).

O raciocínio é claro: a sociedade modificada pede um novo aparato analítico que dê conta de explicá-la. Martuccelli (2010) argumenta que mudanças na sociedade – especialmente a modificação do papel da cultura, que em vez de promover a integração social tem possibilitado a diversificação de expectativas individuais – são responsáveis pelo processo contínuo de singularização dos indivíduos, que se desprendem de suas posições sociais e não podem mais ser explicados em remissão direta a elas.

Os papéis do mercado e do consumo, também, segundo o autor, são fundamentais nessa modificação da cultura contemporânea, criando um abismo entre possibilidades objetivas e aspirações individuais. A cultura, cuja função era integrar o indivíduo à sociedade, passa a explicitar a fissura existente entre esses. Isso não significa invalidar a ideia de que os indivíduos continuam sendo socializados e que a cultura tem papel fundamental na formação da personalidade. O que está em questão é que, atualmente, ela tem operado como mecanismo de diferenciação. Isso aponta para a diversificação dos modelos culturais considerados legítimos,

as subculturas, a diversificação de grupos de pertencimento que, ao fornecerem modelos culturais variados, tornam a interiorização de certos padrões sociais, associados às classes, menos homogênea (MARTUCCELLI, 2010).

A reverberação teórica dessas mudanças sociais é que as “dimensões plurais e contraditórias da socialização” começam a ser amplamente trabalhadas. Para Martuccelli (2010), os pioneiros dessa mudança da conceitualização da socialização como algo unitário foram Berger e Luckmann, quando diferenciam a socialização primária das subseqüentes a ela. O que fica claro aí é que a socialização não é algo que se deu no passado e se cristalizou, mas ela é contínua e submete o indivíduo por toda a sua vida. Essa dimensão diacrônica somada à contemporânea diferenciação dos indivíduos constituem a problematização da socialização, e isso é a base das reflexões recentes sobre a heterogeneidade e pluralidade das disposições sociais, de autores como Lahire e Kaufmann.

Lahire (2002; 1999) fará uma crítica à suposta coerência do *habitus* como esquema engendrador de disposições e à “visão homogênea de homem” veiculada por esse conceito.

O autor alega que a Sociologia sustentou durante muito tempo uma visão do agente humano - baseada na crença da “unidade fundamental” do eu - ao concebê-lo como sendo uniformemente engendrado por uma formação social específica. Para ele, porém, no espaço de uma vida, os indivíduos incorporam papéis sociais diversificados, que remetem a modelos de socialização distintos, que geram esquemas de ação múltiplos. Esse patrimônio de disposições alimenta um repertório que será ativado de acordo com o contexto/situação (LAHIRE, 1999).

Lahire (1999; 2002) pondera que se o *habitus* é fruto da sedimentação de experiências de socialização, sua unidade e coerência só seriam possíveis se as experiências das quais ele resulta forem coerentes entre si. Para ele, no entanto, haveriam condições sócio-históricas que favoreceriam a unicidade ou uma maior pluralidade dos atores sociais, mas a homogeneidade e a coerência de um sistema disposicional só se verificariam em condições realmente particulares, para não dizer excepcionais, talvez em casos de internato ou de instituições totais. Por isso, ele considera que Bourdieu fez uma generalização abusiva ao transpor um modelo conceitual (o *habitus*) elaborado num contexto histórico de uma sociedade pré-capitalista (Cabília) para as sociedades contemporâneas com grande diferenciação interna, dado que as práticas de socialização nesses dois contextos são extremamente distintas.

Nas sociedades tradicionais, a estabilidade das condições de vida, fruto de uma insuficiente diferenciação das esferas de ação, das instituições, das funções sociais, contribuía para uma socialização coerente. Ao contrário, nas sociedades contemporâneas a

heterogeneidade das matrizes socializadoras se manifesta muito claramente de forma precoce – creches, babás, escola maternal, família etc. – e depois ao longo da vida, pelas variadas instituições culturais, trabalho, amigos, indústria cultural, que provêm demandas concorrentes e diversificadas. Então, os princípios de constituição das disposições seriam múltiplos por estarem diretamente relacionados às práticas de socialização (LAHIRE, 2002; 1999).

Enquanto Lahire considera a transposição do conceito de *habitus* de um contexto tradicional para outro, moderno, como uma extrapolação, Jean-Claude Kaufmann (2003) vai dizer que isso provocou o surgimento de duas teorias diferentes do *habitus*. A primeira teoria – desenvolvida a partir do material etnográfico sobre a Cabília – do *habitus* como fórmula geradora das práticas provê uma descrição totalizante desse como mecanismo gerador de ações absolutamente adequadas ao esquema que o conforma; daí a dificuldade de separar interioridade de exterioridade, subjetividade e objetividade, e de se pensar para além da reprodução social. Kaufmann (2003) argumenta que a aplicação desse modelo nas sociedades contemporâneas se mostrou complicado porque ele confere força excessiva à comutatividade *habitus*-campo (ator-sistema), mas considera que Bourdieu nunca consegue abandoná-lo totalmente.

A segunda teoria, das regularidades objetivas – elaborada em pesquisas sobre a sociedade ocidental contemporânea –, é mais permeável à captação da diversidade, porque Bourdieu vai fazer uma descrição mais detalhada e menos estática do espaço social, privilegiando a dinâmica dos campos, especialmente em seu livro *A distinção* (2007a). A mudança da primeira para a segunda teoria acontece porque se abandona a ideia de circularidade entre objetividade e subjetividade para se pensar a influência reiterada das estruturas sociais (KAUFMANN, 2003).

Possivelmente, o surgimento de heterogeneidades e variações nas apresentações da noção de *habitus* podem estar relacionadas à utilização e adaptação de uma noção cuja origem está ligada a um contexto pré-capitalista, sendo posteriormente aplicada a uma sociedade contemporânea (KAUFMANN, 2003; LAHIRE, 2002; 1999).

Podemos pensar, por exemplo, nos diferentes momentos em que a noção de *habitus* foi apresentada e definida nos primeiros escritos de cunho mais teórico (em *Esquisse d'une théorie de la pratique*, de 1972, e em *Le sens pratique*, de 1980) e quando ela foi operacionalizada em contextos diferentes para os quais foi originalmente pensada (num livro como *La Distinction*, de 1979).

Em 1972, Pierre Bourdieu publica o livro *Esquisse d'une théorie de la pratique*, cuja primeira parte, *Trois études d'ethnologie kabyle*, foi redigida na década de 1960, resultado de

uma pesquisa de campo realizada na Argélia. Nesse momento, a cena intelectual francesa estava dominada pelo estruturalismo, e a etnografia que ele realiza sobre a sociedade Cabília evidencia sua relação com tal corrente de pensamento, embora aí já se encontre uma crítica à etnologia tradicional (BOURDIEU, 2000).

Especialmente na segunda parte do livro, pode-se perceber que Bourdieu está imerso num debate teórico entre estruturalismo, marxismo e fenomenologia, a partir disso – e tendo como insumo a etnografia na Argélia – ele começa a conceber o seu instrumental teórico e seus conceitos-chave. Essa elaboração progressiva se realiza pela crítica às teorias em voga e pela problematização do exercício etnográfico, o que resultará mais adiante no livro *Le sens pratique* (1980), no qual sua proposta teórica se apresentará de forma mais estruturada (BOURDIEU, 1972).

Publicado em 1979, o livro *La Distinction* é o resultado de extensas pesquisas, especialmente sobre as práticas de consumo cultural e o estilo de vida dos franceses. Nele, Bourdieu investiga como as diferentes condições de existência, com seus recursos diferenciais, vão gerar *habitus* de grupos socialmente homogêneos em relação à estrutura de capital (econômico e cultural) e, portanto, posições similares no espaço social.

É o fato de membros de uma mesma classe social passarem por processos semelhantes de socialização, resultantes do montante de recursos simbólicos e materiais, e que se relacionam com os demais grupos diferencialmente, que permite pensar a homogeneidade do estilo de vida. Essas condições diferenciais de existência vão gerar *habitus* respeitantes às classes sociais.

Na terceira parte do livro, *Gostos de classe e estilos de vida*, Bourdieu apresentará em linhas gerais os *habitus* ligados à burguesia, à pequena-burguesia e às classes populares como estando regidos por diferentes princípios. O primeiro estando marcado por um “senso de distinção”; o segundo, pela “boa vontade cultural”; e o terceiro, pela “escolha do necessário”⁷.

Dubar (2005, p.84) explicita a representação feita por Bourdieu de cada um desses *habitus* mostrando como eles se relacionam a “[...] uma posição (superior/inferior) e uma trajetória (linear/ascendente) que se traduzem por uma mesma visão do mundo econômico e social”. Dessa forma, a topografia do espaço social se expressaria tanto em forma de disposições bem como na intenção de alguns grupos de modificá-la.

⁷ Esses princípios gerais, que dão inteligibilidade aos *habitus* das grandes classes sociais, nomeiam os capítulos respectivos sobre seus gostos de classe e estilos de vida.

Isso incide diretamente na visão que Bourdieu tem, *grosso modo*⁸, dos *habitus* das classes dominantes e das classes populares como mais ajustados às suas posições em relação ao *habitus* da classe média, que ele caracteriza como essencialmente pretensioso, *habitus* clivado entre dois mundos – o de origem e o pretendido. Na passagem abaixo, Dubar (2005) evidencia essa dupla diferenciação pequeno-burguesa:

[...] o pequeno-burguês (em ascensão) é apresentado como “um proletário que se encolhe para se tornar burguês” [...]. Desse modo, tudo o opõe ao (verdadeiro) burguês, que pode dar mostras de largueza (de despesas) e de largura (de ideias), porque tem ao mesmo tempo os meios (econômicos) e os códigos (culturais) para isso: tendo apenas de preservar uma posição adquirida e não necessitando alcançar uma posição superior, o grande burguês manifesta, em todas as suas atitudes, essa “coincidência realizada do ser e do dever-ser que fundamenta e autoriza todas as formas íntimas e exteriorizadas da certeza de si, da segurança, desenvoltura, graça, desembaraço, flexibilidade, elegância ou, em uma palavra, natural” (id, p. 27). Segundo Bourdieu, o pequeno-burguês também se distingue do operário e do camponês que permaneceram em sua condição de origem e que, não tendo a pretensão de se tornar, e, portanto, de parecer burguês, podem ser o que são, isto é, de condição “modesta” mas com liberdade de expressão, com seu “sólido” sentido de realidade, que não confundem com seus desejos [...] (DUBAR, 2005, p.83).

Interessante notar como o sentido da trajetória coletiva de uma classe, e mais especificamente da fração de classe, influencia a compreensão que os atores têm do futuro como mais ou menos permeável às suas investidas, liberando a dimensão projetiva da agência ou restringindo-a a seu aspecto iteracional.

Bourdieu dirá:

Para restituir, tão completamente quanto possível, as condições sociais de produção do *habitus*, convém considerar, igualmente, a trajetória social da classe e da fração de classe de filiação que, através do sentido provável do futuro coletivo, comanda as disposições progressivas ou regressivas em relação ao futuro, assim como a evolução, em várias gerações, do patrimônio das duas linhagens que, perpetuando-se no *habitus*, introduz divisões no interior de grupos tão homogêneos quanto as frações [...] (BOURDIEU, 2007a, nota 29, Segundo capítulo).

A reflexão de Dubar (2005) converge no sentido da discussão sobre a agência humana e sua relação com a compreensão do tempo desenvolvida por Emirbayer e Mische (1998).

⁸ Bourdieu tanto vai falar de um *habitus* “genérico” de classe ligado a uma posição estrutural no espaço social, como, em vários momentos, vai especificar tendências ligadas às frações de classe geralmente relacionadas à sua trajetória no espaço social ou à composição de seu patrimônio de capitais.

O futuro, e especialmente o engajamento no futuro, molda e é moldado pela ação. A postura pretensiosa, dividida pelo medo do declínio social e por uma orientação para a mobilidade ascendente, diferente da resignada para os quais o presente é vivido como algo duradouro gera um investimento no futuro que pode ser visto em algumas práticas pequeno-burguesas.

Emirbayer e Mische (1998, p. 985) trazem a distinção de Niklas Luhmann (1990) entre concepções do tempo antigas, nas quais o futuro era “largamente predeterminado pelo passado”, dando a sensação de um presente interminável às modernas “nas quais a experiência é concebida como um mover-se em direção a um futuro indeterminado o qual é intencionalmente construído através de uma racionalidade meios-fins”.

Poderíamos pensar, a partir dessas indicações, em que medida a representação que Bourdieu fez do *habitus* das classes médias francesas, especialmente das frações em ascensão, tal como apresentado no livro *A distinção* (2007a), não implica uma articulação diferenciada entre as dimensões da agência, na qual o elemento projetivo assume relevância em detrimento do iteracional e há um reconhecimento da capacidade “reflexiva” desses atores sociais? A projetividade seria justamente essa capacidade imaginativa sobre o futuro, que envolve a experiência do relativo distanciamento em relação ao passado.

Ao problematizar a noção de *habitus* como sendo fruto da incorporação da socialização inequívoca ligada fundamentalmente a uma origem social, Dubar (2005) alega que a partir de Bourdieu é possível conceber o *habitus* como estando ligado à (orientação descendente ou ascendente da) trajetória social do grupo de origem, e, portanto, dando margem para ir além das condições sociais objetivas que o constituíram para comportar as relações diferenciais que os atores de determinados grupos mantêm com o futuro. Por isso, ele vai dizer que as classes sociais (e suas frações) foram definidas por Bourdieu como classes de condicionamentos duráveis geradoras de um estilo de vida homogêneo, mas também por uma relação diferenciada com o futuro que se relaciona à estrutura de capitais de que são portadoras. Nesse sentido, ele traz à tona a importância que a noção de trajetória tem nesse livro ao complexificar o indicador da origem social.

Em artigo recentemente publicado, Wacquant (2015, p.19) também chamará a atenção ao fato de Bourdieu ter lançado mão de estratégias bastante diferenciadas ao ater-se à investigação dos *habitus* em diferentes momentos de pesquisa. Ele dirá que Bourdieu fez uso de um modo de observação sincrônico e indutivo ao construir tal noção no estudo do sentimento de honra na Cabília, a partir do estabelecimento de “[...] conexões entre padrões de preferências,

expressões e estratégias sociais dentro e através dos espaços de atividade buscando inferir sua matriz compartilhada”. E que ele utilizou uma observação diacrônica e dedutiva, ao deter-se sobre a sociedade francesa, no livro *A distinção*, voltada ao mapeamento das “[...] trajetórias sociais dos agentes para reconstruir o sequenciamento e a sedimentação das camadas de disposições num período de tempo”.

Acreditamos haver indicações no livro *A distinção* (2007a) que sinalizam para uma relação diferenciada dos agentes com o seu passado, que não sendo a da “adesão” estrita, se manifesta como uma tensão em relação a ele, o que por sua vez modifica a estrutura das relações entre os pressupostos que caracterizam a relação do *habitus* com o passado, como a questão do nível de consciência, das condições de existência de um *habitus* homogêneo e compartilhado pelo mesmo grupo social, a questão da transmissão do poder e da reprodução social. É a partir da observação das variações desses eixos que podemos perceber o movimento pendular feito por Bourdieu do passado em direção ao presente e futuro.

A partir disso, o objetivo da nossa tese é investigar em que medida as variações apresentadas na operacionalização da noção de *habitus* são indicativas de aberturas para uma concepção de agência mais complexa que relacione de forma dialética a dimensão iteracional (relativa ao passado) à prático-avaliativa (presente) e à projetiva (futuro).

A nosso ver, o esclarecimento da questão temporal da noção de *habitus* toca, fundamentalmente, em quatro eixos temáticos: Passado, Inconsciente, Classe e Poder. Nossa hipótese é que ao explicitar esses eixos que estamos entendendo como pressupostos da noção de *habitus*, estaremos aptos a perceber variações na sua operacionalização no livro *A distinção* (2007a), e assim teremos condições de pensar se e em que medida tais variações indicam aberturas para as dimensões do presente e do futuro.

2.1 EIXOS TEMÁTICOS OU PRESSUPOSTOS DO *HABITUS*

Esses eixos temáticos que identificamos estão intimamente inter-relacionados na concepção da noção de *habitus*. Para fins analíticos e metodológicos, fizemos essa separação que apresentaremos de forma esquemática e concisa a seguir. De uma forma bastante simplificada, a imbricação desses eixos se dá porque, no esquema bourdieusiano, o *habitus* é entendido como o *passado* acumulado sob a forma de capitais, sedimentados no corpo ou somatizados de forma *inconsciente*, que são, em grande medida, transmitidos durante a socialização primária no seio da família, menor unidade de *classe*, sendo mecanismos

fundamentais da transmissão do *poder* e dos privilégios de certos grupos, contribuindo para a reprodução das suas posições e, assim, da ordem social.

2.1.1 Passado

A centralidade da dimensão do passado para a noção de *habitus* está ligada à importância que a socialização primária tem, em comparação com as experiências subsequentes, para a conformação da matriz de percepções e práticas. Essa dimensão pode ser observada no livro *A distinção* (2007a) a partir do poder explicativo do indicador da *origem social* sobre as disposições e as práticas dos agentes.

O indicador da *origem social* foi construído a partir da categoria socioprofissional e do nível de instrução do pai e do avô paterno. Logo, a influência do passado foi medida levando-se em consideração a influência da herança de capitais da linhagem paterna sobre o patrimônio de capitais e as disposições dos descendentes. O peso fundamental que a linhagem paterna tem na construção da variável “origem social” se justificaria pelo fenômeno do *conatus* paterno, que consiste na atribuição à posição paterna um peso conformador, delimitador e prescritivo sobre os seus descendentes, estando ligada a um tipo de configuração familiar marcada pela situação da dominação masculina, em que a figura paterna teria ascendência sobre a família nuclear, garantindo sua integração e seu funcionamento como um sujeito coletivo.

Diante desse quadro, uma das formas de supor a variação da relação entre *habitus* e passado seria principalmente pela observação da variação da correlação entre origem social e práticas. Essa forte correlação embasa a tese central do livro *A distinção* (2007a), qual seja, a de que os gostos variam, principalmente, em função da origem social e do nível de instrução. O fato, porém, das práticas da classe média francesa nem sempre sugerirem uma correlação direta com sua origem social constitui um desafio interpretativo ao esquema bourdieusiano. O autor lançará mão de algumas estratégias explicativas para abarcar e transpor tal “desafio” de tentar construir uma unidade dentro desse universo profundamente multifacetado marcado pelo elemento da indeterminação estrutural.

Em alguns momentos, dirá que é a própria situação de pesquisa que criará a ilusão de uma proximidade entre os gostos da classe média e os da classe dominante, em função da estratégia de blefe cultural, a qual dificilmente pode ser totalmente controlada pelos instrumentos de objetivação disponíveis, mas que estaria longe de ter a mesma eficácia nos palcos “reais” de interação, especialmente nas conversações mundanas.

Bourdieu (2007a) dará, também, ênfase aos usos sociais, os quais matizam o fato de diferentes classes consumirem, em certas ocasiões, os mesmos produtos culturais. O autor ressaltará, assim, que os mecanismos de diferenciação associados às classes nem sempre estão ligados à oferta e ao consumo de produtos distintos pelos agentes sociais, mas, igualmente, às maneiras de consumi-los.

O argumento mais desenvolvido por ele, no entanto, é o de que as disposições de algumas frações da pequena burguesia não podem ser imputadas diretamente à sua posição social porque elas revelam, não a posição mas, o pendor da sua trajetória social. Nesse sentido, diferentemente das outras classes sociais, as disposições de setores da classe média seriam marcadas de forma importante pelo efeito de trajetória, tema que perpassará toda a tese, o qual abordaremos mais adiante.

Neste momento, nosso intuito é explicitar a concatenação da nossa argumentação ao longo deste trabalho. O eixo *habitus e passado*, desenvolvido no segundo capítulo da tese (*A dimensão temporal do habitus*), foi estruturado da seguinte maneira: em um primeiro momento, apresentamos de forma sintética a relação do *habitus* com o passado, como essa relação foi operacionalizada e seu pressuposto central. Em seguida, apresentamos como subtópicos o que entendemos serem três possibilidades de variação da eficácia explicativa do indicador da origem social sobre as disposições dos agentes, que seriam: *a linhagem paterna e a linhagem materna; o nível de instrução e a origem social; a trajetória e a origem social*.

A consideração da família como campo de lutas passaria pela atribuição de importância à herança de capitais transmitida pela linhagem materna e a correlação de forças desta com a herança paterna, o que resultaria numa caracterização mais precisa da configuração do patrimônio de capitais dos descendentes que está na base de seu *habitus*. Bourdieu alude, rapidamente, a dois fenômenos localizados na pequena burguesia ascendente que indicam a importância da consideração da linhagem materna, quais sejam, a feminilização desses estratos e do conjunto de novas profissões ligado a estes, e a presença de discordância, em favor da mulher, verificada na comparação da estrutura e do volume do patrimônio de capital dos cônjuges.

Já o efeito e o peso da variável do nível de instrução sobre as disposições poderiam ser vistos, de forma mais explícita, nos casos de agentes, que Bourdieu chamará de “sobreselecionados”, ou seja, aqueles que atingiram e possuem os mais altos níveis de instrução.

Se por um lado é obvio o caráter de exceção de agentes sociais que estão fora da probabilidade estatística, atingindo nível de instrução improvável para sua origem social, por

outro, é interessante pensar o tipo de efeito sugerido pela socialização escolar prolongada, fazendo diminuir do ponto de vista estatístico a diferença do consumo cultural entre agentes de origens sociais diversas.

Também é importante notar a associação entre nível de instrução e mobilidade ascendente. O acúmulo de capital cultural está na base das estratégias de mobilidade ascendente características de grupos cujo patrimônio de capital é marcado pela prevalência de capital cultural, sendo uma das vias por meio das quais a pequena burguesia “intelectualizada” acessa a burguesia.

A importância do efeito de trajetória sobre as disposições se verifica, de forma mais clara, na pequena burguesia. Embora tal efeito possa sugerir uma complexificação da relação entre origem social e disposições, Bourdieu argumentará que tal relação pode ser mantida desde que a definição da origem social não leve em consideração somente a posição social – pontual – do pai e do avô, mas o sentido (ascendente ou descendente) da trajetória destes e de suas posições, o qual irá conformar as disposições dos descendentes.

Quanto a isso, podemos nos perguntar se o incremento do deslocamento no espaço social não influencia, por meio de uma relativa heterogeneidade nas condições de existência e instabilidade da posição de classe que parece implicar, na suposição da presença de condicionamentos homogêneos e estáveis que parecem estar ligados à noção de *habitus*.

2.1.2 Inconsciente

O pressuposto do inconsciente se associa à noção de *habitus* pelo estabelecimento do senso prático e da compreensão tácita, logo, do aspecto “empírico” da compreensão, como guia de grande parte das ações da vida cotidiana dos atores sociais. A via do conhecimento prático se estabelece, no pensamento de Bourdieu (2001; 1980), pela crítica a concepções voluntaristas e deterministas da ação social, erigindo-se pela valorização do aspecto corporal das disposições práticas de um ser englobado e moldado pelo mundo social no qual deve atuar. A familiaridade com esse mundo seria o corolário da falta de distância objetivante para com ele, deflagrando uma relação de cumplicidade possível pela naturalização semiconsciente ou inconsciente de si e de seus caracteres distintivos e relacionais (de classe, gênero, etnia, etc.) que delimitam a posição no espaço social e produzem os princípios de ação.

Contudo, a lógica do senso prático não possui a mesma eficácia do ponto de vista da inteligibilidade das ações das diferentes classes de agentes. A nosso ver, a caracterização que

Bourdieu faz do *habitus* da classe média ressaltar justamente a fissura da lógica da prática mediante o incremento das “escolhas” em função da intenção de manipulação das próprias disposições.

A presença de indícios de autocritica e autoconsciência na relação de alguns setores médios com a cultura se relaciona a uma série de fatores em sua maioria ligados ao princípio da “boa vontade cultural”, que rege a relação desses com a cultura dominante. O reconhecimento de uma cultura que não é a sua resulta na crítica de si e de sua própria cultura. A observação de si, de suas práticas culturais (e do discurso sobre elas) em relação ao paradigma cultural dominante e as constantes tentativas de adequação, denotadas pelos blefes, situações de *alodoxia*, simulações de familiaridade com a cultura dominante buscam garantir lucros simbólicos decorrentes dessa associação, denotando certo distanciamento das disposições possuídas.

É porque o grau de ajustamento do *habitus* se modifica, também, em função das características das esferas de atividade (e de seu estado conjuntural), bem como das modalidades de envolvimento possibilitadas por essas aos diferentes agentes, que podemos pensar a relação *habitus*-campo de forma mais dialética e diversificada. Discutiremos isso a partir de dois pontos. O primeiro diz respeito à diferença aludida por Bourdieu (2007a) entre uma maior “discursividade” ou “corporalidade” de certas disposições sociais em função da demanda específica ligada aos princípios de legitimidade dos diferentes campos. O segundo estaria ligado ao grau de autonomização e institucionalização dos campos de ação, e o reflexo disso na maior (in) determinação da relação entre posições e disposições sociais.

2.1.3 Classe

Talvez o eixo mais importante que baliza a noção de *habitus* seja o de classe. O *habitus* não é individual, ele é compartilhado pelo grupo de atores que dividiram as mesmas condições de existência e que geraram um conjunto de condicionamentos sociais cujo valor é relacional, distintivo e hierarquizado. A fidelidade a si é a fidelidade aos que lhe deram origem, conformando uma solidariedade visceral (ligação afetiva e cognitiva) ao grupo de pertencimento (BOURDIEU, 1980; 2007a).

O aspecto relacional da identificação e diferenciação é patente aqui, pois o “valor” de uma classe de indivíduos será definido pela posse (ou falta) relativa de recursos. Pode-se dizer que os membros do mesmo grupo, seja classe social ou fração de classe, estão unidos

cognitivamente pelo compartilhamento de uma mesma perspectiva do espaço social, que se diferencia das demais, extraindo daí seu valor. Do ponto de vista da topografia do espaço social, a perspectiva é limitada pela localização diferencial, tornada possível pelo acúmulo ou escassez de capitais de todos os tipos (BOURDIEU, 2007a).

A classe é um pressuposto do *habitus* porque este é um sistema de disposições coletivas e compartilhadas por indivíduos que viveram sob as mesmas condições de existência. Então, o *habitus* não é individual, mas sempre é *habitus* de classe.

As classes sociais são apreendidas por Bourdieu a partir de uma análise topológica do espaço social, sendo definidas em primeiro lugar pelo volume global de capital, e em seguida, pela estrutura desse patrimônio de capital (a qual definiria mais propriamente as frações dentro da classe).

Além da localização no espaço social em função do volume de capital, Bourdieu aborda uma estrutura de relações entre outras formas de classificação, como a etária, étnica, de gênero, matrimonial, geográfica, etc., que também seria definidora da classe social.

Tais classificações parecem conter a possibilidade de se pensar a individualização do *habitus* de classe em função de propriedades secundárias, já que nem todos os agentes da mesma classe possuem de igual maneira as características modais que estão associadas a essa. Bourdieu (2007a) sugere que as variações individuais do *habitus* estão relacionadas à trajetória social e à posição ocupada pelo agente no interior da sua classe, que podem ser entendidas também pelo grau em que esse manifesta as características modais da classe. Apesar disso, o movimento argumentativo do autor se estabelece no sentido de ler as características secundárias não como fontes de refração do *habitus* e da herança de classe ou do incremento da indeterminação. Ele vai entendê-las no sentido da sobre-determinação da posição de classe por intermédio de todas as demais classificações.

Em um sentido próximo, Bourdieu (2007a) estabelecerá a relação entre classe e campo. O campo das classes sociais englobaria todos os campos de produção cultural. O princípio explicativo das práticas sociais performatizadas nos mais diferentes campos seria o princípio da classe social. A sistematicidade das práticas e a sua homologia permitiriam falar em um princípio único por trás delas, princípio de classificação diferencial, de visão e divisão do mundo social.

Talvez uma maneira mais frutífera de pensar uma possibilidade de abertura do eixo da classe, para pensar a individualização dos *habitus* e das trajetórias sociais, seria refletir e

problematizar a questão da homogeneidade das classes sociais e da estabilidade da posição de classe.

A proposição de que o *habitus* é uma matriz geradora de práticas e percepções, produzida por condicionamentos derivados da experiência sob certas condições diferenciais de existência, parece supor tanto a estabilidade e a homogeneidade dessas condições de vida geradoras de um conjunto de disposições homogêneas e sistemáticas, mas também a existência de fronteiras identitárias e classificatórias bem delineadas entre as classes. As práticas e as disposições classificam os agentes porque elas conservam uma capacidade de diferenciá-los.

Se essa suposição de fronteiras identitárias claras é possível para as classes situadas nos dois polos sociais, para a classe média ela se complica, especialmente pelo incremento dos deslocamentos no espaço social e pela presença da dispersão de trajetórias em relação à trajetória modal da classe, mas também por manifestar disposições incoerentes e incongruentes entre si e que podem ser aproximadas, em alguns casos, das disposições da burguesia e daquelas das classes populares.

Por outro lado, os princípios-guia do *habitus* da classe média (ascetismo, rigorismo, malthusianismo, etc.), diferentemente dos das demais classes, não remetem, diretamente, à ideia de solidariedade e de união do grupo, na qual se assenta o *habitus*, ou de adesão ao passado e à origem social. Nesse caso, parece se revelar uma relação de tensão com o passado e a renúncia do presente, pois o futuro surge claramente como intenção. Daí toda uma ética do sacrifício e da virtude e, também, a presença de uma divisão identitária entre disposições possuídas e pretendidas.

A representação que Bourdieu faz da classe média e a caracterização que apresenta do seu *habitus* torna possível a questão a respeito da própria existência da classe média, já que é um conjunto de posições significativamente marcadas pela condição da própria instabilidade, que agrega indivíduos, igualmente, em trânsito, gerando uma situação de ambiguidade do ponto de vista da classificação de suas práticas, as quais só podem ser caracterizadas justamente por essa condição.

O princípio da boa vontade cultural, que rege o *habitus* pequeno burguês, confere inteligibilidade justamente à heterogeneidade disposicional dessa classe. De forma que o que parece estar sugerido no caso das classes médias é que o verdadeiro padrão revelado por suas disposições estéticas e seu consumo cultural é precisamente a falta de unidade disposicional e a clivagem entre dois universos.

2.1.4 Poder

O pressuposto do poder na noção de *habitus* se relaciona à transmissão geracional de recursos e à manutenção dos privilégios de certos grupos. As estratégias diferenciais de reprodução das diferentes classes sociais incluem “escolhas” matrimoniais, escolares e profissionais que visam à reprodução ou ao incremento dos recursos disponíveis, sejam eles capitais econômicos, sociais ou culturais, para assegurar ou melhorar a posição ocupada na hierarquia do espaço social. Como os diferentes capitais estão incorporados nos atores sob a forma de *habitus*, eles acabam sendo naturalizados, tornando-se indissociáveis da pessoa, o que confere legitimidade à dominação social de certos grupos.

A visão bourdieusiana sobre os deslocamentos no espaço social está pautada pela crítica aos estudos de mobilidade social e se encaminha no sentido de uma perspectiva que entende a historicidade das estruturas como indicativa da translação das estruturas, e não de uma verdadeira mudança dessas.

A lógica de funcionamento e a estrutura interna dos campos estão implicadas na questão da transmissão do poder e no tema da reprodução social. No livro *A distinção* (2007a), Bourdieu discute como uma mudança do campo escolar francês – no caso, a democratização do acesso ao ensino – incidiu sobre as lutas de classificação social.

Outra questão relativa a esse eixo são as especificidades das lutas entre as classes. Bourdieu faz uma distinção entre as lutas de caráter reprodutivo, dentre as quais estão aquelas protagonizadas pela classe média, e as lutas simbólicas no seio das classes dominantes em torno da definição do princípio legítimo de dominação.

2.2 VARIAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS NO *HABITUS* PEQUENO-BURGUESES

A separação dos pressupostos ou eixos do *habitus*, exposta acima, foi simplesmente um mecanismo analítico encontrado para explicitar a natureza desse instrumento heurístico e para possibilitar a observação dos pressupostos na operacionalização da noção de *habitus*, especialmente no livro *A distinção* (2007a), e assim poder verificar suas variações.

Mas, do ponto de vista da concepção bourdieusiana sobre tal noção, esses eixos estão intimamente imbricados. Na verdade, existe uma estreita relação de sentido entre o privilégio explicativo dado à dimensão do passado, a suposição da lógica da prática como alheia à

deliberação consciente, a solidariedade de classe e os mecanismos de reprodução da posição social.

Isso faz pensar que a variação de um dos pressupostos incidirá de maneira mais ou menos importante na adequação de todos os demais. De forma que se um dos pressupostos (passado, inconsciente, classe e poder) variar, a estrutura de relações que (efetivamente) os une, provavelmente, sofrerá modificação.

Poderíamos pensar, então, que se a dimensão projetiva da agência adquirisse importância ao lado da iteracional – tornando não só a relação com o passado, mas a relação com o futuro fundamental para as disposições e práticas sociais –, isso incidiria, como uma espécie de efeito em cascata, sobre a estrutura das relações entre passado, inconsciência, classe e poder, possivelmente reconfigurando-a e abrindo a possibilidade para se pensar em níveis de consciência e distanciamento do passado, bem como em modalidades de dominação e graus de homogeneidade das classes sociais.

A nosso ver, quando Bourdieu operacionaliza a noção de *habitus*, no livro *A distinção* (2007a), para as três classes sociais, há maior adequação conceitual ou observação mais aproximada dos pressupostos para as classes populares e para a burguesia do que para a pequena burguesia.

A seguir discutiremos o que seria essa certa inadequação do *habitus* pequeno-burguês em relação à observância dos pressupostos. Importante lembrar que essa interpretação não está enunciada na argumentação central desse livro e nem constitui uma preocupação teórica de Bourdieu. Ao contrário, nosso esforço interpretativo deu-se a partir da leitura tanto de indícios ou alusões, que sugeriam um caminho argumentativo não levado adiante pelo autor, quanto a partir de certa heterogeneidade da argumentação central⁹.

A caracterização que Bourdieu faz do *habitus* pequeno-burguês no livro *A distinção* (2007a), seguindo sua análise topológica, está ligada à localização da pequena burguesia no espaço social. Contudo, ao contrário das outras duas classes “bem” localizadas nos dois polos – superior e inferior – do espaço social, a classe média ocupa um lugar central, que o autor dirá ser mais ou menos indeterminado.

Do ponto de vista posicional, essa “indeterminação estrutural” estaria ligada ao fato do *locus* médio do espaço social abrigar indivíduos de diferentes origens e trajetórias sociais que

⁹ Nesse sentido, estamos seguindo indicações teórico-metodológicas feitas por Corcuff (2003; 2009) para uma leitura diferenciada das obras de Bourdieu que possa identificar caminhos argumentativos não desenvolvidos (mas aí sugeridos, mesmo que de forma embrionária) e, ao mesmo tempo, que possa perceber e indicar fissuras ou heterogeneidades na argumentação e nas construções teórico-metodológicas do autor.

foram arrastados para essas posições em função de seu deslocamento ascendente ou descendente. Nesse sentido, é que Bourdieu dirá que a classe média não é apenas um ponto no espaço social, mas um lugar de passagem no trânsito entre os outros dois polos do espaço social.

Do ponto de vista disposicional, podemos pensar que tal ambiguidade estrutural se revelaria na falta de unidade de estilo de seus discursos e práticas culturais, em comparação com as demais classes, evidenciando uma espécie de divisão identitária entre disposições possuídas e pretendidas ou futuras.

Como Bourdieu (1996a, p.21) dirá que “Uma das funções da noção de *habitus* é a de dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes [...]”, o ecletismo ou certa heterogeneidade do consumo cultural da classe média se torna significativo justamente porque se afasta do modelo proposto por Bourdieu (*Idem*) ou da lógica explicativa delineada pela noção de *habitus* como “[...] princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas, de pessoas, de bens e práticas”.

Na tentativa de abarcar a heterogeneidade (relativa) do consumo cultural da classe média, Bourdieu (2007a) atribuirá a esse *habitus*, fórmula gerativa que preside as práticas e as preferências, um conflito recorrente que explicaria e decodificaria essas variações das “escolhas” culturais dessa classe de agentes. O princípio-guia do *habitus* pequeno-burguês, qual seja, a boa vontade cultural, consistiria numa disposição em reconhecer a cultura dominante como sendo legítima e assim criar os meios para se apropriar dela ou esconder seu déficit cultural.

O sentimento de indignidade cultural seria um dos motores da cisão no padrão de julgamento pequeno-burguês, entre seus gostos de origem e seus gostos de vontade. Há margem para entendermos que a divisão seria entre um gosto “médio” possuído e um gosto burguês almejado.

Em outro momento, o autor parece sugerir que essa divisão que impele a pequena burguesia à necessidade da escolha seria definida pelos grupos que estão em suas fronteiras. Dessa forma, os indivíduos da classe média teriam que escolher sempre entre dois universos valorativos ligados às classes populares e à burguesia, cujo efeito seria o caráter incongruente do consumo de bens simbólicos incompatíveis ou supostamente excludentes entre si.

E há, ainda, a divisão entre três gostos na pequena burguesia. Tais disposições estéticas diferenciadas corresponderiam às distintas frações de classe. Essa divisão seria motivada, especialmente, por fatores ligados à idade e ao sentido da trajetória social, resultando num gosto

médio “regressista”, outro “progressista” e outro “médio-médio”, pensados como *continuum* comparativo e aproximativo dos gostos dos demais estratos inferiores e superiores do espaço social. Isso dá uma mostra da grande complexidade que envolve a caracterização do *habitus* pequeno-burguês.

Se levarmos em consideração o significado e o efeito que o princípio da “boa vontade cultural”, princípio estruturante do *habitus* pequeno-burguês, tem para as suas disposições e consequentemente para a construção de seus discursos e práticas, poderemos perceber que há certa incongruência ou inadequação em relação aos pressupostos que balizam a noção de *habitus*, parecendo sugerir uma configuração sócio-psíquica e temporal distinta daquela esboçada mais acima. O sentimento de indignidade cultural, possibilitado pela boa vontade cultural, ou seja, pela docilidade e reverência para com o arbitrário cultural dominante, cria um espaço de distanciamento crítico das próprias preferências culturais.

As situações de blefe cultural, de alodoxia, exemplos do reconhecimento sem conhecimento da classe média diante da cultura erudita, revelam a tensão colocada por essa experiência de violência simbólica. Se a cultura dominante é endossada como legítima de maneira inconsciente, virando um paradigma, a consequência é a visão de si e de suas práticas culturais como indignas ou possuindo um déficit em relação ao arbitrário cultural dominante.

A situação de dominação da classe média poderia ser contrastada com a modalidade de dominação simbólica sofrida pelas classes populares, que parece excluir mais prontamente a dimensão projetiva e consciente da agência, tendo um *habitus* balizado pelos princípios do gosto de necessidade e da resignação.

De uma forma geral, a descrição que Bourdieu (2007a) faz das estratégias de reprodução ou, seria mais preciso dizer, de mobilidade da pequena burguesia, particularmente de algumas frações, apresenta uma dimensão projetiva fundamental, marcada justamente pela pretensão de ascensão social.

A pretensão cultural, o estilo de vida ascético, o autodidatismo, rigorismo, o malthusianismo, o sobre-esforço para o acúmulo de capital cultural conformam estratégias de exploração de si e do seu capital moral, permeadas por uma compreensão instrumental do tempo e da sua ação.

Bourdieu (2007a) chega a falar que a luta pequeno-burguesa contra o tempo e pela mobilidade social, cujo oposto é o poder burguês sobre o tempo, corolário da sua vantagem social e do mínimo esforço para manter sua posição social, muitas vezes exige a renúncia de

qualquer gratificação dos genitores, que só poderão “saborear” os frutos de seu esforço na geração seguinte, por meio dos filhos.

Essa concepção instrumental do tempo e da ação está ligada a uma dimensão mais propriamente projetiva que iteracional da agência, porque se dá pela renúncia do presente, pela tensão com o passado e pela tentativa de controle do futuro.

Já a dimensão iteracional da agência parece implicar uma concepção mais imanente do tempo e da ação. No caso do *habitus*, tal dimensão seria vista por meio do princípio da probabilidade, definidor da margem de ação e do universo de possibilidades a partir da adesão ao que passou e ao que é.

Nesse sentido, a única maneira de subsumir o caso da classe média na “regra geral” do funcionamento a partir da probabilidade, característico do *habitus*, seria argumentar, como Bourdieu fará, que o investimento no futuro realizado por algumas frações da classe média revela o pendor de sua trajetória social ascendente, ou seja, é possível graças a condições objetivas de possibilidade de ascensão social e de realização do futuro que tentam “construir”.

Ainda nesse caso, teríamos uma situação ímpar na classe média que é a não correspondência direta entre origem social e disposições; o que levará Bourdieu a caracterizar a especificidade dessa classe pela presença de “características diacrônicas”, relativas à experiência do deslocamento no espaço social.

Qual é a especificidade de uma classe, ou conjunto de atores sociais, caracterizada pelas “propriedades diacrônicas” em comparação com outras classes para as quais essas não interferem na correlação do indicador da origem social e das disposições?

O indicador da origem social, construído a partir da categoria socioprofissional do pai e do avô, se revelou insuficiente para dar inteligibilidade a certas disposições sociais da classe média. A inconsistência da relação entre a origem social e determinadas práticas/disposições pequeno-burguesas foi explicada por Bourdieu (2007a), principalmente, pelo recurso à noção de trajetória.

Porém, ele entenderá a trajetória como uma espécie de indicador “diacrônico” da origem social, restringindo-a ao sentido – ascendente ou descendente – da trajetória paterna (ou da fração de classe) e à sua influência conformadora sobre a trajetória, a posição e as disposições sociais dos descendentes. Logo, a relação entre origem social e práticas sociais poderia ser estabelecida desde que se levasse em conta o efeito do sentido da trajetória paterna sobre as disposições dos herdeiros.

Mesmo se aceitarmos a explicação bourdieusiana, caberia a questão sobre o significado de uma maior dispersão de trajetórias sociais na classe média, já que a trajetória modal de classe, junto a uma série de outros indicadores, seria um elemento importante de caracterização da classe construída.

Por isso, indagamos se o *habitus* não funcionaria melhor para explicar as práticas e preferências das classes estabelecidas do que aquelas com maior taxa de deslocamento intra e intergeracional, como acontece na pequena burguesia. Ou, a pergunta seria se a sistematicidade do *habitus* e a unidade de estilo das práticas orientadas por ele não estariam ligadas à estabilidade e à homogeneidade das condições de existência que o engendrou?

Há uma pista sobre isso em outro livro de Bourdieu (2001):

A relação entre as disposições e as posições nem sempre assume a forma do ajustamento quase milagroso, e fadado por isso a passar despercebido, que se observa quando os *habitus* são produtos de *estruturas estáveis*, as mesmas nas quais eles se atualizam: nesse caso, sendo os agentes levados a viver num mundo que não é radicalmente distinto daquele que modelou seu *habitus* primário, a sintonia logo se estabelece entre a posição e as disposições daquele que a ocupa, entre a herança e o herdeiro, entre o cargo e seu detentor. Sobretudo por conta de transformações estruturais que suprimem ou modificam certas posições, *e também da mobilidade inter ou intra-geracional*, a homologia entre o espaço de posições e o espaço de disposições nunca é perfeita e sempre existem agentes numa posição em falso, deslocados, mal situados em seu lugar e também, como se diz, “na sua pele” (BOURDIEU, 2001, p.192, grifo nosso).

A trajetória modal, a endogamia e a antiguidade do pertencimento a uma classe social podem ser contrastadas à dispersão de trajetórias de indivíduos que se encontram – durante certo período de tempo – dividindo as mesmas posições sociais e que podem estar aí devido a processos de desclassificação.

Portanto, a noção de *habitus* como instrumento explicativo teria a mesma pertinência ao explicar as disposições da pequena burguesia, cujas propriedades diacrônicas são sensivelmente mais definidoras de sua condição, e as da burguesia ou das classes populares, especialmente das frações mais antigas da burguesia e as frações das classes populares com menor chance de mobilidade social?

Ao que parece, a compreensão do *habitus* da classe média e da relação entre origem social e práticas nessa classe vai exigindo de Bourdieu, ao longo de sua argumentação, um esforço de compreensão diante da complexidade e do aspecto distintivo que separa esse *habitus* dos demais *habitus* de classe.

A observação rápida do sumário do livro *A distinção* (2007a) seria suficiente para perceber a diferença importante da quantidade de subtópicos no capítulo sobre a pequena burguesia (oito) em comparação à quantidade dispensada para o capítulo sobre a burguesia (quatro) e o das classes populares (dois). À parte essa diferença, é patente que as variações das disposições ou do gosto pequeno-burguês parecem demandar um nível de explicitação maior, ou pelo menos mais demorado, concentrando-se em vinte e quatro páginas, o dobro daquelas concedidas à exposição das variantes do gosto dominante.

As concessões ou esforço interpretativo referidos seriam os seguintes: Bourdieu se propõe a fazer uma análise topológica do espaço social, a partir da qual estabelece que a visão e compreensão que as diferentes classes de agentes podem ter do mundo social são limitadas pela perspectiva que possuem da sua localização no espaço social, caracterizada de modo diferencial pelo patrimônio de capitais. Ou seja, teríamos uma relação estreita entre localização estrutural (posição social) e disposições sociais. Mas Bourdieu caracteriza a classe média justamente por sua relativa indeterminação estrutural. E vai dizer que no caso dessa classe, diferentemente das outras, suas disposições não revelam a sua posição, mas o pendor de sua trajetória social. Nesse caso, as disposições devem mais às suas características diacrônicas do que à origem social registrada sincronicamente.

Além disso, as disposições pequeno-burguesas, acompanhando a ambiguidade estrutural da sua posição, não “garantem” a unidade de estilo das práticas, resultando em discursos e práticas heterogêneas.

O *habitus*, por sua vez, como já apontamos, é um instrumento heurístico que revelaria a sistematicidade das disposições e a redundância das práticas, as quais seriam equivalentes nos diferentes campos em que se manifestam. Ao contrário, Bourdieu chamará atenção para a heterogeneidade do consumo cultural da classe média, marcado por escolhas incongruentes e mesmo contraditórias que poderiam ser identificadas ao consumo das classes baixas e da classe dominante. Assim, o ecletismo, e não a unidade de estilo, seria a marca do gosto pequeno-burguês.

A saída de Bourdieu é dizer que o que “unifica” essas disposições da classe média é a sua boa vontade cultural e a situação de reverência com a cultura dominante, a qual não consegue dominar. Nesse caso, poderíamos compreender o *habitus* pequeno-burguês como um tipo de *habitus* clivado entre dois conjuntos de disposições concorrentes – as de origem e as pretendidas? Isso teria a ver com a instabilidade e a transitoriedade de sua posição/localização no espaço social? Ou este seria um *habitus* dividido na sua própria origem social?

Essa segunda interpretação é possível porque Bourdieu (2007a) relata – de maneira rápida, sem grande desenvolvimento e sem ater-se às implicações disso – a presença de dois fenômenos distintivos na classe média: 1) o primeiro é a presença de casais formados por cônjuges com trajetórias sociais bastante heterogêneas, seja do ponto de vista da origem social ou do nível de instrução, e; 2) o segundo é a importante feminilização das frações ascendentes da pequena burguesia e como elas teriam um papel de “vanguarda ética” na redefinição dos papéis e hierarquia de gênero.

Temos, no livro *A distinção* (2007a), a construção do indicador da *origem social* a partir da categoria socioprofissional do pai e do avô paterno, pois se assume a ascendência da linhagem paterna sobre a materna tornada possível pela dominação masculina, que permitiria o estabelecimento da integração familiar (Bourdieu, 1997; 2007a). De forma que uma configuração familiar marcada pela heterogeneidade da origem e/ou trajetória social dos cônjuges, ou ainda pela vantagem materna do patrimônio de capitais, modificaria a correlação de forças entre os genitores, tornando mais complexa a suposição da unidade familiar e da homogeneidade do repasse de capitais na primeira socialização.

Seja como for, se o *habitus* pequeno-burguês é um *habitus* clivado, ele se depara de uma forma fundamental com a questão da escolha. O tema da escolha e da consciência vem à tona no livro *A distinção* (2007a, p.324), quando Bourdieu fala dessa “condenação” pequeno-burguesa, que é constrangida – de forma recorrente – a levar a escolha ao nível da consciência: “[...] os pequeno-burgueses têm de enfrentar, incessantemente, alternativas éticas, estéticas ou políticas, portanto, obrigados a levar as operações mais correntes da existência à ordem da consciência e das escolhas estratégicas. ”

O aumento da consciência do pequeno-burguês é resultado do “reconhecimento de uma falta” ou da “falta de adaptação imediata à situação”, fator que sinaliza a não exclusividade ou a não preponderância do senso prático na orientação das ações dos pequeno-burgueses.

A forma mais patente do desajuste do *habitus* e de um possível “retorno reflexivo” é trazida à tona por Bourdieu (2001; 2007a) justamente com a ideia de *habitus* clivado acima referida. Tal *habitus* estaria dividido em função da internalização de disposições concorrentes, incapacitando o agente a conferir um estilo coerente às suas práticas. A falta de homogeneidade das disposições incorporadas alude a um trânsito entre disposições e escolha, relativizando a ideia de sistematicidade de um princípio único gerador das práticas.

Esse “retorno reflexivo” seria possível justamente em função da relação de reverência da pequena burguesia com a cultura dominante e da sua intenção de ascensão social a partir do seu “espírito de economia” e do uso de estratégias de acúmulo de capital cultural.

A cultura dominante se torna um paradigma a partir do qual os pequeno-burgueses avaliam negativamente as suas próprias preferências culturais. Isso leva-os a uma maior autoconsciência de suas “escolhas” culturais, que estando aquém do paradigma, devem ser dissimuladas ou corrigidas. Não sendo burgueses, sentem o desconforto na pele de estarem reivindicando um lugar que não é seu. Essa reivindicação faz com que exercitem em maior ou menor grau a observação de si e da cultura legítima: das suas escolhas em relação àquelas sancionadas pela cultura erudita/legítima.

Por isso, Bourdieu (2004a, p.24) dirá que “[...] no caso do pequeno-burguês, a consciência e a reflexividade são ao mesmo tempo causa e sintoma da falta de adaptação imediata à situação que define o virtuose”. O retorno reflexivo de sua autocritica o impede de entregar-se ao senso prático e ao seu *habitus*. Reflexividade, aqui, assumindo um significado mais estrito de ser sujeito e objeto da própria consciência, implicando o retorno do olhar sobre si e suas disposições.

Essa é uma questão fundamental porque a reflexividade pequeno-burguesa estaria muito mais próxima da autocritica do que da ideia de crítica. Segundo Corrêa (2009), o tema da reflexividade surge na tradição sociológica francesa, de uma forma geral, e no pensamento de Bourdieu, mais especificamente, associado à noção de crítica. Nesse caso, a conscientização das determinações ampliaria o espaço de liberdade.

No caso da pequena burguesia, a crítica é voltada contra si mesma e não contra o arbitrário cultural dominante, fazendo-a se engajar nas lutas de concorrência entre as classes cujo caráter, segundo Bourdieu (2007a), é essencialmente reprodutivo, já que se adere ao paradigma dominante.

O tema da reflexividade é mais desenvolvido por Bourdieu na sua proposição de uma sociologia reflexiva. Ao sociólogo caberia remontar a estrutura objetiva do mundo (posição no espaço social, nos campos específicos e trajetória social) vivido como natural e parcial pelos atores sociais. Sendo do mesmo modo determinado socialmente, o sociólogo deveria apropriar-se de seu próprio percurso e posição no campo intelectual como forma de conscientizar-se dessas determinações que fundamentam e conformam a sua produção. Tal conscientização ampliaria o espaço de liberdade desse em relação às restrições estruturais que incidem sobre ele (CORRÊA, 2009).

Em *A distinção* (2007a), Bourdieu vai opor a “distância da necessidade”, possibilitada por certas condições de vida nas quais a sobrevivência não é mais uma questão, estando as necessidades básicas supridas, à “urgência da prática”, engajamento “completo” na ação das classes populares. A estilização da vida, nesse sentido, demandaria a distância da necessidade.

A partir disso, se considerarmos o espaço social um *continuum* entre a “entrega” ao senso prático e a estilização da vida e a disposição para a reflexão, teríamos as classes populares e a burguesia, respectivamente, como dois polos opostos – a classe média ficando a meio caminho entre os dois. Nesse raciocínio, é a classe dominante aquela com maiores condições de possuir uma disposição para reflexão.

O *habitus* pequeno-burguês poderia ser considerado um *habitus* “reflexivo” somente num sentido estrito do termo reflexivo. Nesse caso, estaria mais próximo de uma reflexividade “prática” que “teórica”, já que os atores sociais ordinários não teriam os instrumentos capazes de objetivar sua própria posição social. Se é uma reflexividade prática, ela não pode ser dissociada dos condicionamentos sociais e dos princípios gerativos da ação, logo pode-se dizer que ela é performatizada por um *habitus*. Nesse sentido, a reflexividade, assim como Bourdieu defenderá no caso da ação racional, teria condições sociais de possibilidades que não se verificam para todas as classes sociais.

Bourdieu (2001) vai argumentar que existem níveis de ajustamento do *habitus* que variam de acordo com a localização no espaço social das posições ocupadas pelos agentes, com as situações em que se encontram e com as esferas de atividade em que estão envolvidos. Os “mais ajustados” teriam uma relação de confiança maior com suas disposições e os “mal encaixados” teriam uma tendência a tentar captar e corrigir seus movimentos. O *habitus* não seria puramente inércia, ele inclui uma margem de interpretação nas estratégias práticas dos agentes.

Ora, a representação mais geral que Bourdieu faz do *habitus* pequeno-burguês é claramente marcada pela ideia do desajuste à sua posição, quando comparado aos *habitus* das demais classes. Isso se deve em grande parte à caracterização desse *habitus* como sendo um *habitus* dividido entre gostos de origem e gostos de vontade, e por isso marcado pela pretensão cultural (BOURDIEU, 2007a; DUBAR, 2005).

Haveria, nesse caso, classes sociais cujo escopo de ação estaria limitado por uma dimensão inercial e outras para as quais o universo dos possíveis deixa espaço para o elemento estratégico? Como o “gosto da necessidade”, a resignação e o realismo das classes populares podem ser comparados ao ascetismo, à pretensão cultural e ao significativo investimento que

as classes médias fazem na esfera simbólica? Nesse sentido, o *habitus* pequeno-burguês seria mais estratégico e menos inercial que o das classes populares?

O pressuposto da solidariedade de classe ou da adesão visceral ao grupo de pertencimento também precisaria ser matizado no caso da classe média. Além da maior dispersão de trajetórias nesse setor do espaço social e do impacto disso na configuração familiar e na homogeneidade de classe, Bourdieu (2007a) cita a ruptura da rede de sociabilidade com a grande família verificada em alguns estratos dessa classe que estão em trajetória ascendente, o que corrobora o fato da pretensão de ascensão social se revelar numa relação de tensão com o passado.

Ao mesmo tempo, a sua “identificação” não seria com os pares da própria classe, mas com a burguesia. Bourdieu (2007a) comenta o fato de essa classe de agentes ter que sacrificar um grande número de relações sociais, redes de sociabilidade da família grande por destoarem de suas pretensões de ascensão, abrindo mão de antigas companhias pela certeza de que somente de si e do seu próprio mérito depende seu futuro.

Ao mesmo tempo, e somado ao que acaba de ser dito, o fato de essa classe ser detentora de um capital “negativo”, capital moral da virtude, associado ao seu “espírito de economia” para acumular o capital necessário e se posicionar melhor nas lutas de concorrência com as outras classes, parece sinalizar uma representação “individualista” da ação social, que se coaduna com uma concepção instrumental do tempo e com uma dimensão mais projetiva da agência.

A pequena burguesia ascendente refaz, indefinidamente, a história das origens do capitalismo: para isso, ela só pode contar, a exemplo dos puritanos, com seu ascetismo. Nas trocas sociais em que outros podem contar com garantias reais – dinheiro, cultura ou relações -, ela só pode oferecer garantias morais; pobre (relativamente) em capital econômico, cultural e social, ela só pode “justificar suas pretensões”, como se diz, e, por conseguinte, dar-se as oportunidades de realizá-las, com a condição de pagá-las com sacrifícios, privações, renúncias, boa vontade e reconhecimento, em suma, com virtude (BOURDIEU, 2007a, p. 316).

A renúncia pequeno-burguesa ao presente só se esclarece por meio do projeto de ascensão futura. E, aqui, sua concepção da ação e do tempo parece ser marcada pela instrumentalidade. A relação de adequação entre esperanças e possibilidades que indica um ajustamento do *habitus* ao campo, ou das disposições às posições, afastando a “tematização” do futuro, também é caracterizada por Bourdieu de modo particular nessa classe.

Pelo menos em dois momentos, Bourdieu (2007a) vai apontar a defasagem entre posição e representação da posição na classe média. Ao discutir como o efeito da trajetória interfere nas diferentes tomadas de posição política de grupos e indivíduos da mesma classe, ele traz novamente o desajuste entre posição ocupada e pretendida, bem como a presença de uma representação subjetiva (em parte discordante da posição) mediando a relação entre as duas.

Certas disposições da classe média não podem ser remetidas à posição de classe (sincronicamente definida), já que essas podem estar ligadas não à posição propriamente dita, mas à representação dessa posição gerada por uma concepção do seu futuro em função da experiência do deslocamento no espaço social. Isso é o que explica o fato de indivíduos que passaram por condicionamentos semelhantes em vários aspectos, sendo até do mesmo grupo familiar, empreenderem tomadas de posição discordantes em alguns campos.

Outro motivo foi revelado por uma mudança estrutural que atingiu todas as classes, que foi a democratização do acesso ao ensino na França. Tal situação não representou uma “verdadeira” mudança estrutural (interferindo nas chances de mobilidade social pela via escolar, por exemplo), mas, de acordo com Bourdieu (2007a), uma translação das estruturas, de forma que as distâncias sociais observadas em um momento histórico anterior foram mantidas. Porém, a consequência não pretendida dessa situação foi o aumento das aspirações, criando um abismo entre essas e as possibilidades reais de satisfazê-las.

Se tal situação pode ser atribuída a todos os que conseguiram diplomas que estariam fora de suas possibilidades num momento histórico anterior, Passeron (1982, p. 570) dirá, quando discute o mesmo fenômeno, que as classes médias serão as mais atingidas porque precisamente para essas a via de mobilidade social era prioritariamente escolar, dependente do acúmulo de capital cultural de tipo escolar. Esse desmentido “provocado” pelo mercado de trabalho em relação à certificação escolar estaria na origem do humor “anti-institucional” de setores dessa classe que levou ao surgimento da contracultura.

A maior inconsistência da relação entre posição e disposições no caso da pequena burguesia pode ser associada à presença de uma representação em parte discordante da posição social, de uma maneira geral, e não só no caso acima referido da crise no campo escolar francês.

O *habitus* pequeno-burguês guardaria uma variação na relação entre posição, disposição e representação da posição, na qual a representação passa ao lugar de mediadora da relação do indivíduo com as suas disposições. Em que medida isso deixaria de se adequar à proposição bourdieusiana da imbricação da posição às disposições e às representações das posições ocupadas?

Sobre as disposições pequeno-burguesas, estaria atuando uma “representação de si” que não se coaduna totalmente à posição ocupada no espaço social, criando certo hiato entre posição e disposição? Essa representação desajustada está necessariamente ligada à inércia de disposições anteriores ou à antecipação do futuro objetivo que a espera? Nesse sentido, as representações mentais teriam alguma eficácia na definição do futuro?

Seria preciso pensar se os princípios-guia que estão na origem das disposições pequeno-burguesas – pretensão, ascetismo, boa vontade cultural –, sendo correlatos da não correspondência (relativa) entre posição e disposição, conduzem a práticas cuja intenção é a correção da defasagem entre representação e posição social e, assim, do ajuste entre esperanças e possibilidades?

Bourdieu (2007a, p. 236) chama a atenção para a importância conferida pelos pequeno-burgueses ao plano simbólico, percebida em virtude do investimento significativo em matéria de consumo cultural e apresentação de si. Tal estratégia estaria embasada na consideração da importância das manifestações simbólicas e das representações para as lutas de classificação social, nas quais se engajam para “[...] tentar a modificação das posições nas classificações objetivas ao alterar a representação das posições na classificação ou dos princípios de classificação.”

No entanto, Bourdieu (2007a) dirá que tais lutas pela classificação protagonizadas pela classe média, sendo lutas de concorrência entre as classes, possuem um caráter reprodutivo. Seria na classe dominante onde ocorreriam as lutas simbólicas verdadeiras em torno do princípio legítimo de dominação social, capital econômico ou cultural, entre as frações intelectuais e aquelas mais ricas em capital econômico.

Provavelmente, o compromisso com a denúncia da dominação social e da violência simbólica exercida pelo arbitrário cultural dominante sobre as classes dominadas faz com Bourdieu não leve adiante esses indícios de heterogeneidades em relação à observação dos pressupostos do *habitus* na classe média.

Ao não tematizar, de forma mais sistemática, essas inadequações, enquadrando-as na situação de dominação, escapa ao autor as diferentes modalidades de dominação das classes baixas e médias, que em suas especificidades podem ser lidas como respostas distintas à dominação.

A leitura que ele faz do *habitus* das classes médias e das classes populares, associando o primeiro ao ascetismo e o segundo à resignação, vai permiti-lo dizer que a resistência das classes populares consistiria em manter um universo de valores próprios e por isso alternativos

em relação ao dominante, ainda que isso implique uma conduta habitual, marcada pela relação passado-inconsciência-classe.

E no caso da classe média, em que pese sua autocrítica estar marcada por uma relação que desestabiliza os pressupostos do *habitus*, sugerindo a consideração de uma relação futuro-consciência-indivíduo, essa pode estar a serviço da reprodução social. Nesse caso, a proposição de que a eficácia da violência simbólica depende do desconhecimento precisaria ser matizada.

[...] Bourdieu rejeita a alternativa da submissão e resistência que tradicionalmente pautou a questão das culturas dominadas e a qual, a seu ver, nos impede de compreender adequadamente práticas e situações que são frequentemente definidas por sua natureza intrinsecamente dupla e oblíqua. Se, para resistir, eu não tenho outra saída que assumir e reivindicar as propriedades que me marcam como dominado (de acordo com o paradigma “black is beautiful”), à maneira dos filhos dos proletários ingleses orgulhosos de se excluírem da escola em nome do ideal de masculinidade associado à sua cultura de classe (Willis, 1977), isso é resistência? Se, por outro lado, eu trabalho para apagar tudo que possa revelar minha origem, ou me confinar em minha posição social (sotaque, compostura, relações familiares), então devemos falar em submissão? Essa é, na visão de Bourdieu, uma contradição sem solução, inscrita na lógica da dominação simbólica. “Resistência pode ser alienante e a submissão pode ser libertadora. Tal é o paradoxo dos dominados, para o qual não há saída” (BOURDIEU, 1987a:184) (WACQUANT, 1992, p. 23) (Tradução nossa)¹⁰.

Apesar de Wacquant (1992) apontar isso a partir do próprio Bourdieu, há uma argumentação na obra de Bourdieu (2004a; 2007a) que permite associar a resistência, ou a possibilidade da existência de um universo alternativo de valores aos dominantes, a um efeito de alienação e recusa, por exemplo, quando ele aborda o hedonismo e a virilidade como valores caros às classes populares. No mesmo sentido, o autor lerá a adesão pequeno-burguesa aos valores dominantes como sinal da mais forte dominação, que se estabelece pelo reconhecimento de uma cultura e valores que não são os seus.

¹⁰ “[...] Bourdieu rejects the alternative of submission and resistance that has traditionally framed the question of dominated cultures and which, in his eyes, prevents us from adequately understanding practices and situations that are often defined by their intrinsically double, skewed nature. If, to resist, I have no means other than to make mine and to claim aloud the very properties that mark me as dominated (according to the paradigm “black is beautiful”), in the manner of the sons of English proletarians proud to exclude themselves from school in the name of the ideal of masculinity borne by their class culture (Willis, 1977), is that resistance? If, on the other hand, I work to efface everything that is likely to reveal my origins, or to trap me in my social position (an accent, physical composure, family relations), should we then speak of submission? This, in Bourdieu’s view, is an “unresolvable contradiction” inscribed in the very logic of symbolic domination. “Resistance can be alienating and submission can be liberating. Such is the paradox of the dominated and there is no way out of it” (BOURDIEU, 1987a:184) (WACQUANT, 1992, p. 23).

A partir disso, como ficaria a associação entre dominação e alienação ou desconhecimento, nesse caso? Aparentemente, a pequena burguesia é mais “consciente” de sua dominação que a classe popular.

Outra questão interessante é relativa ao tratamento dado por Bourdieu à dimensão da intencionalidade. No caso do *habitus* da classe média, a impressão que passa é que ele precisa anunciar a separação entre intenção e posição objetiva, que não parecem necessariamente coincidir. É inevitável que se esboce uma tensão, aí, entre a concepção do indivíduo como agente, que ele quis reintroduzir na teoria social, e uma dimensão mais estratégica do ator, que parece se manifestar na caracterização que ele faz da classe média e de seu *habitus* “reflexivo”.

O pequeno-burguês é aquele que, condenado a todas as contradições entre uma condição objetivamente dominada e uma participação em intenção e em vontade aos valores dominantes, *é obcecado pela aparência* a exhibir diante dos outros e pelo julgamento destes sobre sua aparência (BOURDIEU, 2007a, p. 236, grifo do autor).

Essas “heterogeneidades” do *habitus* da pequena burguesia parecem surgir num movimento pendular entre duas posições. Movimento argumentativo que, no entanto, nunca se completa efetivamente ou que está intrinsecamente ligado a um dos pontos, ao ponto de partida do pensamento de Bourdieu. O que vemos é como o pensamento/argumentação bourdieusiano tenta abarcar algo que escapa, em parte, à lógica explicativa principal.

Se entendermos que isso se trata de uma inadequação relativa da lógica conceitual, podemos pensar como estão sugeridas aí novas inteligibilidades e o estabelecimento de outras relações de sentido.

No caso da abordagem da agência humana, isso implicaria não só em admitir que ela varia historicamente e em função da relação dos atores com contextos estruturais em diferentes formações espaço-temporais, mas pensar a presença de diferentes compreensões do tempo e da ação no mesmo período histórico em função de relações diferenciais com os contextos estruturais que incidem sobre as orientações agênticas.

A contribuição ímpar de Bourdieu, nesse sentido, seria a de nos afastar de uma concepção de agência abstrata e igualmente válida para todos os agentes do espaço social e pensar em modalidades de relação agêntica que devem ser caracterizadas do ponto de vista disposicional também, ou seja, considerando os recursos diferenciais possuídos, sejam informações mais precisas, a distância da necessidade ou até uma “reflexividade” compulsiva resultante da violência simbólica.

2.3 O PÊNDULO DE BOURDIEU E O PROJETO TEÓRICO DE SUPERAÇÃO DA DICOTOMIA OBJETIVISMO-SUBJETIVISMO

A partir da década de 1980, vai haver uma movimentação na teoria sociológica pós-parsoniana no sentido de conectar o trabalho macrosociológico ao micro¹¹, que ficou conhecido como “o novo movimento teórico”, marcado por uma nova ênfase na agência humana. Disso surgem perspectivas ligadas às distintas tradições sociológicas que tentam estabelecer e pensar as mediações entre as diferentes ordens/níveis da sociedade, a ordem interacional (relativa ao mundo microsocial) e a ordem institucional (relativa ao macro) (ALEXANDER, 1992).

Dentro da tradição francesa, Bourdieu faz uma crítica às teorias estruturalistas que parecem conceber os processos sociais como independentes das atividades dos indivíduos, estabelecendo uma relação mecânica entre ação social e relações sociais objetivas, e, ao mesmo tempo, estabelece uma crítica à fenomenologia e ao interacionismo por tratarem a ação social como emanando de situações sociais específicas, ignorando as relações sociais mais abrangentes que as envolvem. Para ele, ambas as abordagens são reducionistas, já que as duas ordens da realidade estão conectadas nas práticas sociais em que as relações objetivas são (re) produzidas em situações particulares (LAYDER, 1994).

O autor vai pensar a noção de *habitus* como forma de superar o que considera dois erros de concepção da relação do indivíduo com a sociedade: o determinismo (em que a ação é vista como resultado direto de causas externas) e o voluntarismo (em que a ação seria o resultado de um cálculo estratégico).

O link entre essas duas ordens da realidade é dado pela noção de *habitus*, que agrega tanto a influência do contexto objetivo quanto a da situação imediata e diz respeito a um conjunto de disposições incorporadas devido à exposição do ator a regularidades objetivas

¹¹ O problema micro-macro diz respeito às diferentes escalas de análise sociológica, a qual pode ater-se a aspectos diretamente relacionados à interação social face a face (nível micro) ou focar-se em problemas de maior escala, que incluem a observação de aspectos mais gerais da sociedade como sua organização, cultura e instituições (nível macro). Relacionados a essa distinção estão outros dois importantes dualismos: agência-estrutura e indivíduo-sociedade. O último refere-se basicamente à questão de como a ordem social é criada tendo em vista a disparidade das motivações individuais dos atores sociais que compõe a sociedade. Já o primeiro está relacionado à questão de como as circunstâncias sociais restringem e possibilitam a agência humana, trazendo à tona a questão da restrição e da criatividade da ação social. Essa questão está ligada à maneira por meio da qual os indivíduos criam a vida social e, simultaneamente, são influenciados e conformados pelas estruturas sociais (LAYDER, 1994).

inscritas em sua posição social que são atualizadas ou inibidas contextualmente. Não há uma relação direta entre posição social (contexto objetivo) e práticas. Essa é mediada pelo *habitus*, isto é, pelas disposições sociais que dependem de situações concretas, que por sua vez dependem da dinâmica dos campos sociais nas quais estão inscritas para se atualizarem.

A noção de *habitus* foi proposta por Bourdieu (1983) como tentativa de superar a dicotomia objetivismo-subjetivismo. Por meio da sua teoria da prática, o autor pretendeu operacionalizar o funcionamento do sistema de relações objetivas proposto pelo conhecimento objetivista, atendo-se à relação dialética entre estrutura e disposição, ou seja, pensando a interiorização das estruturas a partir do processo de condicionamento social, e a exteriorização da interioridade como atualização das estruturas.

A praxiologia social bourdieusiana pretendeu absorver as contribuições teóricas ligadas às abordagens construtivistas e estruturalistas ao transformá-las em “momentos” necessários de sua análise sociológica. O momento objetivista seria aquele em que se constrói, contra as representações dos atores sociais, a estrutura objetiva do mundo social como espaço de posições hierarquizadas devido ao acúmulo diferencial de capitais, e que constroem “de fora” a ação e as representações dos atores sociais (WACQUANT, 1992).

Na sequência, o momento subjetivista seria aquele em que as representações desses atores, excluídas no primeiro momento, seriam reintroduzidas como forma de fazer ver que a ação social também é estruturada internamente por essas mesmas representações – esquemas de percepção e avaliação – que geram disposições para a ação. Contudo, o momento objetivista tem “prioridade epistemológica” sobre o segundo – a ruptura com a compreensão que os atores podem ter do mundo social, devendo preceder a consideração dessa compreensão, já que ela seria limitada pela perspectiva e localização desses no espaço social estruturado (WACQUANT, 1992).

O estruturalismo genético, proposto por Bourdieu, se diferenciava da abordagem estruturalista pela proposta de pensar a agência no quadro estrutural e, assim, reintroduzir o agente. Por isso, Bourdieu (2004a) vai propor um deslocamento da ideia estruturalista de regras para uma visão dessas como estratégias. Isto é, as práticas sociais não seriam meras execuções de regras dadas ou de modelos, elas teriam um princípio gerativo, que as aproxima da noção de estratégia, desde que fique claro que o princípio gerativo – e a possibilidade de produzir uma grande variedade de práticas – é socialmente constituído.

Contudo, ao lançar mão da ideia de estratégia, isso não significa um retorno à filosofia do sujeito, ou a proposição de uma análise intelectualista da ação social. A estratégia a que se

refere Bourdieu (2004a) não é elaborada mediante cálculo racional e consciente, ela é fruto de um *habitus*, de uma necessidade incorporada.

A lógica de uma prática estratégica estaria muito distante de uma representação intelectualista ou de uma dimensão quase teórica da ação social, em que se avalia as chances de sucesso a partir das informações possuídas, gerando uma ação instrumental. A lógica, aqui, segundo o autor, seria a do senso prático, uma dimensão propriamente intuitiva, marcada por um conhecimento adquirido da familiaridade e da recorrência de exposições a situações regulares que tornaria o ator apto a antecipar “a necessidade imanente do fluxo do mundo” (BOURDIEU, 2004a, p.23).

Ao negar a separação sujeito-objeto e rejeitar a existência de limites claros entre exterioridade e interioridade, Bourdieu acaba gerando soluções que são oxímoros, como a estratégia inconsciente, por exemplo.

Isso transposto para o seu pensamento social resultou na proposição da cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas sociais, entre o *habitus* e o campo. Essa correspondência é o que tornaria possível dizer que as práticas dos agentes estão, normalmente, ajustadas aos campos, sem que para isso houvesse intenção consciente. Isso ocorre porque *habitus* e campo estão “geneticamente interligados”, ambos sendo resultados das mesmas divisões sociais que se cristalizam e se institucionalizam nos campos e se incorporam como esquemas mentais de visão desse mundo. Essa correspondência seria fundamental para a manutenção da ordem social e dos processos de dominação social pelo efeito de integração cognitiva que promovem.

Sobre as estratégias do *habitus*:

As estratégias que ele “orienta” são sistêmicas, ainda ad hoc porque elas são “acionadas” pelo encontro com um campo particular. *Habitus* é criativo, inventivo, mas dentro dos limites das suas estruturas, que são a sedimentação incorporada das estruturas sociais que o produziram (WACQUANT, 1992, p. 19) (Tradução nossa)¹².

Ao discutir quatro concepções distintas do indivíduo na sociologia francesa – ator, agente, autor e sujeito –, Dubar atribuirá a Bourdieu a concepção do indivíduo como agente, ou seja, “indivíduos considerados na prática e imersos na ação, agindo por necessidade”

¹² “The strategies it “manages” are systemic, yet ad hoc because they are “triggered” by the encounter with a particular field. *Habitus* is creative, inventive, but within the limits of its structures, which are the embodied sedimentation of the social structures which produced it” (WACQUANT, 1992, p. 19).

(BOURDIEU apud DUBAR, 2004, p.58). O sentido das práticas sendo dado pelo sistema e não pelo indivíduo.

O pêndulo de Bourdieu estaria relacionado ao deslocamento da lógica do agente para a lógica do ator nos setores médios do espaço social, especialmente das frações em ascensão? A concepção do indivíduo como agente privilegia a dimensão do passado na agência, já sua concepção como ator está pautada pela temporalidade do futuro. Assim, quando o sentido de futuro passa a ser fundamental para as ações de certa classe de indivíduos, eles podem ser tratados simplesmente como agentes?

As condições de possibilidade da ação estratégica estariam igualmente presentes em todas as posições do espaço social? Ou algumas posições estariam relegadas a uma dimensão mais prática da ação, e a uma “entrega” mais mecânica ao seu destino social, enquanto em outras, a dimensão propriamente estratégica ou projetiva da ação seria mais acentuada?

Isso nos leva a pensar em que medida o que Bourdieu observou em relação à situação estrutural e conjuntural das classes médias norte-americanas, tal como foram abarcadas pelo quadro teórico-metodológico de Goffman¹³, não guardaria uma certa homologia com as classes médias francesas e seu impulso à estrategização da ação.

Mas, os objetos do mundo social, como assinalai, podem ser percebidos e expressos de diversas maneiras, porque sempre comportam uma parcela de indeterminação e fluidez, e, ao mesmo tempo, um certo grau de elasticidade semântica: de fato, mesmo as mais constantes combinações de propriedades estão sempre fundadas em conexões estatísticas entre traços intercambiáveis; e, além disso, estão sujeitas a variações no tempo, de modo que seu sentido, na medida em que depende do futuro, está ele próprio em expectativa e é relativamente indeterminado. Esse elemento objetivo de incerteza – que é muitas vezes reforçado pelo efeito de categorização, podendo a mesma palavra englobar práticas diferentes – fornece uma base para a pluralidade de visões de mundo, também ela ligada à pluralidade de pontos de vista. E, ao mesmo tempo, uma base para as lutas simbólicas pelo poder de produzir e impor a visão de mundo legítima. (É nas posições intermediárias do espaço social, especialmente nos Estados Unidos, que a indeterminação e a incerteza objetiva das relações entre as práticas e as posições chegam ao máximo; e também, por conseguinte, a intensidade das estratégias simbólicas. Compreende-se que seja este o universo que fornece o terreno privilegiado para os interacionistas, em particular Goffman.) (BOURDIEU, 2004a, p.161).

Nesse caso, o pêndulo de Bourdieu poderia estar referido não só a tensão que margeia seu pensamento social – a tentativa de superação da dicotomia objetivismo-subjetivismo –, mas como um movimento não linear que pode ser captado, também, na caracterização do *habitus*

¹³ GOFFMAN (2007)

pequeno-burguês entre a dimensão iteracional (característica do *habitus*) e a dimensão projetiva da agência humana.

3 A DIMENSÃO TEMPORAL DO *HABITUS*

Neste capítulo, buscaremos entender a temporalidade do *habitus*. O intuito é o de investigar o peso explicativo que a dimensão do passado possui no esquema teórico bourdieusiano e como essa dimensão conforma os outros dois elementos temporais – presente e futuro. Em que medida o *habitus* equivale ao seu contexto de gênese, a um passado primeiro, à *origem social* do indivíduo? A sistematicidade do princípio gerador das práticas depende da coerência e homogeneidade das primeiras experiências de socialização e, nesse sentido, dependeria das configurações familiares?

A suposição da homogeneidade da origem social (e do *habitus* resultante) está na base da construção de um indicador (o da *origem social*) que leva em consideração exclusivamente a linhagem paterna e, assim, a pressuposição de um núcleo familiar integrado pelo efeito da dominação masculina.

A inconsistência relativa, verificada para os estratos intermediários, da correlação entre origem social e disposições, observada em alguns pontos da pesquisa desenvolvida no livro *A distinção* (2007a), poderia estar relacionada a uma maior heterogeneidade da sua *origem social*, tanto devido ao incremento dos deslocamentos no espaço social quanto a fatores que Bourdieu faz rápida alusão, como a feminilização das novas profissões associadas a esses estratos, somada a uma disposição para o questionamento das configurações familiares tradicionais e da hierarquia de gênero?

Seria razoável supor que a introdução da linhagem materna na variável da *origem social*, o que culminaria também na consideração da família como um campo de lutas, daria visibilidade a certa heterogeneidade do sistema de disposições herdadas e à dispersão/individualização das trajetórias de membros de uma mesma classe?

Em sentido próximo, poderíamos nos perguntar em que medida a noção de trajetória complexifica a relação entre *origem social* e práticas/preferências; embora, ao apreender a noção de trajetória como a origem social captada do ponto de vista diacrônico, Bourdieu (2007a) dá a impressão, em muitos momentos, de assimilar uma à outra, levando em consideração somente o sentido da trajetória paterna sobre a propensão das disposições dos descendentes.

A relação entre *origem social* e nível de instrução também será problematizada. A socialização escolar possuiria uma eficácia própria e uma autonomia relativa em relação à familiar? Ou aquela daria simplesmente um reforço simbólico às vantagens de classe? Há

alguma ocasião em que o nível de instrução possua um poder explicativo maior sobre as práticas do que a origem social? A estrutura e a conjuntura de um campo específico, bem como seu grau de institucionalização, podem interferir nessa relação, se pensarmos, por exemplo, nos diferentes modos de acesso aos cargos e em como alguns exigem mediações para a eficácia da origem social enquanto, em outros, essa eficácia é mais direta?

3.1 O PASSADO E A ORIGEM SOCIAL

O passado possui grande peso explicativo no esquema bourdieusiano porque o *habitus* é um sistema de estruturas cognitivas e motivacionais (além de corporais) que está comprometido com as condições que o geraram. A homogamia é o paradigma das escolhas do *habitus* que busca reforçar a si mesmo “favorecendo suas experiências”. No curso de uma vida, os agentes sociais estão expostos a uma grande quantidade de experiências, cada uma possuindo um poder estruturante sobre a seguinte, constituindo uma capacidade de seleção, que seria, porém, dominada pelas primeiras experiências de socialização (BOURDIEU, 1980).

As primeiras experiências possuem essa relevância porque um dos princípios do *habitus* é a necessidade tornada virtude (*amor fati*), em que se percebe uma tendência a se proteger contra a mudança, adquirindo, por isso, uma constância, à medida em que rejeita as novas informações que estão em desacordo com as informações já acumuladas, fugindo da exposição às “novidades”. Essa tendência do *habitus* a ser guiado por seu condicionamento inicial primário, às vezes, resulta na criação de práticas inadaptadas às condições do presente por estarem ajustadas ao passado (Efeito de *hysteresis*)¹⁴.

Sob a orientação de seus *habitus*, os agentes buscam situações de encaixe e de “não perturbação” nas quais possam exercer suas disposições lucrando ao máximo com elas, pactuando, assim, com suas condições de existência ao evitar a consciência delas. Por isso, sua orientação está voltada para o passado e não para o futuro como intenção, porque o *habitus* tende a reproduzir as estruturas sociais que o produziram, possuindo essa tendência inercial de perseverar (BOURDIEU, 1980).

Outra característica importante do *habitus* é que ele é cúmplice do provável: o mundo seria estruturado como coisas para nós (possíveis) ou não (impossíveis). A probabilidade

¹⁴ Tal efeito é deflagrado pelo desajuste entre *habitus* e campo: a não equivalência entre as estruturas que deram origem ao *habitus* e aquelas nas quais vai atuar traz à tona o caráter inercial das disposições originárias.

comandaria a leitura do futuro por meio de uma percepção seletiva, disposta a reconhecer o provável. Dessa forma, o futuro seria lido a partir do que passou e do que é, para assim ser presumido.

As antecipações e aspirações do *habitus*, inclusive, ignoram sua restrição, porque ela está naturalizada, o que faz com que a experiência passada adquira uma força fundamental na estimação de chances pela elaboração de “hipóteses práticas”. É por isso que as esperanças tendem a se ajustar às chances objetivas de sua satisfação, porque os agentes estariam habituados a viver de acordo com as suas possibilidades. Essa tendência à atualização permanente do passado nas práticas do presente (e do futuro) se deve porque as necessidades externas são interiorizadas como uma “lei interior” (BOURDIEU, 1980).

O fato de sublinharmos a importância do passado na constituição do *habitus* e, assim, sua ascendência explicativa sobre as disposições, práticas e preferências dos agentes em comparação com as outras duas dimensões temporais – presente e futuro – não faz com que assumamos que o passado em si mesmo seja suficiente para entender a temporalidade do *habitus*, apesar de seu evidente “protagonismo” no esquema bourdieusiano.

Haveria uma espécie de equação temporal que baliza a noção de *habitus*. Nesse sentido, ele não deve ser apreendido simplesmente como um *passado atuante* mas como a atualização do passado no presente. Como isso se daria? E como o futuro aparece nessa configuração?

Passado, presente e futuro aparecem extremamente imbricados na conformação desse instrumento heurístico, daí a facilidade em subsumir os dois últimos à primeira dimensão temporal. O passado tem uma tendência a se presentificar ou a se manifestar porque está incorporado ao agente como disposições, uma reserva de esquemas de ação e percepção. A leitura/construção do presente e do futuro, por sua vez, é feita a partir desses esquemas herdados/adquiridos na experiência passada. Dessa forma, alimenta-se um tempo cíclico, circular, em que as três dimensões temporais estão fortemente associadas.

Mas não é só isso, a noção de *habitus* também se caracteriza pela relação com um futuro próximo, praticamente inscrito no presente. A ideia de *protensão*¹⁵ ou de futuro protensivo, que aparece na conceitualização da noção de *habitus*, é a de um futuro-quase presente, marcado pela antecipação das situações que se precipitarão num tempo próximo, não muito distante.

De fato, essas antecipações pré-perceptivas, espécie de induções práticas fundadas na experiência anterior, não são dadas a um sujeito puro, a uma consciência transcendental universal. Elas são criadas pelo *habitus* do sentido

¹⁵ BOURDIEU (1996a, p.143).

do jogo. Ter o sentido do jogo é ter o jogo na pele; é perceber no estado prático o futuro do jogo; é ter o senso histórico do jogo. Enquanto o mau jogador está sempre fora do tempo, sempre muito adiantado ou muito atrasado, o bom jogador é aquele que *antecipa*, que está adiante do jogo. Como pode ele antecipar o decorrer do jogo? Ele tem as tendências imanentes do jogo no corpo, incorporadas: ele se incorpora no jogo (BOURDIEU (1996a, p.144).

Haveria, portanto, um vínculo entre passado, presente e futuro que permeia a noção de *habitus*. De certa forma, é como se eles estivessem numa continuidade sem cortes, pausas ou inflexões.

Bourdieu (1996a) marca a diferença entre duas concepções de futuro: aquela vinculada ao *habitus*, futuro imediato, imediatamente inscrito na situação e a ideia de projeto que sugere uma concepção intelectualista, e mais distanciada, da relação dos agentes com o futuro.

As análises comuns da experiência temporal confundem duas relações, com o futuro e com o passado, que, em *Ideen*, Husserl distingue claramente: à relação com o futuro, que podemos chamar de *projeto*, e que coloca o futuro como futuro, isto é, como possível constituído como tal e, portanto, podendo acontecer ou não, opõe-se a relação com o futuro, que ele chama de *protensão* ou antecipação pré-perceptiva, relação com um futuro que não é um futuro, com um futuro que é quase um presente. Ainda que eu não veja os dois lados ocultos do cubo, eles estão quase presentes, eles são “apresentados” através da crença que temos em uma coisa percebida. Eles não são visados em um projeto como igualmente possíveis ou impossíveis, eles estão lá, na modalidade dóxica do que é diretamente percebido (BOURDIEU (1996a, p.143).

Protensão e projeto, como duas formas de conceber o futuro, trazem em seus bojos outras discussões. O primeiro seria um “sentido do jogo” guiado pela lógica da prática e baseado numa imersão completa (corporal e cognitiva) na situação presente e quase futura. O devir possui, nesses termos, uma continuidade com o passado e o presente. O segundo, o futuro-projeto, traria uma representação mais “teórica” da ação, pois o ato de projetar implica a presunção da intencionalidade e de um afastamento mínimo do presente. A questão da indeterminação e da tematização do futuro sendo mais clara aqui.

A presença de uma intenção subjetiva e do cálculo estratégico é associada a uma racionalidade de tipo instrumental na atitude projetiva:

Outra maneira de expressar a oposição feita por Husserl entre protensão e projeto, a oposição entre a *preocupação* (que poderia ser a tradução de *Fürsorge* de Heidegger, livrando-a de suas conotações indesejáveis) e o *plano* como desígnio do futuro, no qual o sujeito se pensa como alguém que postula um futuro e organiza todos os meios disponíveis com referência a esse futuro postulado como tal, como fim que deve explicitamente ser atingido. A

preocupação ou antecipação do jogador é imediata em relação a algo que não é imediatamente percebido e imediatamente disponível, mas que, entretanto, é como se já estivesse ali. Aquele que joga uma bola para o outro campo age no presente em relação a algo que está *por vir* (prefiro porvir a futuro), que é quase presente, que está inscrito na própria face do presente, do adversário *em vias* de correr para a direita. Ele não se coloca esse futuro em um projeto (posso correr ou não para a direita): ele joga a bola pela esquerda porque seu adversário vai para a direita, porque de algum modo ele já está à direita. Ele se decide em função de um quase-presente inscrito no presente (BOURDIEU, 1996a, p.145).

O futuro protensivo do *habitus* é antecipação do futuro do jogo, pelo conhecimento prático do jogo, ele não contém a ideia de uma formulação explícita do futuro trazida pela noção de projeto.

Mas, também, podemos vislumbrar a partir de Bourdieu (2007a) a possibilidade de perceber leituras de futuro diferenciadas e respeitantes às classes ou frações de classe de pertencimento. Para uns, o futuro propriamente formulado mediante uma intenção estaria fora do campo de possibilidades; tais indivíduos estariam “presos” a um futuro-presente, sem distância importante do passado.

Para outros, podemos supor, haveria uma economia temporal diversa. O sacrifício do presente ou o ascetismo justificando-se em função da projeção de um futuro, de médio a longo alcance, distinto do presente e do passado. Logo, um futuro compensador de esforços e renúncias.

Na longa passagem abaixo, ele remeterá a essas duas “disposições em relação ao futuro” (BOURDIEU, 2007a, p. 171):

[...] o gosto “modesto” que sabe sacrificar os apetites e os prazeres imediatos aos desejos e satisfações vindouros opõe-se ao materialismo espontâneo das classes populares que recusam a entrar na contabilidade benthamiana dos prazeres e dos sofrimentos, dos ganhos e das despesas – por exemplo, para a saúde e para a beleza. O mesmo é dizer que estas duas relações com os alimentos terrestres têm por princípios *duas disposições em relação ao futuro* as quais, por sua vez, mantêm uma relação de causalidade circular com dois futuros objetivos: contra a antropologia imaginária da ciência econômica que nunca recuou diante da formulação das leis universais da “preferência temporal”, convém lembrar que a propensão a subordinar os desejos presentes aos desejos futuros depende do grau em que este sacrifício é “razoável”, ou seja, das possibilidades de obter, de qualquer modo, satisfações futuras superiores às satisfações sacrificadas. Entre as condições econômicas da propensão a sacrificar as satisfações imediatas às satisfações almejadas, convém contar a probabilidade de tais satisfações futuras que está inscrita na condição presente. É ainda uma espécie de cálculo econômico que desincentiva a submeter a existência ao cálculo econômico: o hedonismo que, no dia-a-dia [*sic*], leva a tomar as raras satisfações – “os bons momentos” –

do presente imediato é a única filosofia concebível para aqueles que, segundo se diz, não tendo futuro, só podem acalantar, de qualquer modo, escassas expectativas a seu respeito. Compreende-se melhor o materialismo prático – manifestado, sobretudo, na relação com os alimentos – seja um dos componentes mais fundamentais do *ethos*, até mesmo, da ética popular: a presença ao presente que se afirma no cuidado em aproveitar dos bons momentos e de aceitar o tempo tal como ele se apresenta é, por si só, uma afirmação de solidariedade com os outros – que são, aliás, na maior parte das vezes, a única garantia presente contra as ameaças do futuro – na medida em que esta espécie de imanentismo temporal é um reconhecimento dos limites que definem a condição. Eis porque a sobriedade do pequeno-burguês é sentida, profundamente, como uma ruptura: abstendo-se de tomar o bom tempo e de vivê-lo como os outros, o pequeno-burguês de aspiração atraíçoa sua ambição de arrancar-se ao presente comum quando ele não constrói uma verdadeira imagem de si em torno da oposição entre a casa e o bar, a abstinência e a intemperança, ou seja, também, entre a salvação individual e a solidariedade coletiva (BOURDIEU, 2007a, p. 171).

Por mais que se possa perceber em Bourdieu (2007a) algumas alusões a concepções de futuro matizadas de acordo com as classes de existência, principalmente no livro *A distinção*, de uma maneira geral, quando o autor descreve o *habitus* de forma mais teórica é a ideia de protensão e, principalmente, a importância do passado que se coloca no primeiro plano argumentativo.

Mesmo assim, Bourdieu (1980) vai dizer que as práticas não podem ser deduzidas somente do passado conformador do *habitus*, sendo resultado da relação entre um *habitus* e uma situação (presente), ou seja, entre as condições sociais que o geraram e as condições sociais de sua atuação; afirma, ainda, que a lógica sistemática do *habitus*, adquirida pela incorporação de disposições de forma durável, gera estratégias cuja inventividade é referente às situações diversas que podem ser palco de sua atuação, pois, como matriz geradora, ele tem a capacidade infinita de criar práticas e percepções que só encontram seu limite nas condições sócio-históricas em que foram produzidas.

Ainda que faça essa ressalva, o fato de ele encarar, na maior parte do tempo, tal noção como sendo o passado atuante nos agentes, sob a forma de um capital acumulado, confere às práticas engendradas pelo *habitus* uma autonomia relativa em relação ao presente imediato, caso do efeito de *hysteresis* acima referido, a partir do qual pode ser percebida a dificuldade de adaptação do *habitus* em momentos de crise (BOURDIEU, 1980).

O tema do passado está ligado à questão da herança e da transmissão de vantagens entre os descendentes das mesmas famílias. Bourdieu (1997) considera a família como a matriz da trajetória social dos indivíduos. Ao dizer isso, ele chama a atenção para o fato da herança ser portadora de um destino potencial, pois o volume e a estrutura de capital legados inicialmente

pela família funcionarão como uma espécie de (des) vantagem social que tenderá a ser cumulativa.

A herança familiar conteria um “projeto de reprodução” ligado à tendência à conservação da posição social do pai. O *conatus* paterno seria uma espécie de “prescrição” concentrada na figura do pai, portadora de uma forte carga afetiva inconscientemente transmitida por “sua maneira de ser” ou, de forma mais direta, pelo uso de uma pedagogia orientada para a manutenção da linhagem. Pensando de forma ideal-típica, é como se houvesse um comprometimento do pai e do filho em torno do “desejo” paterno que se atualizaria pela identificação do filho ao anseio do pai “de ser continuado” (BOURDIEU, 1997, p. 588).

Segundo Bourdieu (1997, p. 590), a consequência disso seria um “efeito de limitação das ambições” experimentado pelos herdeiros que implica na preservação da posição do pai, que não deve ser negada ou superada, sendo “[...] um limite que não deve ser ultrapassado, o qual, interiorizado, tornou-se uma espécie de proibição de diferir, de se distinguir, de negar, de romper”.

Haveria dois tipos de sucessão familiar não problemáticas, aquela em que o filho replicaria o destino paterno, ou finalizaria a trajetória ascendente iniciada pelo pai. Na primeira situação, há uma homologia de identidade garantida pela escolha do filho que ratifica a identidade social paterna, dando ao pai a possibilidade de ser reconhecido e poder se reconhecer em seu filho. Na segunda, o filho cumpre a trajetória paterna assumindo tal “projeto” a fim de realizar o que estava inscrito no desenho da trajetória de seu pai, ainda que isso implique ultrapassá-lo (BOURDIEU, 1997).

Porém, nem sempre a “lei sucessória” se estabelece sem problemas, e isso ocorre, de acordo com Bourdieu (1997), especialmente nas sociedades contemporâneas, nas quais o empreendimento sucessório pode ser comprometido por alguns impasses decorrentes da transmissão da herança originados tanto do lado do pai quanto do filho, mas, também, por causas exógenas ao núcleo familiar, tais como desmentidos causados pela escola ou pelo mercado de trabalho.

Nesse caso, Bourdieu (1997) estaria sinalizando uma mudança histórica que concorreria para a complexificação do repasse de capitais entre as gerações e, assim, para a diminuição da eficácia da lei sucessória que funcionasse nos termos acima explicitados?

Seja como for, no pensamento bourdieusiano, as questões da reprodução social da herança e do repasse de capitais estão articuladas tanto à suposição do *conatus* paterno quanto

a uma concepção da família como núcleo de classe, cuja integração seria efeito da dominação masculina.

De acordo com Bourdieu (2008), a unidade e reprodução do núcleo familiar dependeriam de um trabalho de instituição de um “espírito de família” em cada um de seus membros capaz de garantir a integração duradoura da unidade familiar. A estabilidade e a união seriam visadas pelos ritos de instituição e pelo trabalho de integração constante revelado pela troca de solidariedades, serviços, festas familiares, etc., que visam suplantar as resistências individuais.

Esse “espírito de família” (espécie de *sprit de corps*), que agrega indivíduos de um grupo num único “corpo”, unindo-os afetivamente e transformando-os em um sujeito coletivo, demanda um intenso “trabalho simbólico e prático” na construção ininterrupta do sentimento familiar como “princípio cognitivo de visão e de divisão que é, ao mesmo tempo, princípio afetivo de coesão, isto é, adesão vital à existência de um grupo familiar e de seus interesses” (BOURDIEU, 2008, p. 130).

O funcionamento da família como “sujeito coletivo”, implicado em decisões que envolvem desde a vida dos filhos à aquisição de bens, e unido pelo interesse coletivo na transmissão do patrimônio material, bem como de seu nome, está na base das estratégias de reprodução social.

De fato, a família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações [...] (BOURDIEU, 2008, p. 131).

Entretanto, além das “forças de fusão”, impulsionadas pela homologia dos interesses por meio do mecanismo de identificação dos interesses individuais aos coletivos, existem as “forças de fissão”, reveladoras das discordâncias em relação ao interesse “comum” à medida em que destoam dos interesses particulares e da capacidade desses membros de impô-los ao grupo.

Existiria, portanto, uma tensão entre o funcionamento “ideal” da família como corpo unido (e, especialmente, unificado pelo trabalho de integração) e sua tendência a existir como um campo “[...] com suas relações de força física, econômica e sobretudo simbólica (vinculadas, por exemplo, ao volume e à estrutura de capitais que seus diferentes membros

possuem) e suas lutas pela conservação ou transformação dessas relações de força” (BOURDIEU, 2008, p. 130).

Não podemos dar conta das práticas das quais a família é o “sujeito”, como, por exemplo, as “escolhas” em questão de fecundidade, de educação, de casamento, de consumo (especialmente imobiliário) etc., a não ser levando em conta a estrutura das relações de força entre os membros do grupo familiar funcionando como campo (e, portanto, a história da qual esse estado é o resultado), estrutura que estará sempre em jogo nas lutas no interior do campo doméstico. Mas o funcionamento da unidade doméstica como campo encontra seu limite nos efeitos da dominação masculina que orientam a família em direção a lógica do corpo (a integração podendo ser um efeito da dominação) (BOURDIEU, 2008, p.132).

Bourdieu (2008; 1997) entende que, em sociedades marcadas pela dominação masculina, a herança da linhagem paterna terá ascendência sobre a materna, inclusive dando coesão ao grupo familiar.

Possivelmente por isso, a construção do indicador da *origem social*¹⁶ no livro *A distinção* (2007a) foi feita levando-se em consideração exclusivamente a categoria socioprofissional do pai e do avô paterno. Do ponto de vista das pesquisas empíricas que deram origem ao livro de Bourdieu (2007a), a dimensão do passado foi abarcada pela construção do indicador da origem social e do estabelecimento de seu poder explicativo sobre as disposições, preferências e práticas dos indivíduos pesquisados. Então, podemos dizer que tal indicador é a operacionalização do poder explicativo do passado sobre as disposições.

Pelo que foi dito acima, a noção de *habitus* parece pressupor um tipo de configuração familiar cuja unidade estaria garantida pela ascendência da linhagem paterna sobre a materna.

Nesse caso, seria preciso pensar se os efeitos da dominação masculina são os mesmos para as diferentes classes sociais, e se estas estão em condições de realizar o trabalho de integração familiar com a mesma eficácia, ou seja, se a integração familiar como efeito da dominação masculina se verificaria uniformemente em todas as configurações familiares ou classes sociais.

3.1.1 Linhagem paterna e linhagem materna

¹⁶ Ver, na seção dos Anexos da tese, o questionário, usado na pesquisa que deu origem ao livro “A distinção” (BOURDIEU, 2007a, p. 469), no qual se pede aos respondentes que elenquem “O maior diploma e profissão de seu pai e de seu avô paterno”.

No livro *A distinção* (2007a), Bourdieu dirá que as diferentes classes reservam maneiras diferenciadas de divisão sexual do trabalho, atribuindo um papel distinto para as hierarquias/classificações de gênero, as quais ficariam mais matizadas à medida que se sobe na hierarquia social e em que há presença de maior acúmulo de capital escolar.

As propriedades de gênero são tão indissociáveis das propriedades de classe quanto o amarelo do limão é inseparável de sua acidez: uma classe define-se no que ela tem de mais essencial pelo lugar e valor que atribui aos dois sexos e a suas disposições socialmente constituídas. Eis o que faz com que, por um lado, o número de maneiras de realizar a feminilidade corresponda ao número de classes e de frações de classe; e, por outro, no seio das diferentes classes sociais, a divisão do trabalho entre os sexos assuma formas completamente diferentes, tanto nas práticas quanto nas representações (BOURDIEU, 2007a, p. 102).

Se as hierarquias de gênero não têm a mesma validade entre as classes, possivelmente os efeitos da dominação masculina na integração familiar não serão homogêneos; o que induz a pensar que quanto menor a dessimetria entre os gêneros, mais a família tenderá a apresentar uma abertura para funcionar como campo. Ainda mais se os cônjuges não tiverem afinidades de interesses garantida, em alguma medida, pela afinidade de *habitus*, caso mais provável da exogamia de classe especialmente presente nas classes médias, cuja unidade doméstica

[...] tem mais probabilidades de reunir cônjuges (relativamente) desajustados não só por sua origem e trajetória social, mas também por seu estatuto profissional e nível escolar – cujo efeito, entre outros aspectos, é o de elevar ao primeiro plano o que a nova vulgata designa como “problemas do casal”, ou seja, essencialmente, os problemas da divisão sexual do trabalho e da divisão do trabalho sexual (BOURDIEU, 2007a, p. 105).

Além da alusão à maior heterogeneidade nas escolhas matrimoniais da classe média como um todo, Bourdieu (2007a) trará outra questão importante e que parece incidir, também, sobre as configurações familiares dessa classe e sobre as representações e práticas que pautam questões relativas à hierarquia de gênero, qual seja, a feminilização das frações ascendentes da pequena burguesia associada ao surgimento de um novo campo profissional ligado à valorização de disposições estéticas.

Tais frações da classe média seriam portadoras de disposições éticas, assumindo um papel de vanguarda nas lutas que envolvem o campo da moral e dos valores “[...] em tudo o que tange a arte de viver e, mais precisamente, a vida doméstica e o consumo, as relações entre os sexos e entre as gerações, a reprodução da família e de seus valores. ” Esse papel da nova

pequena burguesia e das mulheres como “vanguarda ética” estaria relacionado, dentre outras coisas, ao crescimento do acesso das mulheres às universidades e ao mercado de trabalho, provocando mudanças da “ética doméstica” que passam pelos problemas conjugais e pelas questões da liberação da mulher (BOURDIEU, 2007a, p. 344).

Entre os determinantes que levam os membros das novas profissões a uma representação subversiva das relações entre os sexos, convém contar, entre muitos outros, com o fato de que, no seio da classe média e, sem dúvida, das novas frações -, verifica-se maior frequência de discordâncias, em favor da mulher, entre os diplomas escolares ou os estatutos profissionais dos dois cônjuges; por sua vez, as discordâncias, em favor do marido, relativamente aos estatutos profissionais com diploma escolar equivalente, têm sido objeto das mais severas críticas (BOURDIEU, 2007a, p. 535, nota 32, Capítulo 6).

Diante disso, pode-se pensar que se a unidade doméstica (e a coerência do *habitus* dos herdeiros) é garantida, em grande medida, pelos efeitos dos mecanismos da dominação masculina sobre a configuração familiar, uma situação/família caracterizada pela importância do estatuto profissional da mulher resultaria em um “repasso” mais complexo das disposições aos herdeiros do que aquele pressuposto por configurações familiares mais tradicionais.

A menor dessimetria entre as linhagens materna e paterna, muito possivelmente, possui efeitos na educação tácita ou sistemática dos filhos e na constituição de suas disposições, ainda mais levando em consideração a exogamia de classe que incrementa a heterogeneidade da herança dos capitais transmitidos. Tais fatores dificilmente deixariam de comprometer a sistematicidade e coerência do sistema de disposições (*habitus*) produzido na socialização primária porque haverá “valores” em disputa, ligados, por exemplo, a estratégias de reprodução de um tipo de capital em detrimento de outro.

Ao discutir a relação entre classe e casamento – posição de classe e estatuto matrimonial –, Bourdieu (2007a) dá algumas pistas que possibilitam pensar a correlação de forças entre os cônjuges. Essas pistas relacionam-se ao sistema de propriedades possuídos por ambos e ao lugar reservado à mulher em cada classe: fatores que interferem diretamente na deliberação de assuntos domésticos, os quais provavelmente incidirão sobre a socialização dos filhos.

De fato, basta formular a questão para perceber que um grande número de estratégias só se define, concretamente, na relação entre os membros do grupo doméstico (casal ou, às vezes, grande família); ora, esta relação depende, por sua vez, da relação entre os dois sistemas de propriedades associados aos dois cônjuges. Os bens comuns, sobretudo, quando atingem alguma importância econômica e social, tais como o apartamento ou o mobiliário, ou, até mesmo, os bens pessoais, por exemplo, o vestuário, são – à semelhança do que ocorre

em outras sociedades em relação à escolha de um esposo ou esposa para a filha ou filho – a resultante destas relações de força (denegadas) que definem a unidade doméstica: assim, por exemplo, tudo permite supor que, considerando a lógica da divisão do trabalho entre os sexos que confere às mulheres a precedência em matéria de gosto (enquanto tal precedência é atribuída aos homens em matéria de política), o peso do gosto próprio do homem na escolha da roupa (portanto, o grau em que a roupa exprime esse gosto) depende não só do capital cultural herdado e do capital escolar à sua disposição – a divisão tradicional dos papéis tende a enfraquecer-se, tanto neste domínio quanto alhures, com o aumento do capital escolar -, mas também do capital escolar e cultural possuído pela esposa, assim como da distância que os separa (a mesma coisa é válida para o peso das preferências próprias da mulher em matéria de política; neste caso, as possibilidades de que o efeito de atribuição estatutária que transforma a política em um assunto de homens serão tanto menores, quanto mais importante for o capital escolar da esposa e mais reduzida for, em seu favor, a diferença entre seu capital e o do marido) (BOURDIEU, 2007a, p. 102).

A importância de se levar em consideração o cruzamento das duas linhagens (paterna e materna) para precisar melhor as condições de produção do *habitus*, averiguando a estrutura e o volume de capital transmitidos pelos genitores e suas respectivas linhagens, é sugerida por Bourdieu (2007a), de forma mais direta, na seguinte nota de rodapé. Aí, também, é possível ver que o autor propõe que tal empreitada possa esclarecer as divisões do *habitus* de classe e suas variações identificadas até mesmo nas frações de classe tidas, geralmente, como mais coesas e semelhantes entre si.

Para restituir, tão completamente quanto possível, as condições sociais de produção do *habitus*, convém considerar, igualmente, a trajetória social da classe e da fração de classe de filiação que, através do sentido provável do futuro coletivo, comanda as disposições progressivas ou regressivas em relação ao futuro, assim como a evolução, em várias gerações, do patrimônio das duas linhagens que, perpetuando-se nos *habitus*, introduz divisões no interior de grupos tão homogêneos quanto as frações. Para dar uma ideia da diversidade dos casos, bastará indicar que a trajetória social representa uma combinação da evolução, no decorrer da vida do ego, do volume de seu capital que pode ser descrito, de modo bastante grosseiro, como crescente, decrescente ou estacionário, do volume de cada uma das espécies – tributárias das mesmas distinções – portanto, da estrutura do capital (um volume global constante pode dissimular uma transformação da estrutura) e, do mesmo modo, do volume e da estrutura dos patrimônios paternos e maternos, além de seus respectivos pesos sob suas diferentes espécies – por exemplo, dessimetria em favor do pai no tocante ao capital econômico e em favor da mãe relativamente ao capital cultural, ou o inverso, ou equivalência -, portanto, do volume e da estrutura do capital dos avós paterno e materno (BOURDIEU, 2007a, p. 518, nota 29 do 2º Capítulo).

A composição do patrimônio de capital dos herdeiros e seus respectivos *habitus* dependerão, portanto, da relação entre as propriedades diferenciais e hierarquizadas das linhagens materna e paterna.

Desse modo, pode-se depreender que a coerência do *habitus* enquanto esquema produtor de disposições depende não só da endogamia da classe como também, mesmo que em menor medida, da fração de classe. Pois, caso isso não ocorra, pode-se supor que o filho será alvo de práticas de socialização e estratégias de reprodução social potencialmente discordantes porque relacionadas à estrutura de capital possuída por cada genitor.

O cruzamento da linhagem materna com a paterna complexifica a questão do patrimônio herdado pelos filhos, bem como torna mais difícil a suposição de um conjunto de disposições homogêneas, já que relacionado a duas estruturas de capitais que podem ou não ser congruentes. As estratégias familiares, desde o consumo cultural às disposições políticas, estão relacionadas à correlação de forças entre os dois sistemas de propriedades, o do pai e o da mãe.

A consideração da família como campo de lutas passaria pela atribuição de importância à herança de capitais transmitida pela linhagem materna e a correlação de forças dessa com a herança paterna, o que resultaria numa caracterização mais precisa da configuração do patrimônio de capitais dos descendentes que está na base de seu *habitus*. Bourdieu remete, ligeiramente, a dois fenômenos localizados na pequena burguesia ascendente que indicam a importância da consideração da linhagem materna, quais sejam, a feminilização desses estratos e do conjunto de novas profissões ligados a eles, e a presença da dessimetria, em favor da mulher, do status socioprofissional e do nível de instrução.

3.2 O NÍVEL DE INSTRUÇÃO E A ORIGEM SOCIAL

A relação do *habitus* com o passado, por meio da remissão das disposições dos agentes à sua origem social, pode ser modificada pela socialização escolar duradoura? A variável do nível de instrução teria algum peso explicativo sobre as disposições, ou sua estreita relação com o indicador da origem social inviabilizaria qualquer atribuição de “autonomia” explicativa ao nível de instrução? O efeito da socialização escolar sobre as disposições sociais dos indivíduos é sempre no sentido de um “reforço” do capital cultural herdado no seio da família? Qual é o significado do efeito de sobre-seleção escolar e das estratégias de mobilidade ascendente mediante acúmulo de capital cultural de tipo escolar?

Em *Reprodução cultural e reprodução social*, Bourdieu (2007b, p. 304) dirá que a estreita relação existente entre o êxito escolar e a posição social torna a escola um dos lugares privilegiados da reprodução social. Para ele, o que ocorre é que a ação escolar “[...] que só atinge de forma bastante desigual (mesmo do ponto de vista da duração) as crianças das diferentes classes sociais e cujo êxito junto aos que atinge também é muito desigual, tendesse a duplicar e a consagrar por meio de suas sanções as desigualdades iniciais”.

Bourdieu (2007b) chama a atenção para o papel do sistema de ensino na reprodução da estrutura de classes pela reprodução da distribuição desigual de capital cultural entre elas, de forma que a instituição escolar garantiria um “reforço” simbólico à reprodução das relações de força entre as classes, estabelecendo, assim, um elo entre a reprodução cultural e a reprodução social. Ao garantir a reprodução da estrutura do capital cultural entre as classes, o sistema de ensino dissimularia a transmissão hereditária do poder, dando um ar de legitimidade e neutralidade à hierarquização dos indivíduos no espaço social.

Ao apresentar as hierarquias sociais e a reprodução dessas hierarquias como se estivessem baseadas na hierarquia de “dons”, méritos ou competências que suas sanções estabelecem e consagram, ou melhor, ao converter hierarquias sociais em hierarquias escolares, o sistema escolar cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da “ordem social” uma vez que a evolução das relações de força entre as classes tende a excluir de modo mais completo a imposição de uma hierarquia fundada na afirmação bruta e brutal das relações de força (BOURDIEU, 2007b, p. 311).

A escola integraria o sistema das estratégias de reprodução, sendo uma das vias utilizadas pelas famílias para manter sua posição no espaço social a partir do investimento na educação dos filhos. Investimento realizado de forma desigual pelas diferentes classes devido às vantagens relacionadas à origem social que corroboram para o aproveitamento desigual da carreira escolar.

O argumento de Bourdieu (2007b) é que, de uma forma geral, esse sucesso escolar varia de acordo com a competência cultural que os diferentes indivíduos adquirem primeiramente no seio da família, de forma que a educação familiar burguesa está ligada não só ao rendimento escolar propriamente dito, mas ao rendimento do diploma no mercado de trabalho.

O habitus inculcado por uma primeira educação burguesa engendra práticas que, por mais desinteressadas que sejam, são altamente rentáveis na medida que permitem obter o rendimento máximo dos títulos escolares sempre que o recrutamento ou a escalada dependerem de escolha por cooptação ou por critérios difusos e totais (boa aparência, cultura geral, etc.). Assim como em uma economia pré-capitalista onde uma garantia vale o que vale o fiador, o

diploma vale fora do mercado escolar o que seu detentor vale econômica e socialmente, sendo que o rendimento do capital escolar (forma transformada do capital cultural) depende do capital econômico e social que pode ser usado em sua valorização (BOURDIEU, 2007b, p. 333).

No livro *A distinção* (2007a), Bourdieu discutirá o papel que a cultura dominante desempenha nas relações de classe por intermédio do gosto que funciona como um dos “marcadores privilegiados de classe” ao hierarquizar os indivíduos de acordo com o valor diferencial de suas preferências culturais.

Na pesquisa apresentada nessa obra, o autor explicita a relação entre gosto (preferências, práticas e consumo cultural) e educação, reenviando este às suas condições sociais de produção e relevando o mecanismo ideológico por trás da ideia do “bom gosto natural”. Os indicadores mais importantes das necessidades culturais seriam o nível de instrução e a origem social. As preferências e práticas culturais devem ser reportadas, principalmente, à inculcação escolar (lida pelo tempo de estudo e pelo diploma adquirido) e à familiar.

Se na pesquisa, a associação entre gosto e nível de instrução é mais direta do que a relação deste com a origem social, Bourdieu (2007a) dirá que há, no entanto, uma relação que une esses indicadores, pois a educação escolar dependeria em sua “eficácia e duração” da origem social.

A relação entre os indicadores também se modificou conforme a questão da pesquisa cobrisse um conteúdo mais ou menos “escolar” da cultura. Nesse caso, o peso da origem social (educação familiar) era maior quanto menos escolar fosse o conteúdo da questão ou quanto menos a resposta dependesse de um capital propriamente escolar, por exemplo, em assuntos como vestuário, alimentação ou ligados à cultura de vanguarda (BOURDIEU, 2007a)

O autor buscará revelar o peso dado à origem social em matéria de gosto ao mostrar como as maneiras de adquirir o capital cultural são hierarquizadas e hierarquizam a cultura adquirida, fazendo nessa um “efeito de marcação” ao reportá-la às condições de aquisição desigualmente valorizadas. Nesse sentido, o modo de aquisição familiar seria mais legítimo que o escolar, ao revelar a antiguidade do capital cultural possuído pela família, cujo valor reside na “antiguidade do (seu) acesso à nobreza” (BOURDIEU, 2007a, p. 9).

[...] o capital cultural incorporado das gerações anteriores funciona como uma espécie de avanço (no duplo sentido de vantagem inicial e de crédito ou usufruto antecipado) que, garantindo-lhe de imediato o exemplo da cultura realizada em modelos familiares, permite que o recém-chegado comece, desde a origem, ou seja, da maneira mais inconsciente e insensível, a aquisição dos elementos fundamentais da cultura legítima – e evitar o trabalho necessário de

desculturação, retificação e correção para corrigir os efeitos das aprendizagens impróprias. As maneiras legítimas ficam devendo seu valor ao fato de que elas manifestam as mais raras condições de aquisição, ou seja, *um poder social sobre o tempo* reconhecido, tacitamente, como a forma, por excelência, da excelência: possuir algo “antigo”, ou seja, as coisas presentes que são do passado, da história acumulada, entesourada, cristalizada – tais como títulos de nobreza e nomes nobres, chateaux ou mansões históricas, quadros e coleções, vinhos velhos e móveis antigos – é dominar o tempo, ou seja, a melhor escapatória possível de estar às voltas *com o tempo*, através de todas as coisas que têm em comum o fato de serem adquiridas, exclusivamente, mediante o tempo, de lutar contra o tempo ou seja, pela herança – e, se me permitem, aqui, a expressão – pela antiguidade ou graças a disposições que, à semelhança do gosto pelas coisas antigas, adquirem-se, por sua vez, somente com o tempo e cuja implementação pressupõe o ócio de tomar seu tempo (BOURDIEU, 2007a, p. 70, grifo do autor).

O aprendizado precoce da cultura no ambiente familiar, pela frequência a obras, pessoas cultivadas, práticas culturais, vai sendo incorporado insensivelmente, propiciando aos indivíduos da burguesia uma relação com a cultura feita de familiaridade e leveza. Tal aprendizagem estética ocorre de modo implícito e prático, sem mediação de um controle necessariamente discursivo sobre as obras e os estilos, sendo, por isso, bastante diferente da sistematicidade implicada na aprendizagem escolar, desqualificada como pedante e erudita, ao enunciar claramente os princípios constitutivos das obras. As disposições estéticas consideradas mais legítimas seriam as que guardam menos marcas de um processo explícito de aprendizagem, sendo reenviadas à própria “natureza”, dimensão de uma relação de berço com a cultura (BOURDIEU, 2007a).

Os lucros simbólicos da competência cultural dependerão também dos mercados em que ela for investida. Assim, em um mercado escolar ou mundano, as diferentes competências obterão valores diferenciados. O capital cultural escolar será mais valorizado na escola, enquanto o capital cultural herdado, nem sempre diretamente lucrativo no mercado escolar (embora frequentemente também sancionado nesse mercado), será mais rentável no mercado mundano, sendo fundamental para o estabelecimento de um capital social de relações.

O peso do indicador da origem social aumentará quando a cultura livre ou a cultura “em vias de legitimação” estiver em questão por representar conteúdos não trabalhados no âmbito escolar. Inversamente, aqueles que adquiriram a parte mais importante de seu capital cultural na escola transitarão melhor pelos domínios mais consagrados pela instituição escolar fazendo, por isso, investimentos culturais mais clássicos. (BOURDIEU, 2007a)

Mas as propriedades dos agentes em si mesmas são incapazes de definir a eficácia de suas práticas e estratégias que têm de ser remetidas às disputas nos campos onde são realizadas.

Nesse sentido, poderíamos pensar como o mecanismo de acesso aos diferentes campos profissionais (diplomas requeridos, seleções, formação de clientela, etc.) demanda, em diferentes graus, o uso do sistema escolar. Por exemplo, a diferença implicada no exercício de profissões liberais, cuja dependência de clientela torna o capital social (estritamente vinculado à origem social burguesa) incontornável e profissões cujo acesso é garantido pelo montante de capital cultural sancionado pela escola e, por isso, menos dependentes do capital social possuído.

Essa situação de acesso às diferentes profissões explicaria o direcionamento daqueles que pretendem protagonizar estratégias de ascensão social a partir do acúmulo de capital cultural de tipo escolar para escolhas profissionais e postos profissionais cuja mediação de entrada depende necessariamente do diploma e êxito escolar. Esse seria o caso de algumas profissões como “os engenheiros, os quadros do setor público e os professores do ensino secundário, categorias que representam vias de acesso privilegiadas – por intermédio do sucesso escolar – à classe dominante” (BOURDIEU, 2007a, p. 245).

O fato do sucesso escolar possibilitar a mobilidade ascendente de alguns indivíduos e sua entrada na classe dominante explica o estado das lutas pela definição do modo de dominação legítima no seio das classes dominantes e no campo da produção cultural, as quais resultam na hierarquização de dois regimes de conhecimento: adquirido/escolar (frações dominadas da burguesia e aspirantes) *versus* herdado/familiar (burguesia) (BOURDIEU, 2007a).

No termo deste processo, é claro que a dificuldade da análise devia-se ao fato de que a representação do que é designado pelos próprios instrumentos da análise, tais como nível de instrução ou origem social, está em jogo nas lutas em que o objeto da análise – a arte e a relação com a obra de arte – é o pretexto na própria realidade: nestas lutas, a oposição verifica-se entre aqueles que estão identificados com a definição escolar da cultura e com o modo escolar de aquisição, por um lado, e, por outro, aqueles que se tornam os defensores de uma cultura e de uma relação com a cultura mais “livres”, menos estritamente subordinadas às aprendizagens e aos controles escolares [...] (BOURDIEU, 2007a, p. 88).

Nesse sentido, a ideologia do gosto natural se imporia como estratégia de distinção para desqualificar a fração dominada da classe dominante (bem como os recém-chegados à burguesia), caracterizada por uma estrutura de capital com prevalência de capital cultural escolar e na qual se encontram os concorrentes menos antigos, que não tendo “títulos de

nobreza” associados a um conhecimento precoce e prático da cultura, estão associados a todas as marcas “negativas” do conhecimento escolar.

Estas lutas, a propósito da definição legítima da cultura e da maneira legítima de avaliá-la, não passam de uma dimensão das lutas incessantes que dividem toda a classe dominante e que, através das virtudes do homem plenamente realizado, visam os diplomas legítimos para o exercício da dominação: é assim que a exaltação do esporte, escola do caráter, e a valorização da cultura econômico-política, em detrimento da cultura literária ou artística, fazem parte das estratégias pelas quais os membros das frações dominantes da classe dominante esforçam-se em desacreditar os valores reconhecidos pelas frações “intelectuais” da classe dominante *e da pequena burguesia – cujos filhos desencadeiam uma concorrência temível, no terreno da competência escolar mais definida escolarmente, aos filhos de burgueses* (BOURDIEU, 2007a, p. 90, grifo nosso).

Tal disputa se relaciona à autonomia relativa do campo escolar em relação ao campo das classes sociais. Embora estejam relacionados, esses possuem critérios relativamente independentes de hierarquização e de atribuição de valor. No âmbito escolar, o capital cultural de tipo escolar teria prevalência sobre os outros capitais, como o econômico, por exemplo, cujo rendimento se dará somente mediante reconversão.

Isso significa que, por mais imperfeita que seja no estado atual do funcionamento do sistema escolar, a racionalização mínima implicada em qualquer ação pedagógica institucionalizada e, em particular, a transformação do “sentido” de classe que funciona no estado prático em saberes parcialmente codificados – que se pense, por exemplo, na história literária com sua classificação por épocas, gêneros e estilos – têm por efeito reduzir, pelo menos, entre os sobreviventes mais superselecionados, a parte daquilo que é abandonado aos “sentidos” herdados e, por conseguinte, as diferenças associadas à herança econômica e cultural (BOURDIEU, 2007a, nota 87, p. 511).

A relação entre origem social e disposição estética pode ser atenuada quando se chega aos níveis superiores da carreira escolar. De acordo com Bourdieu (2007a, p. 62), o efeito de sobre-seleção “tende a neutralizar as diferenças de trajetória”, já que a longa socialização escolar implicaria na produção de disposições próximas daquelas relacionadas às condições burguesas de existência. A ação pedagógica escolar, por meio do efeito de racionalização da competência estética, funcionaria como uma fonte de formação de competência e de transmissão de capital cultural, que embora relacionada à reprodução do capital cultural herdado na família, possui alguma independência em relação a ele.

A parcela daqueles que, no caso de capital escolar igual, afirmam conhecer, no mínimo, doze das obras musicais propostas, cresce mais nitidamente que a parcela daqueles que podem citar o nome de doze compositores, pelo menos, quando se avança das classes populares para as dominantes – a diferença é bastante atenuada entre os detentores de um diploma de ensino superior (BOURDIEU, 2007a, p. 63).

A importância da socialização escolar para a formação de disposições estéticas aumentaria nos casos de agentes que são submetidos a ela de forma duradoura, também estando associada às estratégias de ascensão de grupos que pretendem mudar de classe pelo acúmulo de capital cultural e, de forma inversa, podendo ser constatada pela desclassificação de agentes que não fizeram necessária reconversão de capital herdado – econômico, social ou cultural – em capital cultural escolar.

O aumento da concorrência escolar ocorrido pela democratização do ensino na França e a consequente inflação de diplomas gerou efeitos relacionados ao peso da instituição escolar na questão da transmissão da herança e da reprodução da posição social de origem. De acordo com Bourdieu (1997), a transmissão da herança passa a depender também, de forma importante, do veredicto escolar, que nem sempre coincide com o familiar.

Em segundo lugar, doravante a transmissão da herança depende, para todas as categorias sociais (mas em graus diversos), dos veredictos das instituições de ensino, que funcionam como um princípio de realidade brutal e poderoso responsável, devido à intensificação da concorrência, por muitos fracassos e decepções. Até a partilha pela simples palavra do pai ou da mãe, depositários da vontade e da autoridade de todo o grupo familiar, *a instituição do herdeiro e o efeito de destino que ela exerce hoje cabe também a Escola cujos juízos e sanções podem confirmar os da família, mas também contrariá-los ou se opor a eles*, e contribuem de maneira totalmente decisiva para a construção da identidade. Isto explica sem dúvida porque tão amiúde a Escola está no princípio do sofrimento das pessoas interrogadas, decepcionadas em seu próprio projeto ou nos projetos que fizeram para seus descendentes ou então pelos desmentidos infligidos pelo mercado de trabalho às promessas e às garantias da Escola (BOURDIEU, 1997, p. 587, grifo nosso).

Nas sociedades contemporâneas, segundo Bourdieu (1997), veredictos familiares, escolares e profissionais seriam sucessivos. As mudanças no sistema escolar incidiram tanto sobre os veredictos familiares quanto sobre os profissionais. O crescente acesso ao diploma tornou incontornável a mediação desse ao acesso a um número cada vez maior de cargos, fazendo com que todas as classes passassem a investir no sistema de ensino, o que provocou o incremento de processos de desclassificação e reclassificação.

3.3 A TRAJETÓRIA E A ORIGEM SOCIAL

Se a conexão do *habitus* com o passado pode ser percebida na pesquisa empírica a partir da correlação entre a origem social e as disposições sociais dos agentes, pensar a variação da relação *habitus*-passado passa também por ponderar sobre quais elementos podem provocar uma indeterminação relativa dessa correlação, no caso, o que poderia se “interpor” na associação direta da origem social dos indivíduos às suas disposições sociais.

Além da necessária problematização acerca da homogeneidade da origem social dos indivíduos, e particularmente de certas classes de agentes, pela consideração de que o *habitus* é fruto da presença e articulação do patrimônio de capitais das linhagens materna e paterna, e dos efeitos da socialização escolar na constituição de disposições sociais, seria importante refletir como o “efeito de trajetória” afeta a eficácia explicativa do indicador da *origem social*.

Ainda que, no caso da pequena burguesia, o efeito de trajetória impeça, em certos casos, o estabelecimento de uma relação direta entre origem social e disposições, Bourdieu argumentará que tal relação pode ser mantida ao se observar o sentido (ascendente ou descendente) da trajetória social do pai e do avô paterno sobre as disposições dos descendentes. Nesse caso, então, não seria uma relação entre origem social (posição social – pontual – do pai e do avô paterno) e disposições, mas, sim, entre trajetória social (considerando a diacronia da posição) e disposições.

Quanto a isso, podemos nos perguntar, ainda, se o incremento do deslocamento no espaço social não influenciaria, por meio de uma relativa heterogeneidade, nas condições de existência que parecem implicar a suposição da geração de condicionamentos homogêneos e estáveis pressupostos na noção de *habitus*.

De acordo com Bourdieu (2007a), a relação entre as práticas e a origem social não é só decorrente do *efeito de inculcação* diretamente exercido pela família e pelas condições originais de existência. Ela também é mediada pelo *efeito de trajetória* exercido sobre as disposições pela experiência do deslocamento (ascensão ou declínio) no espaço social. Nesse sentido, a origem social, ou a posição originária no espaço social, representaria apenas o começo da trajetória social, embora funcione sempre como uma referência paradigmática para ela.

Entretanto, ao contrário da abertura que parece sugerir, o autor dirá que o efeito de trajetória não está completamente descolado do efeito de inculcação, podendo ser lido como uma dimensão deste, já que o sentido da trajetória paterna contribuiria para modelar a experiência dos agentes no universo social. Nesse sentido, ele quer chamar a atenção para o

fato de algumas disposições e práticas estarem relacionadas à origem social, não somente avaliada do ponto de vista sincrônico (que pode camuflar certa desvalorização ou valorização da posição paterna), mas também do ponto de vista diacrônico, considerando a evolução do volume e da estrutura de capital do pai, representante do grupo de origem (BOURDIEU, 2007a).

Bourdieu (2007a, p.104, grifo do autor) argumenta que os deslocamentos no espaço social não são aleatórios, obedecendo a certa lógica, que pode ser percebida pela presença de trajetórias estatisticamente prováveis para cada posição inicial no espaço social. “A determinado volume de capital herdado corresponde um *feixe de trajetórias* praticamente equiprováveis que levam a posições praticamente equivalentes – trata-se do *campo dos possíveis* oferecido objetivamente a determinado agente [...]”.

Entre os diversos elementos constitutivos da classe está a *trajetória modal*, tipo de trajetória (estatisticamente) provável que une certas posições de partida (caracterizadas pelo volume e estrutura de capital) a certas posições de chegada, denotando a ligação entre as posições e as trajetórias (BOURDIEU, 2007a).

A homogeneidade das disposições associadas a uma posição e seu ajuste, aparentemente miraculoso, a exigências inscritas na posição são o produto, por um lado, dos mecanismos que fornecem orientação para as posições aos indivíduos ajustados de antemão, seja por se sentirem feitos para determinados cargos como se estes tivessem sido feitos para eles – trata-se da “vocação” como adesão antecipada *ao destino objetivo que é imposta pela referência prática à trajetória modal na classe de origem* –, seja por aparecerem como tais aos ocupantes desses cargos – neste caso, trata-se da cooptação baseada na harmonia imediata das disposições –, e, por outro, da dialética que se estabelece, no decorrer de uma vida, entre as disposições e as posições, entre as aspirações e as realizações (BOURDIEU, 2007a, p. 104, grifo nosso).

Se a trajetória modal faz referência ao deslocamento provável de uma classe em função de suas propriedades iniciais, teríamos que pensar nos casos em que ocorre uma maior dispersão de trajetórias e em que as práticas são “[...] mais irredutíveis ao efeito da posição definida sincronicamente [...]”, ou seja, em que o efeito da evolução da posição diz mais a respeito das práticas do que à remissão à posição (sincrônica) de origem. Essa parece ser a situação da pequena burguesia (BOURDIEU, 2007a, p. 104).

A importância do efeito de trajetória e da dispersão de trajetórias é significativa no caso da pequena burguesia e em especial de suas novas frações. Bourdieu (2007a, p.105) atribui isso ao fato de a localização central do espaço social ser o lugar de passagem e de encontro de

trajetórias ascendentes e descendentes, tornando-a um “espaço de indeterminação” marcada pela coexistência de pessoas com “trajetórias extremamente dispersas”.

Tal efeito pode ser percebido pela presença de indivíduos com propriedades e disposições diferentes ocupando as mesmas posições sociais, ou pelo fato de indivíduos do mesmo grupo familiar (que passaram por condicionamentos semelhantes em vários aspectos) empreenderem tomadas de posição divergentes em assuntos estéticos, políticos, religiosos, etc.

Nesse caso, Bourdieu (2007a) dirá que tais discordâncias podem ser imputadas à divergência de trajetórias individuais, da qual ele remete a leitura de futuro tornada possível pela “qualidade” do deslocamento no espaço social em relação ao destino coletivo do grupo e da linhagem. Por exemplo, indivíduos que foram desclassificados *versus* indivíduos que se salvaram da desclassificação do seu grupo pelo uso de estratégias de reconversão de capital bem sucedidas.

Tal situação faz com que seja mais difícil remeter diretamente certas disposições à posição de classe (sincronicamente definida), já que essas podem estar ligadas não à posição propriamente dita, mas à representação dessa posição conformada por certa concepção do seu futuro em função da experiência do deslocamento no espaço social.

Ao discutir como o efeito da trajetória interfere nas diferentes tomadas de posição política de grupos e indivíduos da mesma classe, ele traz o desajuste entre posição ocupada e pretendida, bem como a presença de uma representação subjetiva (em parte discordante da posição) mediando a relação entre as duas.

Ocorre que só pode haver uma verdadeira compreensão das diferenças, às vezes, imensas, que separam categorias, apesar de sua proximidade no espaço objetivo – tais como os artesãos ou os agricultores e os contramestres ou os técnicos –, se for levada em consideração, além do volume e da estrutura do capital, a evolução no tempo dessas propriedades, ou seja, a *trajetória social* do grupo em seu conjunto e do indivíduo considerado e de sua linhagem, que se encontra na origem da *representação subjetiva* da posição objetivamente ocupada. [...] O mesmo é dizer que, entre a posição realmente ocupada e as tomadas de posição se interpõe uma representação da posição que, apesar de ser determinada pela posição – com a condição de que seja definida completamente, ou seja, *também* diacronicamente – pode estar em desacordo com as tomadas de posição que a posição parece implicar para um observador externo (eis o que, às vezes, se designa por “falsa consciência”) (BOURDIEU, 2007a, p. 424, grifo do autor).

Isso sugere a necessidade de considerar as relações entre as trajetórias que “pautam” a representação subjetiva do indivíduo sobre sua posição: a da classe/fração de classe, a da linhagem, a do grupo socioprofissional a que pertence, e a do indivíduo propriamente.

As trajetórias coletivas (dos grupos e das linhagens) têm certa ascendência sobre a individual, que deve ser pensada em relação a essas. De todo modo, o sentido da trajetória individual não pode ser esgotado ou reduzido ao sentido das trajetórias coletivas que o influenciam.

Isso implicaria observar a influência e a eficácia dos sentidos das trajetórias coletivas sobre a individual, observando como as propensões correlatas contribuem para o engendramento da representação do futuro e de sua posição no espaço social (atual e futura).

Para Bourdieu (2007a) o pendor da trajetória coletiva está na origem da visão que os atores têm de sua posição e da avaliação – positiva ou negativa – sobre ela, influenciando suas tomadas de posição.

De forma que, no campo político, as disposições regressivas (conservadorismo; visão voltada para o passado) e as progressistas (otimismo político; crença no futuro) estarão relacionadas à trajetória do grupo, tanto no passado realizado por ele quanto no seu futuro potencial, mas também dependerão dos indivíduos: “[...] do grau em que, por um lado, eles tiverem conseguido reproduzir as propriedades de seus ascendentes e, por outro, estão (ou se sentem) em condições de reproduzir suas propriedades em seus descendentes” (Bourdieu, 2007a, p. 425).

Uma classe ou uma fração de classe está em declínio, portanto, voltada para o passado, quando deixou de ter a possibilidade de se reproduzir com todas as suas propriedades de condição e de posição, e quando, para reproduzir seu capital global e manter sua posição – atual ou a da sua família de origem – no espaço social, seus membros mais jovens devem, em uma proporção importante, operar, pelo menos, uma reconversão de seu capital que é acompanhada por uma mudança de condição, marcada por um deslocamento horizontal no espaço social: ou, em outras palavras, quando a reprodução da posição de classe torna-se impossível (desclassificação) ou se realiza apenas por uma mudança de fração de classe (reconversão) (BOURDIEU, 2007a, p. 425).

O desenho argumentativo esboçado por Bourdieu (2007a) em torno da noção de trajetória é pendular; somente, em alguns momentos, sugerindo uma abertura ou uma indeterminação relativa da relação entre origem social e práticas.

Acreditamos, no entanto, que a noção de trajetória pode complexificar a relação entre posição (sincrônica) e disposição, entre as condições de existência iniciais e os condicionamentos daí resultantes, pois ainda que os destinos individuais estejam marcados pelos destinos coletivos aos quais estão vinculados, a reprodução da posição de origem não é mecânica e dependerá de uma série de fatores, dentre eles o estado das lutas de concorrência

entre as classes e as estratégias individuais de reconversão de capital, que nem sempre se dão no mesmo sentido do destino coletivo do grupo de origem.

É nesse sentido, o da indeterminação relativa, que entendemos o significado da maior dispersão de trajetórias na classe média e das suas propriedades diacrônicas, cabendo a questão da influência do aumento dos deslocamentos no espaço social sobre a diminuição da sistematicidade do *habitus* (e talvez até de uma fronteira rígida dos limites de classe, nesse caso), tornando necessário pensar a relação entre as disposições originárias e aquelas resultantes da mudança de posição e da convivência com novas condições de existência.

A questão que parece patente aqui seria o significado de um espaço (central) marcado pela maior presença de processos de desclassificação ou mobilidade social.

Quais efeitos essa localização teria sobre as disposições dos agentes? Os condicionamentos sociais advindos dessas condições de existência seriam menos homogêneos e duradouros? A matriz de percepções forjada em condições de classe estáveis, marcadas pela antiguidade do pertencimento a uma classe social, tais como as que podem ser imputadas às situações em que se verifica menor chance de mobilidade social, teria a mesma unidade e sistematicidade de um conjunto de disposições marcadas, de modo particular, pela experiência do deslocamento no espaço social?

4 *HABITUS*, RAZÃO PRÁTICA E O PRINCÍPIO DA NÃO CONSCIÊNCIA

Neste capítulo, trataremos da questão do nível de consciência do *habitus* e como ela se articula à lógica prática da ação. Em que sentido pode-se falar que a compreensão que os agentes têm de suas práticas é tácita e se autoignora enquanto tal? Discutir, no esquema bourdieusiano, o estatuto do corpo e dos afetos na questão da compreensão/percepção que os agentes têm de seu mundo. Quais são as características do *habitus* que “produzem” o efeito da inconsciência e qual seria a ligação desse efeito com a necessidade de autoproteção? É possível pensar na variação entre os níveis de consciência dos agentes? O que geraria essa passagem da inconsciência das próprias disposições para uma consciência relativa delas? Seguindo Bourdieu (2001), consideraremos que o ajuste das disposições (logo, sua maior ou menor inconsciência) variará em função da localização dos agentes no espaço social, das situações de sua atuação e das especificidades dos campos de ação em que estão envolvidos.

O pressuposto do inconsciente se associa à noção de *habitus* pelo estabelecimento do senso prático e da compreensão tácita, logo, do aspecto “empírico” da compreensão como guia de grande parte das ações da vida cotidiana dos atores sociais. A via do conhecimento prático se estabelece, no pensamento de Bourdieu (2001; 1980), pela crítica a concepções voluntaristas e deterministas da ação social, erigindo-se pela valorização do aspecto corporal das disposições práticas de um ser englobado e moldado pelo mundo social no qual deve atuar. A familiaridade com esse mundo seria o corolário da falta de distância objetivante para com ele, deflagrando uma relação de cumplicidade possível pela naturalização semiconsciente ou inconsciente de si e de seus caracteres distintivos e relacionais (de classe, gênero, etnia, etc.) que delimita a posição no espaço social e conforma os princípios de ação.

Contudo, a lógica do senso prático não possui a mesma eficácia do ponto de vista da inteligibilidade das ações das diferentes classes de agentes. A nosso ver, a caracterização que Bourdieu faz do *habitus* da classe média ressalta justamente a fissura da lógica da prática mediante o incremento das “escolhas” em função da intenção de manipulação das próprias disposições.

Outro ponto discutido no capítulo é o grau de cumplicidade (e de inconsciência) da relação entre *habitus* e campo, disposições e posições, que varia devido a especificidades estruturais e conjunturais dos diferentes campos de ação.

4.1 O NÍVEL DE CONSCIÊNCIA DO *HABITUS*

O projeto teórico bourdieusiano deu inteligibilidade ao aspecto não consciente da agência humana. Bourdieu (2001) estabelece uma crítica à filosofia da consciência e à valorização da mente como fator explicativo preponderante das ações sociais, especialmente à sobrevalorização da ideia de deliberação individual “voluntária e livre”.

A representação da ação social com ênfase nos processos mentais e sua caracterização, por parte de algumas teorias da ação social, como sendo precedida por um cálculo consciente das possibilidades seria problemática, segundo ele, porque exagera as noções de liberdade, voluntarismo e consciência, fazendo emergir um “sujeito” extraído do mundo social e portador de uma espécie de conhecimento teórico e desimplicado sobre esse (BOURDIEU, 2001).

A noção de *habitus* proposta por Bourdieu seria uma forma de superar essa visão voluntarista da relação indivíduo-sociedade, evitando, porém, a contrapartida determinista que postula a ação como resultado direto de causas externas. O autor buscou um entendimento da ação social que avançasse em relação à abordagem estruturalista sem cair numa concepção subjetivista.

Nesse sentido, ele argumentará em favor de uma razão própria às práticas que estaria para além do cálculo consciente e das determinações exteriores aos agentes. Buscará, então, romper com a ideia estruturalista de uma ação mecânica, implicando obediência às normas, ou regulada por um modelo inconsciente, mas também com uma concepção de ação estratégica, seja no sentido sartreano, que a postula como uma finalidade consciente em direção à realização de um projeto livremente escolhido, seja no sentido veiculado pelas teorias da escolha racional, cujo ator definiria racionalmente suas preferências (BOURDIEU, 1980).

A especificidade da relação agência-estrutura mediada pelo *habitus* é que o corpo e o senso prático adquirem uma centralidade crucial. Bourdieu (2001) vai enfatizar as dimensões corporal, não mental e semiconsciente das ações sociais ordinárias e o caráter prático do conhecimento empregado em tais ações. É porque, por meio da socialização, as estruturas sociais se presentificam no corpo (e na mente) dos indivíduos, que esses não conseguem ter uma distância, uma exterioridade e uma percepção desimplicada do espaço social e de sua posição nele.

Logo, a compreensão que os atores teriam do seu lugar no mundo seria eminentemente prática, marcada por esse (des) conhecimento prático. Conhecimento tácito que se inscreve no corpo e na mente durante a socialização – com ênfase na primária – na forma de disposições para agir de modo adequado à posição ocupada (BOURDIEU, 1980; 2001).

O senso prático, que permite que as ações sejam sensatas sem serem conscientemente deliberadas, vai sendo construído e incorporado pela exposição a situações regulares que passam a ser familiares. As situações trazem chamadas à ordem, reprimendas, incentivos, devolvendo uma imagem de si para os indivíduos que a internalizam. A socialização é vista, portanto, como um processo de condicionamento social que acaba por tornar o mundo familiar, pois o sujeito é englobado pelo mundo que ele incorpora (BOURDIEU, 1980; 2001).

O agente envolvido na prática conhece o mundo por um conhecimento que, conforme mostrou Merleau-Ponty, não se instaura na relação de exterioridade de uma consciência conhecedora. Ele o entende num sentido bastante razoável, sem distância objetivante, como sendo algo evidente, justamente porque ele se encontra enredado nele, com o corpo colado nele, onde ele habita como se fora um uniforme ou um habitat familiar. Ele se sente em casa no mundo porque o mundo está nele sob a forma do *habitus*, necessidade tornada virtude e que requer uma forma de amor da necessidade, de *amor fati* (BOURDIEU, 2001, p. 174, grifo do autor).

Por isso, frequentemente, a relação do *habitus* com o mundo é a de cumplicidade. O *habitus* é fruto da incorporação das estruturas sociais como forma de disposições estruturadas por condicionamentos duráveis que teriam predisposição a estruturarem as práticas e as percepções, funcionando como matriz orientadora da ação. Estrutura estruturada e estruturante, fruto de condicionamentos que se transformam em princípios de ação, o *habitus* é habitado pelo mundo que ele habita, atuando num mundo conhecido que ele é capaz de antecipar adaptando-se a ele de antemão.

A ordem social se inscreve no corpo sob a forma de *habitus*. As diferenças (de classe, gênero, idade, etc.) incorporam-se como esquemas corporais e cognitivos de leitura e atuação no mundo. O corpo seria o lugar da encarnação da história sob uma perspectiva específica do espaço social, marcada pela apropriação relativa de recursos (capitais) materiais e simbólicos legados inicialmente pela família e atualizados nas trajetórias sociais. O mesmo é dizer que o *habitus* é a história incorporada (BOURDIEU, 2001).

O espaço social é estruturado pela distribuição desigual de posições sociais e capitais. O agente é marcado pela posição relativa que ocupa nesse espaço hierarquizado e a sua compreensão do mundo tem a ver com essa localização e com os campos onde atua. Os campos seriam regidos por leis próprias que são naturalizadas pelos atores graças à *illusio*, a crença no jogo, responsável por seu envolvimento e adesão a ele (BOURDIEU, 2001).

A ação social, então, seria estabelecida na relação entre um *habitus* e um campo, entre uma dimensão subjetiva e uma dimensão objetiva, que se estabelece pela cumplicidade (tornada

possível pelo senso prático) entre a história corporificada no *habitus* e a história objetivada nos campos de ação.

A adequação entre possibilidades objetivas e aspirações subjetivas é possível porque o *habitus* é formado nessa exposição a regularidades objetivas vivenciadas como limites ou oportunidades pelos atores sociais, que vão incorporando um senso de localização no espaço social que diz o que é e o que não é para eles. A exposição imposta a certos tipos de constrangimento e restrições vai provocando uma adequação prévia à ação: senso prático das possibilidades reais que estão no escopo da ação e das que estão de saída excluídas do leque de possibilidades.

Como forma de bom senso, o senso prático vai “preparando” os indivíduos para o que os espera no mundo social. As virtudes “defensivas” do *habitus* (homogamia, *amor fati*, necessidade tornada virtude) atestariam isso, podendo serem lidas como mecanismos de defesa contra a necessidade, pela adesão antecipada à própria necessidade.

Tais princípios surgem do pacto inconsciente com as condições de existência que se encontram transfiguradas no princípio de sua própria cognição e prática, por isso, solidárias à sua experiência passada e com tendência a projetá-la no futuro. Mas tais virtudes podem ser encontradas, de forma mais explícita, nos *habitus* das classes populares:

A proposição fundamental que define o *habitus* como necessidade que se torna virtude nunca é experimentada com tanta evidência quanto no caso das classes populares, uma vez que, para elas, a necessidade abrange perfeitamente tudo o que se entende, habitualmente, por esta palavra, ou seja, a privação inelutável dos bens necessários. *A necessidade impõe um gosto de necessidade que implica uma forma de adaptação à necessidade e, por conseguinte, de aceitação do necessário, de resignação ao inevitável [...]* (BOURDIEU, 2007a, p. 350, grifo nosso).

O fechamento do universo dos possíveis, no geral, característico do *habitus* – que opera dentro das margens do provável e do familiar, evitando a exposição às novidades – está assentado em operações práticas calcadas numa base fortemente afetiva e inconsciente.

Tal base é reveladora de uma visceral solidariedade entre os indivíduos do mesmo grupo (classe, fração de classe e especialmente do mesmo núcleo familiar), no limite, pensada como adesão a si mesmo, a sua própria identidade reconhecida nos seus pares.

A ação pedagógica inicial deriva seu principal recurso, sobretudo quando tenciona desenvolver a sensibilidade a uma forma particular de capital simbólico, dessa relação originária de dependência simbólica [...]. O trabalho de socialização das pulsões apóia-se numa transação permanente na qual a

criança admite renúncias e sacrifícios em troca de provas de reconhecimento, de consideração ou de admiração (“Como é ajuizado!”), às vezes explicitamente solicitados (“Papai, olha para mim”). Essa troca é altamente carregada de afetividade, na medida em que mobiliza por inteiro a pessoa de ambos os parceiros, sobretudo a criança, é claro, mas também os pais. A criança incorpora o social sob a forma de afetos, mas socialmente coloridos, qualificados, as injunções, prescrições ou condenações paternas sendo decerto particularmente inclinadas a exercer um “efeito de Édipo” [...] (BOURDIEU, 2001, p. 202).

O social incorporado como afeto garante sua eficácia pelo efeito de recalque, pois os “valores” mais profundos dos indivíduos estão inscritos em seus corpos graças ao poder da família como ordem moral. A ordem doméstica é a base para a ordenação simbólica do mundo e das disposições para amar ou odiar certas coisas, aderir ou rechaçar outras (BOURDIEU, 2001).

Mas se a família é o lugar inicial de socialização da libido, isto é, de uma canalização das pulsões para o investimento nos jogos sociais, os campos são os lugares de interação entre a libido e a *illusio*, entre a disposição para investir em certo jogo e a crença no valor e nos móveis desse jogo. Processo que se dá pela transmutação do *habitus* primário – adquirido na família – em um *habitus* secundário, socializado num campo, cuja cumplicidade e aproveitamento serão tanto maiores quanto mais funcionais as características do *habitus* primário forem para o campo “escolhido”.

Somente por meio de toda uma série de transações insensíveis, de compromissos semiconscientes e operações psicológicas (projeção, identificação, transferência, sublimação, etc.) socialmente encorajadas, sustentadas, canalizadas, até organizadas, tais disposições se transformam aos poucos em disposições específicas, ao cabo de todos os ajustamentos infinitesimais necessários para “estar à altura” ou, ao contrário, “para desistir”, que acompanham os desvios infinitesimais ou brutais constitutivos de uma trajetória social (BOURDIEU, 2001, p. 199).

O ajuste a um campo se daria pela afinidade entre esses dois conjuntos de disposições, sendo possibilitado, muitas vezes, graças à “auto-seleção [*sic*], vivida como ‘vocação’, ou da hereditariedade profissional”. Tal processo de escolha profissional envolveria a transmutação de disposições “originárias” em disposições particulares (demandadas pelo campo) e se daria mediante (des) ajustes e combinações de um psiquismo socializado (BOURDIEU, 2001, p.199).

4.1.1 Inconsciente sem conflito?

A investigação das heterogeneidades apresentadas na operacionalização da noção de *habitus*, no livro *A distinção* (2007a), principalmente do *habitus* da nova pequena burguesia, impõe a necessidade do escrutínio do aspecto cognitivo-emocional desse instrumento heurístico.

Esse aspecto está articulado à questão temporal da agência humana. No caso do *habitus*, tal ligação se daria a partir da constatação primeira de que esse está associado à noção de inconsciente. E, em segundo lugar, que há uma conexão entre inconsciente e passado.

A figura da “cumplicidade ontológica” entre *habitus* e campo e as construções bourdieusianas a respeito de uma razão prática que se incorpora insensivelmente e disposicionalmente corroboram para a conclusão de que há uma continuidade e uma circularidade entre passado-presente-futuro e entre as estruturas mentais/incorporadas e aquelas sociais/objetivadas.

Apesar disso, é preciso questionar o determinismo do inconsciente, que não deve ser confundido com o passado em si e, sim, ser visto como uma atualização desse. Se o inconsciente é o mecanismo psíquico responsável pela presentificação do passado e sua projeção num futuro próximo, fazendo o elo entre as três dimensões temporais da agência humana, seria preciso ponderar sobre a formação do *habitus* no inconsciente e sobre os mecanismos de funcionamento do inconsciente e, assim, da atualização do passado para sair de uma representação que entende esse processo de forma automática ou garantida.

Isso daria a possibilidade de discutir a mediação feita pelos agentes entre o passado, presente e futuro pela via do inconsciente, bem como levantar a questão da presença de conflitos no inconsciente causadores de sofrimentos psíquicos como os que podem ser vislumbrados em decorrência da divisão identitária de indivíduos portadores de *habitus* clivados.

Entendemos que a crítica de Gaulejac (2008) ao tratamento dado ao tema da mente e do inconsciente no pensamento bourdieusiano concorre para a problematização e abertura dessa questão. Para ele, o mental em Bourdieu não é devidamente teorizado, já que este tende a descartá-lo ao associá-lo ao racional.

Gaulejac (2008) dirá que Bourdieu concebe o inconsciente reduzindo-o a estruturas cognitivas internalizadas pela ação da socialização familiar e escolar, e que esse inconsciente “social” não remete a uma teoria clara do aparelho psíquico. O que está implícito é que a incorporação das estruturas sociais como estruturas cognitivas é feita de maneira mecânica e

não contraditória, alienando o indivíduo e condicionando a sua ação. Isso estaria permeado por uma compreensão ligada a elementos de uma psicologia cognitivista.

Para o autor, Bourdieu não assimila devidamente a ideia de sujeito do inconsciente, trazida pela Psicanálise, fundamental para o esclarecimento dos processos de internalização, ou seja, para a elucidação da formação do *habitus* no psiquismo (GAULEJAC, 2008).

De acordo com a psicanálise lacaniana, o sujeito é inicialmente alienado ao desejo do Outro, seus pais, pelos significantes que lhe foram endereçados (condição de objeto). A entrada no simbólico devido à castração (o aparecimento da falta) marca a separação do sujeito com o Outro, dando-lhe a possibilidade de identificação com esse Outro. A separação é um *engendrar-se* à medida que o sujeito procura um espaço entre os significantes primeiros, se desembaraçando desses (de uma identificação total a estes que o assujeitariam) e escolhendo outros para se identificar. É nesse processo que o sujeito adquire certa margem de liberdade porque pode ser sujeito do seu desejo, isto é, dos significantes que escolhe para se representar. O sujeito só pode emergir enquanto fala porque internalizou o Outro. Então, o sujeito emergiria de duas operações: alienação e separação (BRUDER, 2007).

Provavelmente, crê Gaulejac (2008), o compromisso político de Bourdieu em denunciar as relações de dominação (que extraem sua eficácia do seu invisível enraizamento corporal aquém da consciência) fez com que ele oferecesse um retrato muito homogêneo da dominação, quase como uma fatalidade.

O autor, então, defenderá a percepção da instauração do poder como algo constituinte, e não somente restritivo, para que se possa pensar que a dominação é feita mediante alguma mediação dos indivíduos, senão o *habitus* será sempre o “espelhamento” de condições objetivas da existência.

Gaulejac (2009) se apoia na reflexão de Judith Butler sobre os mecanismos psíquicos do poder para falar que o poder tem um duplo momento: atua de fora, constringendo o sujeito; e atua de dentro, engendrando-o psiquicamente. Todo sujeito emerge de uma sujeição que o subordina à medida que o constitui; o que significa dizer que tem que ter sido assujeitado para tornar-se sujeito.

O poder possibilita um processo de subjetivação contínuo que não está nunca concluído. Por isso, Judith Butler verá a autonomia ligada à ideia de subordinação. Sua argumentação está baseada na questão edípica do processo psicanalítico, acima remetida, para a qual o momento inicial de fundação do sujeito dá-se pela dependência e pela repressão. Os vínculos primários fundamentais ao sujeito emergem e são negados parcialmente pelo “eu” para que ele possa se

inscrever. A falta, como signo do desejo, é a condição de inscrição do sujeito no simbólico, submetido ao poder social (GAULEJAC, 2009).

Gaulejac (2009) lerá esses dois aspectos do poder como complementares, porque a ideia de autonomia pode emergir justamente da ideia de desembaraçar-se de uma condição de submissão que convoca o indivíduo à condição de sujeito.

Por um lado, os múltiplos determinismos (leis, normas, cultura, autoridade) engendram, em alguma medida, o sujeito. Por outro, os recursos objetivos (capitais culturais, econômicos; disposições, etc.) somados aos subjetivos (desejo de autonomia; capacidade de pensar, agir e se implicar, etc.) possibilitam-no a se fabricar como sujeito de uma existência particular. Mais do que isso, o autor quer explicitar que o indivíduo emerge de uma dupla determinação, do social e do psíquico; fruto de fatores sócio-históricos de socialização e de uma dinâmica intrapsíquica de formação da personalidade (GAULEJAC, 2009).

Seria em relação a essa dupla constituição que o sujeito se “fabricaria” em quatro dimensões: em sua reflexividade; na sua capacidade de agir de forma deliberada; de ter confiança em si pela coerência entre o que diz e sente; e na descoberta da alteridade do seu desejo. O sujeito, então, é visto pelo autor como mediador de suas diferentes dimensões: a de sujeito social (das determinações sociais); sujeito reflexivo (ligado à consciência); e sujeito do desejo (ligado aos processos intrapsíquicos inconscientes) (GAULEJAC, 2009).

No nosso entendimento, a grande questão sobre a teorização do nível de consciência do *habitus* e o impasse que ela impõe à proposta de Gaulejac (2008; 2009) de pensar a formação do *habitus* no psiquismo é que ela esbarra na precedência que Bourdieu (2001) dá ao corpo, e não à mente, como *locus* privilegiado da constituição do *habitus* e da impregnação inconsciente do passado.

4.1.2 Ator-sistema: adequação das estruturas mentais às estruturas sociais

A concepção bourdieusiana de agência humana supõe a relação estreita entre estruturas mentais e estruturas sociais, postulando a associação das condições de existência às disposições para o pensamento e a ação.

As estruturas cognitivas utilizadas pelos agentes sociais para conhecer praticamente o mundo social são estruturas sociais incorporadas. O conhecimento prático do mundo social que supõe a conduta “razoável” nesse mundo serve-se de esquemas classificatórios – ou, se preferirmos, “formas de

classificação”, “estruturas mentais”, “formas simbólicas”, ou seja, outras tantas expressões que, se forem ignoradas as respectivas conotações são praticamente intermutáveis -, esquemas históricos de percepção e apreciação que são o produto da divisão objetiva em classes (faixas etárias, classes sexuais e, classes sociais) e que funcionam aquém da consciência e do discurso (BOURDIEU, 2007a, p. 435).

A noção de *habitus* está assentada na suposição da imbricação entre posição social (dimensão objetiva) e disposição/percepção (dimensão subjetiva). É sobre esse ponto que incide a crítica de Martuccelli (2010), alegando que a teoria bourdieusiana acabou, praticamente, fundindo sistema e ator, ao derivar a explicação sobre a ação da posição ocupada pelo indivíduo no espaço social.

Esse modelo analítico passa a ser questionado a partir de mudanças societárias relacionadas aos novos papéis da cultura, do mercado e do consumo que, ao possibilitarem a grande diversidade de expectativas individuais, criaram um hiato entre esperanças (subjetivas) e possibilidades (objetivas), “abrindo” um espaço entre ator e posição social (MARTUCCELLI, 2010).

Para Archer (2011), a teoria bourdieusiana incorreria no problema da “conflação central”, ao amalgamar a estrutura e a agência, reduzindo-as a uma só coisa, sem reconhecer seus poderes causais distintos e irreduzíveis.

Outras críticas e tentativas de “abertura” do esquema bourdieusiano incidem sobre essa questão da “cumplicidade ontológica” entre *habitus* e campo, baseada na ideia de circularidade entre objetividade e subjetividade (KAUFMANN, 2003; SAYER, 2010; ELDER-VASS, 2007)¹⁷.

Ao enfatizar a coincidência entre a história incorporada e a objetivada, Bourdieu (1980) quer chamar a atenção para o fato da percepção de mundo não escapar às suas condições objetivas de produção. As próprias percepções e as intenções são objetivadas, porque o *habitus* é um sistema de estruturas cognitivas e motivacionais que está comprometido com as condições objetivas que o geraram.

Dessa forma, a relação entre esperanças subjetivas e probabilidades objetivas não seria feita pelo agente por um ajuste consciente dos seus desejos mediante a avaliação das chances de sucesso, mas por uma compreensão prática das coisas, que se autoignora como tal e que estaria dirigida a um mundo já conhecido (BOURDIEU, 1980).

¹⁷ Essa discussão será apresentada no tópico *Habitus e Reflexividade* deste capítulo.

Todavia tal relação entre esperanças e oportunidades nem sempre é estável, variando em função de muitos fatores, dentre eles a própria dinamicidade dos campos e das posições e disposições dos agentes, o que pode deflagrar desencaixes e histerese.

O efeito de *hysteresis* representa a disjunção entre o contexto genético do *habitus* e seu contexto de atuação. A falta de homologia entre os contextos rompe o ciclo do ajustamento entre posições e disposições, esperanças e oportunidades. As estruturas sedimentadas no corpo não equivalem ao presente das estruturas dos contextos de operação do *habitus* e, nesse sentido, abre-se uma fenda desvinculando a apreensão da situação como dada e evidente (PETERS, 2011).

Esse efeito, todavia, não deve ser encarado como algo contingente ou ocupando um lugar meramente residual na dinâmica da relação *habitus*-campo. Ainda que a transformação veloz dos contextos de atuação e as situações de crise tenham mais possibilidade de provocar a inadequação das disposições dos agentes impondo a readaptação à nova ordem das coisas, há diversas situações em que o *habitus* deve atuar em contextos diferentes dos de sua gênese.

De modo mais geral, contudo, a diversidade de condições, a diversidade correspondente de *habitus* e a *multiplicidade de deslocamentos intra e intergeracionais de ascensão ou declínio* fazem com que os *habitus* possam se defrontar, em inúmeros casos, com condições de atualização diferentes daquelas em que foram produzidos: isso ocorre em especial em todos os casos em que os agentes perpetuam disposições tornadas obsoletas pelas transformações das condições objetivas (envelhecimento social), ou quando ocupam posições capazes de exigir disposições diferentes daquelas derivadas de sua condição de origem, seja de modo duradouro, como os arrivistas, ou de maneira conjuntural, como os mais destituídos quando têm que se defrontar com situações regidas pelas normas dominantes, como certos mercados econômicos ou culturais (BOURDIEU, 2001, p. 196, grifo nosso).

Em *Meditações Pascalianas* (2001), Bourdieu menciona que existem níveis de ajustamento do *habitus* que variam de acordo com a localização das posições ocupadas pelos agentes no espaço social, com as situações em que se encontram e com as esferas de atividade em que estão envolvidos. Os “mais ajustados” teriam uma relação de confiança maior com suas disposições e os “mal encaixados” teriam uma tendência a tentar captar e corrigir seus movimentos. O desajuste das disposições seria mais propício à tomada de consciência dessas e, inversamente, o ajuste “perfeito” seria uma forma de alienação e desconhecimento.

Ademais, o grau com que podemos nos entregar aos automatismos do senso prático varia conforme as situações e os domínios de atividade, mas também segundo a posição ocupada no espaço social: é provável que os que se

encontram “em seu lugar” no mundo social possam mais e mais completamente se entregar ou confiar em suas disposições (é o “desembaraço” das pessoas bem nascidas) do que os que ocupam posições em falso, tais como os arrivistas ou os desclassificados; no entanto, *esses últimos têm mais chance de tomarem consciência do que para os outros lhes parece evidente, pelo fato de se verem obrigados a se vigiar e a corrigir conscientemente os “primeiros movimentos” de um habitus gerador de condutas pouco adaptadas ou deslocadas* (BOURDIEU, 2001, p. 198, grifo nosso).

4.2 DO “AUTOMATISMO” INCONSCIENTE DA PRÁTICA À CONSCIÊNCIA RELATIVA DAS DISPOSIÇÕES

O ajuste entre *habitus* e campo (disposição e posição) pressupõe a estabilidade das estruturas sociais, pois a permanência de um estado de coisas tornaria possível a sintonia entre as estruturas passadas (existentes sob a forma incorporada de *habitus*) e as estruturas presentes (objetivadas nos campos de ação). As condições ideais de atualização do *habitus* pressupõem a homologia entre as estruturas que o originaram e as estruturas sociais de sua atuação, o que garantiria a afinidade das disposições com as posições ocupadas.

A inadequação entre disposições e posições pode ser o resultado de transformações no espaço das posições sociais em função de mudanças estruturais que reconfiguraram esse espaço suprimindo, alterando ou criando novas posições, podendo ser influenciada também pelos deslocamentos das diferentes gerações no espaço social (BOURDIEU, 2001).

Ainda que Bourdieu (2001) argumente que na maior parte do tempo a ação social rotineira seja empírica, engajada no mundo e sem distância do presente, o senso prático e a adesão à *illusio* encontram ocasiões em que suas eficácias são claramente diminuídas. A falibilidade do *habitus* geraria um instante de reflexão baseado na suspensão da adesão imediata do *habitus* ao campo.

De modo mais geral, o *habitus* tem seus fracassados, seus momentos críticos de desconcerto e de defasagem: a relação de adaptação imediata fica suspensa, num instante de hesitação em que se pode insinuar uma forma de reflexão que não tem nada a ver com a do pensador escolástico a qual, por intermédio dos movimentos esboçados do corpo (por exemplo, o que pondera com o olhar ou o gesto, à maneira do jogador de tênis ao refazer um lance falhado, os efeitos do movimento realizado ou o descompasso entre esse movimento e o movimento a ser efetuado), permanece voltada para a prática e não para quem a realiza (BOURDIEU, 2001, p.197).

Entretanto, no entendimento bourdieusiano, tal instante de reflexão não resultaria no retorno do sujeito sobre si mesmo como aquele pressuposto pela noção de reflexividade¹⁸.

Ao contrário, a reflexão advinda do instante de suspensão da lógica prática da ação permaneceria voltada para a ação e para a prática, e não para os móveis geradores da ação. Seria um tipo de “reflexividade” plenamente envolvido nas questões de eficácia da prática. Nesse sentido, estaria subsumida à *illusio* e aos interesses correlatos da posição do agente. Daí a crítica feita por ele à ideia da “tomada de consciência” veiculada em algumas teorias marxistas e feministas como suficiente para a mudança das práticas dos agentes quando, na verdade, estando enraizadas no corpo e possuindo inércia considerável, essas são menos permeáveis às tentativas conscientes de correção (BOURDIEU, 2001).

A forma mais patente do desajuste do *habitus* e de um possível “retorno reflexivo” é trazida à tona por Bourdieu (2001; 2007a) com a ideia de *habitus* clivado. Tal *habitus* estaria dividido em função da internalização de disposições concorrentes, incapacitando o agente de conferir um estilo coerente às suas práticas.

A falta de homogeneidade das disposições incorporadas alude a um trânsito entre disposições e escolha, relativizando a ideia de sistematicidade de um princípio único gerador das práticas. Ainda assim (ver na passagem abaixo) o autor tem resistência em associar a divisão do *habitus* ao efeito das suas condições de produção. Supondo, dessa maneira, que tal divisão se daria fundamentalmente durante a trajetória social; o que leva a entender que um *habitus* homogeneamente constituído foi exposto, num segundo momento, a condições adversas de atualização.

Observa-se, então, *habitus* dilacerados, entregues à contradição e à divisão contra si mesma, geradora de sofrimentos, parecem corresponder a posições contraditórias, tendentes a exercer sobre seus ocupantes “duplas constrições estruturais”. Ademais, mesmo que as disposições possam se depauperar ou se enfraquecer por uma espécie de “usura” ligada à ausência de atualização (correlata, sobretudo, de uma mudança de posição e de condição social) ou pelo efeito de uma tomada de consciência associada a um trabalho de transformação (como a correção dos sotaques, das maneiras etc.), existe uma inércia (ou uma *hysteresis*) dos *habitus* cuja tendência espontânea (inscrita na biologia) consiste em perpetuar estruturas correspondentes às suas condições de produção (BOURDIEU, 2001, p. 196).

Nesse caso, o *habitus* parece ser confrontado com a “heterogeneidade” do social que lhe é exterior. Uma argumentação como a de Kaufmann (1994; 2003) toca justamente nesse

¹⁸ VANDENBERGHE (2006).

ponto, ao afirmar que o trânsito entre disposições (hábito) e reflexividade é possível justamente pela internalização heterogênea do “social”. Portanto, a reflexividade não viria do indivíduo, como propriedade emergente pessoal (ARCHER, 2011) reveladora da capacidade intrínseca de se colocar em questão, mas do social heterogêneo incorporado como patrimônio de disposições díspares dependente da necessidade da escolha e de condições de atualização favoráveis.¹⁹

Pretendemos refletir em que medida a caracterização bourdieusiana do *habitus* pequeno-burguês o aproxima da ideia de *habitus* clivado, já que esse seria marcado pela presença de dois conjuntos de disposições concorrentes, as de origem e as pretendidas.

4.2.1 Localização relativamente indeterminada, *habitus* desajustado: o caso da pequena burguesia

No livro *A distinção* (2007a), Bourdieu apresentará os *habitus* das classes dominantes e das classes populares como mais ajustados às suas posições do que o *habitus* da classe média, caracterizado como um *habitus* essencialmente pretensioso, clivado entre dois mundos – o de origem e o pretendido (DUBAR, 2005).

Partindo da estreita associação da posição social à disposição, Bourdieu lerá o *habitus* da classe média a partir da sua posição relativamente indeterminada no espaço social, marcada pela dupla “vizinhança” e pela necessidade constante de diferenciação dos polos opostos.

Entre as propriedades comuns a todos os ocupantes dessas posições médias ou neutras, as mais características são, sem dúvida, aquelas que se referem a essa indeterminação estrutural: situadas a igual distância dos dois polos extremos do campo das classes sociais, em um ponto médio ou, melhor ainda, um lugar neutro em que as forças de atração e de repulsa se equilibram, os pequeno-burgueses têm de enfrentar, incessantemente, alternativas éticas, estéticas ou políticas, portanto, *obrigados a levar as operações mais correntes da existência à ordem da consciência e das escolhas estratégicas* (BOURDIEU, 2007a, p. 324, grifo nosso).

A posição instável ocupada no espaço social, assediada pelo medo do declínio e investida pela possibilidade de ascensão, pode ser observada pela presença de maiores heterogeneidades de alguns indicadores²⁰ dessa classe em comparação àqueles referentes à

¹⁹ Tais discussões são desenvolvidas de forma mais detalhada no tópico “*Habitus* e reflexividade” desse mesmo capítulo.

²⁰ Ao discutir questões relativas ao método da pesquisa que deu origem ao livro *A distinção* (2007a, p. 461), Bourdieu citará tal heterogeneidade: “Um exame aprofundado das categorias que, ao final de uma primeira análise, revelaram-se as mais heterogêneas, tanto ao nível das características objetivas quanto ao nível das escolhas, em

burguesia e ao proletariado, pois “[...] várias características dos membros da pequena burguesia podem ser deduzidas do fato de que eles ocupam uma posição intermediária entre duas posições extremas, sem serem objetivamente identificáveis e subjetivamente identificados com uma ou com outra” (BOURDIEU, 2007a, p. 19).

O autor associará a indeterminação identitária ao aumento da margem de liberdade, já que uma maior abertura do universo dos possíveis implicará necessidade de deliberação maior do que na situação vivida pelas classes populares, por exemplo, cujo “realismo” e o correlato “efeito de clausura” são garantidos pela convivência num meio social rigidamente homogêneo.

E a diferença entre as práticas e as preferências culturais das diferentes classes deve-se, em uma parte importante, ao fato de que as oportunidades de encontrar, em sua vizinhança, o “mercado” em que as experiências culturais e o discursos a seu respeito podem encontrar valor, variam, praticamente, como as oportunidades de viver tais experiências e, sem dúvida, contribuem em parte para determiná-las: o reduzido interesse manifestado pelos membros das classes populares em relação às obras de cultura legítima a que eles poderiam ter acesso – sobretudo, pela televisão – não é o efeito somente de uma falta de competência e de familiaridade: do mesmo modo que os temas considerados vulgares, por exemplo, a televisão, são banidos da conversação burguesa (F.C., VI), os assuntos por excelência da conversação burguesa, exposições, teatro, concertos ou, até mesmo, cinema, são excluídos, de fato e de direito, da conversação popular na qual apenas poderiam exprimir a pretensão de se distinguir. *A chamada à ordem mais implacável, sem dúvida suficiente para explicar o extraordinário realismo das classes populares, é constituída, sem dúvida, pelo efeito de clausura exercido pela homogeneidade do universo social diretamente experimentado: não existe outra linguagem possível, nem outro estilo de vida, nem outras relações de parentesco. O universo dos possíveis está fechado* (BOURDIEU, 2007a, p. 357, grifo nosso).

Na direção oposta do princípio de conformidade, o *habitus* da classe média é marcado pela pretensão cultural. Estando associado a um lugar de passagem de indivíduos/grupos com trajetórias ascendentes e descendentes e, por isso, do “encontro” de indivíduos de origem sociais diferentes, o *habitus* da pequena burguesia, e especialmente de suas novas frações, não revela a sistematicidade e a unidade de estilo características dos *habitus* no geral, apresentando incongruências e variações das suas disposições.

As oposições surgidas desta dualidade das origens, no interior da nova pequena burguesia, exprimem-se muito claramente na relação entre as preferências e as recusas éticas: diferentemente da pequena burguesia em declínio que, conforme já vimos, rejeita em bloco os valores diretamente opostos aos seus, ou seja, as próprias virtudes cobiçadas pela nova pequena

particular os artesãos e os pequenos comerciantes, os quadros médios, os quadros superiores e os professores secundários e universitários [...]”.

burguesia (divertido, requintado, distinto, artista, cheio de fantasia), os membros dos serviços médico-sociais fazem escolhas contraditórias que, segundo parece, exprimem os antagonismos (variáveis segundo as origens) entre os valores do ambiente de partida e os valores do ambiente de chegada, de modo que alguns rejeitam as qualidades que a maior parte dos outros colocam em primeiro lugar (requintado, distinto, divertido), ao passo que outros recusam as qualidades mais cobiçadas pela pequena burguesia estabelecida (ponderado, clássico). Essas incertezas, até mesmo, incoerências, encontram-se, sem dúvida, em cada um dos membros dessas novas profissões que devem inventar uma nova arte de viver, principalmente, em matéria de vida doméstica, e redefinir suas referências sociais (BOURDIEU, 2007a, p.338).

É também na pequena burguesia em que a convivência com pessoas de outras classes sociais é mais comum, tanto no estabelecimento de ligações afetivas (casamento entre cônjuges de origens/trajetórias sociais significativamente heterogêneas) quanto nas relações de trabalho (enfermeira/médico, secretária/advogado), que possibilitam o acesso a outro mundo, deflagrando “elevadas ambições culturais” desses grupos de “transição e de mediação, identificadas em intenção e em aspiração com as classes dominantes a quem prestam serviço e das quais se encontram bastante próximas [...]” (BOURDIEU, 2007a, p. 340).

Dentre outros fatores, a maior diversidade dos referentes sociais pode estar na origem do ecletismo das escolhas culturais, éticas, estéticas das classes médias. Tal ecletismo, relacionado à pretensão cultural característica dessa classe, pode ser confrontado com a univocidade do consumo cultural das classes populares e sua renúncia antecipada a quaisquer lucros simbólicos e à conformação à dimensão pragmática do consumo.

Sem fundamento consistente para as suas classificações e divididos entre seus gostos de tendência e seus gostos de vontade, os pequeno-burgueses estão condenados a proceder a escolhas desconexas (transformadas pela nova pequena burguesia, preocupada em reabilitar o folclore e as músicas exóticas, em um expediente existencial); tanto em suas preferências musicais ou em pintura, quanto em suas escolhas cotidianas (BOURDIEU, 2007a, p 306).

Segundo Bourdieu (2007a), as disposições – aparentemente incongruentes – da pequena burguesia não reproduzem sua posição social, mas a propensão inscrita nessa posição, definida pela leitura da sua trajetória social.

Se os pequeno-burgueses ascendentes podem agir como se tivessem oportunidades superiores ao que elas são – ou, pelo menos, ao que elas seriam, de fato, se eles não *acreditassem* que o fossem – e assim, aumentá-las realmente, é porque *suas disposições tendem a reproduzir não a posição de que elas são produto, apreendida em determinado momento, mas o pendor no ponto considerado da trajetória individual e coletiva*. O habitus pequeno-

burguês é o pendor da trajetória social, individual e coletiva, tornado propensão pela qual essa trajetória ascendente tende a prolongar-se e realizar-se: espécie de *nisus perseverandi*, como dizia Leibniz, em que o trajeto passado se conserva sob a forma de uma tensão para o futuro que o prolonga, ele delimita as ambições “razoáveis” e, por conseguinte, o preço que se deve pagar para realizar essa pretensão realista (BOURDIEU, 2007a, p. 312, grifo nosso).

Sobre as disposições pequeno-burguesas, estaria atuando uma “representação de si” que não se coaduna totalmente à posição ocupada no espaço social, criando certo hiato entre posição e disposição?

Os princípios-guia das disposições pequeno-burguesas – pretensão, ascetismo, boa vontade cultural –, sendo correlatos da não correspondência (relativa) entre posição e disposição, conduziriam a práticas cuja intenção é a correção da defasagem entre representação e posição social?

Bourdieu (2007a) chama a atenção para a importância conferida pelos pequeno-burgueses ao plano simbólico, percebida em virtude do investimento significativo em matéria de consumo cultural e apresentação de si. Tal estratégia estaria assentada na consideração da importância das manifestações simbólicas e das representações para as lutas de classificação social.

Como é testemunhado pela inversão da relação entre as quotas atribuídas à alimentação e ao vestuário, assim como, de modo mais geral, à substância e à aparência, quando se passa da classe operária para a pequena burguesia, *as classes médias estão estreitamente vinculadas ao simbólico*. Sua preocupação com o parecer – que pode ser vivenciada sob o modo da consciência infeliz, às vezes, disfarçada em arrogância (por meio de expressões, tais como “isto é suficiente para mim”, “isso me agrada”, em relação às casas de campo pequeno-burguesas) – encontra-se na origem de sua pretensão, disposição permanente para esta espécie de blefe ou usurpação da identidade social que consiste em dar primazia ao parecer em detrimento do ser, em apropriar-se das aparências para obter a realidade, do nominal para conseguir o real, em tentar a modificação das posições nas classificações objetivas ao alterar a representação das posições na classificação ou dos princípios de classificação. O pequeno-burguês é aquele que, condenado a todas as contradições entre uma condição objetivamente dominada e uma participação em intenção e em vontade aos valores dominantes, *é obcecado pela aparência* a exibir diante dos outros e pelo julgamento destes sobre sua aparência (BOURDIEU, 2007a, p. 236, grifo do autor).

Em que medida a tentativa de controle da representação oferecida não proporciona uma relação de certa exterioridade com as disposições possuídas que passam a ser alvo de estratégias de manipulação?

O amplo reconhecimento dado ao arbitrário cultural dominante resulta na autocrítica e autoconsciência das práticas, discursos e consumo cultural de alguns setores médios.

A observação de si e de suas práticas culturais em relação ao paradigma cultural dominante concorre para certo distanciamento das disposições possuídas mediante reiterada busca de adequação (percebida pelos blefes culturais e erros de *alodoxia*) e nas simulações de familiaridade sedentas em alcançar lucros simbólicos.

O plano da ascensão gera uma dupla estratégia de distanciamento dos proletários e de identificação à burguesia. Essa identificação com os burgueses, convertidos em modelo do dever-ser, traz a experiência da inadequação de seu próprio ser que reinvidica tornar-se outra coisa e ocupar outro lugar social.

Em consequência disso, tais agentes estariam particularmente inclinados às práticas de auto-observação e de observação da cultura erudita associada a seus concorrentes. As disposições estéticas possuídas e suas escolhas culturais são “examinadas” e comparadas àquelas tidas como mais legítimas.

Isso é denotado em seu esforço em prestar reverência e reconhecimento da cultura erudita, em consumir seus produtos certificados, em estar por dentro, mas ao menos tempo em esforço dissimulador de suas disposições de origem que não coincidem com as pretendidas.

4.3 A DIALÉTICA *HABITUS*-CAMPO

O nível de ajustamento do *habitus* pode variar de acordo com as especificidades dos campos de ação, relativas ao seu grau de autonomização e institucionalização, mas também pelas demandas específicas ligadas aos princípios de legitimidade dos diferentes campos e das modalidades de envolvimento e engajamento possibilitadas por elas.

Em relação ao grau de enraizamento das disposições, Bourdieu (2007a) sugere a existência de disposições “profundas”, visceralmente inscritas no corpo, conformando uma espécie de “instintos socializados” que se manifestam mais claramente em certos campos, como o do consumo alimentar, por exemplo, embora ele também faça referência a taxas diferenciais de tolerância a cheiros e barulhos, distribuídas entre os agentes das diferentes classes.

No entanto, ele também remeterá a presença de disposições “mais superficiais”, nas quais o elemento discursivo adquiriria importância significativa junto à orientação enviada pelo *ethos*. O campo político seria esse espaço por excelência. Bourdieu (2007a) vai dizer que as opiniões políticas reveladoras das disposições dos membros das diferentes classes podem ser

reenviadas de forma desigual ao seu *ethos* ou a princípios propriamente políticos, e que elas são mediadas não só pela representação que o indivíduo tem da sua posição, mas também daquela posição que ele se identifica ou gostaria de obter²¹.

Entre o *ethos* e o *logos*, o controle prático e o controle verbal, a descontinuidade é radical. Não há vínculo necessário entre o controle prático que pode orientar a prática cotidiana em tudo o que ela tem de político (objetivamente) sem nunca ter acesso à explicitação, menos ainda à conceitualização sistemática, e o controle simbólico da experiência que se exprime através do discurso socialmente reconhecido como político e que supõe a eliminação de qualquer referência direta e exclusiva à situação em sua singularidade concreta; por ser assim e porque a relação da experiência com a expressão, ou seja, com a consciência, é relativamente indeterminada, as mesmas experiências podem ser reconhecidas em discursos bastante diferentes (BOURDIEU, 2007a, p. 430).

Além disso, a dialética das disposições e dos campos pode estar relacionada ao grau de adesão do indivíduo à *illusio* do campo em que seu *habitus* atuará. Disposições heréticas sugerem incremento da capacidade crítica dos agentes em relação à posição ocupada e às disposições demandadas por ela.

O desajuste entre as expectativas do *habitus* e as solicitações contidas em um cargo, por exemplo, ao provocar o sentimento de não pertencimento ao lugar ocupado, pode engendrar capacidade crítica devido à desnaturalização das demandas do cargo, inclusive levando ao abandono desse em favor de outro mais afinado ao *habitus*.

No sentido oposto e complementar, Bourdieu parece sugerir que quanto mais o *habitus* for “nativo”, funcional e ajustado ao campo, mais chances de ser subsumido nesse (BOURDIEU, 2001).

O *apparatchik*, que deve tudo ao aparelho, é o aparelho tornado homem, pronto a dar tudo a um aparelho que lhe deu tudo: podem-se-lhe confiar sem temor as maiores responsabilidades uma vez que ele nada pode fazer para fazer progredir seus interesses sem atender ao mesmo tempo às expectativas e aos interesses do aparelho; como o oblatto, ele está predisposto a defender a instituição, com a mais firme convicção, contra as ameaças suscitadas pelos desvios heréticos dos detentores de um capital adquirido fora da instituição, que se sentem autorizados e tendentes a tomar distância em relação às crenças e hierarquias internas (BOURDIEU, 2001, p. 193).

²¹ “Uma das características mais determinantes das escolhas políticas reside, efetivamente, no fato de que elas fazem intervir, mais que todas as outras escolhas – mais, sobretudo, que as escolhas obscuras e profundas do *habitus* –, a representação mais ou menos explícita e sistemática que o indivíduo tem do mundo social, assim como da posição que ocupa e “deveria” ocupar nele; e o discurso político, quando existe enquanto tal, limita-se a ser, na maior parte das vezes, a expressão mais ou menos eufemizada e universalizada – e sempre irreconhecível para quem o pronuncia – dessa representação” (BOURDIEU, 2007a, p. 424).

Em relação à dialética entre posição e disposição (cargo e ocupante), a reflexão que Bourdieu (2007a) traz sobre as novas profissões associadas à nova pequena burguesia é fundamental para pensar a contraposição entre espaços enrijecidos e codificados do espaço social e espaços abertos e indeterminados. Discussão que está diretamente associada às diferentes estratégias empreendidas pelos agentes para a reprodução da sua posição de origem.

A dialética entre as disposições e as posições transparece com nitidez no caso de posições situadas em zonas de incerteza do espaço social, como as profissões ainda mal definidas, tanto para as condições de acesso como para as condições de exercício (educador, animador cultural, assessor em comunicação, etc.). Pelo fato de que esses cargos mal delimitados e mal garantidos, mas “abertos” e, como se diz por vezes, “cheios de perspectivas”, *deixam a seus ocupantes a possibilidade de defini-los incutindo-lhes a necessidade incorporada constitutiva de seu habitus, seu futuro vai depender muito mais do que farão dele seus ocupantes*, ou pelo menos os que dentre eles, nas lutas internas à “profissão” e nos confrontos com as profissões vizinhas e concorrentes, lograrão impor a definição da profissão mais favorável ao que eles são (BOURDIEU, 2001, p. 192, grifo nosso).

Diferentemente das profissões mais antigas e reguladas da estrutura social, as novas profissões possibilitariam em maior grau a *alodoxia* e a convivência de indivíduos de origem social distinta e com trajetórias sociais bastante diferenciadas.

De maneira geral, a indeterminação das profissões novas ou renovadas contribui para tornar particularmente visível a heterogeneidade das trajetórias dos agentes, de modo que é possível distinguir, praticamente sempre, dois grupos que, separados do ponto de vista de sua origem social e de todas as disposições correlatas, enfrentam-se de maneira mais ou menos aberta a propósito da definição do cargo, assim como das competências ou virtudes necessárias para conservá-lo (BOURDIEU, 2007a, p. 337).

Para Bourdieu (2007a), o surgimento de novos postos está relacionado aos impactos causados pela transformação do sistema escolar francês na reprodução das posições de classe, provocando “interrupções” de trajetória, por isso deixando aos agentes o esforço de seu restabelecimento. A dualidade de origens – a que Bourdieu se refere – que, às vezes, se manifesta nos ocupantes dessas posições é derivada também da falta de necessidade de certificação escolar para o exercício de algumas profissões, deixando em aberto o direito de entrada nelas.

É assim que, conforme já vimos, as novas profissões são o espaço de predileção, por um lado, de todos aqueles que, do sistema escolar, não

obtiveram os diplomas que lhes permitiriam reivindicar, com sucesso, as posições estabelecidas às quais eram destinados por sua posição social de origem e, por outro, daqueles que, a partir de seu diploma, não obtiveram tudo aquilo que se sentiam no direito de esperar por referência a um estado anterior da relação entre os diplomas e as posições (BOURDIEU, 2007a, p. 333).

As novas profissões estariam ligadas à disposição para a pretensão cultural possuída pela nova pequena burguesia. Tal pretensão seria possibilitada pela familiaridade com a cultura legítima – seja pela origem social ou pelo fato de residir em Paris –, o que habilitaria tais pequeno-burgueses com uma espécie de faro diferenciado e eficaz nos seus blefes culturais e em suas estratégias de pretensão cultural.

De toda forma, o blefe cultural e o blefe social envolvem uma margem de risco e serão mais bem sucedidos quanto maiores forem a segurança e a competência cultural dos indivíduos. Além do capital cultural necessário para impor necessidades e vendê-las como produtos, a partir de estratégias claramente simbólicas, Bourdieu (2007a) sublinhará a importância do capital econômico e do capital social para a sustentação de uma posição mais indefinida no espaço social.

O capital econômico possibilitaria a permanência em posições indefinidas e nem sempre com retorno de lucro imediato. Já o capital social seria fundamental para o estabelecimento de uma rede de clientela, uma vez que são setores que não estão amparados institucionalmente.

Enquanto o risco contido nas posições mais arriscadas decresce, ao mesmo tempo, de um ponto de vista objetivo e subjetivo, à medida que aumenta o capital herdado, as oportunidades de lucro crescem quando aumenta o capital sob todas as suas formas, não só o capital econômico que permite esperar do futuro o futuro das posições ou o capital cultural que permite *fazer* esse futuro pelas proezas simbólicas necessárias para produzir e impor novos produtos, mas, sobretudo, talvez, o capital social que, nestes setores pouco institucionalizados em que o recrutamento se faz por cooptação, permite entrar na corrida e progredir (BOURDIEU, 2007a, p. 337, grifo do autor).

De toda forma, em maior ou menor medida, a indeterminação das novas profissões gera um risco para os agentes em relação ao futuro ao qual elas darão acesso, por isso são o lugar de uma aposta. Nesse sentido, trazem uma relação diferenciada entre identidade social, futuro e profissão daquela ligada às profissões estabelecidas, cujo controle e regulação das condições de acesso garantem uma identidade social mais estável aos indivíduos que as “escolhem”.

[...] diferentemente das posições estabelecidas que estão situadas claramente em uma hierarquia e, sem qualquer equívoco, impõem a imagem de uma

profissão bem definida em seu presente e seu futuro, as profissões novas ou renovadas autorizam ou favorecem as estratégias de restabelecimento simbólico ilustradas pelo uso de duplicações bem-conceituadas, mais ou menos abertamente eufemísticas, tais como “colaboradora” em vez de secretária, ou enfermeiro “psicoterapeuta” no lugar de enfermeiro psiquiátrico. Mas esse efeito torna-se mais visível, sobretudo, em todos os casos em que os agentes se esforçam por produzir não só cargos ajustados a suas ambições, de preferência, a ajustar suas ambições aos cargos já existentes, mas também produzir a necessidade de seu próprio produto por ações que, na origem, benévolas, a exemplo de inúmeras profissões “sociais”, visam impor-se como “serviços públicos”, oficialmente reconhecidos e financiados, em maior ou menor grau, pelo Estado, segundo um processo clássico de profissionalização (criação de uma formação específica sancionada por diplomas, de uma deontologia e de uma ideologia profissional, etc.) (BOURDIEU, 2007a, p. 337).

Tais novas profissões atraíram indivíduos em vias de desclassificação, por alto e por baixo, indivíduos em trajetórias ascendentes ou declínio social, reunidos pelo desejo de escapar às posições definitivas, fugindo do efeito de marcação identitária mediante o uso de estratégias de eufemização da posição social.

Fica a questão de saber se a indeterminação do futuro e a indefinição de certas áreas do espaço social modificam a relação entre esperanças e oportunidades, especialmente do ponto de vista dos atores sociais e de sua leitura subjetiva do futuro possível e das suas oportunidades, inclusive implicando uma concepção de agência que se estabelece no sentido da invenção de posições adequadas às disposições e não da adaptação das disposições às posições existentes.

Por outro lado, em vez de maior indeterminação de uma região de indeterminação, ou seja, principalmente do lado do polo cultural da classe média, situam-se posições ainda mal determinadas, tanto pelo presente que elas propõem quanto pelo futuro bastante incerto e, por isso mesmo, bastante *aberto*, ou seja, arriscado e, ao mesmo tempo, disperso, que elas prometem (por oposição ao futuro *garantido*, embora *fechado*, das posições fortemente predeterminadas) [...] (BOURDIEU, 2007a, p. 324, grifo do autor).

Nesse sentido, pode-se pensar se esse é o caso de uma relação mais dialética entre posição e disposição, cargo e ocupante, campo e *habitus*, em que o polo “subjetivo” adquiriria certo poder de constituição/influência sobre o polo “objetivo”, poder correlato do volume de capitais possuídos pelos agentes, portanto, com eficácia desigual sobre a criação e valorização de postos, cargos e novas posições nos campos.

4.4 HABITUS E REFLEXIVIDADE

O conceito de reflexividade foi alvo de diferentes abordagens na área das Ciências Sociais. Embora o termo seja marcado pela polissemia, de uma maneira geral, a noção de reflexividade sempre aponta para o retorno do sujeito sobre um objeto que é ele mesmo (VANDENBERGHE, 2006).

Esse *voltar-se sobre si*, às vezes, sendo indicativo, também, de uma análise crítica. No campo da Sociologia, mais especificamente, o tema foi trazido à tona, de forma mais clara, pela Sociologia Crítica do Conhecimento, pela Sociologia Relativista das Ciências e pela Teoria da Modernização Reflexiva (VANDENBERGHE, 2006).

Na tradição da Sociologia Dialética do Conhecimento, indo de Marx a Bourdieu, passando por Mannheim e vários outros, a análise reflexiva buscou desvelar as condições sociais de produção do conhecimento que é profundamente afetado (na eleição de objetos e métodos) pelos interesses/determinações sociais dos agentes do conhecimento. Como contrapartida, a conscientização desses interesses e determinações seria fundamental para a produção de um conhecimento menos enviesado da sociedade (VANDENBERGHE, 2006).

No caso da Sociologia Relativista da Ciência, dos anos 1980, inspirada nos trabalhos etnometodológicos de Garfinkel e associada à Latour, Woolgar, Collins, entre outros, a reflexividade é o substrato de uma crítica desconstrutivista e epistemológica da ciência que cai no relativismo ao defender que a ciência é um construto social, falível, local, sendo a “verdade” produzida por ela nada mais do que uma convenção (VANDENBERGHE, 2006).

Já a Teoria da Modernização Reflexiva, ligada aos nomes de Giddens, Lash e Beck, parte da crítica pós-moderna do conhecimento e da insegurança epistemológica, seu corolário, para estendê-la à existência cotidiana. O argumento é o de que na modernidade tardia, com a integração do conhecimento ao cotidiano, ocorreu um processo de destradicionalização das formas de viver, que não sendo mais dadas, estáveis e garantidas, provocou uma generalização da incerteza e a necessidade de deliberar e decidir (VANDENBERGHE, 2006).

A partir desse cenário mais geral, poder-se-ia pensar em como o tratamento do tema da reflexividade se associa, de maneira diferenciada, às distintas tradições sociológicas nacionais.

Corrêa (2009) dirá que na sociologia francesa, especialmente nos trabalhos de Bourdieu, Boltanski e Thévenot, o conceito de reflexividade está associado à noção de crítica. Mais especificamente, no quadro teórico bourdieusiano, em que as ações sociais são interpretadas como engendramentos simbólico-estruturais, a reflexividade estaria, também, atrelada aos

condicionamentos sociais; podendo ser percebido, além disso, que está delineada a suposição de que a conscientização das determinações ampliaria o espaço de liberdade dos agentes.

Em relação à tradição inglesa, pensando nas obras de Archer e Giddens, haveria uma relação mais direta estabelecida entre o conceito de reflexividade e o de modernidade tardia. O argumento é o de que, na contemporaneidade, a tradição perde seu caráter normativo, modificando a dinâmica posicional e desvelando intensas transformações que exigem dos indivíduos velocidade adaptativa e reflexividade para lidar com situações novas e não decodificadas (CORRÊA, 2009).

Na perspectiva de Archer (2003), a reflexividade seria uma propriedade emergente pessoal que mediaría os efeitos dos poderes das estruturas socioculturais sobre os agentes. A autora concebe o agente social como alguém capaz de relacionar suas preocupações pessoais com as circunstâncias sociais nas quais está inserido.

Essas conexões seriam realizadas mediante deliberação subjetiva acerca da definição de cursos de ação a tomar tendo em vista as possibilidades e restrições inscritas nas suas posições sociais. A deliberação assumiria a forma de “conversações interiores” que o sujeito mantém consigo mesmo e por meio das quais se considera em relação aos contextos e aos seus projetos de vida. Por meio do diálogo interno, o futuro seria projetado pela deliberação sobre o passado a partir do presente (ARCHER, 2003).

As identidades pessoais e sociais se desenvolveriam à medida que os sujeitos perseguem seus objetivos e “preocupações últimas”. Tais preocupações ou que “mais importa para cada um” não constituem planos de ação claros, criando a necessidade de deliberar com vistas a atendê-las. A procura por um lugar na sociedade é vivenciada a partir da confrontação com as propriedades estruturais e culturais, decodificadas como restritivas e capacitadoras na elaboração de um *modus vivendi* sustentável e expressivamente autorrepresentativo (ARCHER, 2003).

O exercício reflexivo não assume uma forma homogênea, estabelecendo-se na relação entre os contextos natais/primários dos agentes em conjunção com suas preocupações pessoais. Daí emergiria as diferentes modalidades de reflexividade (reflexivos fraturados, reflexivos comunicativos, reflexivos autônomos, e meta-reflexivos), que indicam diferentes posturas em relação à sociedade que engendram, por sua vez, respostas diferenciadas ao condicionamento social. Tais modalidades foram associadas pela autora à mobilidade social, conectando respectivamente os reflexivos comunicativos à imobilidade, os reflexivos autônomos à

mobilidade ascendente e os meta-reflexivos à volatilidade social ou à mobilidade lateral (ARCHER, 2003).

Tematizando a possibilidade da reflexividade individual, Ana Caetano (2011) recupera a concepção archeana da reflexividade como mecanismo mediador da relação entre agência e estrutura, ou melhor, como um poder causal dos indivíduos que controla a eficácia do poder das estruturas sociais sobre suas ações.

Mas, diferentemente de Archer, que toma as estruturas como exógenas, a autora vai defender que as estruturas também são interiorizadas pelos agentes, o que torna insustentável a defesa da reflexividade como único mecanismo mediador, porque há o sentido prático adquirido pela exposição dos agentes a um mundo que por final eles passam a conhecer tacitamente e a agir de acordo com o seu lugar nele (CAETANO, 2011).

Assim, irá defender uma combinação dos dois dispositivos mediadores para o entendimento mais completo das ações sociais, já que as estruturas não seriam só restritivas, mas também capacitadoras e, na verdade, engendram o campo das possibilidades em que os poderes causais dos agentes são exercidos. Numa palavra, elas (as estruturas) seriam a própria condição da reflexividade (CAETANO, 2011).

Nesse sentido, o exercício da reflexividade teria que ser pensado não de forma generalizada, mas atravessado pela hierarquização do espaço social e por isso relacionado diretamente às posições ocupadas nesse espaço (CAETANO, 2011).

A discussão em torno da noção de reflexividade é cara à sociologia contemporânea, que busca edificar uma formulação dos motores subjetivos da conduta humana que supere as opções dicotômicas de viés intelectualista ou disposicional/prático.

Esse esforço tornou-se um programa de pesquisa sociológico e uma das formas de sua manifestação pode ser percebida na tentativa de articular os conceitos de *habitus* e reflexividade, pensando o agente humano como constituído por uma interação entre suas tendências disposicionais e suas capacidades deliberativas.

Recentemente, têm surgido tentativas de conjugar dois programas de pesquisa: o da sociologia disposicional representada por Bourdieu e o da reflexividade sob a forma das conversações interiores, tal como é apresentado por Archer.

A polarização das abordagens de Pierre Bourdieu e de Margaret Archer, dentre outras coisas, está na origem dessa possibilidade de articulação dos seus quadros teóricos para dar conta do aspecto multifacetado da ação social que não pode ser esgotada na explicação via *habitus* ou reflexividade.

A partir de uma pesquisa exploratória sobre a possibilidade de articulação dos programas de pesquisa disposicional e da reflexividade, Pontes (2011) identifica uma compatibilidade nas lacunas encontradas em cada perspectiva.

Segundo ele, a reflexividade é pensada de forma residual no primeiro programa (bourdieusiano), faltando pensar que a dinâmica sociopsíquica que os agentes instituem com eles mesmos é fundamental para o engendramento das disposições sociais, o que torna mais factível pensar as maneiras de auto-objetivação dos agentes possibilitadas por uma dinâmica interpretativa das suas próprias disposições (PONTES, 2011).

O problema em relação ao segundo quadro de referência (archeano) seria o da conceptualização da reflexividade, a qual é tida como um requisito antropológico para a ação, mas ela o é como potência e só existe em ato quando é corporificada e socializada. Para o autor, não é possível ignorar a autointeração dos agentes na construção da realidade social, mas ao mesmo tempo essa capacidade reflexiva é atualizada em condições sócio-históricas (PONTES, 2011).

A suposição da reflexividade não como propriedade de todos os agentes, mas como inscrita em condições objetivas de descompasso entre *habitus* e campo (efeito de *hysteresis*), ou como privilégio de atores específicos (porque sociologicamente informados), em função do trabalho de auto-objetivação proporcionado pela Sociologia, é o que se torna problemático no esquema de Bourdieu. Falta a atribuição de um controle relativo do ator sobre suas disposições, sobre suas propensões práticas a determinadas ações, de forma que o sociólogo acaba por supervalorizar a eficácia causal do poder das estruturas caindo, assim, na fatalidade do *habitus*.

No caso de Archer, a excessiva “interioridade” do diálogo interno seria a questão mais problemática de seu quadro teórico, segundo alguns de seus críticos ²². A autora menospreza o papel da intersubjetividade na caracterização da conversa interior ao desconsiderar a influência das estruturas socioculturais diretamente sobre a subjetividade, mas recaindo sobre a elaboração de projetos factíveis.

As tentativas de articular esses dois quadros teórico-metodológicos visando sanar suas deficiências, acima explicitadas, partem, essencialmente, das seguintes questões: em que medida a capacidade reflexiva dos agentes sociais pode ser acomodada e maximizada em algum lugar da teoria bourdieusiana? Essa empreitada pode ser feita em articulação com o conceito de reflexividade archeano, ou seja, a partir da investigação a respeito das conversações interiores?

²² Vandenberghe (2009); Elver-vass (2007); Pontes (2011).

Nesse sentido, caberia a investigação sobre a operacionalização do diálogo interno, a partir da compreensão de seu status ontológico como propriedade emergente pessoal, para que se pudesse entender as incongruências entre uma concepção de engajamento reflexivo na definição dos cursos de ação e a prevalência dada por Bourdieu à ação habitual, como um pré-ajustamento às condições objetivas de atuação, fruto da sua visão da socialização como internalização.

Quanto a isso, Vandenberghe (2010, p.263) sugere que:

Reformulando a tese nos termos do estruturalismo gerativo de Bourdieu, poderíamos afirmar que a conversação interna intervém entre o *habitus* e o campo. Como resultado, a reprodução da sociedade torna-se uma realização dos próprios agentes. Os atores são, de fato, determinados, mas apenas na medida em que determinam a si mesmos.

Andrew Sayer (2010) argumenta que uma combinação dos conceitos de *habitus* e reflexividade individual passa pela necessidade de repensar ambos, especialmente o conceito de *habitus*. Essa reestruturação deveria se dar no sentido de flexibilizar a cumplicidade ontológica, tal como posta por Bourdieu, entre o *habitus* e campo e, do lado archeano, relativizar a ideia do total abarcamento da reflexividade individual como mediadora de todos os efeitos das estruturas sobre os atores, especialmente efeitos e disposições adquiridos na infância.

Partindo, também, da ideia de que a articulação dos conceitos de *habitus* e reflexividade implica uma reestruturação da teoria da prática bourdieusiana para que esta possa “receber” a reflexividade em seu bojo, Nicos Mouzelis (2008) vai argumentar que a reflexividade não está circunscrita ao desajuste da posição com a disposição, mas pode emergir de situações em que 1) há incongruências entre os aspectos disposicionais, posicionais e figuracionais; 2) há contradições intra-disposicionais; 3) as pessoas refletem sobre possíveis incongruências das suas disposições em relação às posições ou figurações.

Nesse caso, a reestruturação do esquema bourdieusiano se daria no sentido de levar em consideração os aspectos reflexivos, racionais e voluntários da ação social e o aspecto interativo-figuracional da estrutura dos jogos sociais nos quais essa ação ocorre. Para isso, Mouzelis (2008) defende duas modificações: a primeira seria a distinção clara entre uma fase inicial de aquisição do *habitus* primário e as fases posteriores de sua atualização; e a segunda seria uma diferenciação entre as estruturas posicionais/institucionais dos campos (referentes a

um conjunto de posições e papéis sociais) e as estruturas figuracionais (referentes ao conjunto de relações padronizadas performatizadas pelos atores sociais).

Margaret Archer (2011) rebate criticamente três tentativas de combinar as noções de *habitus* e reflexividade empreendidas por diferentes autores contemporâneos. Segundo ela as propostas seriam a da 1. combinação empírica, 2. hibridização e 3. reconciliação ontológica e teórica.

A primeira tentativa, a da combinação empírica, realizada por Fleetwood e Sayer, defende que algumas situações são regidas pelo *habitus* e outras pela reflexividade, isto é, não obstante a inevitabilidade da reflexividade em contextos contemporâneos, a utilização de respostas rotinizadas nas diferentes esferas da vida é algo factível (ARCHER, 2011).

A segunda proposta, de hibridizar as noções, empreendida por Sweetman (2003), engendra o conceito de “*habitus reflexivo*” como sendo um novo tipo de *habitus*, marcado pela flexibilidade, que se torna preponderante na contemporaneidade (em que a disjunção entre estruturas subjetivas e objetivas é algo corriqueiro). O argumento é que, para algumas pessoas, a reflexividade se tornou habitual e suas identidades sociais não têm mais uma forma estável e organizada, forçando os indivíduos a escolher e engendrar um senso de *self* que não pode mais depender de identidades ideológicas, coletivas e estandardizadas.

A terceira proposta, de Elder-Vass, se estabelece a partir da discussão teórica acerca da compatibilidade das duas noções, que seria efetuada primeiramente desassociando Bourdieu do problema da “conflação central”²³, em seguida, restringindo a influência da reflexividade à modificação do *habitus* operada pelos sujeitos, e, finalmente, propondo que as ações são co-determinadas pelo *habitus* e pelas deliberações reflexivas.

Archer (2011) critica as duas primeiras tentativas alegando, em relação à primeira, que essa só pode ser resolvida mediante pesquisa empírica, e, em relação à segunda, considerando-a problemática porque desvirtua as caracterizações bourdieusianas de *habitus* e de reflexividade.

Em relação à terceira tentativa, a autora contra-argumenta que ontologia e epistemologia não são separáveis na elaboração de teorias, de forma a dificultar a adaptação de uma teoria para uma ontologia diferente (caso da difícil conversão do pensamento bourdieusiano a uma ontologia emergentista), e que sua própria abordagem morfogenética não comportaria o ajuste teórico pretendido por Elder-Vass (ARCHER, 2011).

²³ O diagnóstico da conflação central atribuído por Archer à teoria bourdieusiana consiste no problema da elisão central incorrido por tal teoria, ao amalgamar a estrutura e a agência, reduzindo-os a uma só coisa, sem reconhecer seus poderes causais distintos e irreduzíveis.

As tentativas de articular *habitus* e reflexividade não se esgotam nessas propostas, acima apresentadas, de conjugar dois quadros teóricos distintos. A sociologia pós-bourdieuiana na França, na figura de autores como Bernard Lahire e Jean-Claude Kaufmann, propôs uma abertura do esquema bourdieusiano, particularmente, uma flexibilização da ideia de sistematicidade associada à noção de *habitus* como princípio gerativo de um sistema disposicional coerente.

A proposta de Bernard Lahire (2002) consiste em dar sequência à sociologia disposicional de inspiração bourdieusiana, numa tentativa de flexibilização do *habitus* pela crítica à coerência do esquema engendrador das disposições, pela relativização da noção de transferibilidade do *habitus* e pela defesa dos contextos como mecanismos de atualização/inibição das disposições.

A partir da crítica a Bourdieu, Lahire lança a proposta de realizar uma “sociologia psicológica” ou “sociologia em escala individual”, que pretende estudar a singularidade socialmente determinada dos atores sociais. De forma que, à unicidade e coerência do esquema incorporado representado pelo *habitus*, Lahire rebate com a ideia de um patrimônio individual de disposições, marcado pela heterogeneidade e transferibilidade relativa e contextual, que pretende captar as variações intra-individuais das condutas e sua intrincada relação com as situações de seu desencadeamento ou de sua inibição (LAHIRE, 2002).

Para o autor, a transposição da fórmula geradora das práticas de um contexto para outro não se dá automaticamente, nem tampouco é garantida, a ela “[...] opõem-se muitas resistências: interesses sociais mobilizados em direções opostas, públicos indiferentes, materiais culturais rebeldes, fontes de legitimidade competitivas” (LAHIRE, 2002, p.30).

Além disso, haveria de se considerar o fato de os atores sociais não participarem de um só campo e por isso não serem mobilizados por um único campo nem pela mesma função no campo, constituindo-se de maneiras diversas como produtores, consumidores, distribuidores, etc. Da mesma maneira, esses não podem ser reduzidos a membros de um campo, devendo ser levada em consideração as configurações afetivas e cognitivas que estariam fora desses. Afinal, no curso de uma vida, o ator participa de “universos sociais variados, ocupando aí posições diferentes” (LAHIRE, 2002, p.36).

O que ocorre, segundo Lahire (2002), é que a transposição dos esquemas de disposição é contextual, podendo ser atualizada ou inibida de acordo com as situações. O presente assumindo aí um papel importante de organizador e sintetizador de experiências passadas, transformadas em repertórios de esquemas de ação.

Para Lahire, a defesa de um “ajustamento mágico dos hábitos incorporados” às mais diversas situações ignora os diversos momentos de desajustamento desencadeadores de reflexões e tensões acionados por situações novas não decodificadas que são vividas cotidianamente nas sociedades mais complexas, como, por exemplo, os casos de crises de adaptação comuns e nada excepcionais da migração, da decadência social, do desemprego, do divórcio, do casamento, e do fracasso escolar (LAHIRE, 2002).

A influência do passado sobre o presente não se daria de maneira monolítica, mas matizada. O passado não estaria incorporado de maneira homogênea e, portanto, não poderia agir empurrando, de maneira unívoca, os atores sociais para uma só direção (LAHIRE, 2002).

Portanto, a especificidade da composição de uma situação no presente teria um peso inteiramente fundamental na criação das práticas, esse mobilizaria as disposições a serem atualizadas ou inibidas; nesse sentido, a alteração de um contexto para outro (profissional para o conjugal, ou religioso para o político) provocaria alterações, também, no vetor de forças que operam sobre os atores (LAHIRE, 2002).

Kaufmann (2003) também, empreende uma crítica à noção bourdieusiana de *habitus*. O autor defenderá, no entanto, que a fórmula geradora das práticas dá a possibilidade de pensar a dinâmica da individualização, tanto pelo viés da estruturação do processo de engendramento dos indivíduos, como pela consideração de seu fracionamento em relação aos campos.

Assim, irá propor a substituição da noção de *habitus* pela de hábito, alegando que existiu uma mudança histórica que acabou por conceder ao hábito maior papel explicativo devido à sua associação à ideia de reflexividade e consequente construção individual (KAUFMANN, 2003).

A reflexividade emergiria no momento da divergência entre esquemas incorporados díspares, no instante em que a orientação da ação desprende-se de certa rotina, e pensamento e esquema incorporado destoam. Haveria, então, uma luta entre inércia do hábito e a “iniciativa” da reflexividade (KAUFMANN, 2003).

Assim, a reflexividade não seria uma qualidade do indivíduo, emergindo dele, mas do social, especificamente das contradições do social internalizado por meio de processos de socialização incongruentes. A liberdade individual, para ele, consistiria na capacidade do ator de escolher entre esquemas concorrentes de orientação da ação (KAUFMANN, 2003).

O autor vai pensar a identidade social diferenciando-a da noção de papéis sociais, dando espaço para uma concepção mais dinâmica e ativa do processo identitário como uma economia em que os diferentes hábitos incorporados são acionados, podendo ser atualizados como

resultado de uma disputa interna ou, ainda, serem relegados ao esquecimento (KAUFMANN, 1994).

Percebe-se que há certa homologia entre as posições de Lahire e Kaufmann. Ambos estão pensando na possibilidade do indivíduo incorporar disposições heterogêneas e concorrentes em função de processos de socialização contraditórios ou diversificados, seja na primeira infância, relativos à constituição de um sistema disposicional primário, seja ao longo da trajetória social e das ocasiões oferecidas pelas interações/contextos para que essas disposições se atualizem ou se transformem em disposições secundárias.

O entendimento de que o agente pode ter incorporado no seu repertório de ação esquemas plurais de orientação da conduta interpela claramente a ideia de sistematicidade e coerência contida na noção bourdieusiana de *habitus*, como também levanta a questão da escolha, não muito tematizada por Bourdieu.

Nossa leitura da obra *A distinção*, especialmente focada na caracterização que Bourdieu (2007a) faz do *habitus* da pequena burguesia, irá no caminho de considerar a noção de reflexividade a partir de uma série de indícios que perpassam desde a questão temporal (a projetividade) como também a ideia da incorporação de disposições incongruentes devido às influências socializadoras diversificadas e díspares.

A dimensão do futuro seria contemplada nos dois casos acima citados. A projetividade, associada às frações em ascensão da pequena burguesia, pode ser mais claramente percebida do ponto de vista da questão temporal, já que implica uma leitura de futuro e uma tentativa de forjá-lo, distanciando-se do passado.

Mas, igualmente, a suposição da exposição a influências heterogêneas das linhagens materna e paterna ou, ainda, em decorrência da convivência maior com pessoas de outras classes, como é o caso de alguns indivíduos das classes médias, pode interferir na economia temporal do *habitus* ao colocar a questão (não do futuro como intenção, mas) do futuro relativamente indeterminado porque dependente da escolha e do trânsito entre esquemas concorrentes de ação que estão internalizados.

A intenção de manipulação das próprias disposições, no caso de indivíduos pertencentes às frações em ascensão da pequena burguesia, gera uma variação de suas práticas e preferências que se tornam mais difíceis de serem lidas a partir da lógica sistemática da unidade de estilo característica do *habitus*.

Apesar de não ser seu monopólio, os pequeno-burgueses distinguem-se, na sua experiência do mundo social, antes de mais nada, pela timidez, ou seja,

constrangimento de quem não se sente bem em seu corpo e em sua linguagem: em vez de formar um todo com esses aspectos, ele observa-os, de algum modo, do exterior, com os olhos dos outros, vigiando-se, corrigindo-se, retratando-se; e, através de suas tentativas desesperadas para voltar e apropriar-se de um ser-para-o-outro alienado, oferece precisamente a ocasião à apropriação, traindo-se tanto por sua hipercorreção quanto por sua falta de jeito. Assim, a timidez manifestada, a contragosto, pelo corpo objetivado e que se deixa confinar no destino proposto pela percepção e pela enunciação coletivas – que se pense nos apelidos e alcunhas – é atraída por um corpo submetido à representação dos outros, inclusive, em suas reações passivas e inconscientes (a sensação de enrubescer) (BOURDIEU, 2007a, p. 196).

O que parece é que quando o eu-observador do pequeno-burguês entra em cena e tenta dar uma representação de si, ele deixa de ser “uno” com suas disposições, não havendo uma identificação “total” com essas, torna-se, assim, sujeito e objeto da própria percepção, trazendo a marca de um processo reflexivo e crítico de si mesmo.

Gostaríamos de esboçar uma hipótese sobre o processo reflexivo do “pequeno-burguês”, entendido de forma ideal-típica a partir da caracterização genérica apresentada por Bourdieu (2007a) no livro *A distinção*, inferindo em torno de quais aspectos giraria sua “conversa interna”.

A caracterização da conversação interior feita por Archer dialoga criticamente com a contribuição de Mead a respeito do mesmo tema. Na verdade, a autora apresenta sua versão por meio de uma “solução explicativa”, uma espécie de correção da concepção do autor. Sua discussão com Mead (1967) é a respeito da questão da interlocução no diálogo interno, ou seja, com quem se fala na conversa interior.

Enquanto Mead (1967) defendeu que seria com o “outro generalizado” (a sociedade interiorizada), Archer defende que não se fala com a sociedade, mas sobre ela. As “agendas dialógicas” a serem levadas em consideração, para Archer, teriam uma ontologia subjetiva, a sociedade assumindo o status de pré-condição e objeto da reflexão. O que não significa a exclusão da sociedade do diálogo interno, já que um tópico importante desse diálogo diz respeito à localização social do agente, mediante deliberação subjetiva acerca do seu status objetivo como agente social.

Os pontos centrais da sua argumentação contra Mead são a defesa da autoconsciência como principal poder emergente pessoal, alegando que o senso de *self* é anterior à aquisição da linguagem, sendo sua diferenciação anterior a qualquer concepção em referentes linguísticos; da identidade pessoal como resultado do envolvimento com as três ordens da realidade (natural, prática e social) e da identidade social como derivada dessa identidade pessoal.

Ao apresentar o diálogo interno como propriedade emergente pessoal, Archer se preocupa em estabelecer uma relativa autonomia ao indivíduo que delibera, fugindo da ideia da supersocialização. Dito de outra forma, “a sociedade é excluída do interior dos agentes, passando a agir apenas enquanto circunstâncias exteriores sobre as quais aqueles se confrontariam ou, no máximo, como tema de um debate intelectual do indivíduo consigo mesmo” (PONTES, 2011, p. 24).

Mas endossamos a crítica de Pontes (2011) de que as estruturas influenciam os agentes não somente a partir dos contextos de atuação, mas pela mediação simbólica, já que a própria constituição do *self* é simbólica.

Nesse sentido, é fundamental voltar à caracterização de Mead (1967) da conversa interna e à sua consideração da linguagem como meio fundamental que possibilita a formação do *self* no processo de interação entre o indivíduo e a sociedade. Contra a ideia de um *self* substancial e pré-social, Mead vê o conceito como a refração/assimilação das influências das relações sociais, considerando a mente como um processo social que confere ao sujeito a capacidade de provocar dentro de si a reação organizada do conjunto da comunidade. O *self* seria, então, uma consciência de si pelo olhar internalizado do outro.

Assim, podemos entender melhor o processo de internalização da realidade social feito pelos indivíduos e problematizar a autocrítica pequeno-burguesa, aludida em vários momentos desta tese, como fruto da experiência de violência simbólica possibilitada pelo controle social.

Para Mead (1967), o controle social se exerceria a partir da autocrítica que o indivíduo faz de si, tendo como referência o processo social organizado da experiência. Por isso, a autocrítica seria essencialmente crítica social, fiscalização do social sobre o comportamento dos indivíduos.

Dessa forma, para o autor, o *self* seria constituído pela conversa interna do “Me” (*self* social que “reproduz” reações socialmente construídas) com o “I” (*self* observador ou crítico que representa a “criação” de novas atitudes) (MEAD, 1967).

A aproximação que gostaríamos de propor é em relação à disputa internalizada entre o “Eu” e o “Mim”, entre um *self* espontâneo e o *self* socializado, e a ideia de divisão identitária verificada pelo trânsito/instabilidade entre disposições possuídas e disposições pretendidas (ou futuras) que caracterizaria o “pequeno-burguês”.

A ideia de que o indivíduo estaria dividido entre esses dois *selves*, coagido à representação de um papel social que, todavia, não domina suas estruturas cognitivas por não estar completamente internalizado, colocando a possibilidade da “revelação” do *self* espontâneo,

pode ser aproximada, no nosso entendimento, da relação do pequeno-burguês com suas disposições estéticas (parte de sua constituição subjetiva), que mediada por sua autocrítica geradora do sentimento de indignidade cultural, faz com que ele se lance em estratégias de dissimulação (e também de transformação) das disposições possuídas, captados por Bourdieu (2007a), nas situações de blefe cultural ou a partir dos erros de alodoxia.

5 FRONTEIRAS DE CLASSE, MECANISMOS DE DIFERENCIAÇÃO E DISPERSÃO DE TRAJETÓRIAS

Neste capítulo vamos apresentar o eixo temático da classe e, assim, quais seriam as condições de um *habitus* homogêneo e compartilhado por um grupo social. A classe é um pressuposto do *habitus* porque esse é um sistema de disposições coletivas e compartilhadas por indivíduos que viveram sob as mesmas condições de existência.

Em um primeiro momento, apresentaremos a concepção bourdieusiana das classes sociais, que está pautada, principalmente, por uma análise relacional e topológica do espaço social. As classes sociais também podem ser caracterizadas em função de uma complexa estrutura de relações entre outras formas de classificação. Gostaríamos de problematizar em que medida as propriedades secundárias dos diferentes indivíduos não funcionariam como fontes de refração do *habitus* e da herança de classe.

Em seguida, apresentaremos como surge no esquema bourdieusiano a relação entre classe e campo. Nesse sentido, as questões seriam: como o campo interfere na relação entre o *habitus* de classe e as práticas sociais, e qual é a relação dos diferentes campos de produção cultural com o campo das classes sociais?

Por último, vamos discutir a relação entre classe, trajetória modal e dispersão de trajetórias e, a partir disso, problematizar a questão da homogeneidade das classes sociais e da estabilidade diferencial das posições de classe. Se a trajetória modal de uma classe é uma das maneiras de caracterizá-la, o que se passa no caso de uma classe (pequena burguesia) marcada pela dispersão de trajetórias e, assim, pelo incremento dos deslocamentos no espaço social?

5.1 A CONDIÇÃO COLETIVA DO *HABITUS*

É por serem produtos da mesma história que *habitus* e estruturas estão relacionados. As práticas regidas pelo *habitus* são, regularmente, ajustadas às estruturas sociais. Isso permite dizer, segundo Bourdieu (1980), que elas têm um sentido objetivo que ultrapassa as intenções subjetivas, que pode ser percebido pela existência do senso comum, consenso sobre o sentido do mundo, fruto da concordância do senso prático ao sentido objetivo, e pela condição coletiva que o *habitus* tem como *habitus* de classe.

Embora seja um sistema subjetivo de disposições, o *habitus* não é individual. Ele é a condição da coincidência de visões de mundo e das práticas de uma classe de agentes em virtude do compartilhamento de condições de existência similares. O que não significa que essas sejam idênticas, mas homólogas, equivalentes na sua diversidade. Neste sentido, as variações individuais diriam respeito, de acordo com o autor, à posição ocupada pelo agente no interior da sua classe e à sua trajetória social (BOURDIEU, 1980).

Assim como está longe de ser esse ser instantâneo, fadado à descontinuidade cartesiana dos momentos sucessivos, mas, na linguagem de Leibniz, uma *vis insita* que é também *lex insita*, uma força dotada de uma lei, logo caracterizada por constantes e constâncias (muitas vezes redobrados por princípios explícitos de fidelidade a si mesmo, *constantia sibi*, como os imperativos de honra), o *habitus* não é de modo algum o sujeito isolado, egoísta e calculista da tradição utilitarista e dos economistas (e seus seguidores, “os individualistas metodológicos”). Ele constitui o lugar de solidariedades duráveis, de fidelidades incoercíveis, pelo fato de estarem fundadas em leis e laços incorporados, as do *esprit de corps* (do qual o espírito de família é um caso particular), adesão visceral de um corpo socializado ao corpo social que o fez e com o qual ele faz corpo. Por conta disso, ele constitui o fundamento de um *conluio implícito* entre todos os agentes que são o produto de condições e condicionamentos semelhantes, bem como de uma experiência prática da transcendência do grupo, de suas maneiras de ser e de fazer, cada um encontrando na conduta de todos os seus pares a ratificação e a legitimação (“isso se faz”) de sua própria conduta a qual, por sua vez, ratifica e, se for o caso, retifica a conduta dos outros. Sendo um acordo imediato quanto às maneiras de julgar e de agir que não supõe a comunicação das consciências, e menos ainda, uma decisão contratual, esse conluio funda uma intercompreensão prática, cujo paradigma poderia ser o que se estabelece entre os parceiros de uma mesma equipe, mas também, a despeito do antagonismo, entre o conjunto de jogadores envolvidos numa partida (BOURDIEU, 2001, p. 176).

Aqueles que partilham condições de vida semelhantes, possuindo propriedades e esquemas de percepção comuns e sendo condicionados pelas condições de que são fruto, têm tendência a agir de acordo com as disposições adquiridas desses condicionamentos. Tais condicionamentos ligados às (classes de) condições de existência incorporam-se como disposições homogêneas capazes de produzir práticas similares entre os que as compartilham. A sistematicidade das disposições torna possível pensar em um princípio unificador das práticas que seria o *habitus* de classe (BOURDIEU, 2007a).

O tema das classes sociais é tratado por Bourdieu (1980; 2007a) a partir de uma perspectiva teórica relacional, assimilada do Estruturalismo, mais especificamente do método estrutural. O modo relacional de pensar implica o abandono de uma visão substancialista, que

considera os elementos de forma isolada para inseri-los num sistema, conjunto de relações que os engloba e lhes dá sentido.

Nessa direção, seguiu sua crítica à Etnologia, que ao catalogar os rituais sem relacioná-los, tornava-os inexplicáveis. Os elementos não deveriam ser entendidos de forma isolada ou como conjuntos parciais, mas por sua diferença em relação aos demais dentro de um grande sistema de diferenças, em que um significa o que o outro não é. De forma que o objetivo da análise seria o de (re) construir o conjunto de diferenças que determina os elementos individuais, pois cada elemento destacado e isolado do conjunto perderia seu significado e sua capacidade de representar algo. Segundo ele, uma leitura relacional implicaria a inserção de atos e símbolos (aparentemente gratuitos e arbitrários) em um sistema de diferenças, relacionando-os aos demais atos e símbolos e fazendo emergir seu sentido diferencial (BOURDIEU, 1980).

Sob a perspectiva relacional, a abordagem bourdieusiana das classes sociais culminará na visão topológica do espaço social (*analysis situs*), definido como espaço de posições exteriores umas às outras, caracterizadas e hierarquizadas por essa diferença. Bourdieu (2004a; 2007a) vai delimitar esse espaço, essencialmente, a partir de dois eixos: o vertical e o horizontal. O primeiro diz respeito à distribuição desigual de capitais (recursos) entre os grupos/classes. O *volume global de capital* possuído classificaria os agentes em três grandes classes de posições no espaço social: no topo inferior, as classes baixas; no centro, a classe média e, na parte superior, as classes altas. Esse espaço seria cortado por um eixo horizontal, separando os indivíduos da mesma classe em virtude da *estrutura do seu capital*, caracterizada pelo predomínio de capital econômico ou cultural, ou, então, pelo equilíbrio entre os dois. Tal divisão está na origem das lutas entre os grupos em torno do poder legítimo (econômico ou cultural) de dominação da classe.

Por sua vez, a visão que os agentes podem ter desse espaço é a partir de uma perspectiva dele, não uma visão global. Essa percepção do espaço (e das outras posições) está estreitamente ligada à posição ocupada, à perspectiva possibilitada por ela. Nesse sentido, limitada e caracterizada pelos interesses inscritos na posição, geradores dos princípios de ação e percepção que serão compartilhados pelos ocupantes de posições homólogas e possuidores de poderes similares (BOURDIEU, 2004a).

O *habitus* seria justamente a história encarnada sob uma perspectiva do espaço social, marcada pela apropriação relativa de recursos (capitais) materiais e simbólicos legados inicialmente pela família e atualizados nas trajetórias sociais. Sendo o resultado da

sedimentação de experiências socializadoras específicas a uma posição social, o *habitus* se torna um esquema durável de orientação de conduta. Embora modificável, ele está profundamente marcado pela relação com os capitais iniciais herdados que serão reconvertidos na experiência do sujeito nos campos onde atua; daí a importância da socialização primária em relação às secundárias, já que essas são filtradas pelas primeiras (BOURDIEU, 2001).

5.2 TEORIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO BOURDIEUSIANA DA CATEGORIA DE CLASSE SOCIAL

A concepção bourdieusiana das classes sociais e do espaço social foi construída a partir de um distanciamento crítico em relação ao que ele considerou como fragilidades da conceitualização marxista. O substancialismo, o economicismo e o objetivismo são os três pontos principais com os quais Bourdieu buscou romper, constituindo propostas alternativas (BOURDIEU, 2007c).

O primeiro – substancialismo – diz respeito à inclinação da teoria marxista em considerar a classe teoricamente construída como uma entidade real, “[...] um grupo mobilizado por objetivos comuns e particularmente contra uma outra classe”²⁴. Essa estratégia leva, do ponto de vista de uma pesquisa sobre as classes sociais, à necessidade de apontar e circunscrever, bem como a de enumerar e delimitar, os “grupos reais”²⁵ de indivíduos que efetivamente compõem cada classe. Segundo Bourdieu (2007c), isso denota que são as *substâncias*, e não as *relações*, que assumem o centro da cena. Pode-se dizer, nesse caso, que a classe se “personificaria”, assumindo ares de sujeito. O grande problema desse tipo de abordagem é que o aspecto relacional dos processos de classificação e diferenciação social não é observado a contento.

Paradoxalmente, Marx, que mais do que qualquer outro teórico produziu o *efeito de teoria*, efeito propriamente político que consiste em fazer ver (*theorein*) uma “realidade” que não existe inteiramente, já que não é conhecida e reconhecida, deixou de inscrever esse efeito em sua teoria... Não se passa da classe-no-papel à classe “real” a não ser por um trabalho político de mobilização: a classe “real”, se é que ela alguma vez existiu “realmente”, é apenas a classe realizada, isto é, mobilizada, resultado da *luta de classificações* como luta propriamente simbólica (e política) para impor uma visão do mundo social ou, melhor, uma maneira de construí-la, na percepção

²⁴ BOURDIEU (1996a, p.25)

²⁵ BOURDIEU (2007c, p.133)

e na realidade, e de construir as classes segundo as quais ele pode ser recortado (BOURDIEU, 1996a, p.26).

O segundo aspecto do qual Bourdieu (2007c) procura se afastar é o economicismo, tendência a considerar o aspecto econômico e as relações de produção como componente único e principal do mundo social e das relações sociais; desconsiderando, assim, outros princípios (particularmente importantes) de hierarquização e atribuição de valor entre os agentes sociais. Essa representação “mutilada” do espaço social não considera outros mecanismos de ordenamento cuja eficácia e efeitos se fazem sentir na existência de diferenças objetivas, bem como nas lutas de concorrência intra-classe e inter-classe, que estão balizadas justamente pela hierarquização desses princípios de diferenciação, ou seja, pelos diferentes tipos de capitais possuídos.

Por último, o objetivismo, que induz ao erro de desconsiderar que a representação legítima do mundo social está em disputa nos mais diversos campos sociais, os quais também são atravessados por processos históricos internos de concorrência entre os produtores e por processos externos de hierarquização entre si, tendo como referência o campo englobante do poder (BOURDIEU, 2007c).

A noção de espaço social proposta por Bourdieu (2007c, p.133) parte da sua leitura do mundo como um lugar dividido e estruturado por “princípios de diferenciação” que classificam os agentes a partir de suas posições relativas na hierarquia da distribuição, ou seja, de acordo com a quantidade de recursos possuídos.

O mundo social, como já esboçado no tópico anterior, como um construto sociológico bourdieusiano, seria conformado a partir de duas coordenadas: uma referente ao volume de capital possuído e a outra, à estrutura desse capital. Os agentes sendo classificados de acordo com sua posição nesse espaço. A partir dessa topografia é que se pode pensar na construção das “classes no papel”²⁶.

Com base no conhecimento do espaço das posições, podemos recortar *classes* no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes. Esta classe no papel tem a existência *teórica* que é das teorias: enquanto produto de uma classificação explicativa, perfeitamente semelhante à dos zoólogos ou dos botânicos, ela permite explicar e prever as práticas e as propriedades das coisas classificadas - e, entre outras, as das condutas de reunião em grupo (BOURDIEU, 2007c, p.136).

²⁶ BOURDIEU (2007c, p.136)

E em:

É preciso afirmar, contra o *realismo do inteligível* (ou reificação dos conceitos), que as classes que podemos recortar no espaço social (por exemplo, por exigências da análise estatística que é o único meio de revelar a estrutura do espaço social) não existem como grupos reais embora expliquem a probabilidade de se constituírem em grupos práticos, famílias (homogamia), clubes, associações e mesmo <<movimentos>> sindicais ou políticos (BOURDIEU, 2007c, p. 136).

Na ocasião da pesquisa empírica desenvolvida na década de 1960, na França, e que deu origem ao livro *A distinção*²⁷, Bourdieu (1996a) usa e “põe à prova”²⁸ os conceitos de classe social, espaço social e espaço simbólico.

Para isso, ele parte de uma perspectiva relacional para construir um modelo de análise não substancialista que se afasta de uma abordagem “ingenuamente realista”²⁹, que:

[...] considera cada prática (por exemplo, a prática do golfe) ou consumo (por exemplo, a cozinha chinesa) em si mesmas e por si mesmas, independentemente das práticas intercambiáveis e concebe a correspondência entre as posições sociais (ou as classes vistas como conjuntos substanciais) e os gostos ou as práticas como uma relação mecânica e direta [...] (BOURDIEU, 1996a, p.16).

O problema do substancialismo é que ele leva ao essencialismo a percepção de certos gostos ou práticas como imanentes às pessoas/grupos, como sendo suas “propriedades substanciais”³⁰ e, não, o que são, na verdade, suas propriedades relacionais, as quais têm de ser reportadas às demais propriedades possíveis e inter-relacionadas dentro de um sistema de diferenças.

Esse tipo de vício teórico, o de conceber os conceitos como substâncias, geraria uma série de equívocos de compreensão e interpretação em relação ao modelo bourdieusiano usado no livro *A distinção* (2007a). Um deles seria a desconsideração da historicidade e dinamicidade das práticas que se vinculam e se desvinculam a certos grupos. Tal processo é bastante corriqueiro na dinâmica da distinção e vulgarização de certos emblemas distintivos (BOURDIEU, 1996a).

²⁷ BOURDIEU (2007a)

²⁸ BOURDIEU (1996a, p.14)

²⁹ BOURDIEU (1996a, p.16)

³⁰ BOURDIEU (1996a, p.17)

A constituição do espaço social baseou-se na distribuição estatística dos principais mecanismos de distinção – posse de capital econômico e de capital cultural – entre os agentes. Os indivíduos formam dispostos nesse espaço a partir da sua posse ou desapossamento relativo desses recursos (BOURDIEU, 1996a; 2007a).

Segundo o autor, essa construção teórica e esquemática do espaço social feita pelo sociólogo tende a revelar as proximidades ou distanciamentos dos agentes no “mundo real”, e, assim, suas afinidades e oposições: “Segue-se que os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nessas duas dimensões e tanto menos quanto mais distantes estejam nelas. As distâncias espaciais no papel equivalem a distâncias sociais” (BOURDIEU, 1996a, p.19).

Assim, na primeira dimensão, sem dúvida a mais importante, os detentores de um grande volume de capital global, como empresários, membros de profissões liberais e professores universitários, opõem-se globalmente àqueles menos providos de capital econômico e de capital cultural, como os operários não-qualificados; mas, de outra perspectiva, isto é, da perspectiva do peso relativo do capital econômico e do capital cultural no seu patrimônio, os professores (relativamente mais ricos em capital cultural do que em capital econômico) opõem-se de maneira nítida aos empresários (relativamente mais ricos em capital econômico do que em capital cultural) [...] (BOURDIEU, 1996a, p.19).

Para Bourdieu (1996a), uma das funções que a construção teórica das classes possuiria é a da previsão e explicação das práticas e características sociais dos grupos. A elaboração do espaço social em coordenadas e cortado por oposições, como as descritas acima, possibilitaria ao pesquisador associar a posição “ocupada” no espaço social ao conjunto de práticas correspondentes que, por sua vez, permitem a inferência de um sistema disposicional com capacidade de gerá-las.

As diferenças nas disposições dos indivíduos/grupos de indivíduos replicariam as oposições verificadas no espaço social. A equação que permite pensar a homologia entre dois espaços – o das posições constituídas no espaço social e aquele referente ao quadro de possibilidades das tomadas de posição – é mediada pelo *habitus*, também considerado como espaço das disposições (BOURDIEU, 1996a).

O *habitus* é concebido como um instrumento heurístico que possibilita explicar a existência de uma equivalência entre a posição social e as tomadas de posição (estilos de vida), sendo inferido a partir da observação das “separações diferenciais”³¹, ou seja, de conjuntos

³¹ BOURDIEU (1996a, p.21).

homogêneos de práticas e bens que diferem sistematicamente de outros conjuntos associados às demais posições no espaço social.

Ao *habitus*, Bourdieu (1996a) associa duas propriedades: uma gerativa e outra unificadora. É a constatação, estatisticamente embasada por meio da observação de recorrências, de que há uma homogeneidade de estilo nas práticas culturais que permite buscar o princípio diferencial das escolhas (dos grupos de indivíduos) que possuiriam uma coerência e sistematicidade. O *habitus*, que às vezes aparece como sinônimo de gosto³² em Bourdieu, seria esse princípio gerativo por trás das escolhas/preferências.

Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come e sobretudo *sua maneira* de comer, o esporte que pratica e *sua maneira* de praticá-lo, suas opiniões políticas e *sua maneira* de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas também são esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e o que é mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro (BOURDIEU, 1996a, p. 22, grifo nosso).

Em sua obra *A distinção*, Bourdieu (2007a, p.118 e 119) apresentará um diagrama construído a partir da sobreposição de dois gráficos: um relativo ao *Espaço das posições sociais* e, outro referente ao *Espaço dos estilos de vida*.

A homologia entre o “espaço das classes construídas”³³ e o “espaço das práticas”³⁴ denotaria a presença da correspondência entre uma classe específica de atividades e preferências e certa classe de agentes localizados em determinadas áreas do espaço social (BOURDIEU, 1996a; 2007a).

Abaixo, reproduzimos esse diagrama no intuito de facilitar a visualização gráfica de certas heterogeneidades reveladas em sua construção, especialmente na sua área central, correlata do espaço das classes médias, e, assim, permitir maior clareza na problematização que faremos acerca da interpretação e descrição bourdieusiana dos dados revelados/construídos em sua pesquisa.

³² BOURDIEU (1996a, p. 21).

³³ BOURDIEU (1996a, p.17).

³⁴ BOURDIEU (1996a, p.17).

Esse gráfico foi construído a partir do uso da técnica de análise das correspondências³⁵, a qual possibilitaria “ [...] isolar, por divisões sucessivas, diferentes conjuntos coerentes de preferência [...]”, os quais foram associados, a partir do modelo teórico-metodológico conformado por Bourdieu (2007a), aos “[...] sistemas de disposições, distintos e distintivos, definidos tanto pela relação estabelecida entre si quanto pela relação que os une às suas condições de produção” (BOURDIEU, 2007a, p.240).

Percebe-se, a partir da observação desse diagrama, que tanto o polo superior quanto o polo inferior do espaço construído, isto é, tanto o polo das classes dominantes quanto o das classes populares, é mais facilmente distinguível por estar mais homogeneamente concentrado numa área do espaço, em comparação ao espaço central, no qual há uma maior dispersão de conjuntos de indivíduos, a qual embasará, justamente, a construção das frações da classe média.

Como vimos, é a concentração de regularidades empíricas referentes às práticas, estatisticamente registradas, em áreas do espaço de posições construídas pelo pesquisador, que possibilitará que ele estabeleça recortes mediante a visualização das aglomerações de indivíduos nesse espaço, bem como de sua dispersão/distanciamento.

A delimitação dos limites de uma classe se realizaria mediante essa decisão do sociólogo de estabelecer sub-espacos homogêneos a partir de cortes de indivíduos/grupos de indivíduos que se “afastaram” demais da média/maioria do grupo considerado.

E do mesmo modo que, segundo o exemplo tomado de empréstimo a Rapoport, fala-se de nuvem ou de floresta embora, nos dois casos, a densidade das árvores e das gotinhas seja uma função contínua, além de não existir um limite enquanto linha bem definida, assim também pode-se falar de fração de classe embora seja impossível traçar, seja qual for o lugar, uma linha de demarcação de modo que, de um lado ou do outro, se encontre alguém possuidor de todas as propriedades mais frequentes de um lado dessa linha e desprovido das propriedades mais frequentes do outro lado. Com efeito, nesse universo de continuidade, o trabalho de construção e observação consegue isolar conjuntos (relativamente) homogêneos de indivíduos caracterizados por *conjuntos* de propriedades estatisticamente e sociologicamente associadas entre si em diferentes graus ou, se preferirmos, grupos separados por *sistemas de diferenças* (BOURDIEU, 2007a, p. 240).

Nesse caso, parece óbvio que quanto mais homogêneo for o grupo social recortado, mais facilmente poderá ser considerado em conjunto pela constatação de certa “unidade”. Esse é

³⁵ BOURDIEU (2007a, p. 242)

justamente o desafio interpretativo que o universo social multifacetado³⁶ da classe média coloca para o quadro teórico-metodológico bourdieusiano, particularmente para a noção de *habitus*.

O campo das classes médias apresentaria uma maior dispersão dos estilos de vida no espaço social construído. Levando em consideração essa fragmentação (relativa), Bourdieu (2007a, p.320) apresenta a delimitação das frações da classe média a partir do cruzamento dos gráficos “*Variantes do gosto pequeno-burguês*” e “*Espaço dos indivíduos das diferentes frações*”.

Na página subsequente, reproduziremos esse segundo diagrama.

³⁶ “De fato, a descrição adequada de tal universo pressuporia um questionamento, em todos os instantes, de todas as disposições, inclinações, propensões ao realismo substancialista que estão inscritas nos modos de pensamento correntes e na linguagem corrente, assim como nas expectativas correntes da ciência social, levada a reclamar das classificações estritas, dos grupos com fronteiras bem estabelecidas, bem definidos em seu nome – deve-se (poder) designar por pequeno-burguês um pequeno-burguês – e em seu número (são apreciadas as enumerações precisas, nos mínimos detalhes, que fazem a “ciência”). Dito isto, sobretudo, para atrair, de antemão, a indulgência relativa a todas as recaídas, talvez, provisoriamente inevitáveis, no modo de pensamento realista que não deixarão de aparecer na sequência destas análises” (BOURDIEU, 2007a, p. 323).

Não obstante a verificação de regularidades empíricas, há na área central do espaço social construído a presença de uma relativa heterogeneidade na sobreposição das práticas às posições sociais que não se verifica nos outros dois polos, superior e inferior. Tal situação impõe a tarefa para o sociólogo francês de como pensar e construir uma unidade num universo social tão nuançado. Ainda mais porque o poder explicativo do *habitus*, bem como a possibilidade de sua inferência, associa-se à presença da homogeneidade/regularidade (relativa) das práticas performatizadas pelas diferentes classes de agentes. Isso fará com que ele lance mão de recursos acessórios de explicação para a compreensão adequada desse fenômeno, os quais desenvolveremos mais adiante.

Interessante perceber que pode ser estabelecido um paralelo entre tal heterogeneidade verificada por Bourdieu (2007a) no consumo cultural e estilo de vida dos estratos intermediários na pesquisa que desemboca na obra *A distinção* e a constatação de Lahire (2006), em seu livro *A cultura dos indivíduos*, de que os perfis culturais marcados pela homogeneidade e univocidade do consumo cultural se encontram principalmente nas classes dominantes e populares.

Uma das hipóteses que foi possível formular desde o início da pesquisa e que, de resto, logo se revelou pertinente, é que os públicos com práticas e com preferências culturais mais homogêneas ocupam posições totalmente opostas no espaço social: a homogeneização pode ser o produto da carência cultural e material; inversamente, pode ser fruto de uma inserção antiga e “naturalizada” nos âmbitos culturais mais legítimos (LAHIRE, 2006, p.24).

E em:

Entre as pequenas frações intelectuais das classes dominantes, burgueses de segunda geração (pelo menos) que têm mais chances estatísticas de acumular um grande número de práticas e de preferências culturais entre as mais legítimas, e as frações das classes populares (muito mais significativas) com as maiores carências escolares e também oriundas das classes populares que são amplamente excluídas dos campos culturais legítimos, numerosos membros das classes superiores, médias e populares têm em comum a heterogeneidade de seus perfis culturais plenamente consonantes (em um sentido ou em outro) (LAHIRE, 2006, p.25).

Como se vê, o paralelo tem certo limite, pois, diferentemente do que pode ser depreendido da leitura do livro *A distinção* (2007a), em que se verifica uma heterogeneidade relativa somente para os setores intermediários, o que inclusive faz realçar a coerência, um tanto dicotômica, dos universos culturais das classes superiores e inferiores, no caso da pesquisa de Lahire (2006), ele argumentará que o fenômeno da dissonância do consumo cultural dos

franceses é algo bastante comum e generalizado, estando “a salvo” somente duas exceções que seriam a minoria em comparação com amplos setores das demais classes sociais cujas práticas e preferências culturais seriam marcadas por variações intra-individuais e contextuais.

Poder-se-ia discutir e problematizar, mas não é interesse deste trabalho, as razões das diferenças nos resultados das pesquisas, ambas realizadas na França, pensando se isso decorreria principalmente de mudanças históricas das estruturas sociais, das práticas de socialização e de seu rebatimento nas disposições ou em que medida não está mais, prontamente, relacionado a diferenças nos esquemas heurísticos estabelecidos por cada pesquisa, apesar de ambos autores estarem associados ao paradigma da “sociologia disposicional”.

Para Lahire (2006), no livro *A distinção*, Bourdieu (2007a) teria “superinterpretado” alguns dados estatísticos acentuando a diferença existente entre os consumos culturais, práticas e preferências das diferentes classes sociais, tornando-os diferenças “categóricas” e irreconciliáveis. Muito embora, defende ele, uma leitura um pouco mais atenta das tabelas permitiria ver, ao contrário, mais continuidades ali onde Bourdieu quis sinalizar quebras bruscas e oposições.

Segundo o autor, Bourdieu marcou demasiadamente as distinções, indo “[...] da ordem das diferenças relativas (e às vezes muito relativas) entre grupos materializados nos cruzamentos de dados para a ordem das oposições simbólicas e culturais categóricas e sem nuance, própria do comentário teórico” (LAHIRE, 2006, p. 141).

Portanto, às vezes, as diferenças não são tão significativas assim (ou não são nada significativas) e não deveriam dar lugar, em um comentário animado pelo desejo de dar razão aos dados (e não redigido tendo em vista a eficácia retórica ou literária), a oposições tão radicais e categóricas, que distinguem e autonomizam de forma muito artificial universos culturais de grupos ou de classes (LAHIRE, 2006, p.143).

A leitura “enviesada” de Bourdieu, de acordo com a avaliação de Lahire (2006, p.143), está relacionada à interpretação das tabelas e diagramas construídos a partir dos dados estatísticos. Segundo ele, por exemplo, a tabela referente às “Variações do valor atribuído ao corpo, à beleza e aos cuidados do corpo”³⁷ traz percentuais relativos à rotina de cuidados com o corpo ou ao tipo de beleza preferida que não diferem muito entre mulheres das classes superiores e das classes populares.

³⁷ (BOURDIEU, 2007a, p.193). A tabela se encontra reproduzida nos Anexos da tese.

Outro exemplo que, para Lahire (2006), é revelador de algumas inconsistências poderia ser observado a partir da comparação bourdieusiana da preferência musical segundo as três classes sociais. Poder-se-ia verificar, aí, que alguns dados referentes ao gosto da classe média não se encaixariam, exatamente, no gosto médio ao qual deveriam corresponder, associando-se, mais diretamente, ao gosto erudito.

O comentário também poderia destacar o fato de que as frações mais diplomadas das classes médias têm um interesse um pouco mais frequente que as frações mais diplomadas das classes superiores por uma obra então particularmente legítima como *Cravo bem temperado* (21% contra 19%) (LAHIRE, 2006, p.142).

A argumentação de Lahire (2006) se estabelece no sentido de alertar para o perigo desse tipo de estratégia descritiva e interpretativa que ao marcar demasiadamente as diferenças inter-classes acaba criando verdadeiras caricaturas.

No nosso entendimento, a crítica de Lahire precisaria, também, ser um pouco mais matizada. Reconhecemos que, apesar da sua crítica às abordagens substancialistas e realistas das classes sociais, Bourdieu (2007a) apresenta, em algumas passagens, a tendência a personificar a classe em um tipo de agente genérico portador de um *habitus* cuja diferença dos *habitus* das demais classes é bem marcada. Por outro lado, em outros momentos, Bourdieu sinaliza o aspecto construído das classes sociais a partir de dificuldades teórico-metodológicas encontradas na pesquisa, como também vai entender o *habitus* de classe como tipo ideal com realizações parciais em indivíduos, sobretudo, em frações de classe.

Particularmente no caso da classe média, ele relata que a sua significativa dispersão no espaço social tornou mais complicado e, relativamente, mais arbitrário o estabelecimento das fronteiras da classe

[...] tanto do polo cultural – em que os intermediários culturais, muito próximos dos professores do secundário, poderiam ter sido excluídos – quanto do polo econômico em que nunca é fácil proceder ao corte, a partir dos elementos de informação disponíveis, entre os grandes e os pequenos comerciantes ou artesãos [...] (BOURDIEU, 2007a, p. 318).

E aqui:

Assim, com a condição de nos situarmos no nível bastante elevado de agregação estatística, podemos opor a um *ethos* burguês de naturalidade, relação garantida com o mundo e o ego, assim vividos como *necessários*, ou seja, como coincidência concretizada do ser com o dever-ser, que serve de

fundamento e autoriza todas as formas íntimas ou manifestas da *certitudo sui* – desenvoltura, graça, facilidade, elegância, liberdade, em poucas palavras, *ser natural* –, um *ethos* pequeno-burguês da restrição, pretensão, voluntarismo rigorista de chamados ainda não escolhidos que, na invocação permanente do dever, fundem sua pretensão a ser, um dia, o dever-ser realizado. *Todavia, basta afinar a análise para perceber que este sistema de disposições reveste tantas modalidades quantas são as maneiras de ter acesso a uma posição média na estrutura social, de se manter nela ou de atravessá-la; além disso, essa posição pode ser, em si mesma, estável, em ascensão ou em declínio* (BOURDIEU, 2007a, p. 318, grifo nosso).

Por isso, o *habitus* de classe teria que ser pensado como tipo ideal, passível de realizações parciais (mais próximas ou distantes) de um modelo construído a partir das práticas e propriedades mais “tipicamente médias”, aquelas que apresentam “[...] de forma mais completa, as características modais da classe em seu conjunto, ou seja, as que a opõem melhor às outras classes [...]” (BOURDIEU, 2007a, p. 322).

A partir disso, pode-se estabelecer variantes do gosto pequeno-burguês de acordo com a filiação (classe de origem dos pais) e com o nível de instrução possuído³⁸, bem como estabelecer uma divisão em função da estrutura de capital, análoga aquela encontrada na classe dominante, e, ainda, de acordo com a idade e o sentido da trajetória social.

5.2.1 Recursos explicativos complementares

A seguir, tentamos mapear e sistematizar alguns dos mecanismos adjuntos de explicação acionados por Bourdieu (2007a) para tentar dar conta da relativa heterogeneidade na correlação entre posição e práticas verificada no *lócus* central do espaço social. A noção de *habitus* possuiria eficácia explicativa para a compreensão do estilo de vida da classe média? Ou a heterogeneidade das práticas pequeno-burguesas extrapolaria o potencial explicativo desse instrumento heurístico?

O fato é que a irregularidade apresentada nos dados referentes ao consumo cultural da classe média não é passível de ser explicada somente a partir do mecanismo explicativo central apresentado no livro *A distinção* (2007a), baseado na homologia entre as posições sociais

³⁸ A projeção das variáveis ilustrativas faz aparecer, como era previsível, uma oposição entre os detentores de diplomas médios (BEPC ou baccalauréat) e aqueles que são dotados de diplomas de nível inferior (CEP ou CAP) ou superior (início de estudos superiores ou diploma do ensino superior) que se duplica de uma oposição entre aqueles que são oriundos, sobretudo, das classes médias e aqueles que são oriundos, sobretudo, das classes populares ou superiores. *Portanto, a “cultura média” é algo que tem a ver, sobretudo, com os professores primários, técnicos, membros dos serviços médico-sociais e quadros médios da administração* (BOURDIEU, 2007a, p. 322, grifo nosso).

construídas de acordo com o *volume e a estrutura de capital* e o espaço de estilos de vida correspondentes.

No caso da pequena burguesia, a relação entre práticas/preferências culturais e origem social não é tão direta. Isso faz com que Bourdieu (2007a) recorra a recursos explicativos acessórios para dar conta da fragmentação relativa das práticas na classe média, por exemplo, ao caracterizá-la a partir de suas propriedades diacrônicas (observação das trajetórias sociais), ao dar ênfase aos usos sociais a despeito das aparências de uma semelhança no consumo - por indivíduos de diferentes classes - dos mesmos produtos culturais, ao discutir o consumo de obras vulgarizadas da cultura erudita e, ao remeter ao blefe cultural insuflado pela relação de violência simbólica colocada pela situação da pesquisa.

a) A noção de trajetória

A noção de trajetória, logo, a necessidade de considerar o histórico das mudanças nas posições sociais pelas quais passam os agentes localizados nos setores intermediários no espaço social e seus efeitos sobre o conjunto de disposições de que são portadores, se impõe a Bourdieu (2007a) porque a correlação entre origem social e práticas, no caso da pequena burguesia, apresenta algumas inconsistências.

Nesse caso, a inteligibilidade das práticas pequeno-burguesas não poderia ser dada somente pela observação do *volume e da estrutura de capital* possuído por esses agentes.

Isso se daria, segundo Bourdieu (2007a), em decorrência das significativas “propriedades diacrônicas” associadas às posições intermediárias. Em outras palavras, o autor irá relacionar a heterogeneidade das práticas culturais pequeno-burguesas à situação de relativa indeterminação estrutural da localização da pequena burguesia no espaço social.

Denotando esse aspecto da imprecisão, as posições médias do espaço social são caracterizadas pelo autor como “lugares de passagem em movimento que se deslocam” (BOURDIEU, 2007a, p. 323).

Para se aproximar ainda mais da realidade, seria possível caracterizar as posições médias ou centrais como lugares de passagem em movimento que se deslocam – em uma região relativamente indeterminada de um espaço-tempo social que não é senão a estrutura de ordem desses movimentos ordenados, embora parcialmente desordenantes – em parte, pelo menos, porque as pessoas que se encontram aí durante um momento mais ou menos longo e cujas práticas e trajetórias são parcialmente determinadas pelas determinações

vinculadas a esses lugares, contribuem para levá-los a deslocar-se por seus movimentos ou, mais exatamente, pelas transformações a que submetem a realidade ou a *representação* das posições ocupadas por elas e, em certos casos, arrastadas em seu movimento. Isto é válido tanto no caso em que os agentes “sobem” no espaço social ao “enaltecer” sua posição quanto no caso em que descem no espaço social ao “arrastarem” sua posição em seu declínio (com os efeitos de debandada). Vê-se, de passagem, que as metáforas mecânicas que se é obrigado a utilizar para falar de uma realidade que não se deixa facilmente nomear correm o risco de fazer esquecer que não só a representação dos agentes em relação ao futuro de sua própria posição e que depende do futuro objetivo dessa posição, mas também a representação dos outros agentes a respeito dessa posição, contribui para determinar o futuro objetivo da posição considerada (BOURDIEU, 2007a, p. 323).

É por essa falta de delimitação mais precisa e estável das posições e limites dessa classe que as posições intermediárias deverão ser definidas, não só de forma sincrônica, a partir da observação dos eixos vertical e horizontal do espaço social construído, equivalentes, respectivamente, ao volume global de capital possuído e à prevalência de capital cultural ou econômico em seu patrimônio, mas de maneira diacrônica, atendo-se à evolução dessas propriedades ao longo de sua trajetória social.

Isso ocorreria porque as posições intermediárias são fortemente caracterizadas pela dimensão de temporalidade e historicidade, tanto pelo *passado* ao qual estão relacionadas, quanto pelo *futuro* que sugerem aos indivíduos que nelas se encontram. Bourdieu (2007a) dirá que poder-se-ia pensar em tais posições como sendo portadoras de uma “história”:

[...] (que pode ser a história coletiva dos ocupantes sucessivos dessa posição) relativamente independente da história dos indivíduos que ocupam essa posição em determinado momento ou, se preferirmos, uma trajetória passada e futura, um passado e um futuro. Esse futuro, isto é, o futuro coletivo que ela promete a seus ocupantes, pode ser ora relativamente *predeterminado*, e como que *mais ou menos favorável*, ou seja, como se promettesse, com uma certeza relativa, uma ascensão ou um declínio mais ou menos marcantes ou a estagnação, ora quase indeterminado, aberto (BOURDIEU, 2007a, p. 323).

Bourdieu (2007a, p. 324), então, identifica dois conjuntos de posições “médias” de acordo com seu grau de indeterminação, mais ou menos acentuado: aquelas “relativamente determinadas” e as “mal determinadas”. As primeiras, por sua vez, divididas entre posições “declinantes” ou “estáveis ou ascendentes”, prometem um futuro mais claramente identificável ao declínio, à estabilidade ou à ascensão social. As segundas, associadas ao conjunto de “novas profissões”, são mais indeterminadas, deixando o futuro de seus ocupantes aberto e disperso.

Essas posições, e as práticas que lhes estão associadas, ligam-se a disposições temporais diferentes. Tal quadro possibilita, a Bourdieu (2007a), a identificação das frações de classe da

pequena burguesia francesa. Nos dois polos do campo das classes médias estariam localizadas as posições associadas à temporalidade do passado e à do futuro. Assim, de um lado, encontram-se as frações mais envelhecidas da pequena burguesia em declínio com disposições regressivas e conservadoras, claramente ligadas ao passado. E, do outro, as frações ascendentes e jovens da nova pequena burguesia, com disposições éticas e estéticas inovadoras, remetendo ao futuro.

b) Ênfase nos usos sociais

Pode-se pensar que outro recurso apresentado por Bourdieu para explicar a heterogeneidade do gosto das classes médias, que se aproxima, em certos momentos, tanto do gosto erudito quanto do popular, seria a ênfase que ele deu aos *usos sociais*.

Ao contrário das práticas e dos objetos de consumo, que estão inscritos nos gráficos que apresentam o estilo de vida e o perfil do consumo das diferentes classes, as maneiras de realizar esse consumo não são facilmente registradas nos dados estatísticos. Contudo, precisamente aí podem residir os mecanismos de diferenciação do consumo cultural.

De fato, ocorre que a ausência de tal análise prévia da *significação social* dos indicadores torna as mais rigorosas pesquisas, na aparência, completamente impróprias à leitura sociológica: assim, ignorando que a constância aparente dos produtos dissimula a diversidade dos usos sociais a que estão submetidos, certo número de pesquisas de consumo aplicam-lhes taxinomias que, oriundas diretamente do inconsciente social dos estatísticos, juntam o que deveria ficar separado (por exemplo, feijão branco com vagem) e separam o que poderia estar reunido (por exemplo, feijões brancos com bananas: estas representam para as frutas o que aqueles são para os legumes): o que dizer, de fato, a respeito do conjunto dos produtos separados pela categoria, aparentemente neutra, “cereais” – pão, torradas, arroz, massa, farinha –, e o que dizer, sobretudo, das variações do consumo em relação a estes produtos segundo as classes sociais quando se sabe que, limitando-nos ao “arroz”, ele dissimula o “arroz doce” ou o “arroz refogado com gordura”, preferencialmente populares; o “risoto ao curry”, de preferência “burguês” ou, de modo mais preciso, “intelectual”; sem falar do “arroz integral”, que, por si só, evoca um verdadeiro estilo de vida? Se, evidentemente, não existem produtos “naturais” ou fabricados que se adaptem, por igual, a todos os usos sociais possíveis, ocorre que é reduzido, sem dúvida, o número daqueles que são perfeitamente “unívocos” e que é bem raro que se possa deduzir, de alguma forma, o uso social da própria coisa: se excetuarmos os produtos fabricados propositalmente para determinado uso (como o chamado pão de regime) ou estreitamente associados a uma classe, seja pela tradição (como o chá), seja pelo preço (como o caviar), a maior parte dos produtos só recebe seu valor social do uso social a que é submetido; de tal modo que, nestas matérias, as variações segundo a classe só podem ser encontradas com a condição de introduzi-los na hora, substituindo as palavras e as coisas, cuja univocidade

aparente não opõe qualquer dificuldade às classificações abstratas do inconsciente escolar, pelos usos sociais em que eles encontram a sua determinação completa, pelas maneiras de fotografar ou de cozinhar, na panela ou na panela de pressão, ou seja, sem contar o tempo, nem o dinheiro, ou em rapidez e de modo econômico, ou pelos produtos dessas operações, ou seja, fotografias de família ou de danças folclóricas, carne de panela ou risoto ao curry (BOURDIEU, 2007a, p. 25).

A grande quantidade de usos possíveis do mesmo produto variaria conforme a classe social e fração de classe de pertencimento. Apesar de Bourdieu (2007a) não desenvolver muito essa discussão sobre os usos sociais, pode-se interpretar que ele dará esse destaque às maneiras de consumo, e não somente ao bem ou à prática em si, justamente para tentar matizar as semelhanças e proximidades que podem ser observadas nos consumos de certos produtos por indivíduos pertencentes a classes sociais diferentes.

As diferentes maneiras de consumir um “mesmo” produto podem revelar que não se trata exatamente do “mesmo” produto, pois o interesse que leva agentes de classes sociais distintas até tais bens se associa, diferentemente, às condições sociais diferenciais de fruição estética (desigualmente) distribuídas no espaço social, ou a intenções puramente e superficialmente distintas, ou, ainda, à utilização mais pragmática e funcional dos produtos consumidos.

Daí a ressalva bourdieusiana para que se vá além da “identidade nominal dos indicadores”³⁹ registrados nas pesquisas:

Portanto, escapar completamente ao intuicionismo – que é o acompanhamento inevitável da confiança positivista na identidade nominal dos indicadores – só seria possível com a condição de submeter o valor social de cada uma das propriedades ou das práticas consideradas (...) a uma análise *propriamente interminável*. (...) Essa descrição da *variante estética* convida a uma análise das *variações* segundo a classe, assim como dos *invariantes* da experiência mediata e relativamente abstrata do mundo social proporcionada pela leitura do jornal em função, por exemplo, das variações do distanciamento social e espacial (em um extremo, as notícias locais dos jornais regionais, casamentos, óbitos, acidentes; e, no outro, as informações internacionais ou, segundo outra métrica, os casamentos palacianos e os noivados principescos das revistas) ou do engajamento político (desde o desprendimento, bem ilustrado pelo texto de Proust, até a indignação ou entusiasmo do militante) (BOURDIEU, 2007a, p. 25).

³⁹ (BOURDIEU, 2007a, p. 25)

c) Efeitos da vulgarização das obras eruditas e das práticas sociais dominantes

Ao registrar, sincronicamente, o estado da homologia entre o espaço das classes sociais e o espaço dos estilos de vida, o sociólogo possibilita a identificação da hierarquia das mais diversas atividades, tais como práticas esportivas, consumos alimentares e culturais, associadas às diferentes classes sociais. Porém, esses sistemas de diferenças entre as classes não são imanentes aos grupos de indivíduos, portanto, possuindo uma diacronicidade.

Bourdieu (1996a) quer chamar a atenção para o fato de as práticas e preferências, classificadas e classificantes, não terem eficácia e validade eterna nas lutas simbólicas entre os grupos de atores sociais.

Haveria, na verdade, uma dinâmica entre a raridade e vulgarização dos signos distintivos. De forma que, assim que uma prática se dissemina no espaço social entre os grupos concorrentes, ela será, prontamente, deixada de lado pelos grupos dominantes. Segundo ele, todavia, tal constatação é suficiente para a contestação do seu quadro de análise e interpretação (BOURDIEU, 1996a).

Uma prática inicialmente nobre pode ser abandonada pelos nobres – e isso ocorre com frequência – tão logo seja adotada por uma fração crescente da burguesia ou da pequena-burguesia, e logo das classes populares (isso ocorreu na França com o boxe, muito praticado pelos aristocratas franceses no final do século XIX); inversamente, uma prática inicialmente popular pode ser retomada em algum momento pelos nobres. Em resumo, é preciso cuidar-se para não transformar em propriedades necessárias e intrínsecas de um grupo qualquer (a nobreza, os samurais ou os operários e funcionários) as propriedades que lhe cabem em um momento dado, a partir de sua posição em um espaço social determinado e em uma dada situação de oferta de bens e práticas possíveis. Trata-se, portanto, em cada momento de cada sociedade, de um conjunto de posições sociais, vinculado por uma relação de homologia a um conjunto de atividades (a prática do golfe ou do piano) ou de bens (uma segunda casa ou o quadro de um mestre), eles próprios relacionalmente definidos (BOURDIEU, 1996a, p.17).

De acordo com Bourdieu (1996a), as noções de *habitus*, posição social, gosto, etc. não teriam um valor intrínseco, pois só podem ser pensadas e valoradas em relação à sua *diferença*, dentro de um sistema, com os outros *habitus*, posições sociais e gostos. Distinguir-se seria o equivalente a separar-se, diferir dos demais. A “exterioridade mútua”⁴⁰ e a coexistência das posições num mesmo espaço social fazem com que essas sejam constituídas em função das

⁴⁰ BOURDIEU (1996a, p.18)

“[...] relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e entre [...]” (BOURDIEU, 1996a, p.18).

Uma dada prática extrairia seu valor, principalmente, de sua raridade, por sua capacidade de diferenciar uma *classe* de agentes identificados a ela dos “demais” agentes. Porém, o fato dela se vulgarizar pode provocar o deslocamento dos mecanismos de diferenciação, saindo do valor “nominal” de tal prática, para as maneiras ou ocasiões de performatizá-la.

[...] a prática do tênis que, até uma época recente (e ainda à época na qual foi feita a pesquisa que serviu de base para *La distinction*), estava reservada (pelo menos na França) aos ocupantes das posições mais altas no espaço social, tornou-se bem mais comum, *ainda que as diferenças sejam mantidas, mas no nível dos lugares, dos momentos, das formas de prática*. Poderíamos multiplicar exemplos semelhantes, tirados de todos os universos da prática e do consumo (BOURDIEU, 1996a, p.29).

Na mesma direção, Bourdieu (2007a) argumenta que a relativa indiferenciação de algumas manifestações do gosto de certas frações da pequena burguesia em relação ao gosto propriamente erudito das classes dominantes pode ser resultado do fato de que o consumo cultural da classe média alcança as obras vulgarizadas da cultura erudita, e, portanto, desclassificadas, ou as “formas menores”⁴¹ dessa cultura.

Porém, o autor não entenderá isso como signo de uma proximidade das preferências e práticas culturais dessas duas classes de agentes, pois, para ele, o gosto médio e a apropriação pequeno-burguesa (“média”) transformam em “médio” tudo o que tentam se apropriar por ser distinto ou erudito.

[...] convém abster-se de aplicar às coisas que, em determinado momento, entram na cultura média as propriedades que lhes são conferidas por uma forma particular de consumo: conforme é testemunhado pelo fato de que o mesmo objeto, hoje em dia, tipicamente “médio” tivesse conseguido entrar, ontem, nas constelações de gostos mais “requintados” e, de novo, poderá vir a sê-lo, amanhã ou, até mesmo, a partir de hoje, por uma dessas façanhas de esteta, capazes de reabilitar os objetos mais descreditados – não existe língua média, tampouco cultura média. Esta resulta da relação pequeno-burguesa com a cultura, erro de objeto, equívoco, crença deslocada, alodoxia. E, ainda, convém abster-se tratar, de maneira substancialista, esta relação, de um ponto de vista subjetivo e objetivo, *infeliz*, embora ela acabe por se denunciar sempre, para os dominantes, pelos indícios mais incontestáveis e mais objetivos, de determinada maneira e de um modo de aquisição (como,

⁴¹ BOURDIEU (2007a, p. 306)

atualmente, o recorte tipicamente “discófilo” de certos sistemas de preferências musicais): a relação pequeno-burguesa com a cultura e sua capacidade de converter em cultura média tudo o que ela toca – à semelhança do olhar legítimo que “salva”, como se diz, tudo o que ele ilumina –, não é, se é que se pode falar assim, sua “natureza”, mas a própria posição do pequeno-burguês no espaço social, a natureza social do pequeno-burguês que se faz lembrar incessantemente e, em primeiro lugar, ao próprio pequeno-burguês, determinando sua relação com a cultura legítima e sua maneira – ao mesmo tempo, ávida e ansiosa, ingênua e séria – de seu apego a ela; é, simplesmente, o fato de que a cultura legítima *não é feita para ele*, quando não é feita contra ele, e que, portanto, ele não é feito para ela que, por sua vez, deixa de ser o que é, desde que seja apropriada por ele, à semelhança do que ocorreria com as melodias de Fauré ou Duparc se, porventura, amanhã, o desenvolvimento dos Conservatórios de subúrbio e do interior fizesse com que tais peças viessem a ser cantadas, bem ou mal, nos *livings* pequeno-burgueses (BOURDIEU, 2007a, p. 307).

d) Blefes e pretensão cultural

Por último, Bourdieu (2007a) entenderá que o ecletismo revelado pelo gosto e práticas da classe média e a própria dificuldade colocada pela imprecisão maior de sua delimitação no espaço social construído poderiam ser atribuídos, em parte, ao uso de estratégias de blefe nas respostas oferecidas às questões levantadas pela pesquisa.

Alguns indivíduos situados em determinadas frações da nova pequena burguesia possuiriam um “faro” cultural que os habilitaria a buscar, em seu repertório, as respostas que soassem mais adequadas a um consumo cultural legítimo.

Ao propor a pergunta sobre os pintores de tal maneira que o conhecimento professado não pudesse ser objeto de qualquer verificação, pretendia-se adotar o meio não tanto de avaliar a competência específica (presume-se que ela dependa de fatores semelhantes aos que são utilizados no conhecimento dos compositores), mas de apreender, de maneira indireta, a relação com a cultura legítima e os efeitos diferenciais da situação de pesquisa. É assim que os indivíduos, cujos saberes não estão à altura de sua familiaridade puderam sentir-se autorizados a utilizar estratégias de blefe que são altamente proveitosas nos usos comuns da cultura – é o caso, particularmente, da nova pequena burguesia. No entanto, o próprio blefe será rentável apenas se for orientado pelo conhecimento confuso fornecido pela familiaridade [...] (BOURDIEU, 2007a, p.86).

Em decorrência da situação de “imposição da legitimidade” que a própria situação da pesquisa cria, Bourdieu (2007a, p. 298) dirá que não se deve aceitar as respostas como testemunhos reais das práticas culturais.

Em outro sentido, pode-se depreender que o autor reconhece que as formas de pretensão cultural, e, portanto, a eficácia de seu convencimento, variam de acordo com a familiaridade com a cultura legítima e, também, com o acúmulo de capital cultural possuído, que pode ser bastante desigual para as diferentes frações da pequena burguesia.

5.3 PROPRIEDADES DE CLASSE E CARACTERÍSTICAS SECUNDÁRIAS

Bourdieu (2007a) não definirá a classe social em função de uma propriedade isolada. Além da importante classificação em função do volume e da estrutura do capital possuído, outro conjunto de fatores tem efeitos nas práticas, tais como o gênero, a etnia, a idade, a profissão, o estatuto matrimonial, a localização geográfica, etc.; e é precisamente a estrutura das relações entre todas essas propriedades que definirá a classe social.

O autor vai explicitar as relações complexas que existem entre as variáveis que caracterizam a posição de classe e as práticas mostrando que, muitas vezes, a eficácia explicativa de uma variável sobre uma prática pode dissimular a atuação simultânea de outras variáveis.

Não se pode justificar de maneira, a um só tempo, unitária e específica, a infinita diversidade das práticas a não ser mediante a condição de romper com o *pensamento linear* que se limita a conhecer as estruturas simples de ordem em relação à determinação direta para se aplicar a reconstruir as redes de relações emaranhadas, presentes em cada um dos fatores. A *causalidade estrutural de uma rede de fatores* é totalmente irreduzível à eficácia acumulada do conjunto das relações lineares dotadas de força explicativa diferenciada e isoladas forçosamente pela necessidade da análise, ou seja, aquelas que se estabelecem entre os diferentes fatores, examinados um por um, e a prática considerada (BOURDIEU, 2007a, p. 101, grifo do autor).

O exemplo que ele traz é o de que o estabelecimento de uma relação entre a variável “categoria socioprofissional” e as práticas é tanto mais eficaz porque tal variável dissimula outras relações (que presidem a escolha da profissão), como a de gênero, por exemplo (BOURDIEU, 2007a).

Outro caso, a relação entre idade e remuneração, é entrecortada pela relação entre idade escolar, precocidade/atraso e capital cultural herdado; da mesma forma, sobre a remuneração pesam efeitos da escolha profissional que podem estar relacionados ao sexo e ao capital cultural de origem e escolar.

Quando ele estabelece que o capital escolar possui uma relação com o capital cultural herdado na família, ou seja, que ele pode ser a expressão do “nível econômico e social da família de origem”, teríamos que considerar como se deu a reconversão do capital cultural de origem em capital escolar, que não é automática nem garantida e, assim, pode ter sido realizada de maneira mais ou menos satisfatória (BOURDIEU, 2007a).

Tal reconversão sofrerá influência das classificações/disposições de gênero, que incidirão sobre as decisões e afinidades por certos tipos de capital escolar/profissional em detrimento de outros; os homens se identificando mais com a área científica e política, por exemplo, e as mulheres, com a área estética, literária, e de cuidados (BOURDIEU, 2007a).

Outro critério que interfere (no sentido de uma variação) sobre o *habitus* de classe e sobre as práticas distintas e distintivas dos indivíduos é sua localização num espaço geográfico socialmente hierarquizado que possibilita facilidades para alguns (dificuldades para outros) em relação ao acesso a aparelhos culturais e, assim, vantagens para o acúmulo de capital cultural.

De fato, as possibilidades de que um grupo venha a apropriar-se de uma classe qualquer de bens raros – e que avaliam as expectativas matemáticas de acesso – dependem, por um lado, de suas capacidades de apropriação específica, definidas pelo capital econômico, cultural e social que ele pode implementar para apropriar-se, do ponto de vista material e/ou simbólico, dos bens considerados, ou seja, de sua posição no espaço social e, por outro, da relação entre sua distribuição no espaço geográfico e a distribuição dos bens raros neste espaço (relação que pode ser avaliada em distâncias médias a bens ou equipamentos, ou em tempos de deslocamento – o que faz intervir o acesso a meios de transporte, individuais ou coletivos) (BOURDIEU, 2007a, p. 114).

Sobre a classificação dos indivíduos também incide seu estatuto matrimonial, de forma que, além de todas as suas propriedades “particulares”, os indivíduos serão caracterizados simultaneamente em função das propriedades do cônjuge e pelo contraste dessas em relação às suas (BOURDIEU, 2007a).

A lógica que preside as escolhas de consumo de alguns bens classificadores (comuns ou pessoais), por exemplo, deve ser relacionada ao “sistema de propriedades associadas aos dois cônjuges”; são “a resultante destas relações de força (denegadas) que definem a unidade doméstica” (BOURDIEU, 2007a, p. 103).

Para omitir a inclusão das propriedades adquiridas e/ou possuídas *por aliança* no sistema das propriedades que podem determinar as práticas e as propriedades, convém, como se faz habitualmente, esquecer de se questionar a respeito do indivíduo das práticas ou, mais simplesmente, se o “sujeito” interrogado é verdadeiramente o indivíduo das práticas a respeito das quais

está sendo questionado. De fato, basta formular a questão para perceber que um grande número de estratégias só se define, concretamente, na relação entre os membros do grupo doméstico (casal ou, às vezes, grande família); ora, esta relação depende, por sua vez, da relação entre os dois sistemas de propriedades associados aos dois cônjuges (BOURDIEU, 2007a, p. 103, grifo do autor).

Nesse sentido, há uma alusão de que uma maior autonomia nas escolhas políticas ou estéticas, por exemplo, dependerá do volume e da simetria/dessimetria dos capitais escolar e cultural possuídos pelos dois cônjuges:

[...] as possibilidades de que o efeito de atribuição estatutária que transforma a política em um assunto de homens serão tanto menores, quanto mais importante for o capital escolar da esposa e mais reduzida for, em seu favor, a diferença entre seu capital e o do marido (BOURDIEU, 2007a, p. 102).

No caso da pesquisa referente ao livro *A distinção* (2007a), a construção das classes sociais e de suas frações deu-se com base nos elementos definidores das categorias socioprofissionais, como a profissão e o nível de instrução, associadas a índices referentes ao local de residência, o sexo e a idade, e a informações que permitiam caracterizar a estrutura e o volume dos tipos de capital possuídos.

Ao designarmos estas classes – classes de agentes ou, o que dá no mesmo deste ponto de vista, classes de condições de existência – por um nome de profissão, limitamo-nos a tornar manifesto que, nas relações de produção a posição orienta as práticas por intermédio, principalmente, dos mecanismos que presidem o acesso às posições, além de produzirem ou selecionarem determinada classe de habitus. Mas, não se trata de retornar a uma variável pré-construída, tal como a “categoria socioprofissional”: de fato, os indivíduos reunidos em uma classe construída a partir de uma relação particular, apesar de ser particularmente determinante, trazem sempre com eles, além das propriedades pertinentes que se encontram na origem de sua classificação, algumas *propriedades secundárias* que, deste modo, são introduzidas clandestinamente no modelo explicativo. O mesmo é dizer que uma classe ou uma fração de classe é definida não só por sua posição nas relações de produção, tal como pode ser identificada através de índices – por exemplo, profissão, renda ou, até mesmo, nível de instrução –, mas também pela proporção entre o número de homens e o de mulheres, correspondente a determinada distribuição no espaço geográfico (que, do ponto de vista social, nunca é neutra), e por um conjunto de *características auxiliares* que, a título de exigências tácitas, podem funcionar como princípios reais de seleção ou exclusão sem nunca serem formalmente enunciados – esse é o caso, por exemplo, da filiação étnica ou do gênero; com efeito, inúmeros critérios oficiais servem de máscara a critérios dissimulados, de modo que o fato de exigir determinado diploma pode ser a maneira de exigir, efetivamente, determinada origem social (BOURDIEU, 2007a, p. 97, grifo do autor).

As propriedades pertinentes de uma classe estão imbricadas de maneira importante, influenciando-se mutuamente. Mas tais fatores possuem pesos funcionais diferenciados com precedência para o volume do capital possuído (BOURDIEU, 2007a).

Na argumentação de Bourdieu (2007a, p.102), o volume global de capital definirá não só as classes sociais, de forma genérica, como será fundamental para conformar e caracterizar o efeito de outras classificações (sexual, etária, geográfica, etc.) sobre as práticas, cujas “coaçoões” se efetivariam de modo diferenciado para cada classe. Por isso, ele dirá que o valor e o significado das subdivisões a partir de características secundárias será diferente para cada classe.

A relação entre as propriedades fundamentais de uma classe e as características secundárias pode gerar subdivisões da classe em frações caracterizadas pela maior frequência de uma propriedade do que outra, é assim que ele vai subdividir a pequena burguesia de acordo com a origem social e a idade (e sua relação com o futuro).

Entretanto, Bourdieu (2007a) estabelece que a relação entre os fatores definidores de uma classe de agentes, sejam eles relativos à sua posição ou às suas características secundárias, não geraria indeterminação e heterogeneidade, mas sobredeterminação.

Através de cada um dos fatores, exerce-se a eficácia de todos os outros, de modo que a multiplicidade das determinações conduz não à indeterminação, mas a sobredeterminação: assim, a sobreposição das determinações biológicas ou psicológicas com as determinações sociais na formação da identidade sexual definida do ponto de vista social – dimensão fundamental da personalidade social – é apenas um caso particular, apesar de ser particularmente importante, de uma lógica que se encontra, também, em ação no caso das outras determinações biológicas – por exemplo, o envelhecimento (BOURDIEU, 2007a, p. 101).

Sem desconsiderar o que o autor argumenta acima, e ao mesmo tempo sem generalizar, poderíamos partir da ideia que ele também apresenta de que as variações individuais do *habitus* de classe estão relacionadas à posição ocupada pelo agente no interior da sua classe e à sua trajetória social, para pensar se a relação entre os diferentes fatores pode estar na origem não só das variações individuais do *habitus* de classe em função das posições hierarquizadas dos agentes na classe de pertencimento, como também estar ligada a processos de desclassificação social (ascensão ou declínio), ao potencializar certas vantagens ou desvantagens relacionadas ao volume e à estrutura de capitais herdados, provocando um desvio da trajetória coletiva do grupo de origem? Penso, por exemplo, no caso da necessidade de reconversão do capital herdado para escapar do declínio social, se os agentes da “mesma” classe ou da mesma família

não teriam uma capacidade diferencial de reconversão relacionada às propriedades secundárias que possuem.

Do ponto de vista da eficácia da transmissão de uma herança e das estratégias de reprodução do núcleo familiar, poderíamos indagar se os herdeiros – possuidores de características secundárias diferentes – herdariam a herança da mesma forma, ou se haveria uma relação dialética e relativamente indeterminada entre as características secundárias e o “bom” aproveitamento da herança em virtude, por exemplo, da funcionalidade destas aos campos em que serão implementadas.

5.4 CLASSE E CAMPO

O deslocamento no espaço social depende não só da série de fatores (e seus efeitos sobre as posições sociais) acima mencionados, mas também do campo em que estão inseridos os atores sociais e das lutas de concorrência que os atravessam.

Não é ao acaso que os indivíduos se deslocam no espaço social: por um lado, porque eles estão submetidos – por exemplo, através dos mecanismos objetivos de eliminação e de orientação – às forças que conferem sua estrutura a esse espaço; e, por outro, porque sua inércia própria, ou seja, *suas propriedades*, cuja existência pode ocorrer em estado incorporado, sob a forma de disposições, ou no estado objetivado, por meio de bens, títulos, etc., opõe-se à forças do campo (BOURDIEU, 2007a, p. 104, grifo do autor).

Os campos de interação são espaços sociais de posições de indivíduos determinados pela distribuição diferenciada de recursos ou capitais econômicos, simbólicos e culturais. A estruturação de um campo se dá a partir das assimetrias estáveis em relação à distribuição de recursos e esquemas de apropriação da cultura. A posse ou o desapossamento cultural determinariam, em grande medida, a hierarquia das posições dos indivíduos nos diferentes campos entre dominantes, intermediários e subordinados.

Os campos, bem como o conjunto de instituições sociais que os caracteriza, são estruturados por essa disparidade de recursos entre os indivíduos. Dessa forma, estão em posição dominante dentro de um campo aqueles que têm acesso a recursos/capitais de vários tipos. Em intermediária, aqueles que têm acesso desigual ou limitado a diferentes tipos de capitais. E em subordinada, os que têm acesso a quantidades mínimas de quaisquer capitais.

Em um campo, as posições são definidas em relação às outras posições, e tendem a definir as tomadas de posição orientadas no sentido da conquista da legitimidade. Os interesses específicos de cada posição no campo conformam e direcionam tais tomadas de posição.

O espaço dos possíveis é a mediação entre a posição e a tomada de posição, ele é apreendido “através de categorias de percepção constitutivas de certo *habitus*” (BOURDIEU, 1996, p. 265). As possibilidades “surgem” em função de um repertório específico adquirido em relação ao acúmulo da herança de um campo, ou melhor, a partir da apreciação e do conhecimento das tradições que conformam o campo.

As trajetórias são formas de percorrer o espaço nas quais se revelam as disposições do *habitus*. A relação entre classe e práticas depende de maneira fundamental do campo. Porém, segundo Bourdieu, as variações encontradas na eficiência explicativa de certas propriedades em detrimento de outras para explicar um conjunto de práticas não devem permitir a suposição de que as tais propriedades constituem princípios explicativos isolados e diversificados em cada campo. Pois caso se diversifiquem os princípios explicativos das práticas, tornamo-nos incapazes de perceber que o verdadeiro agente por trás destas é a classe social.

Esta aparência encontra-se, por sua vez, na origem do erro que consiste em inventar um número de sistemas explicativos semelhante ao número de campos, em vez de perceber, em cada um deles, uma forma transformada de todos os outros ou, pior ainda, em instaurar, como princípio de explicação universal, uma combinação particular de fatores eficientes em um campo particular de práticas. A configuração singular do sistema dos fatores explicativos que deve ser construída para justificar o estado da distribuição de uma classe particular de bens ou práticas – ou seja, um balanço, elaborado em determinado momento, da luta de classes, cujo pretexto é precisamente esta classe particular de bens ou práticas (caviar ou pintura de vanguarda, Prêmio Nobel ou mercado de Estado, opinião avançada ou esporte chique, etc.) – é a forma assumida, *neste campo*, pelo capital objetivado (propriedades) e incorporado (*habitus*) que define propriamente falando a classe social e constitui o princípio de produção de práticas distintivas, ou seja, classificadas e classificantes; ele representa o estado do sistema das propriedades que transformam a classe em um princípio de explicação e classificação universal, definindo a posição ocupada em todos os campos possíveis (BOURDIEU, 2007a, p. 107, grifo do autor).

A classe social seria, segundo ele, o princípio explicativo de maior peso, conferindo sistematicidade e unidade de estilo às práticas performatizadas por uma classe de agentes em cada um dos campos de interação social. Por isso, pode-se assinalar a relação entre o campo das classes sociais como campo englobante dos diversos campos de produção cultural.

Os campos são espaços onde se travam lutas de classes, disputas entre classes de agentes, por bens “classificados e classificantes”, por isso o poder explicativo do *habitus* de

classe é sistemático e pode-se estabelecer equivalência entre conjuntos de práticas realizadas nos mais diversos campos. Um exemplo é a relação que se estabelece entre determinada prática esportiva, preferência por bebida ou por um tipo de teatro na burguesia, ou seja, a relação entre golfe, champanhe e o teatro de bulevar (BOURDIEU, 2007a).

Quando ele diz que nenhuma das propriedades isoladas pode explicar uma prática, que sendo uma prática situada num campo depende das condições deixadas pela estrutura do campo em que está localizada para a sua ação, ele quer dizer que “A lógica específica do campo, do que está em jogo e da espécie de capital necessário para participar do mesmo, é que comanda as propriedades através das quais se estabelece a relação entre a classe e a prática” (BOURDIEU, 2007a, p. 106).

[...] sendo capital uma relação social, ou seja, uma energia social que existe e produz seus efeitos apenas no campo em que ela se produz e se reproduz, cada uma das propriedades associadas à classe *recebe seu valor e sua eficácia das leis específicas de cada campo*: na prática, ou seja, em um campo particular, nem sempre todas as propriedades incorporadas (disposições) ou objetivadas (bens econômicos ou culturais), associadas aos agentes, são eficientes simultaneamente; a lógica específica de cada campo determina aquelas que têm cotação neste mercado, sendo pertinentes e *eficientes* no jogo considerado, além de funcionarem, *na relação com este campo*, como capital específico e, por conseguinte, como fator explicativo das práticas. Isso significa, concretamente que a posição social e o poder específico atribuídos aos agentes em um campo particular dependem, antes de mais nada, do capital específico que eles podem mobilizar, seja qual for sua riqueza em outra espécie de capital – que pode exercer, todavia, um efeito de contaminação. Assim, explica-se que a relação descoberta pela análise entre a classe e as práticas pareça estabelecer-se, em cada caso, por intermédio de um fator ou de uma combinação particular de fatores, variável segundo o campo (BOURDIEU, 2007a, p. 107, grifo do autor).

Embora a eficácia explicativa das propriedades de classe mude de um campo para outro, sendo mais determinantes para certas práticas que outras, Bourdieu (2007a) dirá que o maior poder explicativo sempre será do sistema de propriedades interrelacionadas determinante da classe, independente do campo, ainda que uma dessas propriedades assuma maior relevância explicativa em um domínio que em outro.

5.5 TRAJETÓRIA MODAL E DISPERSÃO DE TRAJETÓRIAS

Se num primeiro momento, Bourdieu apresenta no livro *A distinção* (2007a) uma caracterização bidimensional do espaço social, ele irá acrescentar, em seguida, uma terceira

dimensão para dar conta dos deslocamentos nesse espaço. A importância da noção de trajetória para a definição do espaço social se dá em virtude da evolução das duas propriedades definidoras da classe (volume e estrutura de capital), apreendidas em relação a seu estado passado e potencial.

A necessidade de trazer à tona a trajetória que os agentes fazem no espaço social e seu efeito sobre as práticas deu-se porque Bourdieu (2007a) percebeu uma relação estatística variável entre capital de origem e capital de chegada, e porque, em função disso, algumas práticas não puderam ser enviadas somente (e diretamente) às disposições associadas à posição social de origem.

Isso pode ser percebido em virtude da heterogeneidade das práticas (e da origem social) de indivíduos que ocupam a mesma posição no espaço social, dado que as práticas são resultado tanto do efeito da posição/origem social (inculcação exercida pelos condicionamentos primários), como do efeito de trajetória, incluindo a influência do sentido da trajetória paterna sobre as disposições dos herdeiros.

Esta distinção impõe-se, com evidência, em todos os casos em que indivíduos oriundos da mesma fração ou da mesma família - portanto, submetidos a inculcações morais, religiosas ou políticas, supostamente idênticas – sentem-se inclinados a tomadas de posição divergentes em matéria de religião ou política pelas relações diferentes com o mundo social, tributárias de trajetórias individuais divergentes e, por exemplo, segundo o grau de sucesso ou não obtido nas estratégias de reconversão necessárias para escapar ao declínio coletivo de sua classe (BOURDIEU, 2007a, p. 105).

Ao mediar a relação dos agentes com o (sentido do) futuro, apreendido tacitamente pela evolução do patrimônio de capitais herdados, o efeito de trajetória é um dos responsáveis pelo aparecimento de divisões dentro da classe.

A influência paradigmática da trajetória do grupo de origem sobre a individual se dá porque o legado transmitido (certo volume e estrutura de capital) está ele próprio marcado pela evolução desse patrimônio de capital.

À trajetória social dos pais, ou seja, à evolução do volume e da estrutura de seus capitais (influenciados pelas trajetórias das linhagens anteriores) se agregam as trajetórias individuais dos filhos, marcadas pela evolução e transformação de seu próprio patrimônio de capital, o que incluiria modificações (aumento/diminuição) ou estabilidade do volume global, bem como do volume de uma espécie específica em detrimento de outra, provocando uma modificação da estrutura de capital acumulada.

A “individualização” da trajetória do agente pode estar ligada a diversos fatores e experiências existenciais que incidirão sobre as disposições possuídas, modificando-as. O efeito das condições profissionais e da carreira pode impor transformações na estrutura do capital, por exemplo, em alguns casos, pela necessidade de aumentar o capital cultural possuído ou por características do meio profissional, como “a forma das relações horizontais ou verticais facilitadas por ele”, que tendem a exercer efeito sobre as disposições e práticas (BOURDIEU, 2007a, p. 99).

Outro efeito de trajetória possível é mediado pela mudança no valor da posição que pode se alterar devido a processos de feminilização ou envelhecimento do cargo, por exemplo.

Do mesmo modo, a pessoa expõe-se a cometer erros grosseiros se, tratando-se de apreciar a evolução de uma posição social (identificada pela profissão), vier a ignorar, pelo simples fato de considerar *uma só das propriedades pertinentes*, nem que fosse a mais importante, todos os *efeitos de substituição* nos quais se exprime, também, tal evolução: a trajetória coletiva de uma classe social pode manifestar-se no fato de que ela se torna “feminina” ou “masculina”, envelhecida ou rejuvenescida, empobrecida ou enriquecida; todas estas transformações podem ser simultâneas ou alternadas (o declínio de uma posição pode manifestar-se no fato de que ela se torna feminina – alteração que pode ser acompanhada por uma elevação da origem social – ou se “democratiza” ou “envelhece”) (BOURDIEU, 2007a, p. 98, grifo do autor).

Por outro lado, as trajetórias individuais estão ligadas ao fato de que nem todos os indivíduos da mesma classe ou aqueles que ocupam a mesma posição social possuem igualmente as características modais da classe.

Para discutirmos as condições de homogeneidade e de refração do *habitus* de classe, teríamos que levar em consideração a posição do indivíduo dentro da classe, a estrutura do seu capital e suas características secundárias, já que, segundo Bourdieu (2007a), aqueles que têm características discordantes das dos demais ocupantes da mesma posição serão classificados preferencialmente por esse “déficit”.

Além dos efeitos desvelados e, ao mesmo tempo, encobertos pela relação entre a fração de classe e as práticas, *existe o efeito da posição na distribuição das propriedades secundárias associadas a uma classe*: é assim que os membros da classe que possuem apenas algumas propriedades modais – por exemplo, os homens em uma profissão fortemente feminilizada ou os filhos de operários na ENA –, cuja identidade social é marcada profundamente por esta filiação e pela imagem social que ela impõe, devem inevitavelmente considerá-la como referência, independentemente de ter sido assumida ou rejeitada (BOURDIEU, 2007a, p. 99, grifo nosso).

Bourdieu (2007a) também chama a atenção para o fato de que não só a trajetória realizada exerce efeito sobre as disposições dos indivíduos, mas também a trajetória (futura) potencial ou desejada.

O fato de que a estrutura da pequena burguesia seja homóloga à da burguesia, ambas divididas em dois lados simétricos e opostos (maior capital cultural em detrimento do econômico e vice-versa), corrobora, algumas vezes, para que as disposições de membros das classes médias reflitam não a posição ocupada, mas a pretendida, localizada em um nível superior do espaço social, cuja trajetória parece sugerir.

Os ocupantes das posições homólogas – por exemplo, professores primários e do secundário, ou pequenos e grandes comerciantes – estão separados, principalmente, pelo volume da espécie de capital que é dominante em sua estrutura patrimonial, ou seja, por diferenças de grau que separam indivíduos providos, de modo desigual, dos mesmos recursos raros. *As posições inferiores – e, correlativamente, as disposições de seus ocupantes – devem uma parte de suas propriedades ao fato de estarem relacionadas, objetivamente, com as posições correspondentes no nível superior para as quais elas tendem e que constituem o objeto do que pré-tendem*; eis o que é perfeitamente visível no caso da pequena burguesia assalariada, cujas virtudes ascéticas e boa vontade cultural – manifestada de todas as maneiras possíveis pela matrícula em cursos noturnos, pela inscrição em bibliotecas ou pela elaboração de coleções – exprimem muito claramente a aspiração em ascender à posição superior, destino objetivo dos ocupantes da posição inferior que manifestam tais disposições (BOURDIEU, 2007a, p. 114, grifo nosso).

Bourdieu (2007a) vai frisar que o deslocamento no espaço social não é contingente e aleatório, mas tem condições sociais de possibilidade e determinação, por isso a classe pode ser pensada em função de sua trajetória modal definida como conjunto de trajetórias prováveis/frequentes para esse grupo, representando o campo de possibilidades dessa.

Daí, segue-se que a posição e a trajetória individual não são, do ponto de vista estatístico, independentes na medida em que nem todas as posições de chegada são igualmente prováveis para todos os pontos de partida: eis o que implica a existência de uma correlação bastante forte entre as posições sociais e as disposições dos agentes que as ocupam ou, o que vem a dar no mesmo, as trajetórias que levaram a ocupá-las e que, por conseguinte, a trajetória modal faz parte integrante do sistema dos fatores constitutivos da classe – as práticas serão tanto mais irredutíveis ao efeito da posição definida sincronicamente, quanto mais dispersas forem as trajetórias, como é o caso da pequena burguesia (BOURDIEU, 2007a, p. 104).

O indicador da origem social tem seu poder explicativo reduzido caso haja maior dispersão de trajetórias entre agentes da mesma classe. Poder-se-ia supor que a estabilidade da

posição social possibilita o delineamento mais preciso da identidade social revelado pelas práticas distintivas, mais marcadamente, de classe.

Ao contrário, trajetórias sociais mais heterogêneas ou improváveis poderão expor o indivíduo a processos de socialização (primários ou secundários) contraditórios, que resultarão em sistemas de escolhas e práticas culturais parcialmente diversificados ou ecléticos.

É isso que permite pensar se a noção de *habitus* não estaria melhor formatada para a explicação das práticas e gostos homogêneos das classes estabelecidas que não possuem deslocamento social importante, aquelas marcadas pela maior presença da endogamia ou pelo fato de terem longa hereditariedade da sua posição.

Em contraste a essa situação, está o caso da pequena burguesia, cuja composição mais heterogênea e dispersão de trajetórias pode simbolizar o fato de que resultam de processos recentes e instáveis de desclassificação, para cima e para baixo.

Daí a questão sobre a pertinência do modelo explicativo bourdieusiano, especialmente da noção de *habitus*, para a compreensão/interpretação das práticas relativamente heterogêneas de uma classe (pequena burguesia), ou fração de classe, cuja posição social é marcada pela condição da instabilidade/diacronicidade. Quando, na verdade, tal modelo parece feito para captar a correspondência, verificada na burguesia e nas classes populares, entre posição e práticas, a qual permite a inferência do sistema de disposições.

A topografia do espaço social construída no livro *A distinção* (2007a) corrobora à percepção dos *habitus* das classes dominantes e das classes populares como mais ajustados às suas posições em relação aos *habitus* da classe média (especialmente das frações em ascensão), marcados por certo distanciamento das suas disposições de origem em direção às pretendidas, dado revelador do seu intento de modificar sua posição no espaço social (DUBAR, 2005).

Talvez fosse interessante contrastar os diferentes princípios de constituição dos *habitus* segundo as três classes sociais para pensar em que medida o ascetismo/preensão da pequena burguesia, o realismo/resignação das classes populares ou naturalidade/distinção da burguesia não sugerem uma relação diferenciada dessas classes com sua origem social, podendo insinuar adesão ou maior distanciamento.

O gosto de necessidade verificado nas classes populares parece se relacionar ao princípio de conformidade que marca a relação dessa classe com sua condição de existência submetida a toda espécie de restrições materiais e obrigada a renunciar aos lucros simbólicos em função de escolhas pragmáticas e funcionais (BOURDIEU, 2007a).

Tal gosto teria como contrapartida a resignação à necessidade. A profunda adequação à realidade de sua condição pode ser denotada pelo ajuste da relação entre esperanças e oportunidades. Realismo e resignação seriam possibilitados pela vivência num universo social homogêneo e pela presença de grande coesão e solidariedade no grupo tendente a exercer um efeito de controle sobre os indivíduos (BOURDIEU, 2007a).

O senso da distinção – princípio-guia do *habitus* burguês – não deve ser confundido com uma procura consciente de distinção, devendo ser imputado primeiramente à adequação de seu ser ao dever-ser e à profunda naturalidade com que pode exercer suas disposições incorporadas retirando delas o maior lucro possível nos diferentes campos sociais.

Basta dizer – embora seja bem mais complicado – que os dominantes só aparecem como distintos porque, tendo de alguma forma nascido numa posição positivamente distinta, seu *habitus*, natureza socialmente constituída, ajusta-se de imediato às exigências imanentes do jogo, e que eles podem assim afirmar sua diferença sem necessidade de querer fazê-lo, ou seja, com a naturalidade que é a marca da chamada distinção “natural”: basta-lhes ser o que são para ser o que é preciso ser, isto é, naturalmente distintos daqueles que não podem fazer a economia da busca de distinção. Longe de ser identificável à conduta distinta, como acredita Veblen, a quem Elster erroneamente me assimila, a busca de distinção é a negação dessa conduta: primeiro, porque ela encerra o reconhecimento de uma falta e a confissão de uma aspiração interessada, e porque, como fica bem claro no caso do pequeno burguês, a consciência e a reflexividade são ao mesmo tempo causa e sintoma da falta de adaptação imediata à situação que define o virtuose (BOURDIEU, 2004a, p. 24).

Como assinalado acima, o “retorno reflexivo” e o aumento da consciência do pequeno-burguês é resultado do “reconhecimento de uma falta” ou da “falta de adaptação imediata à situação”, fatores que sinalizam a não exclusividade ou a não preponderância do senso prático na orientação das ações dos pequeno-burgueses.

É o princípio da boa vontade que guia a relação da pequena burguesia com a cultura dominante. O pequeno-burguês tem profunda reverência pela cultura erudita e sua cultura média está sempre fazendo referência àquela. Não é por acaso que seus produtos sejam quase sempre adaptações, símiles dos produtos culturais dominantes, exigindo para si, em decorrência dessa “associação”, um tipo de reconhecimento cultural.

Essa boa vontade cultural seria efeito da imposição da legitimidade de uma cultura erudita que não é a sua, deixando o pequeno-burguês ansioso pela inclusão. Isso o expõe a proceder a escolhas incoerentes em matéria de consumo cultural porque está dividido entre “seus gostos de tendência e seus gostos de vontade” (BOURDIEU, 2007a, p. 306).

Consequência dessa ansiedade, o erro de reconhecimento, denominado *alodoxia* cultural, é um erro de identificação, que ocorre quando se imagina estar elegendo um bem cultural erudito e na verdade se está incorrendo numa falsa identificação (BOURDIEU, 2007a).

O rigorismo e ascetismo são os princípios-guia do conjunto das disposições que regem toda a relação dessa classe não só com a cultura, mas com o seu estilo de vida, quando, por exemplo, se opta pela economia de filhos como forma de amplificar o investimento diminuindo os custos que se teria com a prole maior. O malthusianismo seria uma característica importante e própria da classe média, que nisso se diferencia das estratégias de reprodução da burguesia e das classes populares.

Sabe-se que a fecundidade, elevada para as baixas rendas, passa por um mínimo, correspondente *grosso modo* à renda média para crescer, de novo, com as rendas mais elevadas. *Se isso acontece desse modo é porque o custo relativo da criança – baixo para as famílias com as mais baixas rendas que, por sua incapacidade de vislumbrar para os filhos um futuro diferente de seu próprio presente, fazem investimentos na área da educação extremamente reduzidos; baixo, também para as famílias dotadas de rendas mais elevadas, já que estas aumentam paralelamente aos investimentos – passa por um máximo correspondente à renda média, ou seja, às classes médias, cuja ambição de ascensão social obriga a fazer investimentos na área da educação relativamente desproporcionados com seus recursos* (BOURDIEU, 2007a, p. 311, grifo nosso).

Bourdieu (2007a) menciona a economia de descendentes da classe média. O intuito dessa estratégia seria justamente a concentração do máximo de recursos no filho único. Como não podem aumentar seus recursos, a estratégia é diminuir os gastos em termos quantitativos para investir mais num único filho, ou numa quantidade mínima de descendentes.

O autor também alude, rapidamente, a uma relação diferencial da classe média no que diz respeito à sociabilidade. Segundo Bourdieu (2007a), essa classe tem que sacrificar um grande número de relações sociais, redes de sociabilidade da família grande, por destoarem de suas pretensões de ascensão, abrindo mão de antigas companhias pela certeza de que somente de si e do seu próprio mérito depende seu futuro.

Por um lado, a classe média pode ser caracterizada em função de propriedades diacrônicas, relativas à instabilidade de sua posição e à maior frequência de deslocamentos no espaço social. Por outro, suas estratégias de reprodução ou, mais propriamente, de mobilidade estão permeadas por um espírito de economia e pela ação de um capital moral da virtude.

O incremento da dispersão de trajetórias e da heterogeneidade disposicional parecem estar ligados a uma representação “individualista” da ação social, no sentido de uma concepção

mais projetiva da ação e mais instrumental do tempo. A pretensão à ascensão social de algumas frações da pequena burguesia sugere um tensionamento na relação com o seu passado e na identificação com seus pares.

6 REPRODUÇÃO SOCIAL, MOBILIDADE E A POSSIBILIDADE DA RUPTURA DÓXICA

Neste capítulo, procuraremos compreender a relação do *habitus* com a reprodução social. O pressuposto do poder na noção de *habitus* se relaciona à transmissão e à manutenção de vantagens sociais de certos grupos mediante uso de estratégias diferenciais de reprodução da sua posição no espaço social, que se vinculam ao volume e à estrutura patrimonial de capital possuído.

Inicialmente, exporemos a conexão entre a dimensão temporal do *habitus* e o tema da reprodução social. A recondução ininterrupta do passado que leva à percepção e adesão a um futuro imediatamente inscrito no presente configura a experiência temporal que dá as bases para a tendência do *habitus* em dar continuidade às estruturas de sua gênese.

Em seguida, apresentaremos a visão bourdieusiana dos deslocamentos (verticais e transversais) dos agentes no espaço social, a sua crítica à representação unidimensional desse espaço oferecida pelos estudos de mobilidade social e sua visão da mudança estrutural como mera translação verificada pela manutenção das hierarquias posicionais e pela transformação morfológica das classes.

Então, desenvolveremos uma distinção entre estratégias de mobilidade e estratégias de reprodução a partir das compreensões diferenciais do tempo e da ação possibilitadas por duas perspectivas, que entendemos, distintas, a saber, a das classes/frações de classes que querem manter sua posição no espaço social e a daqueles agentes que querem modificá-la e melhorá-la. De um lado, intencionalidade, esforço, projetividade; do outro, uma percepção cíclica do tempo própria à dimensão iteracional da agência.

Explicitaremos, ainda, como especificidades dos campos de ação (lógica de funcionamento, estrutura interna) e também mudanças conjunturais incidem sobre as lutas de classificação social e sobre a transmissão do poder.

Em relação a isso, vamos tratar da crise escolar e universitária desencadeada na França pela democratização do acesso às instituições de ensino e seu impacto nas estratégias de reprodução de diversos agentes.

Por fim, a partir da diferenciação estabelecida por Bourdieu (2007a) entre lutas simbólicas na classe dominante e lutas de concorrência inter-classes, problematizaremos sua interpretação das estratégias simbólicas de algumas frações da pequena burguesia, apontando a ambiguidade do autor sobre as disposições críticas e reprodutivas de tais frações.

6.1 *HABITUS* E REPRODUÇÃO SOCIAL

O tema da reprodução social se relaciona no esquema bourdieusiano à importância central que a dimensão do passado tem para a noção de *habitus*, cuja natureza é marcada pela capacidade de reproduzir seu contexto de gênese.

A adesão do sistema disposicional às condições materiais, sociais e existenciais que lhe deram origem é assinalada por Bourdieu (1980; 2001; 2007a) quando explicita os princípios característicos de tal noção – *amor fati*, necessidade tornada virtude, homogamia, probabilidade –, que são tantas formas de chamar a atenção ao caráter inercial dos condicionamentos sociais (e do *habitus* resultante) e, portanto, da tendência do passado a perseverar e a se presentificar, porque se incorporou ao ator social sob a forma de esquemas práticos de percepção e ação no mundo social.

A questão da reprodução social e do passado está ligada, por sua vez, à pregnância das primeiras experiências de socialização, que se tornam um mecanismo fundamental no repasse de capitais de geração à geração, logo, à transmissão do poder e dos privilégios dos grupos aos seus descendentes.

Questão central para o esclarecimento das formas de legitimação da dominação social e da violência simbólica que estão assentadas, bem como dissimuladas, no fato de que os poderes são incorporados aos agentes sociais desde a origem, assumindo a forma e a eficácia de uma segunda natureza, inata e autojustificada.

O êxito da lei sucessória e do processo de repasse da herança dependerá da capacidade diferencial dos grupos para transmitir seu legado mediante estratégias de reprodução que objetivam manter ou melhorar sua posição no espaço social (BOURDIEU, 1997; 2007a).

Segundo Bourdieu (2007a), os diferentes grupos e indivíduos empreendem estratégias de reprodução que revelam as especificidades do seu *habitus* de classe e a estrutura patrimonial de capital que o conformou. Tal patrimônio, em seu volume e configuração, irá influenciar de forma importante o estabelecimento dessas estratégias.

De maneira consciente ou não, os indivíduos irão investir em práticas para reproduzir seu patrimônio de capital, de forma que um grupo cujo patrimônio é marcado pela prevalência de capital cultural tenderá a investir em estratégias que assegurem a raridade da sua posse, investindo, por exemplo, mais fortemente no sistema escolar (BOURDIEU, 2007a).

Mas tais estratégias dependeriam não somente da estrutura e do volume de capital possuído (passado), mas também do seu estado potencial (futuro), que se relaciona às disposições temporais dos indivíduos/grupos, isto é, à sua leitura do futuro definida pelas possibilidades objetivas de sua reprodução (BOURDIEU, 2007a).

A *noblesse oblige*, “imperativo da honra”, faz com que alguns grupos, Bourdieu (2007a) se refere explicitamente ao celibato camponês, se retirem da luta de concorrência pela percepção da impossibilidade de reproduzir sua posição no espaço social e por não aceitarem nenhum tipo de rebaixamento preterido à extinção do próprio grupo.

Bourdieu (2007a) defende que o conjunto das estratégias de reprodução das diferentes classes de agentes deve ser apreendido numa perspectiva relacional, e, nesse sentido, como um sistema no qual as diferentes estratégias e suas eficácias relativas estão forçosamente interrelacionadas, dentre outros motivos, porque as classes estão envolvidas em lutas de concorrência definidoras do espaço social.

Dessa forma, a eficácia das estratégias de reprodução de um grupo dependerá do estado da correlação de forças entre as classes, assim como da configuração estrutural e contextual dos campos nas quais são empreendidas (BOURDIEU, 2007a).

Portanto, a transmissão do patrimônio dos grupos dependerá da relação entre os patrimônios das classes, as estratégias de reprodução e seus distintos instrumentos – “estado dos costumes e da lei sucessória, do mercado de trabalho, do sistema escolar, etc.” (BOURDIEU, 2007a, p. 122).

A lei sucessória e a transmissão da herança dependerão, por sua vez, de uma série de fatores para se efetivarem de modo satisfatório, dentre eles a estrutura do patrimônio de capitais herdados, marcada por uma maior concentração de capital econômico ou cultural que caracterizará o tipo de estratégia de reprodução a ser implementado e, em alguns casos, a necessidade da reconversão do capital herdado em um mais rentável do ponto de vista do campo de ação.

O repasse dos capitais possuídos tem eficácia irregular para os diversos grupos sociais, relacionando-se, por um lado, à falta de regulação institucional da transmissão de certas “heranças” e, por outro, à desigual transmissibilidade dos diferentes tipos de capital.

[...] as diferentes frações mantêm um controle bastante desigual das condições de sua reprodução social, de modo que a elevada proporção de empresários endógenos pode exprimir simplesmente a capacidade que pertence a estas frações – ou, pelo menos a uma parcela de seus membros – para transmitir, sem mediação nem controle, seus poderes e privilégios. Com efeito, esta

capacidade é, por sua vez, um dos maiores privilégios que, ao fornecer uma maior liberdade em relação aos veredictos escolares, torna menos indispensáveis, ou menos urgentes, os investimentos culturais a que não podem escapar aqueles que dependem completamente do sistema de ensino para sua reprodução (BOURDIEU, 2007a, p. 112).

Assim, enquanto o capital econômico é diretamente transmitido, os demais demandarão o empreendimento pessoal do indivíduo. A transmissão do capital cultural e do social dependerão diretamente do engajamento dos agentes, não sendo automática (BOURDIEU, 1986).

Além disso, o rendimento, em alguns mercados, do capital cultural herdado na família passará por sua reconversão em capital escolar, regulada por instituições de ensino, veredictos escolares e atribuição de diplomas.

Dependendo do campo no qual funcione, e ao custo de maiores ou menores transformações que são a precondition para sua eficácia no campo em questão, o capital pode se apresentar em três formas fundamentais: como *capital econômico*, que é imediatamente e diretamente convertível em dinheiro e pode ser institucionalizado na forma de direitos de propriedade; como *capital cultural*, que é convertível, sob certas condições, em capital econômico e pode ser institucionalizado na forma de qualificações educacionais; e como *capital social*, feito de obrigações sociais (“conexões”), que é convertível, em certas condições, em capital econômico e pode ser institucionalizado na forma de título de nobreza (BOURDIEU, 1986, p. 3, tradução nossa).⁴²

Portanto, as estratégias de reprodução dos diferentes grupos dependem, do ponto de vista da sua eficácia, da transmissibilidade de seu capital (patrimônio), possuindo uma relação com a lógica das instituições.

Por exemplo, a observação da instituição escolar revelaria o poder diferencial dos grupos de colocar seus descendentes em estabelecimentos de ensino e em áreas hierarquizadas entre si e, por isso, distintamente valorizadas (BOURDIEU, 2007a).

Nesse sentido, a democratização do acesso ao ensino na França atingiu e reconfigurou o sistema dos instrumentos de reprodução das classes, especialmente o lugar da escola e do diploma como mediadores de acesso aos cargos (BOURDIEU, 2007a).

⁴² “Depending on the field in which it functions, and at the cost of the more or less expensive transformations which are the precondition for its efficacy in the field in question, capital can present itself in three fundamental guises: as economic capital, which is immediately and directly convertible into money and may be institutionalized in the forms of property rights; as cultural capital, which is convertible, on certain conditions, into economic capital and may be institutionalized in the forms of educational qualifications; and as social capital, made up of social obligations (“connections”), which is convertible, in certain conditions, into economic capital and may be institutionalized in the forms of a title of nobility” (BOURDIEU, 1986, p. 3).

6.1.1 Deslocamento no espaço social e a translação das estruturas

Bourdieu (2007a) fará uma crítica aos estudos de mobilidade social, em especial à concepção unidimensional do espaço social veiculada por eles, e irá apresentar um ponto de vista distinto das perspectivas que privilegiam a mudança social, pensando a translação das estruturas.

A translação das estruturas implicaria a reprodução da estrutura hierarquizada do espaço social e das propriedades desiguais dos agentes possibilitada pelas lutas de concorrência entre as classes, nas quais os estratos inferiores buscam alcançar as propriedades dos superiores, que procuram diferenciar-se mantendo suas propriedades raras e distintivas.

Nessa visão, em vez de mudança, ocorreria uma translação das estruturas. As distâncias diferenciais entre as posições de classe seriam conservadas, ocorrendo, na verdade, o que ele vai chamar de “transformação morfológica das classes”.

A mesma ingenuidade positivista que leva a descrever como “mobilidade ascendente” os efeitos das transformações morfológicas das diferentes classes ou frações de classe conduz a ignorar que a reprodução da estrutura social pode, em determinadas condições, exigir uma “hereditariedade profissional” bastante baixa: esse é o caso que, para manter sua posição na estrutura social e as propriedades ordinais que lhe estão associadas, os agentes são obrigados a proceder a uma translação acompanhada de uma mudança de condição – tal como a passagem da condição de pequeno proprietário de terras para a condição de pequeno funcionário, ou da condição de pequeno artesão para a condição de empregado de escritório ou de comércio (BOURDIEU, 2007a, p.122).

A representação do espaço social como sendo unidimensional e a disposição das classes nessa “escala social” é criticada por Bourdieu (2007a), que propõe uma representação em duas dimensões – relativas à concentração do capital econômico ou cultural em cada lado do eixo horizontal. Tal representação daria condições para se pensar as lutas no interior da classe dominante em torno do princípio legítimo de dominação.

A disputa pela hierarquização dos princípios de dominação – capital econômico ou capital cultural – se daria, essencialmente, entre as frações da classe dominante, e o estado dessa disputa exerceria influência sobre os deslocamentos dentro da classe realizados mediante reconversão de capital (BOURDIEU, 2007a).

O deslocamento no espaço social tanto pode pressupor o acúmulo e incremento do tipo de capital herdado quanto a reconversão desse capital em um capital de outro tipo (BOURDIEU, 2007a).

Bourdieu (2007a) associa a reconversão de capital às estratégias de reprodução social, pois essa objetivaria a manutenção da posição de classe, embora também possa ser associada, a depender do seu êxito, à variação e divergência de trajetórias individuais em relação ao futuro inscrito na trajetória coletiva do grupo de origem.

Segundo Bourdieu (2007a), haveria dois tipos de deslocamento no espaço social: o vertical e o transversal. O primeiro, e mais frequente, é circunscrito a um campo de produção (ou seja, a um único lado do lado do espaço social). Seria um deslocamento mediante acúmulo do tipo de capital já possuído, podendo caracterizar uma “mobilidade” de classe devido à mudança no volume global de capital. Enquanto no segundo ocorreria uma mudança de campo e, então, a reconversão de capital, no intuito da permanência na classe, estando relacionada às transformações morfológicas dessa via manutenção do volume global de capital, ou referente à mudança de classe.

6.1.2. Conservar ou modificar a posição social: compreensões diferenciais do tempo e da ação reveladas pelas estratégias de reprodução e de mobilidade

Gostaríamos de propor e desenvolver, neste tópico, uma reflexão sobre a definição bourdieusiana de “estratégias de reprodução”, diferenciando-as das *estratégias de mobilidade*.

Na verdade, estamos propondo essa segunda terminologia, que não está presente na argumentação bourdieusiana. Fizemos isso no intuito de matizar e entender melhor o tratamento dado à questão da reprodução social no quadro teórico-metodológico utilizado por Bourdieu (2007a) em seu livro *A distinção*.

A definição das estratégias de reprodução em Bourdieu (2007a) engloba dois “movimentos” que, a nosso ver, deveriam ser separados, especialmente porque ao fazê-lo surgem novas inteligibilidades em torno do tema da mobilidade e reprodução social que contribuem para “jogar uma luz” na importância da temporalidade para as orientações agênticas.

Segundo Bourdieu (2007a), as estratégias de reprodução constituem um

[...] conjunto de práticas, do ponto de vista fenomenológico, bastante diferentes, pelas quais os indivíduos ou as famílias tendem, inconsciente e conscientemente, a *conservar ou aumentar* seu patrimônio e, correlativamente, a *manter ou melhorar* sua posição na estrutura das relações de classe [...] (BOURDIEU, 2007a, p.122, grifo nosso).

Nossa questão em relação a essa conceitualização é saber se, de fato, a manutenção da posição no espaço social pode ser equiparada à tentativa de modificá-la. E se esses dois, digamos assim, sistemas de ação e de “intenção” podem ser subsumidos na questão da reprodução social.

Para seguir com essa problematização, o tema da reprodução social precisaria ser subdividido em dois aspectos: um que podemos chamar de “macrossocial” relacionado à reprodução da ordem social mais abrangente da estrutura hierarquizada do espaço social, e o outro, “microsocial”, voltado à reprodução da posição social de um indivíduo ou de uma fração de classe, sem que isso impacte, necessariamente, a topografia (no sentido das distâncias diferenciais e hierarquizadas) do espaço social como um todo.

A discussão que propomos neste tópico está voltada ao aspecto microsocial. Embora não nos determos especificamente sobre o primeiro aspecto da reprodução, entendemos que o tema da ruptura dóxica, desenvolvido mais adiante neste capítulo, se articula à questão macrossocial da reprodução da ordem social.

A distinção que estamos sugerindo é bastante simples: consideraremos como estratégias de reprodução aquelas voltadas à conservação da posição social possuída e, estratégias de mobilidade, aquelas que pretendem modificar essa posição.

Nesse sentido, cremos que a representação que Bourdieu (2007a) faz das estratégias de reprodução/mobilidade das diferentes classes, de um modo mais geral, pode ser pensada da seguinte maneira: à burguesia estabelecida e às classes populares associam-se, essencialmente, as estratégias de reprodução e, à pequena burguesia, particularmente as frações em ascensão, associam-se as estratégias de mobilidade.

O aspecto diferencial das estratégias de mobilidade pequeno-burguesas, cuja intenção é a ascensão social, reside na sugestão de que estão permeadas por uma compreensão particular do tempo e da ação.

Assim como está sugerido no título deste subtópico, o intuito de permanecer ou de transformar o lugar ocupado no espaço social pode revelar formas distintas de apreensão das possibilidades agênticas e de sua dimensão temporal.

Se articularmos o tema da reprodução social e da mobilidade com a reflexão de Emirbayer e Mische (1998) sobre a questão temporal da agência⁴³, teríamos que a reprodução social está vinculada à uma concepção cíclica do tempo, dominada pela dimensão iteracional da agência, referente ao passado, e, a mobilidade social seria uma apreensão do tempo como algo linear, orientada para um projeto futuro, revelando a dimensão projetiva da agência.

E, ainda, a compreensão dos atores sobre o tempo (sua permanência ou mutabilidade) teria um rebatimento na consideração do escopo e das possibilidades da ação:

Nossa premissa é simplesmente de que as formas específicas culturalmente incorporadas pelas quais as pessoas imaginam, falam, negociam e assumem compromissos com o seu futuro influenciam seu grau de liberdade e sua margem de manobra em relação às estruturas existentes (isto é, importa até que ponto eles entendem o tempo como algo aberto e negociável (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998, p.985) (Tradução nossa)⁴⁴.

Interessante que os atores vão questionar se projetividade enquanto “aspecto da imaginação orientado para o futuro” não pode ser mais facilmente percebida em atores que ocupam posições “intermediárias” ou de “mediação” (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998, p.984).

Nossa análise levanta uma série de questões nessa linha: os atores em tais posições de mediação são mais propensos à projetividade e avaliação prática do que aqueles em contextos mais coesos, dada a maior disponibilidade de recursos para o rearranjo hipotético e a avaliação comparativa de possíveis trajetórias de ação? A capacidade de projetar, quando necessário, sobre as diferentes formas de relações rotineiras, ou, inversamente, manipular intencionalmente, estender ou transpor isso em contextos variáveis, subjazem sua capacidade de obter maior controle e diretividade sobre os vários contextos dentro dos quais eles atuam? (EMIRBAYER E MISCHÉ, 1998) (Tradução nossa)⁴⁵

⁴³ Desenvolvida no primeiro capítulo da tese.

⁴⁴ “Our premise is simply that the specific culturally embedded ways in which people imagine, talk about, negotiate, and make commitments to their futures influence their degree of freedom and maneuverability in relation to existing structures (i.e, it *matters* to what degree they understand time as something open and negotiable) ” (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998, p.985).

⁴⁵ “Our analysis raises a series of questions in this vein: are actors in such bridging positions more prone to projectivity and practical evaluation than those in more tight-knit contexts given the greater availability of resources for hypothetical rearrangement and comparative evaluation of possible trajectories of action? Does the capacity to draw, when needed, upon different forms of routinized relationships, or conversely, purposively to manipulate, to extend or to transpose these across changing contexts, underlie their ability to gain greater control and directivity over the various contexts within which they act? ” (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998).

Esse parece ser justamente o caso dos indivíduos de algumas frações da classe média, cujas “escolhas”, nas mais diversas áreas características de seu estilo de vida, relativas à natalidade, ao matrimônio, à educação, ao uso do tempo livre, etc., têm a marca da projetividade a serviço da intenção de melhorar a posição ocupada na hierarquia do espaço social.

A maior parte das estratégias de reprodução (autodidatismo, rigorismo, malthusianismo, entre outras), que Bourdieu (2007a) apresenta como sendo características, da pequena burguesia, as quais trataremos aqui por estratégias de mobilidade, acompanhando seu objetivo manifesto, estão “coloridas” por uma tonalidade ascética.

Haveria que se pensar, então, na relação entre ascetismo e projetividade. O que propriamente justificaria, para os agentes, sua renúncia ao gozo do presente e a disposição para o disciplinamento das suas pulsões? Que equação temporal está desenhada aí? E, ainda, é possível concebê-la sem a menor referência a um tipo de racionalidade (minimamente) instrumental?

Se pensarmos na temporalidade que se associa à ideia de ascetismo, poder-se-ia inferir que há uma intenção de progressivo distanciamento do passado, a partir de sua avaliação crítica (realizada no presente), em direção a um futuro *novo*.

“Novo” no sentido de que não está em continuidade com o presente e o passado. Um futuro que se desenha como uma aposta que exige dos indivíduos o investimento necessário para levá-lo a cabo. Portanto, marcado pela ideia de intencionalidade e de esforço.

Os pequeno-burgueses têm a propriedade paradoxal de se determinarem apenas em função de oportunidades objetivas das quais eles não se apropriariam se não tivessem a pretensão de obtê-las e se não acrescentassem, assim, um suplemento de recursos “morais” a seus recursos em capital econômico e cultural. Tendo conseguindo desvencilhar-se do proletariado, seu passado, e pretendendo ter acesso à burguesia, seu futuro, eles devem encontrar em algum lugar, a fim de atingir o acúmulo necessário para esta ascensão, os recursos indispensáveis para suprir a falta de capital. Essa força adicional, propensão inscrita no pendor da trajetória passada que é a condição para a realização do futuro implicado nesta trajetória, só pode ser exercida *negativamente*, como poder de limitação e de restrição, de modo que só é possível avaliar os efeitos sob a forma de “grandezas negativas”, como teria afirmado Kant, tratando-se de “economias”, enquanto despesas rejeitadas, ou de controle de natalidade, como restrição da fecundidade natural (BOURDIEU, 2007a, p. 312).

A questão do esforço ou da virtude pequeno-burguesa pode aparecer de duas formas, tanto a partir de um excesso de investimento – quanto a isso, Bourdieu (2007a) alude às maneiras que o pequeno-burguês usa para “preencher” seu tempo livre em práticas “heréticas”

de acúmulo de capital cultural, como a autodidaxia, inscrição em cursos noturnos, etc. –, quanto a partir da contenção e da economia, especialmente sublinhadas por ele em relação ao controle de natalidade.

Nas classes médias propriamente ditas, cujas oportunidades de ascensão são incomparavelmente mais elevadas – e muito mais dispersas que as rendas – as taxas de fecundidade mantêm-se em um mínimo (oscilando entre 1,67 e 1,71); com a classe dominante, a taxa de fecundidade sobe fortemente, testemunho de que a reprodução biológica não exerce a mesma função no sistema das estratégias de reprodução dessas categorias que se limitam a *manter* sua posição (BOURDIEU, 2007a, p. 311).

O malthusianismo, que encerra uma verdadeira “economia dos descendentes”, se articula a outra estratégia de mobilidade pequeno-burguesa, qual seja, a da ascensão social pela via do acúmulo de capital cultural de tipo escolar (BOURDIEU, 2007a).

A relação entre mobilidade pela via escolar e a renúncia à “família grande”, na classe média, se estabeleceria mediante uma espécie de “cálculo” das despesas que visa à amplificação do investimento escolar e à concentração dos recursos da família em um único representante do grupo familiar, o filho único.

Sabe-se que a fecundidade, elevada para as baixas rendas, passa por um mínimo, correspondente grosso modo à renda média para crescer, de novo, com as rendas mais elevadas. Se isso acontece desse modo é porque o custo relativo da criança – *baixo para as famílias com as mais baixas rendas que, por sua incapacidade de vislumbrar para os filhos um futuro diferente de seu próprio presente, fazem investimentos na área da educação extremamente reduzidos*; baixo, também para as famílias dotadas de rendas mais elevadas, já que estas aumentam paralelamente aos investimentos – passa por um máximo correspondente à renda média, ou seja, *às classes médias, cuja ambição de ascensão social obriga a fazer investimentos na área da educação relativamente desproporcionados com seus recursos* (BOURDIEU, 2007a, p. 311, grifo nosso).

A representação instrumental da ação social pode ser associada a esse espírito de economia revelado pelas estratégias de exploração de si, mediado pela presença de um capital moral da virtude.

O cálculo ascético envolve, igualmente, a percepção de que é preciso lutar contra o tempo, comprimi-lo, para “vencer” – apesar das desvantagens do ponto de vista do volume global de capital – a corrida pelas posições, colocada pelas lutas de concorrência entre as classes.

O que existe é um *espaço de relações* o qual é tão real como um espaço geográfico, no qual *as mudanças de lugar se pagam em trabalho, em esforços e sobretudo em tempo* (ir de baixo para cima é guindar-se, trepar e trazer as marcas ou os estigmas desse esforço). *Também as distâncias se medem nele em tempo (de ascensão ou de reconversão, por exemplo)* (BOURDIEU, 2007c, p. 137, grifo nosso).

A *presença no presente* ou a naturalidade com que o burguês exerce suas disposições pode ser contrastada com a *presença no futuro* que confere o aspecto de tensionamento aos pequeno-burgueses ascendentes.

Enquanto os burgueses são a própria adequação entre ser e dever-ser, os pequeno-burgueses são devorados pela violência simbólica que o “dever-ser” impõe a eles. Sua pretensão cultural e sua boa vontade cultural, definidas por Bourdieu (2007a) como princípios gerativos do seu *habitus*, simbolizam a presença de um conflito cristalizado entre disposições possuídas e disposições pretendidas.

Não é por acaso que o adjetivo “pequeno” ou algum de seus sinônimos, sempre mais ou menos pejorativos, pode ser vinculado a tudo o que o pequeno-burguês diz, pensa, faz, tem ou é, à sua própria moral, aliás, seu ponto forte: estrita e rigorosa, ela tem algo de restrito e forçado, de crispado e suscetível, de acanhado e rígido à força de formalismo e escrúpulo. Obcecado por pequenas preocupações e pequenas necessidades, o pequeno-burguês é um burguês que vive de forma mesquinha. *Seu próprio hexis corporal em que se exprime toda a sua relação objetiva com o mundo social é o de um homem que deve se fazer pequeno para passar pela porta estreita que dá acesso à burguesia*: à força de ser estrito e sóbrio, discreto e severo, na maneira de se vestir e, também, de falar – uma linguagem hipercorreta por excesso de vigilância e prudência – em seus gestos e em toda a sua atitude, ele carece sempre de um pouco de estatura, amplitude, largueza e liberalidade (BOURDIEU, 2007a, p. 318, grifo nosso).

O empenho em dar mostras de sua apropriação do arbitrário cultural dominante ou em dissimular seu déficit cultural denota um espaço de auto-observação e autocrítica das próprias preferências e práticas culturais.

Esse distanciamento das disposições possuídas pode remeter a uma divisão identitária mediada por uma intenção de mobilidade social diferente da estabilidade e coerência identitária possibilitada pelo ajustamento entre esperanças e possibilidades, disposições e posições, *habitus* e campo.

A estreita associação, característica do *habitus*, do ator à sua posição social (ainda que ligada a uma trajetória de classe e do indivíduo dentro da classe) constituiria, segundo Dubar (2005, p.91), uma dupla redução

[...] da objetividade à “posição diferencial” e da subjetividade à “tendência a perpetuá-la” – (o) que permite assimilar o *habitus* segundo Bourdieu a uma identidade social definida como identificação a uma posição (relativa) permanente e às disposições que lhe são associadas.

É isso que está em xeque no caso da pequena burguesia. A heterogeneidade relativa da correlação entre suas práticas e sua origem social sugere que há uma representação mental fazendo a mediação entre a posição social e as disposições incorporadas.

Nesse sentido, pode-se vislumbrar uma relação entre as estratégias de mobilidade social caras a algumas frações da pequena burguesia e a tentativa de ajustar os anseios subjetivos de membros dessa classe às possibilidades objetivas de realizá-los, corrigindo a discrepância entre representação e posição social.

6.2 CAMPO ESCOLAR E A LUTA PELAS CLASSIFICAÇÕES

O *habitus* é uma noção que dá inteligibilidade à maneira como as estruturas sociais tendem a ser incorporadas ao longo do tempo pelos agentes, produzindo uma segunda natureza adequada à ordem das coisas.

Mas as condições de reprodução das estruturas incluem não só a constituição de estruturas psíquicas e corporais ajustadas a elas, e por isso tendentes a reproduzi-las, como também sua cristalização e institucionalização nos diferentes campos de interação.

A entrada e a participação em um campo de produção pressupõem a crença no jogo e nos seus móveis, isto é, a adesão e a reprodução da *illusio* específica ao campo, pelo reconhecimento de suas regras e investimento no jogo, possíveis porque, geralmente, o *habitus* tem uma relação de dupla constituição com o campo, sendo, de uma só vez, o resultado e a condição de seu funcionamento (BOURDIEU, 2003).

O campo é um campo de forças caracterizado pela distribuição desigual de capital entre os agentes que lutam pelo monopólio da autoridade. Segundo Bourdieu (2003), a estrutura hierarquizada está na origem das estratégias dos agentes situados diferencialmente.

O lugar ocupado pelos agentes, dominante ou pretendentes, conformará estratégias correlatas ao interesse de sua posição, ou seja, mantê-la mediante táticas de conservação da estrutura do campo ou modificá-la (BOURDIEU, 2003).

“Ortodoxia” e “heresia” referem-se ao intento de conservar ou subverter a estrutura de um campo. A primeira, associada aos ocupantes das posições consagradas, está ligada ao monopólio do capital específico do campo de atuação. A segunda, aos ingressantes com desvantagem de capital, e, por isso, com interesse na subversão da estrutura do campo (BOURDIEU, 2003).

Bourdieu (2003) chama a atenção para o fato de que o aparente antagonismo de posições revela uma cumplicidade e concordância em relação aos móveis do jogo, aquilo pelo qual vale a pena lutar. De modo que a mera participação em um campo e nas disputas que o conformam contribuem para a sua *reprodução*, mediante aceitação tácita de tudo que está pressuposto nas lutas.

Por isso, ele vai dizer que as subversões e as disputas internas ao campo não põem em questão a *illusio*, o jogo em si e tudo que o sustenta, sendo, na verdade, empreendidas mediante grande investimento e conhecimento do jogo/campo, sua história e tradição e, por isso, circunscritas aos seus limites (BOURDIEU, 2003).

6.2.1 Inflação dos diplomas e as transformações morfológicas das classes

As transformações dos campos podem incidir sobre os instrumentos de reprodução, interferindo diretamente nas lutas de concorrência entre as classes. Esse parece ter sido o caso das transformações no sistema escolar francês apresentadas no livro *A distinção* (2007a).

A democratização do ensino na França teve como consequência a inflação dos diplomas e sua desvalorização. O aumento da concorrência em torno do diploma fez com que ele se tornasse incontornável até mesmo para frações cujo patrimônio de capital era preponderantemente econômico e que, em um momento histórico anterior, poderiam prescindir do investimento no sistema de ensino.

O acesso ao diploma por uma grande quantidade de indivíduos que antes não faziam uso importante do sistema escolar – no caso, algumas frações da burguesia e de outras classes – concorreu não só para a diminuição de seu valor distintivo como marcador de classe, como

também obrigou a uma intensificação do uso do sistema escolar para as categorias que dependiam mais diretamente do capital cultural para a sua reprodução.

Ao perder seu valor distintivo, e passando a valer menos no mercado de trabalho, o rendimento do diploma dependerá menos do seu valor nominal e mais de uma série de fatores que atestarão a qualidade do diplomado – elevada origem social ou capital social importante, por exemplo.

O incremento da concorrência pelos diplomas atingiu as diferentes classes de maneira desigual. Para Bourdieu (2007a), os indivíduos que mais sentiram as mudanças no sistema de ensino e a importância que o diploma passa a ter para o acesso aos cargos são os não diplomados, ao sofrerem as formas de exclusão mais brutais do mercado de trabalho. Mas também, de uma forma geral, todos aqueles que se depararam com desmentidos do mercado de trabalho, atingidos pela desvalorização de seus diplomas em comparação a um momento histórico anterior.

A democratização do acesso ao ensino e seu uso por categorias que nunca tinham tido acesso a ele provocam a sua utilização de forma mais intensa pelas categorias cujo poder e raridade encontravam-se ligados ao acúmulo de capital cultural, resultando numa corrida por esse tipo de capital e numa dialética entre inflação, desvalorização e recuperação do valor dos diplomas cuja tendência, entretanto, se dá no sentido da manutenção das distâncias e vantagens iniciais.

As lutas de concorrência não atingirão igualmente todas as categorias, que têm modos desiguais de assegurar sua posição e raridade, algumas conseguindo uma estabilidade maior que outras, como no caso das profissões liberais e sua estratégia de *numerus clausus*:

Outro traço notável, a estabilidade relativa dos membros das profissões liberais: mediante uma política deliberada de *numerus clausus*, eles conseguiram limitar o crescimento numérico e a feminilização (que permaneceram muito mais baixos que nas profissões superiores dotadas de elevado capital escolar) e, ao mesmo tempo, escapar à perda da raridade e, sobretudo, à redefinição mais ou menos crítica do cargo, decorrentes da multiplicação dos titulados e, ainda mais, da existência de um excedente de diplomados relativamente aos cargos (BOURDIEU, 2007a, p. 129).

Outra contrapartida da democratização do ensino teria sido a criação de mecanismos de diferenciação e hierarquização social dentro da escola, especialmente por um processo de divisão de áreas, de turmas, etc (BOURDIEU, 2007a).

De acordo com Bourdieu (2007a), o que ocorre é uma eufemização da exclusão social, que deixa de ser total e definitiva, passando a se travestir em formas denegadas de eliminação, como o atraso escolar, por exemplo.

Segundo Bourdieu (2007a), alguns dos efeitos mais importantes da situação criada em decorrência da inflação dos diplomas foram as estratégias de recuperação da posição de origem protagonizadas por aqueles cujos diplomas foram desvalorizados.

[...] os detentores de diplomas desvalorizados sentem pouca propensão a perceber (de qualquer modo, isso é difícil) e reconhecer a desvalorização de diplomas aos quais estão fortemente identificados de um ponto de vista objetivo (em grande parte, eles são constitutivos de sua identidade social) e, ao mesmo tempo, subjetivo. No entanto, a preocupação em salvaguardar a autoestima – que impele o indivíduo a apegar-se ao *valor nominal* dos diplomas e cargos – não chegaria a sustentar e impor o reconhecimento dessa desvalorização se não encontrasse a cumplicidade de mecanismos objetivos, dos quais os mais importantes são, por um lado, a histerese do *habitus* que leva a aplicar, ao novo estado do mercado dos diplomas, determinadas categorias de percepção e de apreciação correspondentes a um estado anterior de oportunidades objetivas de avaliação e, por outro, a existência de mercados relativamente autônomos em que o ritmo da desvalorização dos diplomas é menos rápido (BOURDIEU, 2007a, p. 134, grifo do autor).

Da passagem acima, podemos depreender duas coisas: a histerese das categorias de percepção pode ter eficácia causal na realidade “objetiva”, porque a conservação das propriedades relativas a um estado anterior da história será constituinte dos esquemas de ação que irão interferir na realidade atual, sugerindo equação invertida (ou uma dialética) em que a disposição contribuirá para o estabelecimento da posição (e não somente o contrário: posição determinando disposição); evento possível pela constatação de que *habitus* e campo, mesmo sendo dois estados da história, têm diacronias diferentes, representando “duas séries causais parcialmente independentes”, como Bourdieu (2001, p. 42) assinala em outro lugar, dizendo respeito ao encontro de um *habitus* produzido sob certas condições sociais e a lógica específica – estrutural e conjuntural – do campo ao qual está associado e no qual será atualizado (BOURDIEU, 2001; 2007a).

O apego a uma representação antiga do diploma, facilitada pela histerese do *habitus*, contribui, sem dúvida, para a existência de mercados em que os diplomas podem escapar (pelo menos, na aparência) à desvalorização; de fato, o valor vinculado, objetiva e subjetivamente, a um diploma apenas se define ao serem levados em consideração todos os seus usos sociais. É assim que a avaliação dos diplomas que se efetua nos grupos de interconhecimento mais diretamente testados, tais como o conjunto dos pais, vizinhos, condiscípulos (a “turma”), colegas, pode contribuir para mascarar consideravelmente os

efeitos da desvalorização. Todos esses efeitos de desconhecimento individual e coletivo nada têm de ilusório já que podem, por um lado, orientar realmente as práticas e, em particular, as estratégias individuais e coletivas que visam afirmar ou restaurar, na objetividade, o valor vinculado subjetivamente ao diploma ou cargo e, por outro, contribuir para determinar sua reavaliação real (BOURDIEU, 2007a, p. 135).

Uma percepção defasada do valor de um diploma pode interferir no seu uso social, contribuindo para a sua (re) valorização. Aí está sugerida uma dialética entre os polos objetivo e subjetivo do esquema bourdieusiano, de forma que a percepção subjetiva pode interferir no estabelecimento da posição objetiva de um indivíduo ou grupo em função da atribuição de valor ao seu diploma/categoria.

6.2.2 Campos abertos e campos burocratizados: diferentes visões do futuro e a fuga do efeito de marcação social

Bourdieu (2007a) argumenta que as estratégias individuais e coletivas empregadas para resistir à desclassificação e recuperar a posição herdada são alguns dos elementos mais significativos das transformações das estruturas.

O “efeito de trajetória interrompida”, implicado no declínio individual em relação à trajetória coletiva do grupo de origem, seria uma das causas do desajuste entre esperanças e oportunidades, motivando a elaboração de estratégias de revalorização das posições sociais (BOURDIEU, 2007a).

[...] inscrita no âmago das disposições, essa impossível potencialidade objetiva, espécie de esperança ou de promessa traída, é o que pode levar a uma aproximação, a despeito de todas as diferenças, entre os filhos da burguesia que, do sistema escolar, não obtiveram os meios de prosseguir a trajetória mais provável para sua classe, e os filhos das classes médias e populares que, por falta de capital cultural e social, não conseguiram de seus diplomas o que estes garantiam em um outro estado do mercado – ou seja, duas categorias que, em particular, são impelidas a orientar-se para posições novas (BOURDIEU, 2007a, p. 143).

Por um lado, há lutas coletivas que visam à restauração do valor antigo dos diplomas, por outro – e esse parece ser o aspecto mais sublinhado por Bourdieu (2007a) – há a invenção de novos postos destinados a acomodar aqueles sem diplomas ou cujos diplomas não garantiram os postos que eram vinculados anteriormente a eles.

Daí a busca por campos novos ou menos burocratizados, cujo acesso não depende obrigatoriamente da competência sancionada pela escola e em que o *habitus* de classe, os capitais possuídos e as disposições sociais herdadas são valores altamente rentáveis.

[...] os filhos da burguesia ameaçados de desclassificação dirigem-se, prioritariamente, para as profissões antigas mais indeterminadas e para os setores em que se elaboram as novas profissões. Portanto, o efeito de redefinição criadora observa-se, sobretudo, nas ocupações com grande dispersão e pouco profissionalizadas e nos setores mais novos da produção cultural e artística [...] em que os cargos e carreiras ainda não adquiriram a rigidez das velhas profissões burocráticas e em que o recrutamento ainda se faz, quase sempre, por cooptação, ou seja, na base das “relações” e afinidades de *habitus*, em vez de levar em consideração os diplomas (deste modo, com maiores oportunidades de ter acesso aos estatutos intermediários entre os estudos e a profissão oferecidos, por exemplo, pelas grandes burocracias da produção cultural e tendo a possibilidade de “segurar” tal atividade por um período mais longo, em vez de ingressarem diretamente em uma ocupação bem definida com o inconveniente de ser definitiva [...]) (BOURDIEU, 2007a, p. 143).

Outra consequência que poderia ser extraída é a de que quanto maiores o nível de burocratização do campo e regulação institucional, mais controle sobre o acesso aos cargos, que passam a ser regulados por mecanismos específicos definidos pelo campo, como, por exemplo, a necessidade do diploma, realização de concursos, etc.

Ao contrário, áreas mais abertas do espaço social estarão mais sujeitas à eficácia direta da origem social e a todos os lucros que dela se podem obter, sobre os quais não haverá mecanismos explícitos de regulação ou de controle, como pode ser depreendido da citação abaixo:

[...] o lugar por excelência dessa forma de mudança deve ser procurado no conjunto das profissões, cujo traço comum é o de garantir o máximo de rendimento do capital cultural – boas maneiras, bom gosto ou, até mesmo, beleza física – que, transmitido diretamente pela família, não depende da inculcação, nem da consagração escolares, por serem produtos da interiorização das normas corporais em vigor na classe dominante [...] (BOURDIEU, 2007a, p. 144).

O *habitus* da classe dominante, as disposições e competências que lhe estão associadas terão uma importância e eficácia mais direta nas regiões indeterminadas da estrutura social, nas áreas pouco profissionalizadas ou nos postos mal definidos. Tal situação é mediada pelo papel da nova pequena burguesia como transmissora dos valores dominantes às demais classes, fato

tornado possível devido ao reconhecimento de todos a esses valores como necessidades a serem alcançadas e satisfeitas (BOURDIEU, 2007a).

A busca por espaços mais indefinidos seria correlata da necessidade de eufemização da própria identidade social, ou, pelo menos, do adiamento do momento de definição do destino social.

Bourdieu alude à relação entre a concepção do tempo, em particular do futuro, e as práticas sociais dos agentes. Pode-se depreender que a busca por campos e profissões novos ou indeterminados está relacionada à negação de um *futuro definido e declinante*, em favor de um *futuro indeterminado ou adiado* em sua definição.

6.3 LUTAS ENTRE AS CLASSES

A defasagem estrutural entre aspirações vinculadas ao sistema escolar e as oportunidades objetivas de satisfazê-las no mercado de trabalho marcou toda uma geração escolar francesa, trazendo à tona a experiência de ruptura com a *doxa* possibilitada pelo desencaixe entre os polos objetivo e subjetivo.

A desqualificação estrutural que afeta todos os membros de uma geração, levados a obter de seus diplomas um resultado bem menor do que aquele que teria sido conseguido pela geração precedente, encontra-se na origem de uma espécie de desilusão coletiva que predispõe essa geração enganada e desiludida a estender, a todas as instituições, a revolta mesclada de ressentimento que lhe inspira o sistema escolar. Essa espécie de humor [sic] antiinstitucional (que se alimenta de crítica ideológica e científica) conduz, no limite, a *uma espécie de denúncia dos pressupostos tacitamente assumidos da ordem social, a uma suspensão prática da adesão dóxica aos desafios que ela propõe, aos valores que professa e à recusa dos investimentos que são a condição do seu funcionamento* (BOURDIEU, 2007a, p.136, grifo nosso).

A desilusão provocada pelo desmentido da identidade social “prometida” e imaginada leva a uma negação da instituição escolar e ao aparecimento de uma disposição crítica para com ela.

Aqui estaria a possibilidade de uma verdadeira crítica dos dominados aos valores e objetivos associados à classe dominante, possibilitada por uma repentina ruptura entre esperanças e oportunidades e pela impossibilidade de seguirem nas lutas de concorrência (BOURDIEU, 2007a).

Bourdieu (2007a) vai diferenciar essa situação de ruptura com a *doxa* das lutas de concorrência. As lutas de concorrência entre as classes seriam lutas de caráter reprodutivo relacionadas à translação das estruturas e à transformação morfológica das classes, já que seu motor é a perseguição das propriedades e dos postos dos estratos superiores, não havendo crítica dos valores dominantes, mas reconhecimento tácito desses.

Assim, tais lutas não modificam a estrutura hierárquica entre as classes; uma ação de uma classe de agentes que visa modificar sua posição terá uma reação de outra classe de indivíduos para assegurar a vantagem e a posição, desse modo, portanto, provocando a manutenção da distribuição desigual das propriedades e da topografia do espaço social (BOURDIEU, 2007a).

Essa forma particular de luta de classes, que é a luta da concorrência, é aquela que os membros das classes dominadas deixam-se impor quando aceitam os desafios que lhes são propostos pelos dominantes, luta integradora e, pelo fato da deficiência inicial, reprodutora já que aqueles que entram nessa espécie de corrida de perseguição – em que, desde a partida, estão necessariamente vencidos, como é testemunhado pela constância das distâncias – reconhecem implicitamente, pelo simples fato de concorrerem, a legitimidade dos objetivos perseguidos por aqueles que os perseguem (BOURDIEU, 2007a, p. 159).

A esse tipo de disputa (lutas de concorrência), ele vai assimilar as lutas simbólicas protagonizadas pelos pequeno-burgueses. Segundo Bourdieu (2007a), a verdade das lutas da classe média está em sua intenção de ascensão social.

6.3.1 Lutas simbólicas pequeno-burguesas

De acordo com Bourdieu (2007a), as estratégias simbólicas utilizadas pelos pequeno-burgueses fazem lembrar que o mundo social e suas representações não estão totalmente estruturados e que, portanto, há um espaço de jogo e disputa, já que a esfera simbólica teria uma relativa autonomia das relações materiais de produção, não podendo ser reenviada diretamente a essas.

Mas, os objetos do mundo social, como assinalei, podem ser percebidos e expressos de diversas maneiras, porque sempre comportam uma parcela de indeterminação e fluidez, e, ao mesmo tempo, um certo grau de elasticidade semântica: de fato, mesmo as mais constantes combinações de propriedades estão sempre fundadas em conexões estatísticas entre traços intercambiáveis;

e, além disso, estão sujeitas a variações no tempo, de modo que seu sentido, na medida em que depende do futuro, está ele próprio em expectativa e é relativamente indeterminado. Esse elemento objetivo de incerteza – que é muitas vezes reforçado pelo efeito de categorização, podendo a mesma palavra englobar práticas diferentes – fornece uma base para a pluralidade de visões de mundo, também ela ligada à pluralidade de pontos de vista. E, ao mesmo tempo, uma base para as lutas simbólicas pelo poder de produzir e impor a visão de mundo legítima. *(É nas posições intermediárias do espaço social, especialmente nos Estados Unidos, que a indeterminação e a incerteza objetiva das relações entre as práticas e as posições chegam ao máximo; e também, por conseguinte, a intensidade das estratégias simbólicas. Compreende-se que seja este o universo que fornece o terreno privilegiado para os interacionistas, em particular Goffman.)* (BOURDIEU, 2004a, p.161, grifo nosso).

Se, como afirma Bourdieu (2004a, p.161), é o incremento da “indeterminação e [d]a incerteza objetiva das relações entre as práticas e as posições” que propicia a intensificação do uso de estratégias simbólicas por uma classe de agentes, e, ainda, que tal caso seria particularmente (bem) apreendido por uma perspectiva como a do interacionismo simbólico, fica evidente que se pode estabelecer um paralelo entre a situação das classes médias norte-americanas e a da classe média francesa, pelo menos como ela foi retratada por Bourdieu (2007a) no livro *A distinção*.

É justamente a indeterminação relativa entre origem social (posição) e práticas verificada nos setores intermediários do espaço social construído pelo sociólogo francês, na ocasião dessa pesquisa, que “interpela” seu modelo teórico-metodológico e o potencial explicativo da noção de *habitus*.

Talvez por isso a descrição bourdieusiana das estratégias simbólicas da pequena burguesia remeta, em algumas passagens, à perspectiva analítica desenvolvida por Goffman (2007), cujos princípios de caráter dramático guardam uma analogia com a metáfora da representação teatral.

Esse quadro de análise estaria voltado para a observação e descrição da arte de manipular a impressão que tenciona a projeção e manutenção de uma definição específica da situação (GOFFMAN, 2007) que se coaduna com a ideia de “vida para o outro”, “investimento significativo na aparência” ou com as estratégias de blefe tão enfatizadas por Bourdieu (2007a) na caracterização do “pequeno-burguês”.

Goffman (2007, p.9) pretende esmiuçar a estrutura dos encontros sociais⁴⁶, torná-la inteligível do ponto de vista da representação. Como seu foco é a interação face a face, seu esquema possibilitaria a análise de microsituações nas quais estão envolvidas as técnicas utilizadas pelo ator social que “[...] apresenta, em situações comuns de trabalho, a si mesmo e a suas atividades às outras pessoas, os meios pelos quais dirige e regula a impressão que formam a seu respeito [...]”.

A aproximação de alguém geraria a necessidade da obtenção de informações para o entendimento de como deve ser o tratamento dispensado a essa pessoa. Para isso, o indivíduo observado é “classificado” desde sua condição socioeconômica até aspectos pessoais que dizem respeito ao “conceito de si” dessa pessoa (GOFFMAN, 2007).

A informação colhida serviria para situar os indivíduos nos termos da interação, a partir da previsão do comportamento alheio. As fontes de informação são as mais variadas, incluindo suposições, comparações e tentativas de enquadramento, sendo necessário agir com base em inferências, decifrando os sinais emanados pelo outro (GOFFMAN, 2007).

Alguns trechos da descrição bourdieusiana que se reportam a ocorrências da situação de pesquisa (BOURDIEU, 2007a) trazem justamente esse cruzamento e “checagem” entre informações proferidas (pelos indivíduos) e informações percebidas (pelo pesquisador) como uma forma de controlar o falseamento das impressões passadas pelos respondentes (de alguns setores da pequena burguesia).

Para manifestar esta espécie de senso mundano, irreduzível a uma soma de saberes estritamente controláveis, que é mais frequentemente associado a um elevado capital cultural herdado, basta comparar as variações destas duas dimensões da competência cultural: a posse de saberes específicos, tais como a resposta certa em relação aos compositores; e o “*faro*” que é necessário para valorizá-la, avaliado pela capacidade de reconhecer o que Flaubert teria designado como as “*opiniões chiques*” entre diversos julgamentos propostos. No diagrama que indica, para cada categoria, a taxa dos indivíduos que conhecem os compositores de doze obras musicais, no mínimo, e a taxa daqueles que respondem que “estão interessados tanto pela pintura abstrata quanto pela pintura das escolas clássicas”, é possível distinguir, por um lado, as frações (professores do ensino secundário e superior) em que a competência estrita prevalece em relação ao senso da resposta certa e, ao contrário, *aqueles que têm um senso da postura legítima sem qualquer proporção com sua competência específica (nova pequena e grande burguesia e produtores artísticos)*; neste caso, verifica-se uma diferença mínima entre os pequeno-burgueses ou os burgueses em ascensão – professores primários, quadros

⁴⁶ A unidade de análise de Goffman é a interação, não o indivíduo isolado, mas o encontro entre indivíduos. Ele se propõe a fazer, segundo Martins (2008, p.141), uma sociologia das ocasiões apta a analisar “o momento e seus homens”.

médios da administração, engenheiros e quadros superiores do setor público (BOURDIEU, 2007a, p. 86, grifo nosso).

O trabalho de Goffman (2007) irá se deter, principalmente, sobre a forma de comunicação das expressões emitidas, “de tipo mais teatral e contextual, a de natureza não-verbal e presumivelmente não-intencional, quer esta comunicação seja arquitetada propositadamente ou não”. O indivíduo, preocupado com a impressão que julga provocar, busca expressar-se impressionando aos demais, podendo haver tentativas de falseamento que serão percebidas à medida que a expressão transmitida (verbal) e a emitida entrem em desacordo.

Bourdieu associa à nova pequena burguesia essas tentativas de “dissimulação” que conduzem a erros de identificação por parte dos próprios agentes (caso da alodoxia), mas também a erros de classificação por parte do pesquisador, que deve estar atento à presença e eficácia do blefe cultural possibilitado por uma espécie de “faro”.

Considerando o indivíduo como ator, Goffman (2007) vai se concentrar nas técnicas de apresentação do *self*, isto é, em como o indivíduo apresenta-se diante dos outros, regulando a impressão que deseja provocar, mediante controle das coisas que pode ou não fazer enquanto realiza seu desempenho diante da “plateia”.

O indivíduo-ator seria aquele que constrói a representação fabricando impressões, e o indivíduo-personagem é a figura cujas qualidades são evocadas pela representação, não estando associadas unicamente ao ator, mas à cena de sua atuação. Se o “eu” da personagem é obra de uma construção colaborativa, o ator social que o representa é apenas um suporte (GOFFMAN, 2007).

Dessa forma, pode-se interpretar a citação abaixo pela identificação de indivíduos-atores (dentre eles, aqueles que compõem a *nova pequena burguesia*) evocando o indivíduo-personagem burguês, e a qualidade (distinção burguesa) que lhe é associada.

Seria preciso investigar essa aproximação da *hélix* corporal da nova pequena burguesia com a burguesia. Possivelmente, Bourdieu (2007) argumentaria que isso estaria relacionado ao fato de alguns agentes da nova pequena burguesia terem origem social burguesa, havendo passado por processos de desclassificação.

[...] a pequena burguesia estabelecida dispõe de um capital escolar relativamente importante para uma herança cultural relativamente reduzida, enquanto a nova pequena burguesia (cujo limite é representado pelos artistas) possui uma herança cultural elevada para um capital escolar relativamente reduzido. O professor primário parisiense ou, até mesmo, interiorano, que

pode levar a melhor em relação ao pequeno empresário, ao médico interiorano ou ao antiquário parisiense nos testes de puro conhecimento tem todas as possibilidades de parecer-lhes incomparavelmente inferior em todas as situações que, em vez de prudência, discrição e consciência dos limites associados ao modo de aquisição escolar, exigem a *segurança* ou o *faro*, até mesmo, o blefe propício a dissimular lacunas: é possível confundir Buffet com Dubuffet e mostrar-se absolutamente capaz de *dissimular a ignorância sob os lugares-comuns do discurso da celebração ou sob o silêncio entendido de um trejeito, de um aceno com a cabeça ou de uma pose inspirada*; é possível identificar a filosofia com Antoine de Saint-Exupéry, Pierre Teilhard de Chardin, inclusive, Louis Leprince-Ringuet e afirmar-se à altura dos mercados atualmente mais cotados, tais como recepções, entrevistas, seminários, comissões, comitês, etc. Com a única condição de que se possua o conjunto dos traços distintivos – postura, garbo, atitude, dicção e pronúncia –, maneiras de ser e usos sem os quais, pelo menos, nestes mercados, o valor atribuído a todos os saberes de escola é reduzido ou nulo; além disso, em parte – por nunca, ou nunca completamente, terem sido ensinados pela Escola –, esses traços definem, propriamente falando, a distinção burguesa (BOURDIEU, 2007a, p. 86, grifo nosso).

Poder-se-ia pensar que as estratégias simbólicas empregadas individualmente pelos pequeno-burgueses estão ligadas às táticas de “apresentação de si” aludidas pelo quadro goffmaniano: forma de buscar certo controle sobre a representação oferecida, às vezes, mediante uso de estratégias de blefe e pela manipulação da imagem transmitida, sendo, essencialmente, uma luta que envolve a percepção e a atribuição de valor em torno das classificações sociais.

6.3.2 Monopólio do poder simbólico

Apesar de Bourdieu falar em autonomia relativa da esfera simbólica e das lutas simbólicas em relação às estruturas materiais às quais estão relacionadas, ele vai argumentar que a luta simbólica está ligada às relações objetivas de poder a partir da constatação de que o capital simbólico (que é “capital econômico ou cultural quando conhecido e reconhecido”) é diferencialmente possuído pelos atores sociais que, por isso, estarão em posições mais ou menos vantajosas nessas disputas (BOURDIEU, 2004a, p. 163).

As relações objetivas de poder tendem a se reproduzir nas relações de poder simbólico. [...] é preciso se afastar do subjetivismo marginalista: a ordem simbólica não se constitui, à maneira de um preço de mercado, pelo simples somatório mecânico das ordens individuais. De um lado, na determinação da classificação objetiva e da hierarquia dos valores atribuídos aos indivíduos e aos grupos, nem todos os juízos têm o mesmo valor, e os detentores de um sólido capital simbólico, os *nobles*, isto é, etimologicamente, aqueles que são

conhecidos e reconhecidos, têm condição de impor a escala de valores mais favorável a seus produtos – especialmente porque, nas nossas sociedades, eles detêm um quase monopólio de fato das instituições que, a exemplo do sistema escolar, estabelecem e garantem oficialmente os postos. Um título como um título escolar é capital simbólico universalmente reconhecido e garantido, válido em todos os mercados (BOURDIEU, 2004a, p. 163).

Além disso, ao deter o monopólio da violência simbólica, o Estado tem o poder de impor o ponto de vista e o discurso oficial. Entretanto, ainda que esteja investido da autoridade científica e burocrática, tal monopólio nunca chega a ser exclusivo ou total.

De acordo com Bourdieu (2004a), por ser um poder de constituição da realidade, o poder simbólico está em constante disputa.

Pode-se assim examinar agora em que condições um poder simbólico pode se tornar um poder de constituição, tomando a palavra, juntamente com Dewey, tanto no sentido filosófico como no sentido político: isto é, um poder de conservar ou transformar os princípios objetivos de união e separação, de casamento e divórcio, de associação e dissociação que atuam no mundo social, um poder de conservar ou transformar as classificações atuais em matéria de sexo, nação, região, idade e estatuto social, e isso através das palavras que são utilizadas para designar ou descrever os indivíduos, os grupos ou as instituições (BOURDIEU, 2004a, p. 166).

O que ele defenderá é que as verdadeiras lutas simbólicas pela imposição da visão legítima sobre o espaço social estão localizadas no seio das classes dominantes, sendo protagonizadas pelas frações cujas estratégias de imposição estarão ligadas aos interesses de suas respectivas posições, ou seja, a estrutura de capital possuído, com predominância do cultural, do econômico ou um equilíbrio entre ambos e a tentativa de impor o princípio dominante de dominação relacionado à maior presença de capital econômico ou cultural.

Enquanto as frações “intelectuais” exigem, de preferência, que os artistas procedam a uma contestação simbólica da realidade social e da representação ortodoxa pela arte ‘burguesa’ a respeito dessa realidade, o “burguês” espera que seus artistas, escritores e críticos –assim como seus costureiros, joalheiros e decoradores – mostrem emblemas de distinção que, ao mesmo tempo, sejam instrumentos de denegação da realidade social (BOURDIEU, 2007a, p. 273).

As diferentes frações da burguesia apresentarão relações distintas com a ordem social expressadas por sua visão de mundo, ligada, por sua vez, ao seu *habitus*. É assim que, a partir da observação das disposições estéticas, Bourdieu (2007a) estabeleceu a diferença entre duas categorias, como a dos professores e a dos profissionais liberais, argumentando que os

primeiros apresentam uma propensão a contestar a ordem, enquanto os segundos sentem-se solidários da ordem estabelecida.

Essa propensão à contestação da ordem social verificada nas frações dominadas da classe dominante, posição ocupada por alguns intelectuais e artistas, possibilitaria o estabelecimento da solidariedade inter-classe ou entre agentes de diferentes campos (BOURDIEU, 1984).

Tais grupos possuem afinidade com os dominados no campo social porque há uma homologia entre suas posições. Apesar de as frações dominadas da burguesia ocuparem uma posição (relativamente) dominante no campo social, sua posição no campo do poder é uma posição dominada. Isso pode dar ensejo a alianças entre tais agentes e os dominados no campo social, para os quais eles endereçam uma parcela de sua produção simbólica (BOURDIEU, 1984).

6.4 A RUPTURA DÓXICA

A ruptura com a *doxa* e a crítica aos valores dominantes que ela possibilita, desencadeada pela quebra da sintonia entre *habitus* e campo, esperanças e possibilidades, estariam ligadas ao surgimento de disposições críticas nos agentes sociais.

A capacidade de estabelecer uma crítica à ordem social (senso comum, experiência naturalizada, ordem das sucessões nos campos, etc.) estaria ligada a uma modificação abrupta da “experiência temporal” enquanto “experiência ordinária do tempo como presença em um futuro já presente”⁴⁷ para uma vivência de indeterminação do futuro (BOURDIEU, 1984, p. 236).

Está claro que os discursos e as manifestações críticas somente podem romper a relação dóxica com o mundo social que é efeito da correspondência entre as estruturas objetivas e as estruturas incorporadas na medida em que elas encontrem na objetividade o estado crítico próprio a desajustar, por sua própria lógica, as antecipações e as expectativas pré-perceptivas que fundam a continuidade sem história das percepções e das ações do senso comum. Se a crise está, em parte, ligada à crítica, é que ela introduz na *durée* uma ruptura, ela coloca em suspensão a ordem ordinária das sucessões e a experiência ordinária do tempo como presença em um futuro já presente; alterando na realidade, ou na representação, a estrutura das chances objetivas (de lucro, de sucesso social, etc.) à qual se encontra espontaneamente ajustada a atitude considerada razoável e que faz a ordem social como mundo que nós podemos

⁴⁷ Ideia de protensão desenvolvida no 1º Capítulo da tese.

contar, ou seja, previsível e calculável, ela tende a desarticular o sentido da localização, *sense of one's place* e o sentido do bom investimento, que é inseparavelmente um sentido da realidade e possibilidades que entendemos como razoáveis. É o *momento crítico* onde, em ruptura com a experiência ordinária do tempo como simples recondução do passado ou de um futuro inscrito no passado, tudo se torna possível (pelo menos na aparência), onde os futuros parecem realmente contingentes, os porvires realmente indeterminados, o instante verdadeiramente instantâneo, suspenso, sem continuidade previsível ou prescrita (BOURDIEU, 1984, p.236, grifo do autor) (Tradução nossa⁴⁸).

A questão da ruptura dóxica surge no pensamento bourdieusiano como consequência de momentos de crise estrutural ou conjuntural nos quais as relações de dominação são despojadas de suas “justificativas” simbólicas, revelando-se como o que são realmente, isto é, relações de força.

Embora o próprio Bourdieu tenha juntado ao gume da sua crítica à naturalização de condições sócio-históricas contingentes (ao modo de Marx) um ataque a esforços irresponsavelmente desinformados de transformação social (ao modo de Weber [Bourdieu e Wacquant, 1992, p. 193]), sua abordagem sempre convidou à interrogação: o que acontece quando o véu da violência simbólica é retirado dos olhares de dominantes e dominados? A transfiguração ideológica que permitia a desigualdades distributivas e relações de dominação de facto serem vividas como “santificadas” (Weber, 1982, p.302) é rompida. Sem o aporte de relações de sentido que a justifiquem, a dominação é abertamente experienciada como relação de força (PETERS, 2017, nota 9, p. 286).

Em seu livro *Homo academicus*, Bourdieu (1984) apresenta uma leitura do movimento de Maio de 68 na qual se delineia, em alguns momentos, uma dimensão mais crítica e consciente da compreensão/percepção dos agentes sobre o mundo social advinda do desajuste *habitus-campo*, bem como o aparecimento de ações voltadas à transformação das estruturas sociais.

⁴⁸ “Il est clair que les discours et les manifestations ne peuvent rompre la relation doxique au monde social qui est l’effet de la correspondance entre les structures objectives et les structures incorporées que pour autant qu’ils rencontrent, dans l’objectivité, l’état critique propre à déconcerter, par sa logique propre, les anticipations et les attentes préperceptives qui fondent la continuité sans histoire de perceptions et des actions de sens commun. Si la crise a partie liée avec la critique, c’est qu’elle introduit dans la durée une rupture, qu’elle met en suspens l’ordre ordinaire des successions et l’expérience ordinaire du temps comme présence à un avenir déjà présent; en bouleversant dans la réalité ou dans la représentation la structure de chances objectives (de profit, de réussite sociale, etc.) à laquelle se trouve spontanément ajustée la conduite réputée raisonnable et qui fait l’ordre social comme monde sur lequel on peut compter, c’est-à-dire prévisible et calculable, elle tend à déjouer le sens du placement, *sense of one's place* et sens du bon investissement, qui est inséparablement un sens des réalités et des possibilités que l’on dit raisonnables. C’est le *moment critique* où, en rupture avec l’expérience ordinaire du temps comme simple reconduction du passé ou d’un avenir inscrit dans le passé, tout devient possible (au moins en apparence), où les futurs paraissent vraiment contingents, les avenir réellement indéterminés, l’instant vraiment instantané, suspendu, sans suite prévisible ou prescrite (BOURDIEU, 1984, p. 236).

A crise escolar, mais especificamente a crise universitária, na França teria que ser pensada, segundo o autor, a partir do processo de “desclassificação estrutural” sofrido uma parcela da população das universidades, tendo alimentado uma “disposição coletiva para a revolta” (BOURDIEU, 1984, p. 211).

Se um problema mais localizado em um campo cultural, como o universitário, pode se espalhar a partir de crises simultâneas em diversos campos impulsionadas pela sincronidade de eventos contingentes, adquirindo uma proporção de crise social generalizada, é porque, de acordo com Bourdieu (1984), o sistema escolar é fundamental para a reprodução social das posições dos agentes.

Para Bourdieu (1984), a raiz de tal movimento teria que ser buscada nas transformações do sistema escolar e universitário advindas do fato de sua crescente democratização, que modificou não só seus públicos e a organização da estrutura interna desses campos, mas, principalmente, provocou o efeito da desvalorização dos diplomas adquiridos⁴⁹ gerando a “experiência da inutilidade do diploma”⁵⁰.

A desclassificação estrutural foi uma experiência vivenciada por toda uma geração escolar. Apesar disso, o autor defende que os indivíduos das diferentes classes e frações de classe foram atingidos de maneira diferente pela crise escolar, possuindo igualmente recursos e modos de enfrentamento diversificados para lidar com ela (BOURDIEU, 1984).

Bourdieu (1984) dará um acento especial ao destino traído de membros advindos da classe dominante que não conseguiram reproduzir a posição social de origem porque não efetuaram uma boa reconversão do capital cultural herdado em capital escolar.

Tais indivíduos seriam impelidos a encaminharem-se para disciplinas novas e menos prestigiosas, como a Sociologia ou a Psicologia, por exemplo. Essa estratégia cumpriria uma função psicológica de reajuste entre aspirações e possibilidades para aqueles que mais sentiram a discrepância entre o que se delineava em sua trajetória, devido à sua origem social, como promessa, e o que lograrão “cumprir” (BOURDIEU, 1984).

A estratégia seria a de “enganar-se” parcialmente sobre a sua própria desclassificação engendrando o que Bourdieu (1984) chamará de “dupla consciência”, ao mesmo tempo, com um viés alienado e outro realista da situação em que se encontram.

⁴⁹ Temas discutidos no tópico 6.2.1 deste capítulo.

⁵⁰ BOURDIEU (1984, p. 216).

O efeito de eufemização da posição social para suportar a desclassificação sofrida faz com que alguns indivíduos se direcionem para as profissões mais indeterminadas, do ponto de vista do status e futuro aos quais dão acesso (BOURDIEU, 1984).

Tal processo de aceitação da trajetória interrompida ou do destino traído exigiria dos agentes um verdadeiro “ [...] trabalho de desinvestimento necessário para aceitar o menor sucesso ou o fracasso” que obterão (BOURDIEU, 1984, p. 217).

A retirada brusca do futuro provável inscrito na posição ocupada levaria à ruptura dóxica que Bourdieu (1984) entenderá como fundamental para o esclarecimento de um “modelo geral dos processos revolucionários”.

E nós podemos, sem dúvida, reconhecer aí uma realização particular de um modelo geral dos processos revolucionários: a ruptura objetiva do círculo de esperanças e de chances conduz *uma fração importante dos menos dominados entre os dominados* (aqui as *categorias intermediárias* de professores, em outra parte, *os pequeno-burgueses*) a sair da corrida, ou seja, da luta de concorrência envolvendo o reconhecimento do jogo e dos objetivos colocados pelos dominantes e a entrar numa luta que podemos chamar de revolucionária na medida em que ela visa estabelecer outros objetivos e a redefinir assim mais ou menos completamente o jogo e os recursos que possibilitam o triunfo nele (BOURDIEU, 1984, p.225, grifo nosso) (Tradução nossa)⁵¹.

É curioso perceber que, na passagem acima, Bourdieu (1984) fará um paralelo entre os pequeno-burgueses e os atores mais fundamentais do movimento de Maio de 68, associando ambos (localizados em posições intermediárias) à experiência de questionamento da ordem social com capacidade transformadora das relações de força estabelecidas nos campos.

Nesse sentido, há clara alusão aqui de que as lutas simbólicas protagonizadas pelos pequeno-burgueses não podem ser assimiladas somente a lutas de concorrência de caráter reprodutivo, como ele enfatizou insistentemente no livro *A distinção* (2007a), podendo e devendo também ser consideradas como portadoras de potencial crítico.

Mas, em relação a isso, a posição de Bourdieu (2007a) é bastante ambígua. A avaliação crítica que estabelece no livro *A distinção* a respeito da contracultura é sintomática disso.

⁵¹ “Et l’on peut sans doute reconnaître là une réalisation particulière d’un modèle general des processus révolutionnaires: la rupture objective du cercle des espérances et des chances conduit une fraction importante des moins dominés parmi les dominés (ici les catégories intermédiaires d’enseignants, ailleurs les petits bourgeois) à sortir de la course, cest-à-dire d’une lutte de concurrence impliquant la reconnaissance du jeu et des enjeux posés par les dominats, et à entrer dans une lutte que l’on peut dire révolutionnaire dans la mesure où elle vise à instituer d’autres enjeux et à rédefinir ainsi plus ou moins complètement le jeu et les atouts permettant d’y triompher” (BOURDIEU, 1984, p.225)

[...] a contra-cultura [sic] está habilitada, ainda, a executar funções de distinção por colocar, ao alcance de *quase todos*, os jogos distintivos, as poses distintas e outros sinais exteriores da riqueza interna que, até então, eram reservados aos intelectuais (BOURDIEU, 2007a, p. 349)

E, aqui:

Classificados, desclassificados, em vias de reclassificação, eles pretendem ser inclassificáveis, “excluídos”, “marginais”, tudo, salvo classificados, confinados em uma classe, em determinado lugar do espaço social; apesar de que todas as suas práticas falem de classificação, mas sob o modo da *denegação*, como é testemunhado por essas rubricas tomadas de empréstimo ao índice de um repertório dos “recursos” da anti-cultura adolescente: agricultura biológica, *aikido*, alucinógenos, anticientismo, antiginástica, antinuclear, antipsiquiatria (...) – outras tantas palavras e expressões mal disfarçadas por uma espécie de *sonho de vôo social* e por um esforço desesperado para arrancar-se da força de atração do campo social de gravidade (BOURDIEU, 2007a, p. 347).

Nesse livro, ao final do capítulo “A boa vontade cultural”, dedicado à interpretação dos gostos, consumos e práticas da pequena burguesia francesa, Bourdieu (2007a) fará uma discussão sobre os valores associados ao estilo de vida da nova pequena burguesia, constatando sua proximidade daquele vinculado às frações que comporiam a “vanguarda ética”⁵² da classe dominante.

Abaixo, fica claro que ele entenderá as disposições críticas e questionadoras das hierarquias culturais apresentadas pelos novos intermediários culturais (subgrupo pertencente à nova pequena burguesia) como uma espécie de “embuste” que, na verdade, “dissimula uma interrogação ansiosa a respeito deles mesmos” advinda da “defasagem entre suas aspirações messiânicas e a realidade de sua prática” (BOURDIEU, 2007a, p. 344).

Ocupando na hierarquia das instituições de produção e de circulação cultural uma posição dominada e vivendo uma experiência de quase alienação que, às vezes, lhes fornece as bases de uma solidariedade em pensamento com as classes dominadas, os novos intermediários culturais, cuja posição na estrutura social é instável, como ocorria em outras épocas com o baixo clero, são levados, por um lado, a reconhecer-se nos discursos que visam a questionar a *ordem cultural* e as hierarquias que a “hierarquia” cultural visa manter, e, por outro, a reencontrar os tópicos de todas as *heresias*: denúncia da pretensão (tecnocrática) ao monopólio da competência, hostilidade às hierarquias e à hierarquia, ideologia da criatividade universal. Mas, de fato, essas profissões levam seus ocupantes à ambiguidade essencial que resulta da defasagem, da discordância ou da antinomia entre as disposições (simbolicamente) subversivas associadas à posição na divisão do trabalho e as

⁵² BOURDIEU (2007a, p. 343).

funções de manipulação ou conservação vinculadas à posição, entre a representação subjetiva do projeto profissional e a função objetiva da profissão – a própria realização da função pode supor tal defasagem, princípio de dissimulação e desconhecimento, como ocorreu no caso dos revolucionários de Maio de 68 que se tornaram psicólogos de empresa e, para aceitar sua posição ambígua e aceitarem-se aceitando a ambiguidade dessa posição, foram obrigados a inventar discursos e as práticas ambigüizadas, de maneira culta, que estavam como que inscritas, antecipadamente, na própria definição da posição (...). *Obrigados a viver cotidianamente a defasagem entre suas aspirações messiânicas e a realidade de sua prática, constrangidos a cultivar a incerteza de sua identidade social para poderem aceitá-la e, por isso mesmo, levados a uma interrogação sobre o mundo que dissimula uma interrogação ansiosa a respeito deles mesmos*, esses intelectuais de serviço estão predispostos a experimentar, com uma intensidade particular, o humor existencial de toda uma geração intelectual que, cansada de esperar desesperadamente uma esperança coletiva, procura o substituto da esperança de mudar o mundo social ou, inclusive, de compreendê-lo, no ensimesmamento proposto pelas místicas narcísicas (BOURDIEU, 2007a, p. 343, grifo nosso).

Bourdieu (2007a) entenderá tais disposições críticas como associadas à ambiguidade da posição social desses agentes e, portanto, da identidade social atrelada a ela. No fundo, é como se ele estivesse sugerindo que a crítica à ordem social estabelecida por esses segmentos médios fosse o efeito da não aceitação (subjetiva) de sua própria posição (objetiva) ocupada no espaço social.

O engajamento da nova pequena burguesia nas disputas simbólicas em torno da redefinição das hierarquias de gênero, de idade e mesmo de classe é visto por Bourdieu (2007a) como a manifestação de um interesse pessoal e posicional transfigurado em defesa de valores civilizatórios universalizáveis.

Apesar de defender essa posição, Bourdieu (2007a) diferenciará as inclinações mais progressistas da nova pequena burguesia dos posicionamentos políticos e éticos propriamente de direita ou mais conservadores de outras frações situadas no campo da pequena burguesia, matizando e apresentando a diversidade das variantes disposicionais pequeno-burguesas.

Segundo ele, a nova pequena burguesia

[...] opõe-se, praticamente em todos os aspectos, à moral repressiva da pequena burguesia em declínio, cujo conservadorismo religioso ou político tem, muitas vezes, como foco a indignação moral contra a desordem moral e, especialmente, contra a desordem dos costumes sexuais – como é testemunhado pelo tema da “Pornocracia” e pelo antifeminismo que obcecaram o conjunto do pensamento da direita, de preferência, pequeno-burguesa, desde Proudhon até Pareto. No entanto, ela não deixa de opor-se também, pela pretensão aristocrática de suas escolhas fundamentais e por sua representação subversiva das relações entre os sexos, ao ascetismo da pequena burguesia de promoção, cujo otimismo austero, rigorista, mas não sem algo de heróico,

opõe-se ao pessimismo repressor da pequena burguesia em declínio (BOURDIEU, 2007a, p. 344).

Haveria, para Bourdieu (2007a), duas morais em disputa, ou melhor, o deslocamento da ideia de dever e disciplina associado a algumas frações da pequena burguesia, para o culto do prazer protagonizado pela nova pequena burguesia.

Contudo, como está anunciado no próprio título do último tópico deste capítulo dedicado à pequena burguesia, *Do dever ao dever de prazer*⁵³, o autor dirá que o elogio ao prazer, realizado por uma fração da classe média, descambará para a obrigatoriedade de sentir prazer, a qual aparece como uma “agenda” legitimada cientificamente por profissionais especializados, como psicólogos, psicanalistas, sexólogos, etc. (BOURDIEU, 2007a).

A moral do “dever do prazer” imporia uma verdadeira revisão da arte de viver nos seus mais diversos aspectos, como a educação dos filhos, a vivência da sexualidade, as formas alternativas de exercício físico, cuidado com o corpo, etc.

[...] entendendo substituir a tensão pelo relaxamento, o esforço pelo prazer, a disciplina pela “criatividade” e pela “liberdade”, a solidão pela comunicação, ela trata o corpo como o psicanalista trata a alma, colocando-se “à escuta” de um corpo (“escutar nossos músculos”) que deve ser “desatado”, liberado ou, mais simplesmente, reencontrado e assumido (“estar bem consigo mesmo”). Esta psicologização da relação com o corpo é inseparável de uma exaltação do eu, mas de um eu que se realiza realmente (“desabrochar”) apenas na comunicação com os outros (“compartilhar experiências”), por intermédio do corpo tratado como um *signal* e não como um *instrumento* [...] (BOURDIEU, 2007a, p. 346).

Para Bourdieu (2007a), existe uma complexa multicausalidade por trás dessas transformações na “ética doméstica”⁵⁴, que incluem o “culto à saúde pessoal”⁵⁵ e a “terapêutica psicológica”⁵⁶, dentre as quais, queremos destacar, a crescente entrada das mulheres nas universidades e no mercado de trabalho, que dando acesso a um certo estilo de vida, concorrerá para a redefinição do universo axiológico e simbólico.

Quisemos chamar a atenção para esses fatores relacionados à importância da presença feminina nos espaços de trabalho e formação profissional porque eles atestam que a importante feminilização de frações da nova pequena burguesia, e seu rebatimento na “disputa de valores”, impõe a necessidade de levar em consideração o patrimônio de capital possuído pela mulher-

⁵³ BOURDIEU (2007a, p. 343).

⁵⁴ BOURDIEU (2007a, p. 346).

⁵⁵ BOURDIEU (2007a, p. 345).

⁵⁶ BOURDIEU (2007a, p. 345).

mãe para dar inteligibilidade às estratégias de reprodução do grupo familiar e seu impacto na conformação dos *habitus* dos descendentes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa tese consistiu numa análise teórica da operacionalização da noção bourdieusiana de *habitus*, especialmente no livro *A distinção* (2007a). Nossa análise foi pautada pelo esforço em perceber novas inteligibilidades possibilitadas por essa noção a partir de indícios que sinalizavam a importância da dimensão projetiva da agência para certa classe de agentes.

Nesse sentido, o objetivo da nossa tese foi o de investigar em que medida o que consideramos como variações ou heterogeneidades apresentadas na operacionalização da noção de *habitus* eram indicativas de aberturas para uma concepção de agência mais complexa que relacionasse de forma dialética a dimensão iteracional (relativa ao passado e propriamente característica do *habitus*) à prático-avaliativa (presente), e à projetiva (futuro).

O intento foi realizado a partir da explicitação, bem como da observação da variação, dos pressupostos da noção de *habitus* que, a nosso ver, estão relacionados à questão temporal: passado, inconsciência, classe e poder. Como resultado, percebemos que as maiores (embora não somente aí) heterogeneidades ou inadequações conceituais aparecem na caracterização que Bourdieu fez do *habitus* pequeno-burguês e na sua representação da pequena burguesia. A principal razão para isso seria o desajuste relativo do *habitus* pequeno-burguês em relação à sua própria posição no espaço social. Tal fato se torna mais expressivo na comparação da caracterização bourdieusiana desse *habitus* com aquela que faz dos *habitus* das outras classes.

Se o nível de ajustamento do *habitus* depende, de acordo com Bourdieu (2001), de alguns fatores, dentre eles a localização no espaço social, fica mais fácil entender porque o autor atribui a situação particular da classe média francesa à “indeterminação estrutural” de sua posição no espaço social.

O *locus* central do espaço social seria o entre-lugar, entre os dois polos mais bem delimitados desse espaço – a classe dominante e as classes populares –, marcado pela condição da “dupla diferenciação” em relação aos vizinhos, mas também pela ambiguidade e instabilidade dessa posição que agrega indivíduos em trajetórias ascendentes e descendentes, contribuindo para tornar esse lugar intermediário um espaço marcado pelo incremento da “incerteza objetiva das relações entre as práticas e as posições”⁵⁷ e, por isso, do aumento das estratégias simbólicas dos agentes aí localizados.

⁵⁷ (BOURDIEU, 2004a, p.161)

É importante dizer que Bourdieu (2007a) não apresenta essa situação de forma linear, mas pendular, o que justifica o título da tese. Embora, em algumas passagens ao longo deste trabalho, no geral referidas à pequena burguesia, a dimensão projetiva da agência pareça se insinuar (por alusões à presença do “futuro” como orientador da ação, pela necessidade da escolha consciente, pela presença de distanciamento autocrítico em relação às próprias disposições, pela ação de uma representação subjetiva que está desencaixada da posição social possuída, etc.), Bourdieu para estar comprometido com uma leitura da agência humana grandemente caracterizada pela valorização da dimensão iteracional.

Com isso, queremos dizer que não há, em Bourdieu, uma argumentação clara ou linear no sentido de acentuar ou valorizar a dimensão projetiva da agência. Antes, quando tal possibilidade parece se delinear, ele retoma ao que parece ser o seu “ponto de partida”, enaltecendo a prevalência da dimensão iteracional da agência.

Assim, as heterogeneidades ou inadequações que se manifestam são incorporadas à argumentação central baseada na supervalorização da eficácia causal do poder das estruturas, pela remissão das disposições às posições sociais, conferindo grande peso explicativo ao indicador da origem social.

Um exemplo claro disso e do movimento pendular na argumentação bourdieusiana é o recurso que ele faz à noção de trajetória. A presença de maiores variações na correlação estatística entre origem social e disposições na classe média foi associada, pelo autor, à presença nessa classe de “propriedades diacrônicas”.

Para Bourdieu, o fato de as disposições políticas de indivíduos dessa classe serem heterogêneas entre si, e relativamente indeterminadas, se deve não ao fato de que tais disposições não possam ser explicadas do ponto de vista da origem social, mas porque a origem social deve ser apreendida do ponto de vista diacrônico e não nominal ou sincrônico. Uma percepção diacrônica da origem social revelaria o sentido da trajetória da linhagem paterna e, assim, seu efeito sobre as práticas e disposições dos descendentes, por possibilitar uma leitura do futuro.

É assim que, na argumentação bourdieusiana, mesmo quando o sentido e a compreensão do futuro se revelam fundamentais no engendramento das disposições, esse futuro que aí aparece seria um “futuro objetivo”, que parece estar praticamente determinado pelo passado da linhagem paterna. Até mesmo o “efeito de trajetória”, tão mencionado por Bourdieu, não cobre a dimensão do presente ou do futuro. É o passado do pai e do avô (e da classe ou da fração de classe de modo mais abrangente), como um passado em movimento que indica sua ascensão ou

declínio, que irá influenciar e conformar as disposições “regressivas” ou “progressivas”, o pessimismo ou o otimismo dos agentes.

Se seguirmos o pensamento bourdieusiano que estabelece enorme peso conformador ao passado, à origem social e à socialização primária na constituição do *habitus*, restaria questionar a respeito da univocidade e estabilidade do “passado” de cada classe de agentes e, também, a adesão desses ao seu passado.

Nesse sentido, é possível supor que a antiguidade de pertencimento a uma classe, a endogamia e a trajetória modal gerariam um conjunto de disposições muito mais homogêneo e tendente a funcionar de forma sistemática do que aquele forjado numa posição “em falso”.

Como não pensar que a compreensão do tempo e da ação pode ser completamente modificada quando se passa das classes e frações de classe com menor chance de mobilidade social, as frações mais antigas da burguesia ou as frações mais pobres das classes baixas, para aquela classe/frações de classe cuja presença do deslocamento inter e intrageracional é significativamente maior?

Se o *habitus* é sempre um *habitus* de classe, como não ponderar que a estabilidade da posição de classe ou, no sentido contrário, a dispersão de trajetórias na classe modifica os princípios característicos de tal noção – homogeneidade, *amor fati*, necessidade tornada virtude, adequação das esperanças às possibilidades, etc. –, a partir dos quais delineia-se uma perspectiva em que o passado se presentifica nos corpos dos agentes também por intermédio de sua adesão a esse, o que praticamente eliminaria que o futuro surgisse como “intenção” ou projeto? A leitura do futuro a partir das possibilidades inscritas na experiência passada, que por sua vez se ajustam às aspirações possuídas, parece sugerir uma linearidade e uma continuidade entre passado, presente e futuro.

No caso da classe média, e especialmente das suas frações em ascensão, a equação temporal é outra: a propensão à ascensão se manifestaria como uma tensão com o passado e pela renúncia do presente em função de um “projeto” futuro.

Essa ideia de “sacrifício do presente” está grandemente presente na caracterização que Bourdieu fez do *habitus* pequeno-burguês. Suas estratégias de reprodução ou de mobilidade relacionadas aos princípios-guia das práticas desse grupo de agentes, quais sejam, ascetismo, rigorismo, malthusianismo, autodidatismo, etc., revelam uma concepção de tempo instrumental que visa à criação de um futuro diferente do presente e do passado, senão não faria sentido a renúncia ao gozo do presente.

O que estaria ocorrendo no *locus* central do espaço social em termos agênticos e que seria significativamente distinto da agência possível para os polos mais bem definidos e estáveis?

Se a possibilidade de falar em ação e não somente em prática está ligada ao fato de se admitir algum nível de indeterminação da agência⁵⁸, esse lugar no esquema bourdieusiano seria justamente a posição intermediária na qual o universo dos possíveis parece estar mais aberto, abrindo caminho para a “hipotetização da experiência”⁵⁹.

Essa situação de indeterminação identitária parece implicar maior necessidade de deliberação, trazendo à tona a questão da escolha que se impõe mais diretamente aos agentes dessa classe e pode ser percebida a partir da heterogeneidade de um *habitus* dividido e oscilante entre disposições possuídas e pretendidas.

A propensão ou “desejo” de mobilidade faz com que o futuro seja vivido como uma “intenção”. No caso de agentes movidos pelo intuito de modificar a topografia do espaço social⁶⁰, ao menos a sua posição nela, torna-se patente certo descompasso entre aspirações e possibilidades, futuro e presente/passado. É por isso que a “representação de si” não pode ser ignorada do ponto de vista da inteligibilidade das disposições pequeno-burguesas⁶¹, que não podem ser reenviadas diretamente à posição ocupada no espaço social, ou à posição de origem sincronicamente definida, como é factível para o *habitus* da classe dominante e das classes populares.

⁵⁸ BOLTANSKI (2014, p. 220)

⁵⁹ The locus of agency here lies in the *hypothetization* of experience, as actors attempt to reconfigure received schemas by generating alternative possible responses to the problematic situations they confront in their lives. Immersed in a temporal flow, they move “beyond themselves” into the future and construct changing images of where they think they are going, where they want to go, and how they can get there from where they are at present (EMIRBAYER E MISCHÉ, 1998, p. 984).

⁶⁰ DUBAR (2005)

⁶¹ Especialmente das frações que estão em processos de desclassificação, ascendente ou descendente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Jeffrey. (1992), “Recent sociological theory between agency and social structure”. *Revue Suisse de Sociologie*, 18 (1), p.7-11.

ARAÚJO, Kathya & MARTUCCELLI, Danilo. (2010), “La individuación y el trabajo de los individuos”. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.36, n. especial, p. 77-91.

ARCHER, Margaret. (2003), *Structure, agency and the internal conversation*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (2011), “Habitus, reflexividade e realismo”. *Dados*: Rio de Janeiro, v. 54, n. 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582011000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 set, 2011.

BOLTANSKI, Luc. (2014), “Uma crítica para o presente: entrevista com Luc Boltanski”. *Plural*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.21.1, 2014, pp.217-230. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/plural/article/viewFile/83629/86559>>. Acesso em: 3 fev, 2017.

BOURDIEU, Pierre. (1980), *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit.

_____. (1983), “Esboço de uma Teoria da Prática”. In: ORTIZ, Renato. *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ed. Ática.

_____. (1984), *Homo academicus*. Paris: Les Éditions de Minuit.

_____. (1986), *The Forms of Capital*. Disponível em: <<http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/babel/textos/bourdieu-forms-of-capital.pdf>>. Acesso em: 23 ago, 2016.

_____. (1996a), *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. 9.ed. Campinas: Papirus.

_____. (2000), *Esquisse d’une théorie de la pratique*. Éditions du Seuil.

_____. (2001), *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (2003), *Questões de sociologia*. Col. margens 47. Lisboa: Fim do século.

_____. (2004a), *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense.

_____. (2007a), *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk.

_____. (2007b), *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva Ed. (Coleção Estudos)

_____. (2007c), *O poder simbólico*. 11.ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (org.). (1997), *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.

BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loïc. (1992), *An invitation to reflexive sociology*. Chicago: The University of Chicago Press.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. (2008), *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes.

BRUDER, Maria Cristina Ricotta; BRAUER, Jussara Falek. (2007) “A constituição do sujeito na psicanálise lacaniana: impasses na separação”. *Psicol. estud.* vol.12, n.3, pp. 513-521.

CAETANO, Ana. (2011), “Para uma análise sociológica da reflexividade individual”. *Sociologia, problemas e práticas*. n.66, p. 157-174.

CORCUFF, Philippe. (2009), “Acteur pluriel contre habitus? A propos d'un nouveau champ de recherches et de la possibilité du débat en sciences sociales”. *Politix*, n.48, p.157-173. Disponível em: http://www.persee.fr/showPage.do?urn=polix_02952319_1999_num_12_48_1812. Acesso em: 9 jul, 2015.

_____. (2003), *Bourdieu autrement*. Fragilités d'un sociologue de combat. Paris: Lés Éditions Textuel.

_____. (2009), “Pierre Bourdieu (1930-2002) leído de otra manera. Crítica social post-marxista y el problema de la singularidad individual”. *Cultura y Representaciones Sociales*. Revista electrónica de ciencias sociales, Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, año 4, número 7, p.9-26. Disponível em: <http://www.culturayrs.org.mx/revista/num7/Corcuff09.pdf>. Acesso em: 25 jul, 2015.

CORRÊA, Diogo. (2009), “A reflexividade na teoria social franco-inglesa”. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia. 2009. **Anais...** Grupo de trabalho 29: Teoria Sociológica, 2009.

DUBAR, Claude. (2004), *Ator, agente, sujeito, autor*. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/dubarclaud-agenteatorsujeitoautor-atoragenteautordosemelhanteaomesmo2004.pdf>. Acesso em: 18 jan, 2017.

_____. (2005), *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes.

ELDER-VASS, Dave. (2007), “Reconciling Archer and Bourdieu in an emergentist theory of action”. *Sociological theory*, v. 25, n. 4, dez.

EMIRBAYER, Mustafa & MISCHÉ, Ann. (1998), “What is Agency?”. *The American Journal of Sociology*, v. 103, n. 4, jan.

GAULEJAC, Vincent de. (2008), “La sociologie clinique, entre psychanalyse et socioanalyse”. *Sociologies*, Toulouse, AISLF, 2008.

_____. (2009), “Grand résumé de Qui est “JE””. *Sociologie clinique du sujet. Sociologies*, Toulouse, AISLF.

GOFFMAN, Erving. (2007), *A representação do eu na vida cotidiana*. 14. ed. Petrópolis: Vozes.

HAMLIN, Cynthia Lins. (2014), “Uma hermenêutica das conversações interiores: a noção de sujeito em Margaret Archer e em Hans-George Gadamer”. *Revista Brasileira de Sociologia*, v.2, p.13-47.

KAUFMANN, Jean-Claude. (1994), “Rôles et identité: l'exemple de l'entrée en couple”. *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Nouvelle série, vol. 97, le cours des âges juillet-décembre. pp. 301-328. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/40690603?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 15 mai, 2014.

_____. (2003), *Ego: para uma sociologia do indivíduo*. Lisboa: Instituto Piaget.

LAHIRE, Bernard. (1999), “L'homme pluriel. La sociologie à l'épreuve de l'individu”. Article de la rubrique *L'individu en quête de soi*. Mensuel, n. 91.

_____. (2002), *Homem plural: os determinantes da ação*. Petrópolis: Vozes.

_____. (2002), “Reprodução ou prolongamentos críticos? ” In: *Educação & Sociedade*, ano XXIII, n.78. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a04v2378.pdf>>. Acesso em: 22 jun, 2012.

_____. (2006), *A cultura dos indivíduos*. Porto Alegre: Artmed

LAYDER, Derek. (1994), *Understanding social theory*. London: Sage.

MARTINS, Carlos Benedito de Campos. (2008), “Notas sobre do sentimento de embaraço em Erving Goffman”. In: Dossiê Goffman. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 23, n. 68. São Paulo: Anpocs.

MEAD, George. (1967), *Mind, self & society: from the standpoint of a social behaviorist*. V.1. Chicago: The university of Chicago press.

MOUZELIS, Nicos P. (2008), “Habitus and Reflexivity: restructing Bourdieu's theory of practice”. In: *Modern and Postmodern Social Theorizing: bridging the divide*. Cambridge: CUP.

PASSERON, Jean-Claude. (1982), “L'inflation des diplômes. Remarques sur l'usage de quelques concepts analogiques en sociologie”. In: *Revue française de sociologie*, 23-4. p.551-584. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/rfsoc_0035-2969_1982_num_23_4_3604>. Acesso em: 10 nov, 2016.

PETERS, Gabriel. *Percursos na teoria das práticas sociais: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu*. Dissertação. Disponível em: <http://uerj.academia.edu/GabrielPeters/Papers/404388/Percursos_na_teorias_sociais_Anthony_Giddens_e_Pierre_Bourdieu>. Acesso em: 7 out, 2011.

_____. (2017), “De volta à Argélia: a encruzilhada etnossociológica de Bourdieu”. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 29, n. 1.

PONTES, Thiago. A história incorporada e sua expressão reflexiva. *Cadernos Sociofilo*, n.1, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://sociofilo.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2011/03/ahistoriaincorporadaesuaexpressaoreflexiva-pontes.pdf>>. Acesso em: 15 Set. 2011

RECKWITZ, Andreas. (2002), “Toward a Theory of Social Practices. A development in culturalist theorizing”. *European Journal of Social Theory*, 5 (2), p. 245- 265.

SAYER, Andrew. (2010), “Reflexivity and the *habitus*”. In: ARCHER, Margaret Scotford, ed. *Conversations about reflexivity*. Ontological explorations. London: Routledge, 2010.

SWEETMAN, Paul. (2003), “Twenty-First Century Disease? Habitual Reflexivity or the Reflexive Habitus”. *The Sociological Review*, 51(4): 528-49.

SOBRAL, Bruna O. *Disputas identitárias e hibridações culturais na cerâmica pessoense*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

VANDENBERGHE, Frédéric. (2006), “Modernité et réflexivité”. In: SAVIDAN, P. & MESURE, S., *Dictionnaire des sciences humaines*. Paris: P.U.F.

_____. (2009), Language, self and society. Hermeneutic reflections on the internal conversations that we are. Disponível em: <http://frederic.vdb.brainwaves.be/Frederic_Vandenberghes_Personal_Website/Texts_to_Download_files/43.pdf>. Acesso em: 4 de Ago. 2013.

_____. (2010), *Teoria social realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.

WACQUANT, Loïc. (2015), “Homines in extremis: o que pesquisadores-lutadores nos ensinam sobre o *habitus*? ”. *Estudos de sociologia*. v. 1. n. 21. Recife.

ANEXO A – Reprodução do questionário utilizado no livro *A distinção* (2007a)

vulgar lá onde seria preciso refiná-lo e marxismo distinto lá onde seria preciso a coragem de ser vulgar. Cada um vê bem a verdade do outro.

Os obstáculos epistemológicos que deve superar a ciência social são, a princípio, obstáculos sociais; tal é a representação comum da hierarquia das tarefas constitutivas do ofício de sociólogo que leva tantos pesquisadores a se desviar das atividades humildes, fáceis e fecundas para se dirigir a exercícios, ao mesmo tempo, difíceis e estéreis, ou um sistema de recompensas anômico que coloca a pesquisa diante da alternativa do doméstico ou do caótico, da doutrina ou da ninharia, desencorajando a combinação de uma grande ambição e de uma longa paciência que é necessária para produzir um trabalho científico. Com efeito, diferentemente das *intuições*, às vezes sugestivas, do ensaísmo, das teses, às vezes coerentes, do teorismo ou das *constatações*, às vezes válidas, do empirismo, os sistemas provisórios de proposições científicas, que se esforçam em associar a coerência interna e a compatibilidade com os fatos, não podem ser produzidos a não ser ao preço de um trabalho lento, difícil e destinado a permanecer ignorado por todas as leituras apressadas que não podem ver nada além de reafirmações repetitivas de teses, de intuições ou de fatos já conhecidos no resultado provisório de uma longa série de totalizações porque elas ignoram o essencial, isto é, a estrutura das relações entre as proposições.

O questionário

- Sexo:

- Ano de nascimento:

- Estado civil:

solteiro

casado

viúvo

divorciado

- Número e idade das crianças:

- Local de residência:

- Data de chegada ao local de residência:

Menos de 5 anos

10 anos ou mais

De 5 a 10 anos

- Local de residência anterior:

- Maior diploma obtido:

- Profissão exercida (tão precisa quanto possível):

- Maior diploma e profissão de seu pai e de seu avô paterno (caso haja necessidade, indicar a última profissão exercida)

titulação

profissão

seu pai

seu avô

- Você pode indicar aproximadamente em que faixa se situa a renda anual de sua família:

menos de 10.000 F	20 a 25.000 F	40 a 50.000 F
10 a 15.000 F	25 a 30.000 F	50 a 60.000 F
15 a 20.000 F	30 a 40.000 F	mais de 60.000 F

-Você possui:

um eletrofone	um automóvel (em caso de resposta afirmativa, especificar a marca)
um magnetofone	uma televisão
uma máquina fotográfica	uma câmera
telefone	

Não reproduzimos a parte do questionário (24 questões) relativa à fotografia (cf. P. Bourdieu et al., *Un art moyen, op. cit.*, p. 352-356), com exceção da questão sobre os diferentes assuntos que podem fazer parte de uma foto (questão 26).

1 – Qual é a origem de seus móveis?

- compra em um supermercado (especificar o nome)
- compra em um antiquário
- compra em uma loja especializada (especificar o nome)
- compra no mercado de objetos usados
- compra em uma casa de leilões
- herança
- aluguel
- compra de um artesão

2 – Seus móveis são de estilo:

moderno antigo
rústico

3 – Se você tivesse escolha, preferiria comprar móveis de estilo:

moderno antigo
rústico

4 – Quais são os três adjetivos que qualificam melhor o interior que você gostaria de habitar?

asseado, limpo	caloroso	caprichado
confortável	fácil de arrumar	repleto de fantasia
recatado	clássico	prático, funcional
sóbrio, discreto	harmonioso	íntimo

5 – Quais são, entre as qualidades acima, as três às quais você confere menor importância?

6 – Entre as atividades numeradas abaixo, você pode dizer quais são aquelas que você pratica frequentemente, raramente e aquelas que você nunca pratica?

frequentemente raramente nunca

- bricolagem
- esporte (especificar)
- camping
- caminhada
- artes plásticas, pintura, escultura
- prática de um instrumento musical (qual)
- jogos de sociedade (quais)
- assistir televisão

7 – Quais são, entre os cantores a seguir, os três que você prefere?

Charles Aznavour	Edith Piaf	Luis Mariano
Léo Ferré	Jacques Brel	Pétula Clark
Johnny Hallyday	Georges Guétary	Jacques Douai
Georges Brassens	François Hardy	Gilbert Bécaud

8 – Você prefere uma roupa:
de corte clássico e de qualidade vantajosa
que se inspira na moda e corresponde a sua personalidade
sóbria e adequada
audaciosa e rebuscada
na qual você se sinta à vontade
chique e distinta
outra (especificar)

9 – Suas roupas são:

roupas usuais trajes sociais

- feitas em sua casa, por você mesmo ou alguém de sua família
- feitas sob encomenda, em um pequeno alfaiate ou uma pequena costureira
- feitas sob medida em um grande ateliê de costura ou em um grande alfaiate
- compradas em confecção
- compradas em *prêt-à-porter*

10 – Quando você tem convidados, você serve, de preferência, refeições:

- simples, mas graciosamente apresentadas
- apetitosas e econômicas

- finas e rebuscadas
- fartas e boas
- sem cerimônia
- originais e exóticas
- caprichadas e preparadas na tradição francesa
- outro (especificar)

11 – Entre os adjetivos enumerados abaixo, sublinhe aqueles que designam as qualidades pessoais que você mais aprecia:

boa-vida	refinado	consciencioso
ponderado	sociável	engraçado
artista	positivo	decidido
dinâmico	educado	distinto

12 – Quais são, entre as qualidades acima, as três às quais você atribui menos importância?

13 – Entre os gêneros de livros a seguir, quais são os três que você prefere?

romances policiais, romances de aventura	poesia
histórias sentimentais	obras políticas
relatos de viagem ou de exploração	obras filosóficas
relatos históricos	obras de autores clássicos
obras científicas	obras de autores modernos

14 – Quais são os três gêneros de filmes que você prefere?

filmes de aventura	filmes de grande espetáculo
filmes de guerra	comédias musicais
westerns	filmes cômicos
filmes policiais	filmes de tese
filmes históricos	filmes dramáticos
filmes <i>nouvelle vague</i>	

15 – Quais são os filmes que você viu desta lista? Você pode indicar também o nome do diretor e dos principais atores de cada um desses filmes?*

	Filme visto	Diretor	Atores
•	Divórcio à italiana		
	Rocco e seus irmãos		
	Cantando na chuva		
	<i>Il Gattopardo</i>		

* Essa lista foi proposta aos parisienses. Propusemos aos entrevistados da região do Norte uma outra lista, não reproduzida aqui, que foi estabelecida em função dos filmes em cartaz no momento da pesquisa.

Le soupirant

L'abominable homme des douanes

Ballade pour un voyou

55 dias em Pequim

Sempre aos Domingos

Dois são culpados

O processo

Sete homens e um destino

Le voyage à Biarritz

Il Giustiziere dei mari

O bandido Giuliano

O mais longo dos dias

Le vice et la vertu

Vênus imperial

16 – Em um filme, o que interessa a você acima de tudo?

os atores

o diretor

a história

17 – Se você escuta rádio, quais programas você escuta principalmente?

os programas de variedades

os programas culturais

as informações

os programas de música clássica

os programas de atualidade

outro (especificar)

18 – Se você assiste televisão, quais programas você olha principalmente?

as peças de teatro

o jornal televisivo

os programas científicos

os programas históricos

os filmes

os programas literários

os programas de variedades

os programas sobre a atualidade

outro (especificar)

19 – Entre os julgamentos expressos abaixo, qual é aquele que é mais próximo de sua opinião?

a grande música é complicada

a grande música não é para nós

aprecio a grande música, mas não a conheço

gosto bastante da grande música, por exemplo, as valsas de Strauss

toda música de qualidade me interessa

20 – Quais são, nesta lista, as obras musicais que você conhece? Você pode indicar, em cada caso, o nome do compositor?

	obra conhecida	compositor
A <i>Rhapsody in blue</i>		
<i>La Traviata</i>		
O Concerto para a mão esquerda		
A Pequena serenata noturna		
A Arlesiana		
A dança do sabre		
O Pássaro de fogo		
Sherazade		
A Arte da fuga		
A Rapsódia húngara		
A criança e os sortilégios		
O Belo Danúbio azul		
O Crepúsculo dos deuses		
As Quatro estações		
O Cravo bem temperado		
O Martelo sem mestre		

21 – Quais são, entre as obras acima, as três que você prefere?

22 – Entre os julgamentos abaixo, qual é o mais próximo de sua opinião?

- a pintura, isso não me interessa
- o museu não é meu forte, não posso apreciar
- a pintura é bela, mas difícil, para falar dela é preciso conhecer
- gosto muito dos impressionistas
- interesse-me tanto pela pintura abstrata quanto pela pintura das escolas clássicas

23 – Quais são, entre os pintores da lista abaixo, seus três pintores preferidos?

Vinci	Dali	Kandinsky	Vlaminck
Renoir	Goya	Rafael	Watteau
Buffet	Van Gogh	Braque	Picasso
Utrillo	Bruegel	Rousseau	

24 – Você visitou os seguintes museus (especificar, se possível, em qual ocasião: com sua escola, com parentes, com amigos, sozinho e em que ano)?

o museu do Louvre	o museu <i>Jacquemart-André</i>
o museu <i>du Jeu de Paume</i>	o museu de sua cidade (interior)
o museu de Arte Moderna	

25 – Dê seu parecer sobre cada uma das opiniões a seguir:

- a pintura moderna, seja feita do jeito que for, uma criança poderia fazer igual
- é-me indiferente saber quem pintou e como
- não posso apreciar a pintura porque a conheço muito bem

26 – Com os temas a seguir, o fotógrafo tem chances de fazer uma foto:

bela interessante insignificante feia

uma paisagem

um acidente de trânsito

uma menina brincando com um gato

uma natureza-morta

uma mulher amamentando um bebê

uma armação metálica

uma briga de mendigos

couves

um pôr-do-sol no mar

um tecelão envolvido com seu ofício

uma dança folclórica

uma corda

um balcão de açougue

uma casca de árvore

um monumento célebre

um cemitério de sucata

uma primeira comunhão

um homem ferido

uma serpente

um quadro de mestre

Plano de observação (preenchido pelo pesquisador)

a habitação

apartamento

bangalô

casa

antigüidade da construção:

imóvel:	HLM	deteriorado	<i>standing</i> médio
	burguês	pobre	grande <i>standing</i>

número de peças:

decoração:

mobiliário:

estilo dominante:

terreno:

outras observações:

o vestuário

para os homens:	vestimenta de trabalho	traje esporte (pólo, jeans...)
	paletó completo	traje passeio
	pulôver	gravata

forma e cor da camisa:

mangas abotoadas	com punho dobrado
------------------	-------------------

arregaçadas

para as mulheres:	roupa doméstica	camisa e saia	vestido
	<i>tailleur</i>	calça	muito vestida

sapatos:	sapatos de salto alto	sapatos baixos, etc.
	chinelos	

maquiagem e perfume:

aparência cuidada ou não:

o penteado

para os homens:

cabelos curtos	cabelos semi-longos	"escovinha"
cabelos muito curtos	cabelos longos	repartido (lado-meio)
suíças	bigode (especificar)	barba
cabelos com brilhantina		

para as mulheres:

cabelos curtos	cabelos semi-longos	cabelos muito crespos
cabelos muito curtos	cabelos longos	cabelos volumosos
coque	cabelos descoloridos	cabelos lisos
permanente aparente	cabelos tingidos (frisada)	

a linguagem

impecável

correta

gíria

erros de francês (especificar)

sotaque

marcado

leve

nulo

Anexo B – Reprodução da tabela 20: variações do valor atribuído ao corpo, à beleza e aos cuidados com o corpo

Tabela 20 - Variações do valor atribuído ao corpo, à beleza e aos cuidados com o corpo (F. C., XLIV)

	profissão do chefe de família				atividade da mulher entrevistada	
	agricultor	operário	empregado quadro méd.	quadro sup. ind. prof. lib.	não trabalha	trabalha
têm um manequim normalizado superior ao 42 no plano da beleza, julgam-se	33,7	24,2	20,4	11,4	24,7	17,3
abaixo da média	40,2	36,0	33,2	24,2	324,2	31,0
pensam ter a aparência de mais velhos do que sua idade	13,0	14,0	10,1	7,6	13,6	9,8
nota média atribuída a si mesmas pelas mulheres entrevistadas:						
. para os cabelos	5,22	5,47	5,40	5,88	5,47	5,62
. para o rosto	5,36	5,53	5,51	5,67	5,54	5,58
. para os olhos	6,18	6,44	6,30	6,48	6,35	6,41
. para a pele	5,88	5,63	5,64	5,75	5,63	5,74
. para os dentes	5,24	5,45	5,40	5,74	5,40	5,59
. para o corpo	5,35	5,78	5,75	5,91	5,76	5,83
. para o nariz	5,94	5,48	5,56	5,65	5,41	5,74
. para as mãos	5,88	5,99	6,10	5,82	5,78	6,17
muitas, ou algumas, vezes						
têm vontade de mudar de aparência	45,7	60,8	68,2	64,4	60,1	64,6
a beleza:						
. depende do cuidado que se tem consigo mesmo	33,7	46,9	52,0	54,7	45,8	53,1
. depende da renda	15,2	18,8	9,2	8,9	16,7	10,3
os cuidados que se tem com sua beleza aumentam as oportunidades de sucesso no plano da beleza, elas prefeririam ser:	75,0	68,8	72,9	74,5	70,1	72,1
. naturais	69,6	69,8	62,8	57,6	68,8	61,6
. requintadas	12,0	15,6	22,9	25,0	16,8	22,3
pensam que o marido prefere uma mulher:						
. natural	65,2	65,0	51,4	50,8	60,6	54,1
. requintada	6,5	8,1	15,1	16,1	10,6	12,3
pensam que é preferível ser:						
. bela	52,2	58,5	59,2	61,9	59,5	58,7
. rica	39,1	35,4	33,5	27,5	32,7	33,9
pensam que é preferível:						
. ser bela	9,8	14,0	17,5	17,4	15,7	14,4
. ter sorte	83,7	83,3	76,8	75,8	80,2	80,3
pensam que dissimular sua idade pela maquiagem é normal	53,3	51,9	62,3	67,8	52,1	63,6
para perder peso, fazem:						
. um regime alimentar	23,9	19,8	28,8	23,3	23,9	23,1
. esporte, ginástica	4,3	8,3	14,0	16,9	10,6	11,8
. um tratamento com medicamentos	2,2	4,6	3,6	3,0	3,8	3,6
. nada	69,6	71,7	60,6	66,1	68,3	66,4
aprovam o recurso à cirurgia plástica para rejuvenescer	50,0	50,0	56,4	52,0	51,3	53,4
tomam, no mínimo, um banho ou uma ducha por dia	9,8	16,9	36,6	43,2	23,2	32,0
maquiam-se todos os dias	12,0	29,6	45,0	54,7	30,1	44,8
nunca, ou raramente, se maquiam	48,9	35,6	21,2	17,3	35,1	22,9
passam mais de meia-hora na higiene pessoal ou nos cuidados de beleza	12,3	45,6	48,9	45,3	42,1	48,2
maquiam-se para seu moral	4,3	15,9	25,9	27,8	21,0	22,1
vão ao salão de cabeleireiro, pelo menos, uma vez, de 15 em 15 dias	6,5	8,1	16,9	20,8	9,8	13,5
fazem a limpeza do rosto, à noite:						
. com sabonete	34,8	35,4	20,1	15,7	28,1	25,7
. com um creme, etc.	47,8	59,4	86,0	91,4	67,5	78,8